Antônio Jose Souto Loureiro

A AMAZÔNIA

E O QUINTO IMPÉRIO

Secretaria de Estado de Cultura
Biblioteca Virtual do Amazonas

A Amazônia e o V Império



DIRETORIA DA AAL
BIÊNIO 2010/2011

Presidente
José dos Santos Pereira Braga

Vice-Presidente
Tenório Nunes Telles de Menezes

Secretário-Geral
Almir Diniz de Carvalho

Secretário-Geral Adjunto
Carmem Nóvoa Silva

Tesoureiro
Arlindo Augusto dos Santos Porto

Tesoureiro Adjunto
Abrahim Sena Baze

Diretor de Patrimônio
Moacir Couto de Andrade

Diretor de Eventos
Cláudio do Carmo Chaves

Diretor de Edições
Marcus Luiz Barroso Barros

ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
Avenida Ramos Ferreira, 1.009
Cep 69010-120
Centro - Manaus - AM

Antônio José Souto Loureiro
Membro da Academia Amazonense de Letras

A Amazônia e o V Império

Coleção Pensamento Amazônico
Série André Araújo - v. 5



Manaus – 2011

Editor
Marcus Barros

Comissão Editorial
Luiz Maximiano Corrêa
Márcio Souza
Euler Ribeiro

Revisão
Benayas Inácio Pereira

Capa
Composição gráfica da Estátua do Sonho de Nabucodonosor

Editoração eletrônica
Marcela Costa de Souza

Ficha Catalográfica

L892 Loureiro, Antônio José Souto.
A Amazônia e o V Império. 1.ª ed. Manaus: Academia Amazonense de Letras, 2011.
312 p. (Coleção Pensamento Amazônico. Série André Araújo. v.5)

ISBN: 978-85-64341-06-7

1. Romance histórico – Amazônia. 2. Amazônia e o V Império. 3. As ideias do Padre Vieira I. Título

CDU 82-311.6 (811)

Elaborada pelo bibliotecário José Geraldo Xavier dos Anjos, CRB/11 Nº 136.

Dedicatória

Às instituições que lutam pela evolução da Humanidade.

Pensamento Amazônico

Certa vez, e já se vai aí um bom tempo, perguntaram a Fernando Freyre, então presidente da Fundação Joaquim Nabuco, prestigiosa instituição cultural e de pesquisa sediada no Recife, por que nos retratos de seu fundador Gilberto Freyre, autor de Casa-Grande e Senzala e centenas de livros igualmente monumentais sobre os brasis, sua cultura e sua gente, por que nos seus retratos espalhados em vários centros de cultura do País não constava o ano de sua morte, mas, tão somente, a data do nascimento. E Fernando respondeu ao desavisado interlocutor: porque Gilberto Freyre não morreu e não morrerá nunca! Na resposta, não apenas o sentimento de amor filial, a admiração pela figura extraordinária de um dos maiores pensadores do País, mas o verdadeiro e inequívoco sentido da imortalidade nas letras, a imortalidade do pensamento.

É certo que não só por meio da palavra os mortais podem passar à posteridade, tão significativos e ilimitados são os fazeres e as formas de expressão da inteligência criadora do homem. Mas, por meio da palavra que nos singulariza como seres racionais existentes, tem o homem a possibilidade de ultrapassar-se e manter-se presente no mundo além dos limites e contingências de sua efêmera existência material.

Vocação das academias de letras, a palavra é o seu próprio ofício. Por meio da palavra, das letras, é que se consagra a imortalidade acadêmica. Por isso, o livro foi e será sempre condição de existência das academias, sua própria razão de existir. Grande é o acervo de obras da Academia Amazonense de Letras nos mais variados campos do conhecimento e da erudição hu-

mana, nestas nove décadas de existência. Ontem, como hoje, o infatigável e profícuo labor acadêmico!

Na persecução das suas finalidades e para assistir aos imortais na persistente vigília, lança-se a Academia Amazonense de Letras a uma nova empreitada no campo editorial, em parceria com as secretarias de cultura do Estado e do município, por intermédio da *Coleção Pensamento Amazônico* com duas séries para contemplar os saberes que dialogam nesta Casa: *Série Violeta Branca*, reunindo poesia, conto, crônica, romance, e *Série André Araújo* destinada aos ensaios no amplíssimo campo do conhecimento científico. A exemplo da Academia Brasileira de Letras, nossas edições terão selo próprio, assegurando-se, desta forma, maior dinamismo nas publicações.

Tantas vezes reconhecido pelo esmero de sua criação literária, Antônio Souto Loureio comparece na Coleção Pensamento Amazônico com "A Amazônia e o V Império", trabalho denso e instigante que, fazendo história, adentra, digamos assim, nos domínios do ensaio e do romance.

José Braga
Presidente da Academia Amazonense de Letras

Sumário

Prefácio

Jorge Tufic

Antes de tudo, eu devo confessar aos leitores deste livro de Antônio Loureiro, que tudo quanto for dito sobre ele, ainda assim ficará longe de refletir sua beleza, importância e monumentalidade. A própria leitura do texto constitui-se num grande desafio para os leigos no assunto, habituados que estão aos aspectos convencionais da fábula e do mito, enfim, da História, profana ou sagrada. Em certos momentos dessa viagem que fiz através do Velho Testamento, com aportes de rara felicidade na Era Colonial da Amazônia, assaltara-me a nítida impressão, por sinal, belíssima, de estar decifrando uma réplica das "Mil e Uma Noites", tal o engenho alquímico do autor, quando se encontra, feito o velho Homero, no meio dessa briga entre homens e deuses.

As datações e relatos, criteriosamente distribuídos ao longo de mais de 300 páginas, revelam, como jamais foi mostrado, as mágicas andanças de quantos tiveram a missão, em ato e palavra, de estarem a cumprir os "seus pluralismos existenciais", sem abdicarem, no entanto, da unidade intrínseca de cada um, segundo as leis inflexíveis do Cosmo, sejam as personagens envolvidas de argila ou cristal, unitivas ou espíritos caóticos.

São narrativas, estas, com linguagem singela, já que o sentido oculto ou vertical deve ser como a água, transparente até onde os contornos da verdade comecem a delinear-se. Os sacrifícios, a imolarem touros e carneiros, inclusive crianças, a travessia do mar Vermelho, o bezerro de ouro, a quebra das tábuas da lei, o Monte Nebo, o levante de 850 a.C, Josué e a conquista, o cerco de Jericó, Sansão e Dalila, a Arca da Aliança, Jerusalém (referência maior de todos os movimentos da época),

Salomão e o Templo, a Rainha de Sabá, o fim dos reinos de Israel e Judá, o cativeiro de Babilônia, Daniel, os sonhos, Nabucodonosor, Baltazar, Ciro, Alexandre, a Judeia como pomo de discórdia, Ptolomeu, o IV Império, as seitas judaicas do tempo de Cristo, Judas, Herodes, a morte de Jerusalém, o Apocalipse e o anúncio do V Império feito pelo Padre Antônio Vieira para as terras da Amazônia, configuram os principais subtítulos desta série de epopeias saídas da *primi* história, numa batalha incansável daqueles que buscam o Amor e a Liberdade, já libertos da ortodoxia, cujos pés conseguiram tocar o caminho que não pode ficar desconhecido para sempre.

Podemos incluir esta obra numa lista à parte daquelas que tomaram o atalho do espetaculoso, visando apenas o lucro editorial e a pressa em difundir *novidades*, de resto, corriqueiras, estando mais para a ficção histórica do que mesmo para as descobertas de planos que se desdobram no sentido de eliminar os supostos enigmas ou nódulos obscuros, em proveito do conhecimento e da revelação criadora, e não meramente criadora, como quer Humberto Rohden. Desse modo, conta-se a dedo os títulos da espécie que arrepiam da cega obediência aos chamados cânones da verdade: não mudar uma linha... Uma palavra... Um iod... – indicam os escritos hebraicos, entre outros, ainda que o progresso leve a mudanças e transformações ocorridas desde que surgiram os primeiros manuscritos.

Apesar de a quantidade de itens contidos nestas páginas, todos com respaldo nas experiências da investigação científica, nenhum deles quer nos parecer menos importante que os outros. Há, no entanto, algumas passagens mais densas que, além de prenderem com mais rigor a atenção dos leitores, são, também, capazes de ratear qualquer um entre a dúvida e o assombro, tal os horrores praticados e acobertados pela Santa Inquisição, numa época de monarcas dissolutos e governadores

abusivos. Centremo-nos, porém, num dos pináculos desta saga maravilhosa, pondo em destaque a luta sem tréguas contra o obscurantismo, a formação das bases lusitanas, a partir dos borgonheses e de Bernardo Claraval, arquiteto da independência de Portugal, a Charola, Joaquim de Fiore e o Império do Divino, O Juizo Final, o culto de Maria Madalena, etc.

Percebe-se a força do Sang Réal ou Santo Graal em Cristo e Madalena. Henrique de Borgonha, Afonso Henrique, Bernardo de Claraval, também seriam descendentes de Cristo. O tecido aquoso da terra não resiste a nada, mas nada pode lhe opor resistência. Pois foram aqueles que se iniciaram neste saber humilde, ou seja, cabalístico, que tiveram sobre os ombros a responsabilidade maior de quebrar as espadas do orgulho. Os antecedentes da Era Intermediária mergulham na Antiguidade, e tiveram, no andar de Clío, o estalo heroico de Bernardo Claraval, um dos fundadores do Templo. Enquanto isso, a Maçonaria fazia sua parte, a exercer os nobres ofícios de justiça e perfeição, junto à escala dos valores humanos.

Neste livro, como em tantos outros de sua lavra, Antônio Loureiro desconfia das setas plantadas pelas mãos do atraso, a indicarem uma única direção para as suas pesquisas. Ele conhece os velhos segredos traídos, e nos dados que dançam sobre a túnica de Cristo: seu olhar vai além de um simples jogo entre os centuriões que acabam de entrar para a História. E vê, nos relâmpagos que fundem os metais da usura, uma Nova Era de Amor e Fraternidade para o mundo que rebrota do sangre do Cordeiro de Deus.

São vários outros, contudo, os ângulos que a prosa do "Mago" oferece aos bons leitores do nosso planeta, onde os recursos naturais se exaurem como as forças do gigante Sansão, mas cujo renascimento grita nos alicerces da fé e dos dias que preparam o futuro.

Como avança a História

Desde que Daniel sugeriu e interpretou o Sonho da Estátua dos Quatro Metais, uma das manifestações doentias de Nabucodonosor, até a distribuição das terras e dos índios da Amazônia, entre as ordens religiosas, em 1693 e 1694, e a particulares, por meio das Capitanias do Cabo Norte, Ilha Grande de Joanes, Caeté e Cametá, mais de 2.000 anos passaram-se.

Por todo esse tempo aquele sonho jamais foi esquecido, a demonstrar a existência de uma linha de acontecimentos desconhecida dos historiadores tradicionais, que não podem rastreá-la, por ser percorrida apenas pelos iniciados. Neste lado oculto da história está o combate eterno entre o bem e o mal, dentro de nós, desde quando Adão e Eva, ou quaisquer outros ancestrais, comeram do fruto da Ciência do Conhecimento do Bem e do Mal, perdendo a sua inocência. Assim o ser humano tornou-se duplo, podendo discernir entre essas duas alternativas; optar por uma delas, ou ficar sobre o fio da navalha, indefinido, tornando-se massa de manobra.

Há uma grande dificuldade em descobrirmos o lado correto a seguir, salvo se interpretarmos o certo, como aquele que possa distribuir maiores quantidades de amor e liberdade, entre as pessoas, pois sem esses dons, as ciências e as artes não se desenvolverão e a humanidade ficará estagnada, pelas forças negativas da intolerância, do fanatismo e da ignorância.

Quantas belas utopias desapareceram pela falta dos diversos tipos de amor, em seu contexto. A humanidade não pode ficar presa à ortodoxia, ela precisa das asas da liberdade, para voar. Não é sem motivo que muitos desejam conhecer o oculto, o esotérico, pois ele é um dos ritmos a influir nas diferentes fases da História.

Do touro ao carneiro

Há 6.000 anos a colina de Jerusalém, aquela que Abraão subiu para degolar seu filho primogênito Isaac, como um tenro cordeirinho, ofertando-o aos deuses dos altos, estava coberta por cedros e uma vegetação ressequida de muitos galhos secos espalhados pelo chão, que a criança ajudou a escolher e a carregar para a fogueira, onde arderia em holocausto.

Essa terrível religião de oferecimento das primícias das colheitas, dos animais e dos primogênitos, era um tormento para todos. Entregar o seu ente querido a uma fogueira, uma decisão lastimosa de ser cumprida, mas se não o fosse, ali estavam os sacerdotes, prontos para culpar aquela família, pelas secas, pela mortandade do gado ou pelos ataques das tribos vizinhas.



O VALE DE HINOM

Cananeus e judeus queimaram as suas primícias a Baal Moloque, o Deus-Rei, no altar do vale de Hinom, um dos dois vales que circundam o monte Moriá, o situado ao lado da muralha do sul. Lá estavam os sacerdotes de Moloque, que abafavam, com barulhos e sons de tambores, os gritos e gemidos das crianças a serem sacrificadas, para que seus pais não os ouvissem. Depois se tornou a lixeira de Jerusalém, que recebia além do lixo, os corpos de animais mortos e dos criminosos, consumidos por um fogo constante. Com o tempo passou a ser considerado o lugar final de aniquilação, onde havia um portal para um lago de fogo, talvez a fornalha de Jeová, no Sion, citada por Isaías. De qualquer forma ali ficava a Geena, o local para onde iriam os maus, após a vida, um sinônimo de inferno, diferente do Cheol, o local terminal das demais almas.

Neste vale mais tarde estará situado o Halcedama, o campo de sangue, um cemitério comprado com as trinta moedas de Judas.

E assim, por muitas gerações, o povo sofreu este tremendo sacrifício, calado, sem tugir, nem mugir, aceitando a determinação dos baalim, através da tirania sacedortal.

Quando Abraão subiu a colina com Isaac, carregando o feixe de lenha da sua desgraça, e depois de experimentar o fio de sua faca, para a degola da oferta, foi que aconteceu o milagre. Um anjo, talvez Gabriel, o assistente dos fogos dos holocaustos, segurou-lhe a mão, e uma voz retumbante disse-lhe não mais aceitar os sacrifícios de crianças a serem substituídas, dali para frente, por um cordeiro. E logo apareceu um por ali perto, balindo e chorando pelo seu cruel destino.

Dizem que, desde então, não houve mais oferecimento de crianças entre os hebreus, mas muitos anos depois ainda continuavam a degola e a queimação dos inocentes, no tofé do

Vale de Hinom, a terrível geena de fogo, uma visão terrena do inferno, para aqueles que perdiam seus filhos queridos.

Foi naquele neste tempo que ocorreu a promessa da vinda de um cordeiro divino, aquele que iria tirar os pecados do mundo, o filho de Deus entregue aos homens, para substituí-los no sacrifício, graças ao qual o paraíso seria reaberto à humanidade.

Aqui, perto da rocha do monte Moriá, adquiri os meus primeiros rudimentos da Alquimia e da Cabalá, nessa cidade de Salém, a do Vênus vespertino, um dos filhos de Istar, que me permitiriam viver tanto tempo, atravessando as idades. A oculta ciência da Cabalá ensinada a Adão, pelo anjo Uriel, na mais remota Antiguidade, depois escrita nas costas das duas primeiras pedras dos Dez Mandamentos. Também muito devo a Thot, o Hermes Trimegisto grego, o deus em forma de íbis, que primeiro estudou e divulgou a Alquimia, em Mênfis, no Egito, onde aprendi tudo sobre a Arte Real. Ali foi o local da obtenção da pedra filosofal e do elixir da longa vida, ambos extraídos das partículas divinas existentes em todos os seres vivos, e na lama do Nilo, pois emanadas da Coroa (Kether), caindo na Terra, através dos Sefirotes. Partículas tão poderosas, que, no aluvião do Nilo, são capazes de transformar um grão de trigo, nele plantado, em milhares de outros. Thot foi o autor do "Livro dos Mortos", de presença obrigatória na sepultura de cada morto do Egito, para guiá-lo, no outro lado, e nas belas pinturas de suas paredes. Hoje Thot tem uma ligeira correspondência com o anjo Gabriel, a quem devo ainda estar presente, na Terra, por sua intercessão junto ao Grande Arquiteto do Universo.

Algumas gerações depois desses acontecimentos, a constelação do touro começou a declinar e já não mais servia para marcar o início da primavera, quando a estrela Aldebarã, o olho do touro Jeová, não mais ocupava o zênite, no equinócio de

primavera, espantando o terrível inverno. Acabara a época do culto dos deuses touros, predominante em toda a superfície da Terra, que continuaria sob a forma de danças e de touradas, na longínqua Ibéria até ao Brasil.

Saímos do Egito, por esta época, após de nele vivermos uns quatrocentos anos, nas melhores terras do Delta, as de Gozem, enquanto dominamos aquele país sob o nome de sicsus ou hicsus, até sermos ali perseguidos e massacrados, por diversos faraós, inclusive Ramsés II. Muitos dos nossos ali ficaram para sempre, em pequenos feudos, no Delta, desaparecidos com o tempo.

Jamais nos esqueceremos de Goshem, onde íamos buscar refúgio, sempre que os assírios e os babilônios nos assediavam, na Palestina. Era uma terra bem-regada, própria para o gado, mas também excelente para as hortaliças, daí nos lembrarmos sempre das suas cebolas e alhos. Mais tarde chegamos a ter até um bairro próprio, o de Racótis, na rica e fabulosa Alexandria, onde, em um monumental edifício, o Soma, descansava, dentro de um caixão de cristal, flutuando em um líquido róseo, o seu fundador Alexandre, o pai do III Império. Ali surgiria a primeira universidade com museu e biblioteca, e o alto farol do seu movimentado porto, onde setenta e dois rabinos escreveriam a primeira Bíblia em grego, a Septuaginta, para Ptolomeu II, um dos maiores bibliófilos de todos os tempos.

Neste tempo, as estrelas do Carneiro Celeste, de cujo chifre direito surgirá o shofar dourado a anunciar o fim do mundo, iam pouco a pouco subindo para o meio do céu claro do deserto, passando a ser a constelação indicativa da primavera próxima, de novo cobrindo os campos de flores e de relva verde, fazendo a vida ressurgir do frio.



A ADORAÇÃO DO BEZERRO DE OURO
NICOLAS POUSSIN

Quando Moisés desceu do Sinai, com as duas tábuas nas mãos, ele quebrou-as contra as rochas, ao ver o seu povo reverenciando o bezerro de ouro, feito de joias derretidas, e o boi das danças, trazendo as cores e as marcas do Apis, proibido de ser adorado, desde o Egito. O povo do Êxodo fizera o acordo do sangue do cordeiro, e não havia mais lugar para o culto do touro, em razão de suas concupiscências.

O touro de pano e couro foi queimado e suas cinzas, misturadas com água, transformadas em amargo liquido, a ser tomado por todos, lembrando-lhes do seu pecado. O bezerro de ouro foi de novo derretido e o metal liquefeito despejado nas bocas e órgãos genitais dos que haviam praticado as licenciosidades públicas.



MOISÉS QUEBRA AS TÁBUAS

Assim terminava um velho culto e outro começava: o do Deus do Sinai, depois o do cordeiro, seu filho, que um dia viria à Terra, libertar os seres humanos.

Moisés e Josué

Quarenta anos peregrinamos pelas areias escaldantes do Sinai e do norte da Arábia, eu, Moisés e o povo, antes de começarmos a conquista de Canaã, a terra do leite e do mel, a terra do Jordão e do Mar morto até a beira do Mediterrâneo. Muito tempo para nos limparmos dos pecados do Egito, por isso, até hoje, muitos dos participantes desse Êxodo ainda estão em um dos andares do purgatório, purgando a sua preguiça em aceitarem os mandamentos da nova lei do cordeiro.

E duas colunas guiavam os fugitivos do Egito, de dia uma de nuvens; de noite, outra de fogo, talvez o sinal de algum vulcão em atividade lá do outro lado do mar Vermelho, nas terras da Arábia. Atravessamos aquele mar a pé enxuto, com a ajuda de Deus, que mandou o anjo Uriel apoiar-nos sob a forma de uma nuvem tenebrosa e ao mesmo tempo brilhante.

Perambulamos quarenta anos, por esta terra infernal, onde parte da África escorrega para o leste, contra a Arábia e a Ásia Menor, criando essa gigantesca rachadura, desde os grandes lagos Niassa, Vitória, Tanganica, além de outros, seguindo pela Etiópia, mar Vermelho, golfo de Acaba, mar Morto, o Jordão, até o Aral e os lagos da Sibéria. Terra de areias e rochedos infinitos, com pouca água e alimento, árida e pouco propícia à vida.

Dizem que os quatro habitantes do paraíso ao cometerem o primeiro pecado comendo o fruto da Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal, foram derrubados, empurrados e precipitados para a Terra.

Não foi sem motivo que Satã ou Iblis ou Samael desabou pelo Ocidente, através da Porta da Maledicência, sobre Eilat, no golfo de Acaba, no meio desta terra do Êxodo, onde não há água

e a areia do deserto queima como fogo ardente. A serpente ou Lilith despencou pela Porta da Calamidade, sobre Ispahan, na Pérsia, no norte, e depois foi morar nas cavernas do mar Vermelho. Adão saiu pela Porta da Penitência, no Oriente, caindo sobre o Ceilão. Eva expulsa pela Porta da Misericórdia, ao sul, foi ter a Jedá, na Arábia.

Muita fome e sede passamos nesse tempo de purificação, embora Deus nos auxiliasse com os milagres das águas amargas, do maná, das codornizes e da fonte de límpidas águas, que jorrou da pedra do Horeb. E o maná alimentou-nos por todo o tempo em que estivemos no deserto. O doce maná, que caía do céu e só durava poucas horas, não podendo ser guardado para o dia seguinte.

Depois vieram as severas leis para governar com disciplina férrea o povo em constantes maledicências, as instruções de fabricação, em pau setim, da Arca da Aliança, contendo amostras do maná, a vara de Aarão e as tábuas da lei, e a construção do tabernáculo e seus utensílios, um templo portátil destinado à arca.

Então o povo foi dividido em quatro exércitos de três tribos cada, que marcharam na direção de Canaã. Os doze batedores destacados para reconhecer Canaã, trouxeram belas frutas, romãs e figos, um gigantesco cacho de uvas colhido no lugar Nehelescol, além de confirmarem que nela se produzia muito leite e bom mel, sendo uma terra fértil e propícia para todo tipo de plantas.

Estava povoada por numerosa gente, com grandes cidades fortificadas de altos muros e de povos diversos: amalecitas, no sul; eteus, jebuseus e amorreus, nas montanhas; os cananeus, as tribos de Aribu e os filisteus à beira-mar e no Jordão, e a raça de Enac, a dos gigantes. E houve choro e medo, e muitos quiseram voltar para o Egito.

O primeiro reino barrando o caminho ordinário para Canaã era o de Edom, povo aparentado, descendente de Esaú, irmão de Jacob, que nos negou passagem apresentando-se com um grande exército de infinita gente.

Contornando esse país enfrentamos os cananeus de Arad, derrotados e passados pelo fio das nossas espadas, com todas as suas cidades destruídas.

Acampamos em diversos lugares da terra dos amorreus, em Oboth, Jeabarim, nas margens do Zared e do Arnom, este rio magnífico durante as chuvas, precipitando-se no mar Morto e separando os moabitas dos árabes amorreus.

Todos temiam aquela multidão de bárbaros, nos limites de suas terras, e o rei amorreu Sehon, que conquistara Moab, negou-nos passagem. Na batalha que se seguiu ele e seu povo foram exterminados, e Israel apossou-se das terras de Moab, do rio Arnom ao Jaboque. Os moabitas, assim como os amonitas, também eram parentes, pois descendentes de Lot, sobrinho de Abraão, mas adoravam os deuses Camos e Beelfegor.

Não ultrapassamos o reino de Amon, defendido por numerosas fortalezas, mas contornando-o, ferimos batalha, em Edrai, contra o rei Og de Basan, o único gigante sobrevivente do Dilúvio, agarrado à Arca de Noé, e por ele alimentado durante os quarenta dias de chuvas. O povo de Basan antropófago, troglodita, guerreiro, habitante das colinas de Golã, não resistiu às flechas dos arcos egípcios, uma novidade bélica trazida daquele país, pelos nossos arqueiros. Og foi enterrado em Rabat Amon, onde estaria a sua gigantesca cama de pedra, um dólmen talvez.

Com essa vitória viemos para as planícies de Moab, onde está Jericó. Aqui Balac, rei dos moabitas da região, e o rei dos madianitas, mandaram pedir ajuda de Balaão, o feiticeiro que habitava entre os amonitas, para amaldiçoar o povo, mas Deus

proibiu-lhe de ajudá-los, sendo salvo pela jumenta falante e acabando por abençoar Israel.

Neste tempo os israelitas somavam 601.730 pessoas, além das 23.000 de Levi. Deles Moisés separou 12.000 homens e atacou os madianitas, de quem tomou as mulheres virgens, as crianças e gado infinito, instalando-se na planície de Jericó, de onde dominavam a periferia oriental de Canaã, embora ainda respeitassem as terras de Edom, Moab e Amon, os parentes.

O ataque ao coração de Canaã não seria feito por Moisés, que morreria com a sua visão do alto do monte Nebo, ficando Josué como seu substituto. Daquela montanha, a 817 metros de altura, ele observou grande parte de Canaã e, como era um dia claro, viu o panorama de Jericó a Jerusalém e o vale do Jordão, com o mar Morto, para logo fechar os olhos.

Desencadeou-se então uma grande luta entre Samael e os arcanjos principalmente Gabriel e Uriel, pela posse do seu corpo, vencida pelos últimos, sendo levado para o paraíso, onde foi enterrado.

O monte Nebo ou Nabu deixava de ser um local de culto a uma divindade suméria da escrita e da sabedoria, filho de Marduk e Tashmetum, participante do grande conflito, pela posse da Terra.

A conquista

Após a morte de Moisés, Deus escolheu Josué para dirigir o povo. Seu nome, em hebraico corresponde a Yeho Shua (*Jeová é a Salvação*), transformando-se, na língua grega, em Iesous, e, no latim, em Jesus, sendo filho de Nun, da tribo de Efraim.

Ao atravessarem o Jordão, na região de Jericó, foi feita a grande e geral circuncisão, com facas de sílex, pois andando pela solidão do deserto, todos os que nele haviam nascido permaneciam com os seus prepúcios.



O CERCO DE JERICÓ VISTO POR JEAN FOUQUET

Depois da cura, atacamos Jericó, cercada por uma grande procissão, tendo a arca à frente, com as trombetas tocando e todo o povo em grande alarido. Durante sete dias repetimos esta manobra até conseguirmos derrubar as muralhas dessa cidade, talvez a mais velha de todas, na Palestina.

Dentro dela foram mortos todos: homens, mulheres, crianças e até os animais. Poupamos apenas a sacerdotisa Rahab e sua família, que viveu entre nós e deixou geração brilhante, na casa de David. O mesmo aconteceria à cidade de Hai, onde foram todos os seus habitantes, mais de 12.000, passados pelo fio das nossas espadas.

Então todos os povos de Canaã uniram-se para a defesa, excetuados os habitantes de Gabaon, que nos vieram oferecer vinho e víveres a troco de proteção, apresentando-se para serem nossos servos, fingindo terem vindo de muito longe, quando estavam bem perto, o que só foi descoberto três dias após serem considerados aliados.

Como não podíamos ferir o tratado, os gabaonitas das cidades de Gabaon, Cafira, Beroth e Cariatiarim, foram aceitos como cortadores de lenha e fornecedores de água, para a casa de Deus e para todo o povo, daí em diante.

Com medo do que havíamos feito com o povo de Jericó e de Hai, os reis amorreus Adonisedec de Jerusalém, Oham de Hebron, Faram de Jerimoth, Jafia de Laquis, e Dabir de Eglom, fizeram uma aliança para atacar Gabaon, por que ficara do nosso lado e juntos foram sitiá-la. Os heveus de Gabaon então pediram socorro a Josué, acampado em Galgala.

Pela primeira vez avançamos sobre as terras do outro lado do Jordão, tomando Asor, a capital de todos os reinos, sendo os seus habitantes exterminados e a cidade queimada até às cinzas. Depois derrotamos os exércitos dos trinta e um reis e ocupamos as suas cidades.

Foi nessa guerra em defesa de Gabaon que ocorreram alguns fenômenos incríveis e inexplicáveis. Primeiro Josué pediu que o tempo parasse, com a célebre frase: *Sol, detem-te sobre Gabaon; e tu Lua, para sobre o vale de Ajalom*. E de fato o Sol parou por um dia, sendo que depois não houve outro dia tão extenso. Os judeus perseguiram os exércitos dos cinco reis e quando estavam descendo a encosta de Beth-horon, outro fato estranho ocorreu: o Senhor mandou uma chuva de pedras do céu sobre eles, pelas quais morreu uma infinidade. Mais tarde Josué conseguiu prender os cinco reis, em Maceda, e lhes calcando os pescoços, matou-os e os pendurou em lenhos, até à tarde.

Ficavam por conquistar as cinco cidades dos filisteus: Gaza, Azot, Ascalon, Geth e Acaron, as terras do Líbano e a dos sidônios.

Estando Josué muito velho, Deus mandou-o dividir a terra entre as nove e meia tribos, pois Moisés já dera os quinhões das tribos de Rubem, Gad e Manassés. Estavam acampados na cidade de Silo, onde foi levantado um tabernáculo.

Morreu Josué aos cento e dez anos, sendo enterrado em Tamnatsare, nas montanhas de Efraim.

Agora cada tribo iniciou uma limpeza étnica em seus territórios, eliminando os outros povos, com todos os requintes de crueldade, embora alguns tenham sido poupados. Cada tribo, às vezes associada à outra, ocupava as terras e nos momentos de necessidade maior, diante de povos mais fortes, elegiam um comandante geral denominado de juiz.

Temporariamente algumas das tribos deixaram de servir ao Senhor e passaram a adorar os Baalim e Astarote, sendo castigadas e entregues nas mãos de povos diversos, quase sempre derrotados por um escolhido de Deus, seus salvadores, como Otoniel, Aod, Barac, Jahel, Débora, Gedeão, Abimeleq, Thola, Jair, Jefté, Abesan, Ahialon, Abdom, Sansão e outros juízes de Israel.

Os povos do mar – Sansão e Dalila

Por volta de 1200 a.C um numeroso grupo de povos começou a invadir as costas do Oriente Próximo, da Cilícia à Líbia; uma parte vinda pelo mar, em rápidas embarcações a remo, e outra, por terra, em grandes carros puxados por bois, tendo como objetivo principal o Egito.

Eram os chamados povos do mar, saídos do que hoje compreende a Grécia, as ilhas gregas e a Turquia, incluindo uma série de etnias deslocadas pelas invasões dos hititas, frígios, dórios e cimérios, sobre essas regiões, ou por fenômenos naturais, como a explosão do vulcão da ilha de Tera, um dos locais possíveis da Atlântida de Platão.

Conquistaram parte do Delta do Nilo, onde fundaram colônias, como Naucratis e, muitos foram para a Itália, como os etruscos, e outros se mesclaram com os fenícios e cananeus, formando o povo filisteu, que dominou as costas do nosso país de Canaã, de Gaza até o local da atual Tel Aviv.

Talvez o grande tremor de terra do cerco de Jericó, tenha sido resultante daquela explosão do vulcão Santorini, em Tera, que foi ouvida no Egito, levantando as ondas de um maremoto, com mais de cem metros de altura, varrendo o litoral de Creta, da Grécia e das ilhas vizinhas, além de espalhar as cinzas, que deixaram aquelas regiões, vários dias, no escuro.

Entre esses povos marítimos estavam os egeus ou tirsenos das ilhas gregas, os lícios da Licaônia, a terra do povo Luca, aparentados dos hititas; os lúvios do reino Arsawa; os danunas ou danaos, gregos aqueus ou argivos; os sardanas ou xerden, da região de Sardes, capital da Lídia, aparentados dos troianos; os shequelesh ou tjequers, os teresh ou tursci, etruscos, trácios ou terésios de Tera.

Além de fundarem cidades no Egito, entre elas Naucratis, de colonizarem a Líbia e a Itália, dois desses povos estabeleceram-se nas costas da Palestina, os tjeker e os peleset, considerados originários da ilha de Creta, fundando cinco cidades e passando a usar o nome de filisteus.

Essa Pentápolis filisteia era formada pelas cidades de Ascalom, Achdod ou Azot, Acaron ou Ecron, Gat e Gaza.

Ascalom foi tomada aos cananeus, por volta de 1150 a.C Sua cerâmica assemelhava-se à de Micenas e o seu templo a Afrodite, de tão belo, foi imitado até em Chipre. Em 604 a.C foi tomada e incendiada por Nabucodonosor, e sua população levada para o exílio.

Gat ou Gate, significando lagar, em hebraico, teve um rei Achiche, contemporâneo de David e Salomão. Nela nasceu Golias e foi à terra de Itai, que com 600 soldados ajudou a fuga de David, quando perseguido por seu filho Absalão. Foi capturada por Hazael de Damasco.

Achdod foi conquistada, destruída e reconstruída pelos povos do mar, por volta do XII a.C De novo foi destruída, dessa vez pelo faraó Siamun, que seria o sogro de Salomão, sendo reconstruída, em 815 a.C Mais tarde, em 715 a.C, Sargão II exilou seus habitantes judeus e filisteus, para Ecbatana e Susa, na Média. Acabou destruída por Nabucodonosor, em 605 a.C.

Foi com essa Pentápolis que ocorreram, entre 1200 e 1000 a.C, as tradicionais lutas entre judeus e filisteus, até suas cidades e países serem conquistados pelos assírios e babilônios. Sansão morreu em Gaza e David viveu um exílio em Gate. David derrotou Golias, o gigante filisteu, e Sansão, derrubou as colunas do templo de Dagon, em Gaza.

Acompanhemos a bela história de Sansão e Dalila, na realidade um mito solar, encenando um eclipse, em que a lua (Dalila) corta os cabelos do sol (Sansão), os seus raios.

Simshon, em hebraico, ou Shamshoun, em árabe, está relacionado à Shamash ou Chamash, significando o sol radiante e forte, sendo citado nos capítulos do Livro dos Juízes.

Foi um verdadeiro Hércules judeu de extraordinária força, com numerosos feitos, nas lutas contra os filisteus. Igual Cristo, teve uma Anunciação, quando um anjo avisou Manué, de que a sua mulher estéril teria um filho, um iniciador da luta de libertação dos judeus das mãos dos filisteus. Como nazareno voltado ao serviço de Deus, deveria abster-se de bebidas alcoólicas e de jamais cortar os seus cabelos.

Quando se tornou adulto, deixou as suas colinas, para visitar as cidades filisteias, onde conheceu uma mulher com quem desejou casar-se, apesar de todos os apelos de sua família, por ser um homem de Deus.

Na sua viagem para pedi-la em casamento, lutou contra um leão asiático, matando-o. Na carcaça do animal, tempos depois, criou-se uma colmeia, onde havia muito mel, do qual comeu grande quantidade e distribuiu o restante entre seus parentes.

Na festa de seu noivado ele apresentou este fato, como uma adivinhação, a trinta filisteus, apostando trinta peças de linho e capas, como seriam incapazes de decifrá-lo. Esse enigma foi assim enunciado: *do devorador saiu algo de comer, do forte, a doçura.*

Os filisteus não conseguindo interpretá-lo ameaçaram a mulher de Sansão e sua família, avisando-as de que queimariam suas casas, se ela não conseguisse descobrir o significado, junto à Sansão. Este acabou em revelá-lo, logo transmitido aos inimigos.

Na tarde do dia em que terminaria o prazo para a decifração, a resposta veio rápida: *o que é mais doce do que o mel? E o que é mais forte do que um leão?*

Sansão respondeu-lhes que não teriam solucionado o enigma, sem a ajuda de sua esposa, dizendo: *se vocês não tivessem arado com a minha novilha, não resolveriam o meu enigma.*

Foi então a Ascalom, onde matou trinta filisteus, tirando-lhes as roupas e as deu aos apostadores. A seguir, amansado de sua ira, retornou à casa de seus pais, sendo a sua noiva dada a um dos filisteus.

Sansão preparou-lhes uma vingança. Na época da colheita do trigo, com as espigas já amadurecendo, pegou trezentas raposas, atou-lhes tochas às suas caudas, espalhando o fogo e queimando todas as plantações filisteias. Sabedores do que ocorrera, os filisteus queimaram as propriedades e a família da sua antiga esposa.

No revide, muitos filisteus foram mortos, por isso Sansão refugiou-se em uma caverna, na pedra de Etam. Os filisteus conseguiram que 3.000 homens de Judá o prendessem, amarrando-o com cordas de linho, e ao ser entregue aos inimigos, rompeu-as. Então, apossando-se de uma queixada de jumento, ali encontrada, matou mais de mil deles. Aquele lugar, desde então ficou conhecido pelo nome de Ramath-Lequi, que quer dizer o Alto da Queixada.

E depois Sansão julgou Israel por vinte anos.

Em mais uma de suas aventuras, foi a Gaza, ficando em um bordel até a meia-noite. Os filisteus armaram-lhe uma emboscada na saída da cidade, mas ele arrancando as portas, carregou-as para uma colina, no caminho de Hebron.

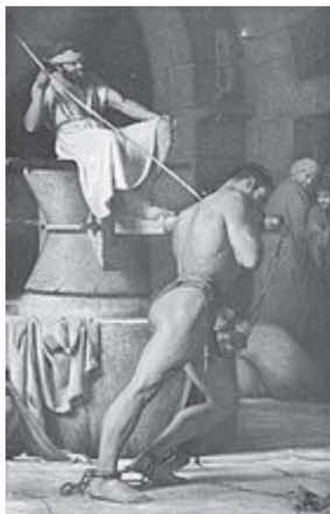
De novo, o nosso herói apaixonou-se por outra mulher do vale do Soreque, chamada Dalila. Os príncipes filisteus dela se aproximaram e a subornaram, por 1.100 moedas de prata, cada um deles, para que descobrisse o segredo da sua gigantesca força. Sansão disse-lhe primeiro que deveria ser atado com sete cordas de tendões.

Dalila amarrou-o enquanto dormia e gritou: *os filisteus estão sobre ti*, e ele rompeu as cordas. E depois foram cordas de linho, também rompidas. E sete tranças amarradas em um prego. Finalmente revelou-lhe que se raspassem a sua cabeça, por ser nazareno, perderia a sua força, o que foi feito.

Os filisteus foram então chamados e o dominaram. Depois lhe vazaram os olhos e o levaram para Gaza, onde foi atado a uma mó de trigo.

Porém, após algum tempo, os seus cabelos já haviam começado a crescer...

Em uma festa ao deus Dagon, mandaram-no buscar, para se divertirem com a sua cegueira. Eram mais de três mil filisteus ali reunidos.



SANSÃO ATADO À MÓ

Colocado entre as duas colunas principais do templo e invocando o Senhor, readquiriu a sua força e as derrubou dizendo: *morra Sansão e os outros que aqui estão*. Após a sua morte, o seu corpo foi levado para Zora, no vale do rio Zoreque, onde havia um bom vinho, na fronteira entre a tribo de Dã com a Pentarquia. Lá estariam as duas pedras tumulares, ditas de Sansão e de seu pai Manué.

A arca da aliança

Moisés chamou a Beseleel, filho de Uri e neto de Hur, da tribo de Judá, cheio de sabedoria, ciência, inteligência e conhecimento, capaz de inventar e executar qualquer serviço em ouro, prata e cobre, de lavrar pedras e de aparelhar madeiras, para ajudar na construção do santuário do Senhor, e também a Ooliab, filho de Aquisemec, da tribo de Dan. Ambos tinham o dom de produzirem obras de madeira, tecidos coloridos e de linho fino, bordados de jacinto, púrpura e escarlate. Logo eles fizeram esses tecidos, a maior parte de linho fino, torcido e colorido de púrpura e tinta escarlate, com presilhas e argolas de ouro. O teto foi ornado por onze cobertas de pelo de cabra. As paredes de táboas de pau-setim, estavam revestidas por lâminas de ouro, sobre bases de prata.

Beseleel fez a arca de pau-setim, tendo dois e meio côvados de comprimento, por um e meio de largura, e um e meio de altura, toda revestida de ouro, interna e externamente. Possuía seis argolas e varais revestidos de ouro, que passavam pelas argolas, quando se queria carregá-la.

Os dois juntos também fizeram o propiciatório dos querubins, a mesa, o candeeiro de ouro, o altar dos holocaustos coberto de bronze e as vinte colunas do átrio. Ao todo gastaram 29 talentos e 730 siclos de ouro, 1.975 talentos de prata e 72.000 de cobre, no tabernáculo.

A Arca continha as tábuas dos dez mandamentos, a vara de Arão e um pote de maná, mas quando foi levada para o templo de Salomão, restavam apenas as tábuas.

Quem a tocasse morria instantaneamente daí ser carregada por meio de duas varas de acácia, revestidas de ouro. Significava a presença de Deus entre o povo, e o seu conteúdo lem-

brava a aliança feita com Ele, no Sinai: o alimento garantido (o maná), a lei a ser seguida (as tábuas) e o estabelecimento do estado sacerdotal (a vara).

A arca foi um objeto extremamente disputado pelos filisteus e judeus, pois se tornara um símbolo da nacionalidade e da liberdade de um povo. Flávio Josefo disse que ela desapareceu durante a destruição de Jerusalém, pelos babilônios, em 587 a.C, pois na construção do segundo templo, por volta de 537 a.C, já não se encontrava mais no santuário, onde a sua posição estava marcada apenas, pela plataforma da pedra da fundação.

Na realidade o paradeiro da arca é desconhecido, um mistério. Inúmeras lendas foram criadas a seu respeito. Alguns citam a sua presença na Etiópia, na cidade de Aksum, outros na Escócia. É possível que ela ainda esteja oculta, em algum lugar de Jerusalém ou do monte Nebo.



A ARCA DA ALIANÇA

Urushalem

Dizem que Jerusalém, a cidade santa à nossa frente, é habitada, desde os tempos mais remotos, por antiquíssimas populações, até a chegada dos jebuseus, povo de origem incerta, talvez semita, mas governado por invasores hititas ou hurritas.

No princípio foi a cidade de Salém, Shalém ou Salim, o planeta Vênus vespertino, o deus cananita do crepúsculo, a Estrela do Entardecer, ao lado de sua irmã Shahar, a Vênus matutina, a Deusa do amanhecer, a Estrela da Manhã, ambos filhos de El e de gigantescos apetites. Já foi chamada de Rusalimum ou Urusalimum pelos egípcios e atualmente é Ir David, a cidade de David.

Desde o tempo de Abraão houve uma discreta amizade dos judeus com os jebuseus, por meio do rei Melquisedec, um sacerdote do Deus Altíssimo, que já usava pão e vinho, em seus rituais. Um de seus sucessores Adonisedec foi morto na batalha de Bete-Horom e, mais tarde, a fortaleza de Jebus foi posta a saque e queimada, pelos homens de Judá. Apesar disso permaneceram independentes, graças às fortes muralhas da sua cidade, localizada entre as tribos de Judá e Benjamim.



OS PRIMITIVOS MUROS DOS JEBUSEUS

Foi conquistada por David, entre 1003 e 1000 a.C, quando ele resolveu atacá-la, e os jebuseus, confiantes em suas muralhas, mandaram-lhe dizer desaforadamente *até os cegos e coxos podem defendê-la.*

Conhecendo o terreno, ouvi Davi dizer aos seus soldados para subirem pelo túnel de abastecimento de água e eliminassem os tais cegos e coxos, que a estavam defendendo, em alusão ao desaforo citado.

Esse túnel existe aqui desde 1800 a.C, e talvez por tempos mais antigos, levando água para o interior da cidade, a partir do reservatório ou piscina de Siloé, de onde sai um canal, percorrendo mais de meio quilômetro, sob a cidade. Restaurado pelo rei Ezequias, mantém a fonte de Gion fora do alcance de possíveis invasores.

Essa fonte está situada em uma caverna natural, na parte alta do vale do Cedron, sendo o principal manancial do Ophel, o local da primitiva Jerusalém. A água dessa fonte formava a piscina de Siloé, onde eram feitas as abluções, para a entrada no templo.

Na festa do Recolhimento, um levita ia às águas de Siloé, com um pote de ouro, buscar um pouco delas, despejadas em uma bacia, na base do altar do templo. Havia então grande alarido, dizendo-se: *quem nunca viu o derramar da água de Siloé, nunca viu alegria em sua vida.*

Muitos séculos depois, será o local onde Jesus curou um cego.

Pelo vale do Cedrom ou Kidron, entre o monte Moriá e o das Oliveiras, corria essa impetuosa corrente de água, nos tempos das chuvas, tornando-se um vale seco, no verão.



VALE DO CEDROM

O Cedrom também chamado de vale de Josafá ou Jeochafat, o vale onde Deus julgará no final dos tempos, participa da escatologia judaica em fatos envolvendo o retorno de Elias, a chegada do Messias e a guerra entre Gog e Magog, quando todas as nações inimigas serão castigadas com doenças, chuvas, fogo e pedras, e onde começará o "Julgamento Final".

Para conquistar Jerusalém, Davi mandou Joab e os seus soldados, e eu estava entre eles, subirem pelo túnel, pela brecha, em uma operação similar à do Cavalo de Troia, saindo no interior da cidade, não pela barriga de um animal, mas das entranhas da terra. E os jebuseus, confiando na inacessibilidade de seus altos muros, não ofereceram resistência maior, tomados pela surpresa, foram jogados fora dos altos muros.

A capital do reino, até então em Hebron, foi para ela transferida.

Quando os filisteus souberam da coroação de David, como rei de Judá e de Israel, dirigiram-se a Jerusalém, para assediá-la, mas foram derrotados, em Baal-Perazim, ofuscados pelo brilho de Deus, no Vale dos Refaim, situado na cordilheira que está a menos de cinco quilômetros ao sul de Jerusalém, onde mais tarde será construído o mosteiro de Mars Elias. Em um segundo ataque foram de novo derrotados e David juntando numeroso exército conquistou o território filisteu de Geba a Gezer.

Foi neste tempo que David recuperou a Arca da Aliança, mandando-a ficar na casa de Obed-Edom de Geth. Trouxe-a depois para Jerusalém, em procissão, com um grande alarido, da qual participamos vestidos de linho, dançando à frente da arca, ao som do shofar, dos tambores, dos pandeiros e dos címbalos, a cada seis passos imolando um boi e um carneiro. E assim entramos em Jerusalém, bailando e saltando, o que foi mal-visto por Micol, abandonada pelo seu ciúme.

A arca foi então colocada em um tabernáculo, onde foram oferecidos sacrifícios. Depois o rei mandou distribuir, para o povo, uma empada de pão, uma posta de carne assada e uma porção de flor de farinha frita em óleo, talvez a primeira farofa, recolhendo-se todos às suas casas.

David viveu por volta de 1050 a.C, sendo o primeiro rei de Judá e o terceiro de Israel, após derrotar Isbosete, filho de Saul. Foi muito popular, sendo o homem mais vezes mencionado na Bíblia, este oitavo filho de Jessé, um habitante de Belém, de parcos recursos.

Quanto à sua aparência pessoal, sabe-se apenas que ele tinha cabelos ruivos, era de formoso semblante e de gentil aparência (1 Samuel 16:12).

Na narrativa bíblica apareceu inicialmente como tocador de harpa, na corte de Saul, onde ganhou notoriedade ao matar o agigantado filisteu Golias, derrubando-o com uma pedrada, no

meio da testa, despedida pela sua funda, cortando-lhe a cabeça, com extrema rapidez de pensamento, evitando a recuperação do inimigo, quando então estaria perdido.

Foi um rei guerreiro, em atrito com o sacerdócio, expandindo o seu reino e trazendo prosperidade para o povo. Desbaratou os filisteus e destroçou os moabitas.

Para estender os seus domínios até o Eufrates, venceu o rei Aderezer de Soba, tomando-lhe os cavalos, em cujo socorro vieram os arameus, sendo mortos 22.000 deles. Ocupou então Damasco e toda a Síria lhe ficou tributária. Os amonitas e os idumeus também o obedeciam. Todos os despojos de suas conquistas eram consagrados a Deus, talvez para a futura construção do templo.

David teve então contra si uma coalizão dos amonitas e dos sírios, esses últimos enfrentados por Joab, enquanto seu irmão Abisai batia os amonitas, pondo os exércitos inimigos em fuga.

Os sírios reagruparam-se sendo novamente derrotados, desta vez pelo próprio rei.

Enquanto David ficara em Jerusalém, tomado por uma crise religiosa, Joab combatia os amonitas e cercara a cidade de Rabat, tendo entre seus soldados Urias, um oficial de grande valor.

Eu presenciei esses fatos, que agora narro, agrupados em torno de uma história por muitos conhecida.

Certo dia o rei visitou os túmulos dos patriarcas, em Hebron, e retornou com a ideia de ser abençoado por Deus. Resistiria dali para frente a qualquer tentação, buscando receber um prêmio correspondente à sua conduta.

Deus teria aceitado a promessa, mas sabia que o ser humano seria incapaz de cumpri-la, por isso David seria informado de sua falta, no momento do seu descaminho.

Então o rei recolheu-se em uma grande torre, que até hoje traz o seu nome, e ordenou não ser perturbado, na sua meditação.

Samael resolveu tentá-lo e pombos de pedra passaram a circular em volta da torre, perturbando as orações do rei, com o ruflar de suas asas.

Uma dessas aves tinha as plumas de ouro, cravejadas de pedras preciosas e David tentou apanhá-la, várias vezes. Enquanto admirava o seu voo, desviou os olhos e viu a formosa Bethsabé, a esposa de Urias, o heteu, a banhar-se, em um pátio vizinho.

Logo deu início ao seu famoso romance e a um crime, ao escrever uma carta a Joab, mandando colocar Urias, no local mais perigoso do cerco de Rabat, onde foi morto, após uma sortida dos amonitas.

Então dois anjos apareceram perante o monarca, para reprovar-lhe a conduta, enquanto o profeta Natã contava-lhe a parábola da ovelhinha.

Existiam dois homens em uma cidade, sendo um rico e outro pobre. O rico tinha muitas ovelhas, muito gado e as mulheres que desejava. O pobre apenas uma ovelha, criada com todo cuidado, comendo do seu pão e bebendo na sua vasilha. Certo dia, um viajante que passava por ali, foi à casa do rico e ele não lhe quis sacrificar uma única ovelha, para lhe dar de comer, mas teve a ousadia de tomar a ovelha do homem pobre, para servi-la ao seu convidado.

David irou-se com aquela conduta e disse ao profeta, que aquele homem deveria morrer.

Natã respondeu-lhe: *a condenação saiu de tua boca, esse homem és tu, que tudo tens, mas tomaste a mulher de Urias.*

Os anjos denunciaram a sua iniquidade e o rei ficou com tal remorso, por não ter resistido à tentação, que passava os dias e as noites a chorar.

Toda a natureza, acostumada aos seus cantos de louvor, entristecera-se com as suas lamúrias, e as suas lágrimas encheram dois reservatórios da cidade: o de Hebron e o dos Patriarcas, em Jerusalém.

Pelo seu arrependimento sincero, foi-lhe enviado um anjo, perdoando-o do seu pecado individualmente, mas quanto ao crime referente a Urias, só o próprio poderia desculpá-lo.

Por isso ele foi até a tumba de Urias e, enquanto confessava os seus pecados contra o hitita, ouviu uma voz lamuriosa, que vinha de dentro da terra a dizer-lhe: *Senhor meu rei, o vosso crime garantiu-me o paraíso e eu por isso o perdôo.*

Disse o rei: *Mas Urias eu fiquei com tua esposa.*

Sem resposta, desesperado fez uma oração e Urias respondeu: *Eu também o perdoo rei David, pois em compensação, pela esposa que perdi na terra, Alá concedeu-me mil, no Paraíso.*

Dentro da Casa de David estabeleceu-se a discórdia quando Amnon, o herdeiro da Coroa, estuprou Thamar, sua meia irmã, lançando-a ao opróbrio, logo recolhida por Absalão, seu irmão. Isto entristeceu David, que nada fez a respeito.

Dois anos depois Absalão resolveu tosquiar as suas ovelhas e chamou a todos seus irmãos e a seu pai, para assistirem e festejarem o momento. O rei desculpou-se por não ir e lhe deu a bênção. Depois de muita relutância consentiu que Amnon fosse à tosquia.

Um grande banquete foi oferecido a todos, mas previamente Absalão combinara com seus empregados a morte de Amnon, quando ele desse sinais de embriagues.

Cumprida esta fatalidade, os demais príncipes fugiram com medo de serem mortos, mas todos escaparam exceto Amnon. Então Absalão refugiou-se em Gessur, onde passou três anos de exílio.

Absalão voltou à casa paterna, por interferência de Joab, mas logo começou a arregimentar o povo para a derrubada de David. Este sabendo do que ocorria resolveu retirar-se de Jerusalém, acompanhado de sua família e de seus servos leais, além dos ceretheus, felesteus e geteus, povos do mar, seus leais aliados, passando pela corrente do Cedron e depois subindo pelas encostas do monte das Oliveiras, na direção das campinas do deserto.

Estabeleceu-se uma intriga entre os conselheiros de Absalão e dois agentes infiltrados conseguiram importantes informações sobre o que se arquitetava contra o rei.

Aquitofel, um dos antigos aconselhadores do rei, mandou que Absalão se apossasse das cocumbinas deixadas por seu pai, com as quais manteve relações publicamente e lhe pediu 12.000 homens para matar David, trazendo o povo de volta. Cusai, um daqueles agentes infiltrados, teve o seu conselho aprovado, o de se convocar todo o povo de Israel, dando tempo a David para saber deste acontecimento, por meio de Aquimaas, filho do sumo sacerdote Sadoc, e de Jonathas, filho do chefe dos levitas Abiatar. Por não ter sido aceito o seu conselho Aquitofel enforcou-se.

David atravessou o Jordão e Absalão foi atrás dele acampando, em Galaad. O rei dividiu sua tropa em três grupos comandados por Joab, Abisai e Etai de Get, pedindo que salvassem Absalão com vida.

A batalha aconteceu nos bosques de Efraim, e o exército de Israel foi derrotado pelo rei David, tendo perdido 20.000 homens. Absalão em fuga prendeu seus longos cabelos nos galhos de um carvalho, ficando dependurado, sem poder livrar-se dessa situação. Foi então trespassado, pelas lanças de Joab, e golpeado, pelos seus escudeiros, sendo enterrado em uma grande cova, tendo o seu corpo coberto com pedras.

Dois mensageiros levaram a notícia a David, que chorou amargamente, ao mesmo tempo em que se lamentava dizendo: *Ah! Absalão meu filho. Ah! Meu filho Absalão*.

Seguiram-se quatro guerras contra os filisteus, todas vencidas por David e seus oficiais.

O rei David, já então em avançada idade, sentia muito frio. Por mais que se abrigasse não conseguia aquecer-se. Seus criados procuraram então uma moça virgem, que o esquentasse a noite, dormindo ao seu lado. Encontraram Abisag, de extrema beleza, da qual o rei se servia, sem tocar na sua virgindade.

Adonias, o segundo filho do rei, o herdeiro legal, possuía carruagens, gente a cavalo e cinquenta homens a lhe proteger, além de ser gentil e inteligente. Suas ligações políticas eram com o general Joab e o pontífice Abiatar. Não lhe tinham simpatia o pontífice Sadoc e o profeta Natã, nem o grosso do exército.

Tentando arregimentar adeptos, Adonias imolou carneiros e bois sobre a pedra de Zoelete e chamou todos os seus irmãos, mas não convidou Salomão, Natã e nem os soldados mais valentes.

Natã chamou Betsabé, mãe de Salomão e segredou-lhe que Adonias já se proclamara rei, sendo o momento certo de solicitar o cumprimento da promessa de David a respeito de Salomão, que seria o seu herdeiro. Que ela fosse ter com o rei, e ele complementaria a entrevista. O combinado deu certo e David confirmou a promessa.

Mandou chamar Sadoc, Natã e Banaias, e fez ungir a Salomão, em Gihon, ali proclamado rei, na corte e naquele local da unção. Os filhos do rei que estavam com Adonias fugiram e ele próprio pegou-se a um dos cornos do altar, onde estaria protegido pelas leis sagradas.

Salomão estava ungido rei, mas David continuava governando, e seus dias iam-se prolongando. Dizem que Deus lhe

informara, em sonho, de que só morreria em um sábado e quando chegava o sétimo dia da semana, lia a Torá o dia inteiro, pois durante a sua leitura o anjo da Morte não se aproximaria, para buscá-lo. E assim a sua vida foi se prolongando, até que um dia o anjo da Morte, de milhares de olhos como a cauda em leque de um pavão, soprou um vento frio, incomum no verão de Jerusalém.

Esta aragem fez David abandonar rapidamente a leitura da Torá, para ver o que estava ocorrendo. Ao pisar em um dos degraus de madeira da escada, ao lado do palácio, este se partiu e o rei despencou, indo sua alma diretamente para o colo do anjo.

Um pouco antes de morrer, David deu a Salomão uma série de conselhos: seguir as leis e os costumes estabelecidos desde Moisés, continuar a crença no Deus Único, eliminar Joab, por ter morto Absalão, Abner e Amasa, por tê-lo desrespeitado várias vezes, e a Semei, pelas suas maldições. Também o mandou honrar os filhos de Barzilai de Galaad, pelo apoio dele, no tempo de Absalão.

O Judaismo cita que o Messias virá da casa de David e o Cristianismo definiu Jesus, como um descendente de David, o rei que tentou criar um Estado guerreiro, no lugar do sacerdotal.

Salomão e o templo

Logo após a morte de David, veio Adonias ao palácio queixar-se a Betsabé da sua preterição ao trono, solicitando a entrega de Abisag de Sunam, a última acompanhante do velho rei, para ser sua esposa. Na realidade, por trás deste pedido estava escondida uma antiga tradição, pela qual quem se apossasse da mulher do rei era considerado seu sucessor. Por este pedido Salomão mandou Banaias matá-lo. A seguir desterrou o pontífice Abiatar e deu ordens a Banaias para executar Joab, apesar de estar refugiado no tabernáculo. Semei foi o último dos inimigos de David a ser eliminado, completando-se a pacificação dos opositores de Salomão.

Faltava um templo para abrigar a arca e contentar aos sacerdotes. O povo tradicionalmente sacrificava a Deus, nos altos. Um desses locais mais concorridos era a cidade de Gabaon e para lá foi ter um dia o rei Salomão, para sacrificar ao altíssimo, sobre o altar daquela localidade, na montanha.

Ali o Senhor apareceu-lhe em sonho dizendo: *Pede-me o que queres que te dê*. E Salomão, após inúmeros comentários, pediu-lhe um coração dócil para poder julgar o povo e discernir entre o bem e o mal.

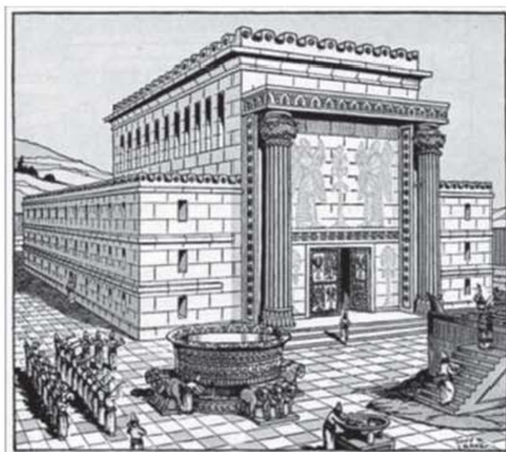
Deus agradou-se disto e disse-lhe: *Porque foi este o teu pedido e não pediste para ti vida longa, nem riqueza, nem a vida dos teus inimigos, mas pediste para ti a sabedoria para discernir o que é justo, vou fazer o que me pediste: dou-te um coração cheio de sabedoria e de inteligência, como ninguém teve antes de ti e ninguém o terá depois. Também te darei o que não pediste: riquezas e glórias, que não haverá entre os reis, quem te seja semelhante. E se seguires os meus caminhos , também dar-te-ei longa vida.*

E com todos esses dons divinos Salomão governou os israelitas por oitenta e um anos, a partir de 1009 a.C, praticando a justiça, embora, por algum tempo, tenha se dedicado a outros deuses, por influência de suas cocumbinas. Esses são os dons que até hoje pedimos para os eleitos destinados a gerir a nossa Ordem.

Seu nome viria de Shalom, no sentido de o Pacífico, mas o profeta Natan o tratava por Jedidias, com o significado de o Amado de Iavé.

Nessa época eu estive residindo em Tiro sobre o mar, a grande obra de Hiram, onde estava estabelecido como plenipotenciário de Salomão, na corte tíria.

A maior realização do reinado de Salomão foi a construção do Templo Sagrado, no monte Moriá. Para edificá-la necessitou da ajuda de Hiram, rei de Tiro, com quem foi feita uma aliança, um tratado.



O TEMPLO E O MAR DE BRONZE

Tiro, a maior cidade comercial fenícia, estava dividida em cidade antiga, no litoral, e cidade nova, construída sobre uma ilha artificial, a setecentos metros da costa, tendo água potável colhida no fundo do mar, com magníficas muralhas e um porto abrigando a maior marinha do mundo de então. Portanto, a Hiram pertencia a tecnologia da construção de grandes obras. Essa Nova Tiro resistiria a um cerco de cinco anos de Shalmaneser III, ao sítio de treze anos de Nabucodonosor e a outro de sete meses por Alexandre, por quem foi destruída.

Salomão, com a ajuda de Hiram de Tiro, começou a levantar o templo, no quarto ano do seu reinado. Junto com os operários que aquele rei lhe mandara estava o notável arquiteto e fundidor Hiram Abif, o mártir que se tornou lenda para muitos dos que se envolveram naquela magnífica construção.

Além do templo foram construídos um novo palácio real, o palácio da filha do faraó, a casa de cedro do Líbano, o pórtico das colunas, as fortes muralhas da cidade de Jerusalém e as cidades fortificadas de Megido, Bete-Seã e Hazor.

Os preparativos para a construção do templo começaram no tempo de seu pai, a quem Deus negara este privilégio, por ter derramado muito sangue, nas guerras que fizera. Mas foi David quem comprou a eira de Ornã, no monte Moriá, onde ele seria edificado, e juntara 100.000 talentos de ouro, 1.000.000 de talentos de prata, cobre e ferro em grande quantidade, além de contribuir com 3.000 talentos de ouro e 7.000 talentos de prata da sua fortuna pessoal. Recebera ainda, como contribuições dos príncipes, ouro no valor de 5.000 talentos, 10.000 dáricos e prata no valor de 10.000 talentos, e também muito ferro e cobre. Esses altos valores em metais raros eu mesmo achei excessivos e penso que seriam uma forma de propaganda, para enaltecer a futura obra, pois um talento equivalia a 60 *minas*, por sua vez equivalente a cem *dracmas*.

Sabendo-se que um dracma correspondia a 4,5 ou 6 gramas de ouro, um talento equivaleria a 27 ou 36 quilogramas de metal e os números resultantes dos valores citados seriam exagerados, totalmente fora da realidade.

Salomão deu início às obras no quarto ano de seu reinado e a completou dentro de sete anos e meio. A sua aliança com Hiram, rei de Tiro, por mim conseguida, facilitou a aquisição das madeiras do Líbano e de hábeis artífices. O rei escolheu obreiros em Israel, ao todo 30.000 homens, que ele mandava ao Líbano, dez mil a cada mês. Tinha mais de 150.000 carregadores e cavoqueiros. Fiscalizavam esses operários 550 inspetores e 3.300 subinspetores, dos quais 3.600 eram cananeus e apenas 250 israelitas. O plano geral obedecia ao mesmo do tabernáculo. As dimensões eram em dobro e as ornamentações mais ricas. O interior do edifício media 60 côvados de comprimento, 20 de largura e 30 de altura, em que um côvado equivalia a 45 centímetros.

As paredes do templo foram construídas com pedras que já vinham prontas, lavradas e perfeitas. A coberta era de pranchões de cedro e as paredes da casa pelo interior eram guarnecidas de tábuas de cedro. Todo o interior era coberto de ouro puríssimo, e os muros, ornamentados com figuras de querubins, de palmas e de flores.

O Santo dos Santos media 20 côvados de cada lado com igual altura. A arca ali repousava, sob as asas de dois querubins feitos de pau de oliveira e cobertos de ouro. Cada um deles tinha dez côvados de alto; o comprimento das suas asas era de dez côvados de ponta a ponta. Os querubins tinham as suas asas estendidas, tocando a asa esquerda de um, na parede esquerda, e a asa da direita do segundo querubim, na parede da direita, e as duas asas internas juntavam-se sobre a arca, no meio do Santo dos Santos. Os querubins estavam em pé e os seus rostos voltados

para o templo exterior. A divisão entre o Santo dos Santos e o Lugar Santo era feita de tábuas de cedro, forradas de ouro de ambos os lados, e tinha duas portas de pau de oliveira, decoradas com palmas, querubins e flores, e também forradas de ouro.

O Lugar Santo, ou santuário tinha 40 côvados de comprimento, 20, de largura, e 30, de alto, com janelas oblíquas, próximas ao teto, para facilitar a ventilação e dar saída à fumaça.

O altar do incenso, feito de cedro e coberto de ouro, fazia parte do Santo dos Santos, mas permanecia fora dele, para que os sacerdotes pudessem diariamente oferecer o incenso, pois só podiam penetrar, no Santo dos Santos, uma vez por ano. A entrada para o santuário tinha portas de pau de faia.

Acima e ao lado do templo existiam diversos andares com quartos à roda, destinados aos oficiais do templo e à guarda das alfaias.

À entrada havia um pórtico de 20 côvados de comprimento e dez de largura e 120 de altura, contendo as duas colunas de bronze, Jaquim e Booz, de 18 côvados de altura, ricamente ornamentadas, fundidas e preparadas por Hiram Abif, o grande mestre filho de um tírio e de uma viúva da tribo de Neftali. Ele comandava os operários encarregados de cortar e desbastar as pedras utilizadas nessa magnífica construção, nas galerias do interior do monte Moriá.

Salomão, Hiram de Tiro e Hiram Abif compunham a mais alta hierarquia dos construtores desse templo ao Altíssimo, e acabaram por criar uma sociedade a projetar-se no futuro e que irá participar de diversas fases dessa história.

O templo tinha dois átrios, o átrio dos sacerdotes e o grande átrio, separados entre si, tanto por diferença de nível, como por um pequeno muro, formado de três ordens de pedras cortadas e de uma ordem de cedro. No átrio dos sacerdotes, havia um altar de bronze para os sacrifícios, quatro vezes maior

do que o que havia no tabernáculo, e um mar de bronze destinado à purificação dos sacerdotes, onde lavavam as mãos e os pés, antes de irem para o altar e de entrarem no santuário. Ali estavam as bacias de receber a farinha, o azeite e o sangue dos sacrifícios, feitas de ouro, prata e cobre. Também a videira de ouro onde eram colocadas ofertas.

Os materiais aplicados na construção foram essencialmente a pedra e a madeira. Os pisos estavam revestidos de madeira de junípero ou de cipreste, segundo algumas traduções, e as paredes interiores de cedro entalhado com gravuras de querubins, palmeiras e flores. As paredes e o teto eram inteiramente revestidos de ouro.

Quando a obra completou-se, a Arca da Aliança foi depositada no Santo dos Santos, a sala mais reservada do edifício, em um dia do mês de Etanim, durante uma grande reunião dos príncipes das tribos e dos chefes das famílias do reino. Assim que a arca ali foi colocada, um nevoeiro espalhou-se por todo o templo e os sacerdotes não conseguiam ficar de pé.

Além dessas esplendorosas edificações, Salomão organizou uma nova estrutura administrativa, dividindo as terras em doze distritos administrativos governados por funcionários por ele nomeados. No exército deu especial importância à cavalaria e aos carros de guerra. Dispunha, no porto de Eziom-Geber, no Golfo de Aqaba, de uma frota de navios comerciais de longo curso, que iam até Tarsis.

Segundo I Reis 11:3, Salomão teve setecentas mulheres e trezentas cocumbinas, e, entre elas, a rainha de Sabá, e *suas mulheres lhe perverteram o coração e o seu coração não era perfeito para com o Senhor seu Deus, como o coração de Davi, seu pai.* Também o povo estava sacrificado por altos impostos, que financiavam esses gastos, pois no tempo de David eles provinham de tributos dos povos conquistados.

O fim do reino de Israel

Após a morte de Salomão, dez das doze tribos resolveram separar-se da Casa de David, estabelecendo um novo reino, no norte, pela cobrança de altíssimos impostos, que o seu sucessor não quis baixar. Esse reino primeiro chamou-se Reino de Efraim e depois, de Samaria, embora tenha prevalecido a denominação bíblica de Israel. As outras duas tribos ficaram fiéis à Casa de David, constituindo-se no Reino de Judá.

E houve uma contínua guerra entre Israel e Judá.

Em 928 a.C, Rehoboam, filho de Salomão, dirigia as duas tribos do sul, Benjamim e Judá, sob a denominação de Reino de Judá, e Jeroboam, com as dez tribos do norte, governava Israel.

Cinco anos depois, o faraó Shishak invadiu os dois reinos, em 923 a.C, e tomou diversas cidades, conforme eu li em uma estela do templo de Carnac, invasão que enfraqueceu bastante o Reino de Israel.

Entre 906 a.C, Baasha rebelou-se contra Jeroboam e criou uma nova dinastia. As guerras civis e contra Judá enfraqueceram o Reino de Israel, do que se aproveitou Ben Hadad I, rei de Damasco e dos arameus, fazendo duas incursões, em que conquistou a Galileia e Gileade, além Jordão.

Enquanto isto, um novo reino expansionista formava-se na região do Alto Rio Tigre, a Assíria, começando suas conquistas com Assurnasirpal II, construtor da nova capital Calah, hoje Nimrod.

Quatro povos da mesma origem disputariam o Fértil Crescente, nos séculos seguintes: arameus, judeus, babilônios e assírios, sem falarmos das intervenções dos egípcios e dos hititas.

Uma coalizão de doze reis da Palestina e da Síria conseguiu deter uma das invasões do assírio Shalmaneser III (853 a.C).

Na estela do rei Mesha de Moab, datada de 850 a.C, está registrada, em uma língua muito semelhante à hebraica, a derrota de Israel perante Moab.

Tiglat Pileser, o Pul babilônico, o Pul bíblico, fez três campanhas contra os povos do oeste. Na primeira ocupou o Reino de Hamath e bordejando a costa foi até o Egito. O rei Menahem Ben Gadi, de Israel, pagou-lhe 1.000 talentos de prata para manter-se no trono, tornando-se seu vassalo.

O rei seguinte Pekah Ben Remaliah, que havia deposto Pekaiah Ben Menahen, uniu-se a Rezin, rei de Aram, contra a Assíria. Ambos pediram a Ahaz de Judá que a eles se aliasse. Com a sua recusa, atacaram Jerusalém e Ahaz pediu socorro a Tiglat Pileser III. Este invadiu a Palestina, pela segunda vez, em 733 a.C, conquistou a Síria, matando o rei Rezin e transformando Aram, com Damasco, Galileia, Gileade, a planície de Sharon e o vale do Jordão, em províncias assírias, sendo dispersas as suas populações. O rei Pekah foi morto e sucedido por Hoshea Ben Elah, reduzido à Samaria e às colinas de Efraim, e com um país empobrecido por altos tributos.

Em 732 a.C., Tiglat Pileser III fez a sua última incursão contra a Síria e, ao se apoderar da Babilônia, em 729 a.C., transformou a Assíria, na maior potência mundial.

Shalmaneser V, filho de Pul, assumiu a direção da Assíria e Hoshea, rei de Israel, pediu socorro ao faraó So ou Osorkon V, em 725 a.C.

Em seguida Sargão II tomou, em 722 a.C., a cidade de Samaria, espalhando milhares de judeus por Halah, Habor, no rio Gozan, e nas cidades do povo meda, estabelecendo em seu lugar gente da Babilônia, Cuthah, Ava, Hamath e Sefarvaim.

Assim desapareciam as Dez Tribos e o Reino de Israel, as chamadas Tribos Perdidas de Israel, desde então jamais localizadas, possivelmente assimiladas.

O fim do reino de Judá

Vinte e um anos depois, em 701 a.C., Senaqueribe, rei da Assíria, veio cercar Jerusalém.

A primeira leva da sua cavalaria bebeu quase toda a água do Jordão ao atravessá-lo, a segunda, o que restou, e a terceira, teve de cavar poços, no leito do rio seco.

Achando a cidade pequena, em vez de atacá-la de imediato, como pedia a profecia, resolveu acampar fora de suas muralhas, aguardando desnecessariamente um dia, além do previsto por seus astrólogos, o que lhe foi maléfico. Naquela noite, o acampamento de Senaqueribe foi atingido de forma estranha e imprevista, pela morte de milhares de homens, por pisoteio, peste, a espada do anjo Gabriel, ou ainda, pela ação desses três fatores, conta a lenda. Os poucos que se salvaram voltaram para a Assíria. Apesar do que ocorrera, Manassé, filho de Hezekiah, preferiu tornar-se vassalo daquele poderoso rei.

Senaqueribe também tomou Babilônia, em 689 a.C., destruindo suas muralhas e a transformando em um charco, mas, meio século depois, fustigada pelas tribos bárbaras do norte, a Assíria dividiu-se em dois reinos: Haran e Nínive, e perdeu a sua importância, na História.

Mais tarde Nabopolassar conseguiu libertar Babilônia, destruindo a Assíria e criando o Império Neobabilônico.

Em Judá, o rei Josiah (640-609 a.C.), estabeleceu grandes reformas religiosas e lutou contra a idolatria. Durante o seu reinado, enfrentamos o faraó Neco II, que invadiu a Palestina. Travamos contra ele a Batalha de Megido, em 609 a.C., na qual Josias tentou deter o avanço egípcio, mas foi morto. Seu filho Joacaz foi levado prisioneiro após três meses de reinado e Judá

se tornou caudatário do Egito, pagando elevadíssimos tributos, ao ponto dessa derrota ser considerada como a do Armagedon, a batalha do final dos tempos. Neco II impôs a coroação de Eliaquim, filho de Josias, mas mudou-lhe o nome para Joaquim (609-598 a.C.).

Em 605 a.C., Neco II foi derrotado,definitivamente na Batalha de Carquemish, pelas forças de Nabucodonosor II. No ano seguinte ele avançou sobre as cidades filisteias da costa. O quadro internacional mudara, pois Judá, como aliado do Egito e da Assíria, opunha-se à Babilônia. O profeta Jeremiah pediu ao rei Jehoiaquim ou Jeconias, filho de Joaquim (598-597a.C.) a sua submissão à nova potência, em face da disparidade de forças. Apesar de os conselhos do profeta, o rei continuou com as hostilidades, sendo derrotado e deportado, em 597a.C., para Babel, com outros 10.000 judeus, a fina flor da sociedade hebraica, que acompanhei, estabelecendo-me com uma casa comercial importadora. Jehoiaquim foi tratado como um rei no exílio, recebendo comida de Nabucodonosor, até o tempo de Evil Merodach, que o mandou decapitar.

Em Judá, subiu ao trono Zedekiah ou Sedécias (597-586 a.C.), com a finalidade de arrecadar tributos, para aquela nova grande potência da Mesopotâmia. Sob a pressão de seus ministros e do Egito, resolveu não mais mandá-los, para a Babilônia, declarando-se livre. Por isso Nabucodonosor, no décimo dia do décimo mês do nono ano de seu governo, mandou o seu general Nabusardan cercar Jerusalém, cujo sítio durou dois anos.

Uma esperada ajuda dos egípcios falhou, e, em 586a.C., a cidade foi tomada.

O rei Zedekiah tentou fugir, mas foi preso perto de Jericó e assistiu à morte de seus filhos, tendo em seguida os seus olhos perfurados. Cego e sob cadeias foi levado prisioneiro para a Babilônia.

Jerusalém foi totalmente destruída, o templo arrasado e saqueado, e a maior parte de sua população levada para o cativeiro da Babilônia, juntando-se ali aos exilados de Jeoiaquim.

Governando os poucos judeus remanescentes, na terra de Judá, os mais pobres, ficou Gedalias, nomeado por Nabucodonosor II, passando a residir em Mispá, em 587 a.C., onde recebia tributos até dos dispersos em Moab, Amon e Edom. Governou durante dois meses, sendo assassinado por Ismael, membro da Casa de David. Os poucos habitantes que restavam fugiram para o Egito.

A arca, para a qual o templo fora construído, desapareceu completamente das narrativas a partir desta época, sendo desconhecido o seu destino.

Para os católicos que usam a Septuaginta, o desaparecimento da Arca está narrado no livro de II Macabeus, não aceito pelos protestantes e por grande parte dos judeus.

Nele o profeta Jeremias mandou que a levassem até o monte Nebo, para escondê-la em uma caverna. *"O escrito mencionava também como o profeta, pela fé da revelação, havia desejado fazer-se acompanhar pela arca e pelo tabernáculo, quando subisse a mesma montanha que subira Moisés, para contemplar a herança de Deus. No momento em que chegou, descobriu uma vasta caverna, na qual mandou depositar a arca, o tabernáculo e o altar dos perfumes; em seguida, tapou a entrada. Alguns daqueles que o haviam acompanhado voltaram para marcar o caminho com sinais, mas não mais puderam achá-lo. Quando Jeremias soube, repreendeu-os e disse-lhes que esse lugar ficaria desconhecido, até que Deus reunisse seu povo e usasse com ele de misericórdia. Então revelará o Senhor o que ele encerra e aparecerá a glória do Senhor como uma densa nuvem, semelhante à que apareceu sobre Moisés e quando Salomão rezou para que o templo recebesse uma consagração magnífica.* (II Mac, 2, 4-7).

O cativeiro da Babilônia

Foi o tempo em que os judeus ficaram exilados, na Babilônia, da primeira tomada de Jerusalém, em 598 a.C., até o retorno, quando da conquista de Babel, em 539 a.C., por Ciro II, rei dos medos e dos persas.

Para alguns ele teria começado, em 605 a.C., após a batalha de Carquemis, quando judeus foram mandados estudar na Babilônia. Para outros, em 597 a.C., quando da primeira deportação em massa do povo de Judá, após Jerusalém ter sido sitiada e o rei Jeconias ter-se rendido. Foi com eles que eu fui para a terra entre os dois rios. Este cativeiro datou até 538 ou 537 a.C., quando Ciro II emitiu o seu famoso decreto, autorizando o retorno dos exilados.

Durante este período a Babilônia foi governada por diversos reis, entre os quais:

Nabucodonosor II o expansor do império ao conquistar a Cilícia, Síria, Fenícia e Judeia. Vencedor dos egípcios nas batalhas de Carquemis (605 a.C.) e de Hamat. Cercou Tiro por treze anos (585 a 572 a.C.). Foi ele quem reestabeleceu o sistema de irrigação e restaurou os templos da Babilônia, protegeu sua capital com linhas de muralhas duplas e um muro entre os rios Tigre e Eufrates, ao norte, embelezou-a com os famosos Jardins Suspensos, em terraços ajardinados, sustentados por colunas, para agradar à sua mulher, uma princesa meda, irmã de Ciro, e levantou um zigurate de forma piramidal escalonado, com noventa metros de altura. Foi sucedido por Evil-Merodaque ou Evil-Marduque, seu filho, reinante por dois anos, sendo morto pelo cunhado Neriglissar, que se apoderou do reino e deixou-o para um filho menor Labashi-Marduque, também assassinado, em 555 a.C.

Nabonido foi o último rei do Império Neobabilônico, governando entre 554 a.C. a 539 a.C., sendo um dos chefes da conspiração contra Labashi-Marduque. Residiu em Tema, deixando seu filho primogênito Belsazar, como corregente, na Babilônia, o que explicaria o motivo de Belsazar ter oferecido, ao profeta judeu Daniel, o terceiro lugar do reino, como recompensa pela decifração da Escrita Misteriosa, na parede do seu palácio.

Ciro II, rei da Pérsia, já havia anexado o reino da Média e o reino da Lídia ao seu Império. Agora buscava a conquista da Babilônia.

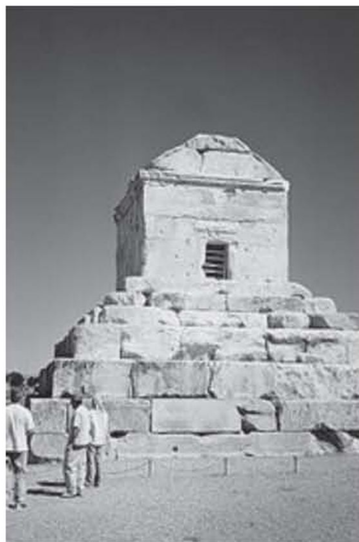
Em 540 a.C., Nabonid regressou àquela cidade, pois os avanços de Ciro, ameaçavam o Império Neobabilônico, mas derrotado nas batalhas de Opis, a 185 km da Babilônia, e de Sippar, a 80 km, fugiu para Borsipa, mais ao sul, onde foi capturado e exilado

Belsazar, filho de Nabonid, foi o último rei do Império Neobabilônico., sendo corregente, na parte final do reinado, quando Nabonido estava, no Líbano, convalescendo de uma doença.

No terceiro ano do corregente Belsazar, o profeta Daniel foi chamado ao palácio real para decifrar aquela Escrita Misteriosa da parede do seu palácio, que determinava o fim do seu governo.

Na madrugada de 5 de outubro de 539 a.C., a cidade da Babilônia foi ocupada, sem batalha, pelos exércitos de Ciro II, sendo Belsazar executado naquela mesma noite.

Quando Ciro decretou o retorno do exílados de Judá ele o fez em razão de uma estranha visão em que o Deus de Israel lhe aparecera em sonho determinando-lhe a reconstrução do templo. Além disso os judeus haviam aderido ao Zoroastrismo, uma irmandade que não exigia mudança de religião, a qual pertencia a maior parte do exército medo-persa, e ensinado aos invasores a melhor maneira de conquistar Babilônia, sem o assédio das suas poderosas e gigantescas muralhas, onde vários carros de guerra andavam por cima, como em larga estrada, mas simplesmente desviando o curso do rio Eufrates.



O TÚMULO DE CIRO II

Muitos judeus fizeram grandes progressos em suas vidas, na Mesopotâmia, no comércio e nos empregos públicos, tendo ali enriquecido e criado família, pois duas gerações já haviam passado, desde a destruição de Jerusalém e não mais se lembravam de Sião, nem mais queriam retornar. Outros porém, na tristeza do exílio, principalmente nos primeiros tempos, só pensavam nessa volta, o que foi expresso no Salmo 136, da Vulgata, em que os judeus cativos, em Babilônia, negaram-se a cantar, lamentando a destruição de Jerusalém e pedindo vingança.



O GRANDE ZIGURATE, OS JARDINS E O EUFRATES
MARTI HEEMSKERCK

SALMO 136

Às margens dos rios da Babilônia, nos assentamos e nos pusemos a chorar, lembrando-nos de Sião.

Nos salgueiros que existem no meio delas penduramos as nossas harpas.

Porque ali nos pediam, os que nos levaram cativos, palavras de canções e, os que por força nos levaram, disseram: Cantai-nos um hino dos Cânticos de Sião.

Como cantaremos o cântico do Senhor, em terra estranha?

Se eu me esquecer de ti, oh Jerusalém, ao esquecimento seja entregue a minha mão direita.

Fique pegada a minha língua ao céu da minha boca, se eu não me lembrar de ti; se não propuser a Jerusalém, como principal objeto da minha alegria.

Lembra-te, Senhor, dos filhos de Edom, no dia de Jerusalém, os que disseram arruinai, arruinai nela, até os fundamentos.

Filha desastrada da Babilônia, bem-aventurado o que te der o pago, que tu destes a nós.

Bem aventurado o que apanhar as mãos, e fizer em pedaços, contra as pedras, teus tenros filhos.

Daniel

Alguns judeus não piedosos acham que o arquétipo de Daniel foi o de um deus campestre, que presidia a divisão do trigo entre os parceiros, capaz de comandar o orvalho e a chuva, chamado de Danel, relacionado com Dagon, o deus das eiras e da agricultura, cultuado em Ras Shamra (Ugarit), uma cidade costeira da Síria, cujo apogeu foi atingido a partir de 1450 a.C.

O certo é que a história do nosso herói começa quando o rei Nabucodonosor chamou Aspenaz ou Asfenaz, o chefe dos seus eunucos, e o mandou escolher, entre os prisioneiros israelitas recém-chegados, na primeira leva de exilados, alguns jovens da família real e das famílias nobres, para servirem na sua câmara, em seu palácio.

Todos deveriam ter boa aparência e sem defeitos físicos; de gentil presença, inteligentes, instruídos e capazes de bem se comportarem na corte. Precisariam ainda aprender a língua e estudar os escritos dos babilônios.

Entre os que foram escolhidos estavam Daniel, Ananias, Misael e Azarias, todos da tribo de Judá, e o eunuco-mor Asfenaz deu-lhes os novos nomes babilônicos de Beltessazar ou Baltasar, Sidraque ou Chadraque, Mesaque e Abede-Nego respectivamente.

Deus dera a esses meninos a ciência, o conhecimento e a sabedoria de todos os livros, mas Daniel ultrapassava os três pois recebera o dom de interpretar visões e sonhos. O rei, depois de conversar com eles, determinou-lhes os seus serviços e, nas questões apresentadas, excederam a todos, por dez vezes.

Daniel serviu à Babilônia até o tempo de Ciro, sendo respeitado pela sua sabedoria e até hoje continua a sê-lo, como um profeta das três religiões monoteístas.

Vários locais disputam o lugar de sua tumba, como Susa, no Irã, Kirkuk, no Iraque, em um mausoléu junto com os de Ananias, Misael e Azarias; em Samarcanda, no Uzbequistão, para onde foi levado por Tamerlão, em Muquedadiyah, no Iraque e em Mala Amir, no Curdistão persa, sendo ainda hoje locais de visitação de crentes.

Agora falaremos do primeiro sonho, por ele intrpretado: o da Estátua dos Quatro Impérios ou dos Quatro Metais

Em uma noite do seu reinado, Nabucodonosor teve um sonho e acordou confuso, não conseguindo lembrar-se dele. Por isso mandou inquirir a todos os sábios e advinhos do Império e ninguém sabia dizer-lhe qual tinha sido esse seu sonho. E a matança dos magos, que nada conseguiam, começou impiedosamente.

Daniel teve uma visão esclarecedora e, seguro de si, apresentou-se a Arioch, o general encarregado das matanças dos sábios e adivinhos, para que o levasse ao rei, pois tinha as respostas corretas.

Quando se apresentou diante do rei, pediu que os magos fossem poupados, pois Deus havia-lhe antecipado, em sonho, coisas do futuro. Em seguida, diante de toda a corte descreveu o sonho esquecido e interpretou-o.

Segundo Daniel o rei sonhara com uma grande estátua de altura extraordinária, em pé diante dele, e a sua visão fora espantosa. A cabeça da estátua era de finíssimo ouro; os peitos e os braços, de prata; o ventre e as coxas, de cobre; as pernas, de ferro; e os pés, parte de ferro, parte de barro. E eis que de repente, uma pedra foi arrancada de um monte, sem qualquer ajuda, de onde desceu rolando e crescendo, até bater na estátua, pelos pés de barro, fazendo-os em pedaços.

Então tudo se quebrou a um tempo, o barro, o ferro, o cobre, a prata e o ouro, e tudo ficou reduzido como se fosse palha, que o vento carrega no estio. Todos os metais desapareceram como pó, mas a pedra permaneceu e virou um grande monte, que encheu toda a Terra.

Seguiu-se a interpretação do profeta, aceita pelo rei.

Nabucodonosor correspondia à cabeça de ouro. O Primeiro Império, as conquistas militares, os monumentos e as construções da Babilônia eram obras suas. Também usava ouro em abundância nos edifícios, templos e palácios. Os ídolos, o trono, a mesa e os altares, por ele mandados fazer, eram do mais puro ouro.

Depois dele viriam outros menores, o Segundo Império, de prata; um Terceiro de cobre, que mandaria em toda a Terra, e finalmente o Quarto, de ferro, que transformaria todos os outros, em vassalos. A pedra rolada do monte seria um novo reino, o V Império mandado por Deus, que consumiria todos.

Satisfeito com a interpretação, Nabucodonosor nomeou Daniel governador de todas as províncias da Babilônia e prefeito dos magistrados, enquanto Sidraque, Misaque e Abdénego ficaram como superintendentes da província da Babilônia.

Com o tempo a interpretação desse sonho foi complementada. Daniel apenas identificara a cabeça de ouro, como sendo a Babilônia de Nabucodonosor. Mais tarde os três Impérios seguintes foram entendidos como o Medo-Persa, o grego de Alexandre e o Romano. A pedra caída da montanha, o V Império, que jamais seria destruído, nem conquistado por outro, mas que superaria todos os outros e duraria para sempre.

Muitos judeus piedosos acham que as histórias e interpretações de Daniel estão relacionadas a um fim do mundo próximo, um Apocalipse, com a instalaçao da nova ordem cósmica

a ocorrer com o fim do Império Babilônico ou do Império Selêucida.

Essa e outras histórias coetâneas permeiam o livro de Daniel, onde Nabucodonosor aparece como a principal figura, pela sua personalidade psicopática, talvez um portador de esquizofrenia paranoide, cheia de megalomanias, sonhos esquisitos, construções gigantescas, premiações e castigos inesperados, até uma fase alucinatória comendo capim como um touro, nos jardins do seu palácio.

Eu, como livre pensador sou levado a crer, pois vivi naquele tempo, que a emblemática estátua possa corresponder à um símbolo da ideia da divisão indiana das castas chegando a Mesopotâmia, uma visão do deus Brama, o criador. A sua cabeça representaria os sacerdotes, os brâmanes, a sabedoria, o ouro, a Babilônia; o peito e os braços, os guerreiros, os xátrias, a prata, os medo-persas; a barriga, os comerciantes, o cobre, os gregos; as pernas, o povo, o ferro, os romanos; e os pés de barro, os sudras, os escravos.



A ESTÁTUA DO SONHO

Daniel continuou a decifrar sonhos na corte de Nabucodonosor e dos outros reis, que o sucederam, mas esse foi o estabelecimento de uma formidável utopia, que atravessou milênios e ainda permanece latente em diversas religiões e instituições esotéricas.

Agora conheçamos a Lenda da Fornalha Ardente que tratou da idolatria.

Estava tudo em paz, quando Nabucodonosor mandou fazer uma estátua de ouro de vinte e sete metros de altura, colocando-a em um campo, e determinando a sua adoração. Aquele que não atendesse a esse chamamento seria jogado em uma fornalha de fogo ardente. Os superintendentes Sidraque, Misaque e Abdénego foram acusados de não obedecerem a esse decreto real e o rei, cheio de furor, chamou-os à sua presença para que confimassem a sua ousadia. Eles não só confirmaram o que haviam feito, como disseram que jamais adorariam estátuas, e que o Deus deles os protegeria. Isso aumentou a ira de Nabucodonosor, ordenando aos seus trabalhadores a acender e a atiçar uma fornalha de cozer tijolos, com um fogo sete vezes mais forte do que o normal.

Por sua ordem os soldados ataram os três superintendentes e os lançaram ao fogo. E o fogo de tão quente matou esses soldados instantaneamente enquanto os três permaneceram incólumes. Nabucodonosor, que tudo assistia, levantou-se espantado quando viu um quarto homem, na fornalha, de aspeto semelhante ao Filho de Deus e aproximou-se dizendo: *Sidraque, Misaque e Abdénego, servos do Deus excelso, saí e vinde.* E Nabucodonosor determinou a proteção àqueles que acreditassem no Deus dos superintendentes. Neste episódio estão contidas a luta contra a idolatria e a premunição da vinda do Messias.



A FORNALHA DE NABUCODONOSOR

A seguir Nabucodonosor foi perseguido por mais um de seus sonhos premunitórios, que muito o atemorizou e estando ainda deitado assustou-se com seus pensamentos e suas visões. Chamou a todos os adivinhos, para a interpretação, até que chegasse a vez de Daniel, a quem o rei relatou o sonho da Árvore do Meio do Mundo.

Sonhara com uma grande árvore, cuja altura chegava ao Céu e da sua copa enxergavam-se as extremidades da Terra. As sua folhas eram formosas e dava ótimos frutos em quantidade sustentando todo tipo de animais domésticos ou selvagens, que a sua sombra se abrigavam, além das aves que a noite empoleiravam-se em seus galhos. Então houve um forte clamor e uma voz mandou derrubar a árvore, cortar os seus galhos, cair as suas

folhas, desperdiçar os seus frutos, afugentar os animais e enxotar as aves. O tronco porém, deveria ficar entre os matos, e o seu coração de homem mudaria em de animal, até que se passassem sete tempos.

Daniel pensou quase por uma hora e interpretou o sonho da forma seguinte: a árvore frondosa e alta, que sustentava a todos com abrigo e alimento seria o próprio Nabucodonosor. O tronco, o seu reino a ser-lhe devolvido após os sete anos de castigo, quando pensaria ser um boi ou cavalo, molhado pelo orvalho do amanhecer, até que reconhecesse o poder de Deus, que controla todos os reinos.

Passados os doze meses a profecia cumpriu-se. Ele foi expulso da companhia dos homens, comeu feno qual um boi, foi molhado pelo orvalho, seus cabelos cresceram, os pelos desenvolveram-se pelo seu corpo, iguais as plumas de uma águia, e as suas unhas viraram garras.

Quando terminou o tempo previsto, ele levantou os olhos ao céu e bendisse ao Altíssimo, retornando-lhe o juízo, sendo-lhe restituído o reino e toda a corte foi buscá-lo. Reconhecera o seu erro por andar na prática da Soberba.

A Nabucodonosor II sucederam-se Evil Merodach, Neriglissar, Nabonido e Belsazar ou Baltazar, este como corregente de seu pai e alguns dias como soberano, pois as tropas de Ciro II, já acampavam próximo à cidade do Eufrates. A fumaça das fogueiras dos exércitos dos medas e persas já clareavam no horizonte e eram vistas do alto do Grande Zigurate, quando Baltazar deu mais um de seus famosos festins, animados pela bebida e pela Luxúria, com mais de mil convidados, talvez a sua festa de coroação.



NABUCODONOSOR COMENDO AS ERVAS DO CAMPO

Bêbados pela cerveja e pelo vinho em profusão, resolveram tomá-los nos vasos de ouro e prata trazidos do templo de Jerusalém há muitos anos. Quando começaram a usá-los apareceram dedos que escreveram na parede do salão da orgia a frase *MANÉ TEQUEL FARÉS*.

O rei foi tomado pelo medo e resolveu premiar com um colar de ouro, vestes de púrpura e a investidura no terceiro lugar da hierarquia do Império a quem interpretasse a mensagem. Como ninguém o sabia, chamaram mais uma vez a Daniel .

Este revelou que era a sentença final de Deus contra Baltasar e a Babilônia: Mané significava que Deus contara os dias do seu reinado e lhes pusera um fim; Tequel, que fora aferido na balança divina e seus pecados estavam pesados demais, e Farés, o reino da Babilônia seria dividido e dado aos medas e persas.

Naquela mesma noite ele foi morto e Ciro conquistou Babilônia, na madrugada de 5 de outubro de 539 a.C. O governo da Mesopotâmia ficaria com Dario, o Meda, chefe militar de Ciro II, comandante da conquista da cidade de Babilônia.

A Crônica de Nabonido escrita em caracteres cuneiformes sobre uma placa de argila revela-nos fatos dos últimos dias do Impérios Babilônicos:

[Décimo sétimo ano:] . . . No mês de tasritu, quando Ciro atacou o exército de Acade, em Ópis sobre o Tigre, os habitantes de Acade se revoltaram, mas ele (Nabonido) massacrou os habitantes confusos. No 14.° dia, Sipar foi capturada sem batalha. Nabonido fugiu. No 16.° dia, Gobrias (Ugbaru), governador de Gutium, e o exército de Ciro entraram em Babilônia sem batalha. Depois, Nabonido foi preso em Babilônia ao voltar (para lá). . . No mês de arasamnu, no 3.° dia, Ciro entrou em Babilônia, raminhos verdes foram espalhados diante dele – impôs-se à cidade o estado de "Paz" (sulmu).



O FESTIM DE BALTAZAR
MANÉ TEQUEL FARÉS (REMBRANDT)

Outras histórias permeiam a vida de Daniel: a da cova dos leões, a da visão dos quatro animais simbólicos, uma repetição do sonho da estátua dos quatro metais, a da visão do carneiro e do bode, em que o bode representava os gregos e o carneiro, os persas, a previsão da vinda do Messias, após setenta e duas semanas de anos, correspondendo ao ano do batismo de Cristo por João, a 27 d.C., a ascensão dos gregos, a divisão do Império de Alexandre e a sua visão do Juizo Final, que o liga ao Apocalipse de João.

Um documento dessa época, marcando o fim do cativeiro é o cilindro de Ciro, contendo um decreto famoso por ele editado, no seu primeiro ano após a conquista da Babilônia, entre 538 e 537 a.C. Foi expedido do Palácio de Susa, com o seguinte teor: "*Assim diz Ciro, rei da Pérsia: O Senhor, Deus dos Céus, me deu todos os reinos da terra e me encarregou de lhe edificar uma casa em Jerusalém de Judá. Quem dentre vós é de todo o seu povo, seja seu Deus com ele, e suba à Jerusalém de Judá e edifique a Casa do Senhor, Deus de Israel, o Deus que habita em Jerusalém.*

Durante cinquenta anos, entre 587 e 537 a.C., Jerusalém estivera desabitada e em completa ruína. Somente após o decreto de Ciro, é que ali se reuniu a primeira vaga de judeus exilados retornando a Judá, entre os quais eu me encontrava. Era seu objetivo primário reconstruir o templo de Jerusalém. Estavam liderados por Zorobabel, nomeado governador de Judá, e Josué, o sumo sacerdote.

Foi Daniel um dos primeiros a levantar a crença do filho de Deus vir à Terra um dia, sob a forma do Messias, para abrir o caminho da esperança e libertar a humanidade do pecado original. Foi ele também que estabeleceu a ideia da Nova Jerusalém descendo do céu sobre a Terra.

Com a derrota da Babilônia nascera o Segundo Império, o de prata, dirigido sucessivamente por Ciro, Cambises, Dario, Xerxes e Artaxerxes que iriam ajudar na segunda repatriação dos judeus, na reconstrução de Jerusalém e do segundo templo.

A ajuda do II Império

Ciro II ou Kurosch, rei da Pérsia e da Média, de 559 a 530 a.C., professava uma religião ética, o zoroastrismo, com um ser supremo empenhado na gigantesca luta contra o mal. Formavam uma fraternidade voltada para o bem, na qual eram admitidos os que se dispusessem a combater às forças negativas de Arimã, naquele momento representadas pela Babilônia, na qual entraram muitos judeus, engajados no seu exército.

Os judeus antibabilônicos aliados do faraó Neco estavam refugiados, no Egito, mas uns poucos ainda perambulavam entre as ruínas de Jerusalém, onde esperavam o fim das semanas de anos, para a volta dos exilados.

Nela apareceu um dia um príncipe de Judá vindo da Babilônia, onde fora soldado de Kurosch, para ver as ruínas do templo. Observando a situação resolveu ir ao Grande Rei solicitar o fim do exílio.

A certeza de que Ciro o ajudaria vinha do sonho daquele soberano, onde vira dois reis da Babilônia acorrentados e sobre eles uma águia repetindo o nome do Deus dos judeus, interpretado por Daniel como um aviso para a libertação do seu povo. Por isto Kurosch emitira o decreto do retorno e da reconstrução, que ainda não fora cumprido.

Zorobabel apresentou-se à corte de Ciro, como um peregrino, sendo interrogado.

– O que desejais?

– A liberdade.

– Só posso dá-la a ti e ao teu povo se me entregares o Delta Sagrado e o nome que ele contém.

– Prefiro morrer na escuridão, pois sou guardião do fogo.

– Quem te salvará da minha cólera?

– Vosso juramento de soldado de Mitra e vossa honra.

– Sabendo-te um Mestre da Luz, quis testar a tua fidelidade, terminou o rei.

Mandou-o vesti-lo como a um nobre e deu-lhe a fita de Tarshata da Judeia, restituiu-lhe o anel e a espada, símbolos da autoridade, e as instruções para a reconstrução do templo.

Porém nem todos desejaram voltar, pois estavam bem estabelecidos e prósperos, no país dos dois rios, onde tinham adquirido raízes, em suma, estavam adaptados.

Os que quiseram regressar voltaram em três levas sucessivas: a primeira sob a liderança Zorobabel, para reconstruir o templo; a segunda, sob Esdras, para restabelecer a lei, e a terceira, a de Nehemias, para reconstruir as muralhas.

A geração do cativeiro estava idosa e a que nascera na Babilônia, aculturada. Muitos haviam aderido a uma nova concepção religiosa surgida, no Cáucaso, por volta de 600 a.C., em torno de Zoroastro. Os judeus participavam das fraternidades de Zoroastro, embora dissessem que seu Deus estava acima de tudo.

Conduzidos por Zorobabel ou Sheshbazzar, neto do rei Jeoiaquim, em 533 a.C., vieram 42.360 retornados, incluindo as crianças, 7.337 escravos e 200 cantores e cantoras, na longa jornada do Eufrates a Jerusalém, que durou quatro meses, enfrentando todas as dificuldades, pela borda do deserto da Arábia, até atingirem Damasco. Em Gabara, encontraram uma ponte, onde foram atacados pelos colonos babilônicos de Samaria, que não desejavam o seu retorno, procurando tomar-lhes as riquezas do templo. Os judeus foram vitoriosos, mas Zorobabel perdeu a fita distintiva que lhe dera Ciro.

A atravessia dessa ponte passou a ser um símbolo da passagem da escravidão para a liberdade.

Zorobabel contribuiu do seu próprio bolso com mil dáricos, para a reconstrução, o que deu entusiasmo a todo povo, que fez ofertas em quantidade.

Foi logo construído e sagrado o altar de Deus, no mesmo local onde estivera antes, e ocupada a área do antigo Templo. Dois anos depois, em 535 a.C., eu vi as suas fundações prontas.

Os samaritanos propuseram cooperação nesse trabalho de Zorobabel, pois se consideravam os descendentes dos judeus do reino de Israel, que haviam permanecido na região, após a maioria ter sido dispersada pelos assírios. A proposta foi recusada e por isso eles reclamaram aos persas, de onde logo veio uma ordem para a paralisação das obras.

Ciro faleceu em agosto de 530 a.C., sendo sucedido por Cambises, de 530 a 522 a.C., que conquistou o Egito, e, a seguir, por sete ou oito meses o trono foi ocupado pelo impostor, que se passava por Smerdis, irmão de Cambises.

Dario I (521 a 486 a.C.) eliminou o falso Smerdis e governou a Pérsia. Em 520 a.C., mandou reiniciar as obras do templo, sob os conselhos e admoestações dos profetas contemporâneos Haggai ou Ageu e Zacarias, ficando pronto, em 516 a.C., quando foi consagrado.

A Dario I sucedeu Xerxes, o Grande (486 a 465 a.C.) e Artaxerxes I, o da Mão Comprida (464 a 424 a.C.), que autorizou a Esdras ir a Jerusalém, no sétimo ano do seu reinado, em 457 a.C., ofertando presentes ao templo. Com ele retornaram mais 5.000 exilados que se prepararam, às margens do rio Ahava, para os quatro meses de viagem através do deserto. Ao chegarem à Jerusalém, a restauração ainda não havia acontecido: O templo, a cidade e os seus habitantes estavam debaixo de grande miséria e opróbrio.



O TÚMULO DE ESDRAS EM EL UZAIR BASSORÁ

Mais tarde Nehemias, recebeu ordens do mesmo Artaxerxes I, no vigésimo ano do seu reinado (444 a.C.), para reconstruir os muros de Jerusalém, onde tiveram de lutar com a espada na mão e a trolha na outra.

Artaxerxes III (358 a 388 a.C.) também chamado Artashata ou Artesata, foi quem deu nome a um cargo importante na hierarquia dos graus superiores de uma ordem que vem atravessando os tempos.

A dinastia dos Aquemênidas iniciada por Ciro II ainda durou uns cem anos, encerrada com a conquista do seu Segundo Império, por Alexandre III da Macedônia, e pela morte de Dario III , governante desse Império, de 336 a 330 a.C. Ainda houve a resistência de Artaxerxes V Bessus (330 a 329 a.C.), o sátrapa da Báctria, assassino de Dario III.

O Zoroastrismo representou uma rebelião mundial contra o chamado Estado Religioso, representando a ascensão da casta guerreira, formando um Estado Conquistador Expansionista, que aparecera quinhentos anos antes, com a tentativa do rei David. Filosoficamente compreendia a aceitação do dualismo em uma luta que só terminaria no fim dos tempos, quando o bem, a luz, o fogo e o calor representados por Ahura Mazda der-

rotariam o mal de Arimã, correspondendo à escuridão e ao frio. Haveria um "Juízo Final" coletivo, diferente do egípcio, do tipo individual. Foi essa ideologia religiosa que criou o demônio.

O Zoroastrismo infiltrou o Judaísmo com uma série de ideias e talvez com uma seita especial, a dos Essênios. Também influiu na formação do Budismo e da religião de Mahavira. Foi esta a época dos filósofos gregos e do preparo do Helenismo, a partir de Aristóteles e Alexandre, entre outros.

Alexandre, o Egito e o III Império

No século VIII a.C., surgiu a lenda do Nó Górdio, quando um rei da Frígia morrera sem deixar herdeiros. Ao ser consultado um oráculo sobre o fato, este anunciou que o próximo rei chegaria à cidade conduzindo um carro de boi.

Um camponês chamado Górdio foi quem se aproveitou do vaticínio, sendo proclamado rei, e para não se esquecer de seu passado humilde, ele amarrou a carroça a uma coluna do templo de Zeus, por um nó, que ninguém conseguia desatar.

Górdio reinou longo tempo e, por sua morte, o reino passou para seu filho Midas que expandiu o Império, acumulou gigantesca fortuna em ouro, mas morreu sem deixar herdeiros. De novo o oráculo foi ouvido e declarou que quem desatasse o nó conquistaria a Ásia.

Correram os anos até Alexandre passar pela Frígia, e ouvir a lenda. Intrigado com a questão, foi até o templo de Zeus observar o nó de Górdio. Após muito tentar desfazê-lo, desembainhou sua espada e cortou-o. Lenda ou não, o fato é que Alexandre se tormou senhor de toda a Ásia, pouco tempo depois.

Então surgiu o III Império, o de cobre, após Alexandre unificar os gregos, conseguindo conquistar o Império Persa e parte da Índia, primeiro pela vitória da batalha de Granico, em maio de 334 a.C. travada no noroeste da Ásia Menor, perto de Troia, onde venceu as forças dos sátrapas de Dario III da Pérsia, incluindo um grande número de mercenários gregos. Depois com a batalha de Isso, em 333 a.C., acontecida próxima à cidade de Isso, na Ásia Menor. Em seguida veio a tomada e a destruição de Tiro, em 332 a.C., após sete meses de cerco, cidade construída por Hiram, o contemporâneo de Salomão, necessária para que-

brar a força da esquadra persa, composta em grande parte por navios fenícios. Continuou com a tomada do Egito; a batalha de Gaugamela, em 331 a.C., decisiva para a conquista final do Império Persa, e a batalha de Hidaspes, em 326 a.C., na Índia, contra Porus.

A vida de Alexandre foi curta. Seus generais dividiram o Império em quatro partes e, a Palestina foi disputada pelos descendentes de Seleuco e de Ptolomeu.

Os Macabeus, membros de uma família judaica, conseguiram um curto período de independência, para o seu país, contra os Selêucidas, enquanto os judeus que habitavam Alexandria facilitaram a tradução dos seus livros sagrados, para o grego, o que ajudou posteriormente na difusão do Cristianismo.



ALEXANDRE
MUSEU DO LOUVRE

Os egípcios acolheram Alexandre como um libertador, terminando com a dominação persa. No oásis de Siwa foi sagrado faraó legítimo, apontado por Ámom-Rá. Durante a sua permanência no Egito, fundou no extremo ocidental do Delta, sobre o mar, a primeira cidade com o seu nome. Ali seria construída uma metrópole suntuosa, a cidade de Alexandria, um centro de cultura e de poder, disseminando o Helenismo pelo mundo, como um dia Aristóteles, seu mestre, sugeriu-lhe.

Quando Alexandre foi ao povoado de Racondá, chamado de Racótis, pelos gregos, resolveu fundar uma cidade naquele local da foz do Nilo. Ali, onde estava a aldeia, sobre o istmo, entre o mar e o lago Mareótis, perto do braço Canópico, deixou cair sobre o chão o seu manto ou clâmide de púrpura, cuja forma foi o modelo da planta da nova metrópole, concebida pelo arquiteto Dinócrates, logo denominada de Alexandria. Assim, ela foi construída entre 332 e 331 a.C. e Racótis bem poderia ser o verdadeiro lugar da origem dos sefararditas, falantes da língua raquitia.

Situada na encruzilhada das rotas navais, fluviais e terrestres de três continentes, estava destinada a ser a capital cultural do Helenismo, por mais de cinco séculos, sendo por muito tempo a maior cidade comercial do mundo.

Além dos judeus já estabelecidos no Delta, descendentes dos que não acompanharam Moisés e dos que fugiram para lá, no tempo de Nabucodonosor, mais outros cem mil o seriam, por Alexandre, para as novas colônias do Egito, dando-lhes privilégios e imunidades iguais aos dos macedônios. Fui deslocado para Elefantina, no alto Nilo, onde compunha uma guarnição.

Com a morte de Alexandre, a Judeia tornou-se um foco das lutas entre os Selêucidas e os Ptolomeus.

Mas voltemos a Alexandria, onde nós os iniciados entenderemos a grandeza da simbologia do farol, pois devemos ser semelhantes a ele, um ponto iluminado afastando as trevas,

marcando caminhos a percorrer, metas a alcançar, em suma, um exemplo a ser seguido. Também não esqueçamos de que a luz interna nos ensina a direção certa, a luz que nos foi dada, em nossas iniciações. Por isso somos um farol a iluminar os caminhos da Humanidade, a linha da História através dos tempos, uma resultante das forças atuantes, no traçado da Evolução Humana.

A ação de iluminar dos faróis foi indispensável, nos tempos em que a navegação era orientada por instrumentos rudimentares, além de sua proximidade da costa. Os faróis indicavam a localização da entrada de um porto, marcavam os pontos onde existiam pedrais, arrecifes ou bancos de areia.

O arquiteto Sóstrato de Cnido levantou, na ilha de Faros, em Alexandria, o maior farol do mundo. Tinha quase cento e vinte metros de altura, sendo equipado com todos os instrumentos então conhecidos, para proteção da navegação, incluindo até as previsões meteorológicas. A sua luz noturna, produzida por uma fogueira de lenha a queimar no topo, e uma combinação de espelhos côncavos, tornava-o visível a mais de cinquenta quilômetros de distância.

Dispunha de engenhos que assinalavam a passagem do sol, a direção dos ventos e as horas. Sinais de alarme acionados a vapor faziam-se ouvir durante o mau tempo, para guiar as embarcações. Havia um elevador que permitia o acesso ao cimo da torre e um periscópio gigante, por meio do qual um vigia podia observar embarcações que se encontrassem para além do horizonte aparente.

Porém, ele só entraria na listagem das grandes maravilhas do Mundo, no tempo de Beda, escritor escandinavo do século VI, quando ainda funcionava, no litoral da bela Alexandria.

Segundo o viajante Abu Hagag Al-Andalussi, que viu o farol ainda em pé, no ano de 1166 d.C., estava constituído por três estágios. O primeiro tinha o formato de um quadrado com

uns cinquenta e seis metros de altura, seguido de um octógono com vinte e oito metros e, na parte mais alta, um cilindro de oito metros, além de uma base, perfazendo ao todo uns cento e dezessete metros de altura. No topo, nos tempos mais antigos, estava uma estátua de Poseidon e um espelho refletor do sol, durante o dia, e da luz das fogueiras, à noite.

Esse farol, uma das Sete Maravilhas do Mundo Antigo, foi destruído por um terremoto, no século XIV, dele restando apenas escombros.

A cidade foi planejada com amplas ruas calçadas, cheias de palácios ajardinados, grandes templos, teatros e o palácio imperial. A avenida Canópica tinha seis quilômetros de extensão e trinta e cinco metros de largura e nela estavam o ginásio e o estádio. No bairro do Brúquion ficavam o palácio, a biblioteca, o museu e o soma, e no porto, o grande farol.

O museu, anexo ao palácio, sob a proteção das nove musas, foi idealizado por Ptolomeu Sóter, o primeiro rei da Dinastia dos Lágidas a governar a terra dos faraós (305-285 a.C.). Foi concluído por Ptolomeu II Filadelfo, recebendo um acabamento em mármore branco, com dez salões destinados à pesquisa, sala de dissecação de animais, observatório, escola de Medicina, salas de aulas e de estudos, jardins zoológico e botânico, laboratórios, refeitórios e dormitórios, talvez a primeira universidade do mundo, abrigando os maiores luminares da época.

A biblioteca, que fazia parte do museu, destinada a reunir livros e documentos de todo o mundo, teve a sua coleção iniciada, em 295 a.C.

Durante quase mil anos Alexandria foi uma das mais importantes cidades do Mediterrâneo, um local centralizador das especiarias indianas e arábicas, da seda chinesa e com a primeira universidade mundial, aquela idealizada por Aristóteles, para helenizar o mundo, comunicada a Alexandre e realizada por Ptolomeu.

Muitos séculos depois, os bizantinos abandonaram a cidade às tropas do general islâmico Amr, no dia 14 de setembro de 641, que a conquistou em nome do califa Omar. Segundo ele, a cidade possuía quatro mil palácios, quatro mil banhos, doze mil armazéns e quarenta mil judeus contribuintes. Em Alexandria cultuava-se a Isis Fária, cujas imagens serviam para adornar as proas dos barcos da cidade.

A biblioteca teria sido organizada por Demétrio de Faleron, um discípulo de Aristóteles, e a pedido de Ptolomeu II. Estava ligada ao museu, e possuía uma equipe de copistas, que produziam textos, sendo especializados nos trabalhos sobre a obra de Homero.

Entre os seus grandes dirigentes encontramos: Zenodoto de Éfeso, no III século a.C., Aristófanes de Bizâncio, no começo do seguinte, e Aristarco da Samotrácia, no meio do mesmo século, o mais famoso, que foi gramático e conhecedor de Homero e de Dídimo.



UMA IDEALIZAÇÃO DO FAROL

Quando a visitei, no Brúquion, possuía treze salas de leitura, capazes de abrigar cinco mil estudantes. Compunha-se de inúmeros edifícios, não existindo apenas um prédio. Os rolos eram guardados em armários fechados e em escaninhos.

A coleção cresceu com um decreto de Ptolomeu III, em que todos os visitantes da cidade estavam obrigados a doar ou emprestar um rolo de pergaminho ou papiro, que neste último caso era copiado pelos escribas da instituição.

Não se sabe quantos documentos de papiro ou de pergaminho ela possuía, sendo que este último material, feito de pelica de carneiro, passou a ser o mais usado, a partir do século III a.C.. Um livro ocupava muitos rolos. Ptolomeu II, o Filadelfo, conseguiu reunir uns 500.000 rolos e Marco Antônio deu mais 200.000 à Cleópatra, talvez da biblioteca de Pérgamo.

A biblioteca foi destruída mais de uma vez: durante a conquista do Egito, por César, em 48 a.C., e na guerra contra Ptolomeu XII. Vinte cinco anos depois Estabrão ainda a viu e nela trabalhou. Manteve-se até à conquista de Aureliano (270/274 d.C.), quando de novo teve grandes perdas. Sobreviveu como uma pequena biblioteca situada no Serapium, levada para Constantinopla, no século IV d.C.

Em 391, o imperador Teodósio I ordenou a demolição de todos os templos pagãos da cidade e o patriarca Teófilo de Alexandria cumpriu essa decisão, descrita por Sócrates Escolástico, na sua História Eclesiástica, quinto volume, em 440 d.C.

Teófilo auxiliado pelo governador e as tropas bizantinas estacionadas, no Egito, iniciou a limpeza religiosa, pelos templos de Mitra e Serapium, que abrigava a biblioteca, mas não se sabe quantos livros continha. Paulo Orósio admitiu, no sexto volume da sua História Contra os Pagãos, que ainda vira caixas de livros nos templos, logo destruídas.

O museu, um santuário destinado às Musas, sofreu o mesmo destino. Sinésio de Cirene ainda o viu dirigido por Hipatia, no fim do século IV d.C., já não mais havendo evidências da sua existência no século V d.C.

A história da destruição muçulmana da Biblioteca remonta ao califa Omar, que teria mandado queimar os livros, por desnecessários ou contrários ao Corão.

Dizem que foram usados para aquecer a água dos banhos públicos da cidade, por seis meses, mas desde o século XVI considerava-se isto como uma ficção.

Os livros restantes foram incorporados, no século VII, à biblioteca da mesquita de Al Azhar, no Cairo. A coleção está intacta, mas não possui textos alexandrinos.

A lenda cristã conta, que após Amr ter tomado Alexandria, por solicitação dos cristãos da cidade, consultou o califa Omar sobre qual o destino a ser dado aos livros da grande biblioteca. O califa teria respondido: "Se eles contêm o que está no Alcorão são desnecessários, queime-os. Se eles não contêm os ensinamentos do Alcorão são falsos, queime-os também". E durante meses seriam queimados milhares de livros, nas fornalhas dos banhos públicos da cidade.

Acredito que os principais livros foram lidos pelos sábios árabes, produzindo um verdadeiro renascimento da filosofia e das ciências antigas entre eles. Muitos foram remetidos para a Europa, chegando às bibliotecas dos conventos das ordens religiosas em formação, como a dos beneditinos, contemporânea a esses fatos.

A história da biblioteca não termina aí, pois os maometanos têm a sua versão sobre essa destruição, lembrando que ela não estava centralizada em um único edifício, mas em prédios independentes dentro de um parque, de acordo com as matérias que abrigavam.

Dos livros ali existentes os romanos e os bizantinos levaram, para as suas cidades, grande quantidade, porém os seus maiores inimigos foram os cristãos. Ela foi perdendo o acervo à medida que os bispos coptas e os arianos aumentavam o seu poder e lá pelos anos 400 foi considerada como um centro do paganismo e reduzida aos livros guardados, no museu e no Serapeum. Os cristãos odiavam-na por acreditarem que ela era a cristalização do paganismo, da incredulidade e da imoralidade.

Quando os árabes saquearam Alexandria, pouco restava da sua biblioteca. Na verdade, os livros dos pagãos eram mais perigosos para os cristãos, que podiam lê-los, do que para os muçulmanos, incapazes de entendê-los, tanto pela língua, quanto pelo alfabeto utilizado.

No meu entender, o de um homem que vem atravessando os séculos, o maior feito do III Império, o grego, o da barriga de cobre do sonho de Nabucodonosor, foi a Septuaginta. Este foi o nome dado a mais antiga versão em grego do Antigo Testamento, traduzida por etapas, entre os séculos III e I a.C., na cidade de Alexandria e jamais usada pelos judeus.

Decorre da tradição de que setenta e dois rabinos judeus, número depois arredondado para setenta, traduziram o Pentateuco ou Torá, a pedido de Ptolomeu II, o Filadelfo. As traduções foram feitas lentamente e novos livros foram adicionados ao conjunto, enquanto os estudiosos ficavam acampados em cabanas na ilha de Faros, ou nos alojamentos do interior do próprio farol.

O Pentateuco sempre foi o cânon básico do Judaísmo, mas a coleção profética mudou com a incorporação de novos trabalhos inexistentes no original, como "Macabeus", "A Sabedoria" de Ben Sira e as versões de Daniel e Ester mais longas.

A Septuaginta sempre foi tida com respeito pelos autores antigos. Philo e Josephus falaram da Divina Inspiração dos

seus autores, formando a base da versão latina antiga, sendo literalmente usada intacta, pelos ortodoxos gregos. Também é a base das Bíblias Gótica, Eslavônica, Siríaca, Armênia e Cóptica, na parte referente ao Velho Testamento.

Essa versão da tradução a pedido de Ptolomeu foi contada pela carta de Aristeas, de origem judaico-helenística, com quase dois mil anos, cuja autenticidade hoje se discute. Josephus atribuiu-a a Aristeas, em missiva dirigida a Philocrates, descrevendo a tradução do Pentateuco, do hebraico para o grego, pelos setenta e dois escribas mandados de Jerusalém para o Egito, a pedido da biblioteca de Alexandria. A carta conta como Ptolomeu II, Filadelfo, por solicitação do administrador da sua biblioteca Demétrio de Phalarum, autorizou a tradução daquele livro religioso e inclusive a libertação dos judeus escravizados por seu pai, mandando diversos presentes ao templo de Jerusalém.

O sumo sacerdote Eleazar remeteu seis homens de cada tribo, perfazendo 72 estudiosos, que chegando ao Egito foram submetidos a sete dias de debates filosóficos. Os 72 tradutores terminaram o trabalho em 72 dias. Os judeus de Alexandria obtiveram as suas cópias em grego e Ptolomeu II agradeceu, mandando os escribas retornarem.

Hoje em dia a carta é considerada como forjada diante de uma análise filológica, de Humphrey Hody publicada em um trabalho onde pela primeira vez foi considerada uma obra de judeus helenizados.

Apesar de falsa, ela criou uma lenda em torno da tradução do Pentateuco para o grego, a língua internacional daquele tempo. Isto facilitaria a disseminação do cristianismo entre os judeus e a conversão dos gregos.

Alexandria foi um dos elos entre o III e o IV Império, o das pernas de ferro, que mais uma vez destruiria Jerusalém e espalharia os judeus, pelo mundo.

Judéia – Um pomo de discórdias

Apesar de ser uma terra seca e sem grandes produções, a Judeia sempre se destacou como uma estratégica região, um território de ligação entre o Egito e o Fértil Crescente, entre a África e a Ásia, com o templo de Jerusalém, o local onde se concentravam as riquezas referentes às oferendas dos judeus das diásporas babilônica e egípcia, anteriores à romana.

Com a morte de Alexandre, a Judeia tornou-se possessão do general Laomedon e depois uma zona de fronteiras indefinidas, disputada, nas chamadas Guerras Sírias, pelos Impérios Selêucida e Ptolemaico, que acabaram vencidos, por Roma e pela Partia.

Ptolomeu I, o Sóter, (305 a 283 a.C.), o Salvador, desejoso de ocupar toda a Síria, atacou Jerusalém em um sábado, não havendo resistência, por ser dia santo. Foram feitos 100.000 prisioneiros, mandados para as colônias de Cirene e de Alexandria. A seguir, para atrair os judeus à sua causa, convocou 30.000 deles para o seu exército e colocou as principais guarnições sob os seus cuidados, pois além de ótimos guerreiros, cumpriam fanaticamente as regras de sua religião monoteísta, não sendo dados aos vícios, além de disciplinados e coesos, desde que não tocassem nas suas crenças.

Neste tempo, Onias, o sumo sacerdote, dirigiu Jerusalém por vinte e um anos, sendo substituído por Simão, o Justo, cuja morte foi anunciada através de alarmantes prodígios: os sacrifícios deixaram de ser favoráveis; o bode expiatório, que deveria ser lançado de uma rocha e despedaçado, escapou para o deserto; uma das luzes do Candelabro apagou-se; o fogo dos

sacrifícios enfraqueceu e o pão da mesa propiciatória não cresceu.

Sob o domínio de Ptolomeu I, o Sóter (305-285 a.C.); de Ptolomeu II, o Filadelfo (285-246 a.C.), fundador do museu; de Ptolomeu III, o Evergeta, o Benfeitor, (246-221a.C.), em que a dinastia atingiu o auge, com a anexação de Cirene; de Ptolomeu IV, o Filopater, (221-205 a.C.) e de Ptolomeu V, o Epifânio, o Ilustre (205 a 180 a.C.), tanto os judeus da Judeia, quanto os de Alexandria, sempre foram prestigiados por eles, salvo em curtos períodos.



PTOLOMEU I, O SÓTER

Entre 274 e 168 a.C., por mais de cem anos os selêucidas e os ptolomeus enfrentaram-se, pela posse da Judeia, nas chamadas Guerras Sírias, até que o IV Império, o romano, chegasse àquela região.

A Primeira Guerra Síria foi uma grande vitória de Ptolomeu II sobre Antíoco I. Reconquistou o Líbano e o sul da Anatólia, e conquistou a Cária e a Cilícia.

A Segunda Guerra Síria deu-se entre Ptolomeu II e Antíoco II Theos, pela posse da Celessíria. Ptolomeu perdeu terreno na Cilícia, Panfília e Jônia, enquanto Antíoco recuperou Mileto e Éfeso. A participação macedônica na guerra cessou, quando Antígono teve de enfrentar a rebelião de Corinto e Calcis, em 253 a.C., possivelmente instigada por Ptolomeu. Esta guerra acabou nesse ano, com o casamento de Antíoco com Berenice Syra, filha de Ptolomeu. Antíoco repudiou a sua anterior esposa Laódice, mas morreu em Éfeso, em 246 a.C., envenenado por ela.

A Terceira Guerra durou de 246 a 241a.C., também conhecida como a Guerra de Laódice, pois envolveu uma crise de sucessão, pela ambição dela contra Berenice Syra, disputando o trono de Antíoco II, para os seus filhos. Berenice solicitou ajuda de seu pai Ptolomeu II, o Filadelfo para atacar Antióquia e colocar seu neto, no trono.

Antióquia fora erguida às margens do rio Orontes e nos dias atuais se chama Antaquia, local importante para o cristianismo, pois foi nela que Paulo fez o seu primeiro sermão e onde usou pela primeira vez a denominação de cristão. Flávio José descreveu-a como a terceira cidade do Império Romano, com mais de 500.000 habitantes. Nela havia um sórdido culto à deusa Astarote, proibido à força, pela ação de Constantino.

Ptolomeu III, o Evergeta, (246-221a.C.), o novo rei do Egito, irmão de Berenice resolveu ajudá-la, mas chegou tarde, pois ela e o seu sobrinho já tinham sido assassinados pelos partidários de Laódice. Por isso declarou guerra a Seleuco II, filho de Laódice. Ganhou importantes vitórias sobre ele, na Síria e Anatólia, ocupando brevemente Antioquia e, segundo uma recente descoberta de amostras cuneiformes, chegou até a Babilônia. Essas vitórias foram contrabalançadas pela perda das Cíclades, para Antígono Gônatas, rei da Macedônia.

Seleuco tinha mais dificuldades, pois a sua mãe, a inquieta Laódice exigira-lhe a corregência do irmão menor Antíoco Hierax, com o domínio dos territórios selêucidas da Anatólia.. Antíoco depressa declarou-se independente e Seleuco II, pediu paz, em 241 a.C..

Em troca, Ptolomeu III recebeu novos territórios, na costa norte da Síria, incluíndo a Selêucia Piéria. Ele ficou conhecido como Evergeta, isto é, o Benfeitor, por ter recuperado diversas estátuas de deuses levadas para o exterior. Com ele o reino Ptolomaico atingiu o seu apogeu.

No fim do governo de Ptolomeu III, o Evergeta, a Judeia entrou em descompasso pela indolência e má conduta do sumo sacerdote Onias II, que sucedera aos seus tios Eleazar e Manassés. Deixando de pagar seus impostos, foi chamado ao Egito, para justificar-se, porém mandou em seu lugar o filho José (226 a.C.), que teve de obter dinheiro dos samaritanos, para a viagem.

José acompanhou uma caravana de ricos sírios e fenícios que iam, para Alexandria, com o objetivo de arrematar os direitos da cobrança dos impostos reais sobre a agricultura. Na viagem ficou sabendo do valor da proposta que seria feita e do lucro que daria.

Pela sua simpatia e loquacidade, fez rápidos progressos na corte e obteve a amizade real. Quando os amigos da caravana fizeram a sua oferta de 8.000 talentos, pelos impostos, ele dobrou-a, em um ato de audácia.

Solicitadas as garantias, indicou o próprio monarca. Assim, se tornou o contratador das taxas da Judeia, Samaria, Fenícia e Coele-Siria, região ao sul da Síria, separada em duas, pelo vale do rio Jordão, com um grande número de coletores e 2.000 soldados.

Dando exemplos de severidade, José cobrou os impostos durante vinte e dois anos, atendendo aos interesses dos

Ptolomeus, com vigilância, pontualidade, prudência, e grandes lucros para si.

A ascensão de José, por ser o coletor dos impostos do Egito, tornou a sua família tão poderosa ao ponto de competir com a do sumo sacerdote.

José tinha oito filhos, sendo Hircano o mais jovem. Apesar disto foi mandado ao Egito, para cumprimentar Ptolomeu Filopater, pelo nascimento de seu filho. Tendo tomado posse do tesouro de seu pai, no Egito, deu magníficos presentes e comprou cem belas escravas e cem rapazes, ao custo de um talento cada e, pela sua espirituosidade, conseguiu que a corte lhe ficasse favorável, como acontecera com seu pai. Ao retornar para a Judeia foi interpelado por seus irmãos, dois dos quais foram mortos, indo por isso viver para o além Jordão.

Quando seu pai morreu surgiram as desavenças sobre a partilha da sua riqueza, tendo o sumo sacerdote Onias tomado partido de seus irmãos. Ele então construiu uma fortaleza de onde atacava os árabes nabateus.

A Quarta Guerra Síria, de 219 a 217 a.C., aconteceu entre Ptolomeu IV, o Filopater (221 a 205 a.C.), e Antíoco III, o Magno, filho mais novo de Seleuco II Calinico, tendo sucedido ao seu irmão Seleuco III. Casara-se com Laodice II, filha do rei Mitrídates II do Ponto, formando assim uma aliança com este poderoso reino.

Ao tomar o trono, em 223 a.C., Antíoco III (241 a 187 a.C.) resolveu restabelecer os primitivos limites dos Selêucidas, perdidos por Seleuco I. Após ter reconquistado suas posições na Ásia Menor, voltou-se para a Síria. O Egito ficara enfraquecido devido às intrigas palacianas e ao mal-estar público, com o assassinato da rainha mãe Berenice II. O jovem rei estava sob a influência de cortesãos, usando do poder absoluto, em seu próprio interesse, o que desgostava ao povo.

Antíoco visou tirar proveito dessa caótica situação. Após uma fracassada invasão, em 221 a.C., finalmente começou a Quarta Guerra Síria, em 219 a.C., com a reconquista da Selêucia Piéria, bem como das cidades de Israel, e da Fenícia, entre elas, Tiro.

Em lugar de invadir o Egito com celeridade, Antíoco aguardou, em Israel, por mais de um ano, consolidando os seus novos territórios e escutando as propostas diplomáticas do reino egípcio.

Enquanto isso, Sosíbio, ministro de Ptolomeu IV, iniciava o recrutamento geral abrangendo gregos, helenísticos e nativos egípcios, para a formação de um exército.

Na batalha de Ráfia, no verão de 217 a.C., Ptolomeu derrotou Antíoco. Essa vitória fez-lhe conservar o controle sobre a Celessíria, mas recusou-se a avançar sobre o Império de Antíoco.

O Reino Ptolemaico continuaria enfraquecendo durante os anos seguintes, nos quais sofreu problemas econômicos e revoltas. Os nativos egípcios que haviam lutado, em Ráfia, romperam com Ptolomeu, na chamada Revolta Egípcia, na qual estabeleceram o seu próprio reino, no Alto Egito, reconquistado, por volta de 185 a.C.

Ptolomeu IV Filopater foi até Jerusalém, onde fez suntuosos presentes ao templo, mas ao querer entrar no Santo dos Santos, foi impedido pelo sumo sacerdote Simão, filho de Onias. Diz-se que foi tomado por um terror sobrenatural, mas desde então criou grande antipatia pelos judeus, logo perseguidos, em Alexandria.

A morte de Ptolomeu IV, em 204 a.C. foi seguida por um sangrento conflito pela regência, sendo Ptolomeu V, o Epifânes, (205 a 180 a.C.), ainda uma criança.

O conflito começou com o assassinato de Arsínoe, esposa e irmã do rei morto, pelos ministros Agatocles e Sosíbio. O primeiro foi regente durante algum tempo, até ser linchado por

uma turba, em Alexandria. A regência passou de um assessor para outro, e o reino ficou em um estado próximo da anarquia.

Foi quando Antíoco III preparou a Quinta Guerra Síria (202 a 195 a.C.), com uma segunda invasão à Celessíria, firmando um acordo, com Filipe V da Macedônia, para conquistar e dividir os territórios de ultramar dos Ptolomeus, aliança que não duraria muito.

Após ter derrotado os egípcios, na Batalha de Pânias (200 a.C.), Antíoco III tomou a Celessíria e a Palestina, garantindo aos judeus a liberdade de culto e lhes permitindo cobrar os impostos destinados ao templo de Jerusalém. Antíoco criou também um culto em torno de si e de sua esposa.

Aqui se deu a primeira intervenção do IV Império, no Oriente Próximo. Em 200 a.C., emissários romanos exigiram a Felipe e Antíoco III que se abstivessem de invadir o Egito, para Roma não sofrer os problemas de fornecimento do trigo necessário à sua população.

Como não tinham planejado invadir o Egito, cumpriram voluntariamente as demandas de Roma.

Problemas internos porém, levaram Ptolomeu V a procurar uma rápida e desfavorável paz. O movimento nacionalista antigrego, que começara antes da guerra, com a revolta egípcia e se ampliara com o apoio dos sacerdotes, criara agitação e sedição em todo o reino. Os problemas econômicos levaram o governo ptolomaico a aumentar os impostos, o que alimentou ainda mais o fogo nacionalista. Por isso assinou um tratado com Antíoco, em 195 a.C., cedendo a posse da Celessíria e acordando o seu casamento com Cleópatra, filha de Antíoco.

Enquanto isto o aliado Filipe V envolveu-se em conflitos com Pérgamo e Rodes, que pediram ajuda a Roma. Na Segunda Guerra da Macedónia, Filipe foi derrotado pelos romanos, recusando-se Antíoco a ajudá-lo.

Em vez disso, atacou o Egipto. Depois de ter sido alcançada a paz com Ptolomeu V, o reino selêucida integrou definitavamente o sul da Síria e os territórios egípcios da Ásia Menor.

Em 198 a.C., Antíoco invadiu o reino de Pérgamo e, em 196 AC, a Trácia. Essas invasão levaram-no ao confronto com Roma, que exigia a retirada de Antíoco. Para piorar a situação, Antíoco acolheu, na sua corte Aníbal, inimigo de Roma, derrotado na Segunda Guerra Púnica. Na Grécia, Antíoco seria apoiado apenas pela Liga Etólica, que desejava livrar-se da influência romana. Em 191 a.C., Antíoco seria derrotado pelos romanos, nas Termópilas, abandonando a Europa. Recusando entregar a região a oeste das montanhas do Taurus, Antíoco foi definitivamente vencido, na batalha de Magnésia, em 189 a.C.

Pelo tratado de Apameia (188 a.C.), com Roma, viu o seu império perder toda a Ásia a oeste do Taurus (Ásia Cistáurica), deixando o reino de ter influência no Mediterrâneo. O tratado também obrigava o rei a pagar 15 mil talentos a Roma, a ceder os elefantes de guerra e a entregar o seu filho Antíoco IV, como refém.

Antíoco foi assassinado, em 187 a.C., em um templo de Baal, para onde se tinha dirigido, visando conseguir parte do tributo que devia aos romanos.

No reinado de Ptolomeu V, Epifânio, foram perdidas a Coele-Síria e a Judeia, retomada por Antíoco III, o Magno. O general Scopas, a mando desse Ptolomeu, recuperou, guarneceu e sufocou Jerusalém, com mão de ferro, mas foi derrotado nas nascentes do Jordão.

Antíoco III, o Magno, foi recebido como um libertador, em Jerusalém, emitindo um decreto favorável à cidade, mas logo em seguida cedeu a Coele-Siria e a Judeia, como dote de casamento da sua irmã Cleópatra com Ptolomeu V, embora permanecesse cobrando os impostos das duas regiões.

Todas as desventuras da cidade santa desde então não foram devidas aos reis estrangeiros, mas à ambição de seus próprios governantes, que lhe trouxeram mais calamidades, castigos e extermínios do que no cativeiro da Babilônia.

Onias permitira que Hircano depositasse parte da sua riqueza adquirida com a cobrança de impostos, no templo. Simon, um coletor de impostos de Apolônio, governador da Coele-Síria foi por ele informado dessa riqueza imensa.

Heliodoro, coletor dos selêucidas, decidiu tomar posse desses fundos, pois os selêucidas estavam falidos, com as cobranças romanas. Quando Heliodoro tentou entrar no templo foi furiosamente pisoteado por um cavalo e dois jovens fortes e de bela aparência bateram nele, com tanta violência, que ficou meio morto, sendo carregado sem sentidos para fora do santuário.

Onias foi a Antioquia queixar-se de seus opositores, mas Antíoco IV, o Epifânio, (175 a.C. a 164 a.C.), recém-empossado resolvera perseguir os judeus e helenizar o país.

Após a derrota do seu pai, pelos romanos, na Batalha de Magnésia (189 a.C.), vivera anos como refém, em Roma, antes de se tornar rei aprovado pelo Senado Romano.

Veio então a Sexta Guerra Síria (170 a 168 a.C.) cujos dados são obscuras. Em 170 a.C., Eulao e Leneu, regentes do jovem rei Ptolomeu VI, o Filometor, declararam a guerra ao rei selêucida Antíoco IV Epífanes. Nesse mesmo ano, os irmãos de Ptolomeu VI, Ptolomeu VIII e Cleópatra II, foram declarados co-governantes, com o fim de reforçar a unidade do Egito. As operações militares não se iniciaram até 169 a.C.

Quando os egípcios se deram conta da sua insensatez em declarar a guerra, Eulao e Leneu foram derrubados e substituídos por dois novos regentes, Comano e Cineias, e foram enviados emissários para negociar um tratado de paz com Antíoco, que tomou Ptolomeu VI, seu sobrinho, sob a sua tuto-

ria, dando-lhe um controle efetivo do Egito. Contudo, o povo de Alexandria proclamou Ptolomeu VIII, como único rei.

Em resposta a este ato, Antíoco assediou Alexandria, mas foi incapaz de cortar as comunicações da cidade, em face da revolta, na Judeia, nos finais de 169 a.C., retirando o seu exército.

Na ausência de Antíoco, Ptolomeu VI e o seu irmão reconciliaram-se. Em represália, Antíoco invadiu de novo o país. Os egípcios pediram ajuda à Roma e o Senado mandou Caio Popílio Laenas, para Alexandria.

Enquanto isso, Antíoco tomara Chipre e Mênfis, e iniciara uma nova marcha sobre Alexandria. Em Elêusis, nas cercanias da capital, Antíoco reuniu-se com Popílio Laenas, de quem tinha sido amigo durante a sua estadia em Roma. Mas Popílio deu ao rei um ultimato em nome do Senado, pelo qual deveria sair do Egito e de Chipre imediatamente.

Antíoco pediu tempo para estudar a ordem de retirada; Popílio pegou uma cana-de-açúcar, traçando um círculo em redor do selêucida, na areia, e ordenou-lhe não sair dele até tomar uma decisão. Antíoco optou por obedecer, encerrando a Sexta Guerra Síria e as esperanças de conquistar território egípcio.

Após essa guerra, Antíoco IV centrou a sua atenção na Judeia, que procurou helenizar, sendo um dos maiores perseguidores do povo judeu.

Durante o reinado do seu pai tinha sido concedida ampla autonomia aos judeus, que se encontravam divididos em dois partidos, um piedoso e o outro, favorável à helenização.

Antíoco reteve Onias, em Antioquia, em confinamento, assumindo o sumo sacerdócio, sob a soberania da Síria, seu irmão Joshua. Este, defendendo o partido da helenização tomou o nome grego de Jasão, construiu um ginásio, para onde atraiu a juventude de Jerusalém treinando-a, no sistema de educação grega, permitindo a suspensão dos trabalhos do templo e, se

alienando da sua fé, contribuiu para os grandes jogos de Tiro, em honra a Melcart, o Hércules fenício. Este ato de impiedade foi frustrado pelo sentimento religioso de seus mensageiros, ao não entregarem o dinheiro aos magistrados da frota.

Em 172 a.C., Jasão mandou pagar tributos, em Antióquia. Ali Antíoco, mediante um suborno, nomeou o portador para o cargo de sumo sacerdote, no lugar de Jasão, com o nome grego de Menelau. Chegando a Jerusalém, encontrou o tesouro do Templo vazio, mandando vender os vasos sagrados, em Tiro, para pagar os tributos de Antióquia.

Em Jerusalém, uma gigantesca revolta estava em curso. O povo indignado com os roubos do templo atacou Lisímaco, irmão de Menelau, que foi morto. Uma embaixada vinda de Tiro foi assassinada. Em consequência deste ato, um exército liderado por Jasão apoderou-se praticamente de toda a cidade de Jerusalém, em 169 a.C., matando os simpatizantes de Menelau.

Em 167 a.C., Antíoco IV, ao regressar de uma das suas campanhas ao Egito, conquistou Jerusalém. A cidade perdeu os seus privilégios e passou a ser permanentemente controlada. Foram mortos 40.000 dos seus habitantes e outra parte foi vendida como escrava. Invadiu o templo, pilhou o seu tesouro, vendeu os utensílios sacros, o candelabro de ouro, a mesa dos pães, o altar do incenso e coletou 1.800 talentos em ouro de impostos. Sacrificou animais impuros, no templo, e espalhou a sua gordura por toda parte. Assim procurou estabelecer, em definitivo, a helenização da Judeia, proscrevendo o culto judaico. A observância do shabbat e das interdições alimentares, bem como a circuncisão foram proibidas. No templo de Jerusalém foi instalada uma estátua do deus grego Zeus.

Jasão fugiu para Esparta, onde morreu desprezado. Menelau manteve a posição de sumo sacerdote, mas dois não judeus passaram a governar a Judeia e Samaria.

Antíoco determinou então o extermínio dos judeus, a ser efetivado por Apolônio. Ele esperou um sábado para a execução. Os soldados investiram contra a multidão e mataram todos os homens, enquanto nas ruas o sangue corria, e venderam todas as mulheres como escravas. Seguiram-se a pilhagem, o incêndio, a derrubada dos muros, a suspensão dos serviços públicos e a cessação de qualquer atividade religiosa, em Jerusalém. Os invasores construíram uma fortaleza sobre o monte Sião, capaz de fiscalizar toda a cidade.

As perseguições continuaram. O templo dos samaritanos, no monte Garizim, transformou-se no templo de Zeus Xenius, e o dos judeus, no monte Moriá, no de Zeus Olímpico. Neste ano de 167 a.C., muitos martírios foram realizados para implantar a helenização. Nunca a nação judia estivera tão próxima da extinção.

O IV Império chega à Judeia

A família dos Hasmoneus, também chamados de Macabeus, os Martelos, liderou uma revolta contra os selêucidas e fundou uma dinastia independente de reis da Judeia. Seu membro mais conhecido foi Judas Macabeu, assim apelidado devido à sua determinação, como líder da revolta ocorrida, entre 167 e 160 a.C., contra Antíoco IV.

O Templo de Jerusalém, que fora profanado pelos gregos, foi reconsagrado e os hasmoneus deram origem à uma linhagem real que governou Israel até a sua subjugação, pelo IV Império, o Romano, em 64 a.C..

Assim, após a morte de Antíoco IV, em 164 a.C., a luta de sobrevivência prosseguiu contra Antíoco V (164-162 a.C.), seu filho, e o regente Lísias e, a seguir, contra Demétrio I (161-150 a.C.), Alexandre Balas, Antíoco VI, Demétrio II Nicator, Antíoco VII Sidetes, Seleuco V, Antíoco VIII, Seleuco VI e Antíoco X, último rei dessa dinastia grega, cujo reino foi anexado a Roma.

Na Judéia, a liderança da família Macabeu e da revolta contra o Império Selêucida passou para Jônatas, autor de acordos e alianças com vários países, como Esparta e inclusive com a maior potência da época, a República Romana, para que fosse reconhecida a sua situação de nação livre perante o império selêucida.

Jônatas (160-143 a.C.) prosseguiu com a revolta, até que no ano de 153 a.C. ganhou o cargo de sumo sacerdote de Israel, por decreto de Alexandre Balas, rei selêucida, pela ajuda, na sua ascenção ao trono.

O sucessor de Alexandre Balas, o rei Antíoco VI, tornou-se hostil aos judeus, provocando uma nova guerra, dessa vez

liderada por Simão (142-134 a.C.), irmão de Jônatas, o novo sumo sacerdote.

Por fim, a real independência da Judeia veio durante o governo de João Hircano I, (134-104 a.C.), filho de Simão, que se tornou sumo sacerdote e foi coroado rei da Judeia. João Hircano ainda enfrentou uma nova tentativa de invasão pelo Império Selêucida, sob o comando do rei Antíoco VII.

De acordo com a lenda, o rei João Hircano I, abriu o sepulcro do Rei Davi e de lá retirou três mil talentos, que entregou a Sidetes, para que esse poupasse Jerusalém. Antíoco, então, atacou a Pártia, apoiado pelos judeus, e, por um curto tempo, recuperou a Mesopotâmia, Babilônia e a Média, antes de cair em uma emboscada e ser morto por Fraates II da Pártia. A partir de então o reino Selêucida ficou restrito à Síria, e a Judeia continuou independente, sob a dinastia Hasmoneia.

No restante do reinado de João Hicarno I e no de Alexandre Janeu, houve uma expansão do reino judeu, que incorporou regiões importantes da Palestina, entre elas, Siquém, a Peréia, Medeba e a Idumeia. Com crueldade agiu contra os habitantes dessas regiões, obrigados a judaizar a força.

Durante os reinados de Judas Aristóbulo I (104-103 a.C.) e de Alexandre Janeu (103-76 a.C.), os governantes Hasmoneus apoiaram-se nos Saduceus contra os Fariseus, e Alexandre recebeu ajuda de Cleópatra III.

No reinado de Salomé Alexandra (76-66 a.C.), houve uma aproximação da monarca ao partido Fariseu, em detrimento dos Saduceus. Considerada uma devota, ela restabeleceu o Sinédrio e, com as chuvas que caíam regularmente de sexta para sábado, durante o seu reinado, houve uma espetacular produção, além do tamanho dos grãos ter aumentado, não havendo fome.

A relativa indepêndencia dos judeus começou a declinar com Aristóbulo II (66-63 a.C.) e com seu irmão João Hircano

II (63-40 a.C.), quando em uma nova guerra civil o general romano Pompeu interviu, em 63 a.C., sob o pretexto de pacificar a região, estabelecendo João Hircano II como sumo sacerdote, mas retirando-lhe o título real e subordinando a Judeia a um procurador romano.

O último rei hasmoneu foi Antígono II (40-37 a.C.) deposto pelos romanos, e depois açoitado e crucificado, caso único em toda a História de Roma, que não agia dessa forma contra os reis derrotados.

Depois os romanos indicaram Herodes, o Grande, príncipe idumeu, filho do procurador romano Antípater, para governar a Judeia.

Para legitimar-se no trono, Herodes casou-se com Mariana, a única filha e herdeira do sumo sacerdote hasmoneu Antígono, mas com medo de conspirações por parte da elite judaica e dos seus filhos com Mariana, mandou-os executar, por alta traição, em 7 a.C.

As seitas judaicas da época de Cristo

Flávio José, em seu livro Antiguidades Judaicas, estabeleceu quatro seitas do judaísmo, atuantes nos tempos de Cristo e da destruição de Jerusalém, pelos romanos.

O primeiro grupo, o dos Saduceus, seria o dos descendentes do sumo sacerdote Sadoc, que detinha a herança do poder sacerdotal. Pertenciam ao grupo progressista helenizante, aproximando-se dos Selêucidas, herdeiros de Alexandre, na Ásia Menor. Antirrabínicos, não aceitavam a lei oral. Também não acreditavam na Ressurreição, nem na vida após a morte e entendiam a interpretação dos textos bíblicos ao pé da letra. Eram elitistas e apoiavam parcialmente os romanos.

Os Fariseus igualitários buscavam adeptos nas doze tribos, e não somente entre os levitas. Criaram leis paralelas à Tora. Surgiram por volta de 200 a.C. Foram os criadores da tradição oral e da sinagoga, como centro da comunidade judaica, daí serem os precursores da tradição do rabinato. Apoiaram os Macabeus, que não eram da Casa de David, nem da linhagem de Arão, nas suas guerras de independência contra Antíoco IV Epifânio (168 a 148 a.C.), chegando a instituir um reino independente (142 a 63 a.C.), depois conquistado pelos romanos. Segundo Flávio José, seriam uns 6.000. Controlavam o ensino religioso e parte do Sinédrio. Acreditavam na Ressurreição, na vida após a morte, nos anjos e demônios, no Juízo Final e na vinda do Messias. Eram escribas (sofer) daí a sua importância na formação das escolas de Hilel e de Shamai.

Os Essênios formavam um grupo minoritário que preferiu sair de Jerusalém e se isolar nas cavernas escavadas nas rochas, junto ao mar Morto, entre 200 a.C. e 100 d.C. Caracteriza-

vam-se por uma vida ascética. Praticavam a pobreza voluntária e a abstinência dos prazeres mundanos. Eram dirigidos por um Mestre da Justiça, cujos seguidores autodenominavam-se Filhos da Luz, na comunidade de Cumram. No tempo de Flávio José seriam uns 4.000. Vestiam-se de branco, aboliam a propriedade, comiam apenas vegetais, eram contra o casamento e banhavam-se antes das refeições. Esperavam a vinda de dois Messias: um espiritual e outro político. Eram dualistas. A comunidade foi exterminada pelos sacerdotes ímpios João Hircano e Jônatas Macabeu.

Os Zelotas ou Zelotes constituíam um grupo radical antirromano. Consideravam a submissão a Roma como uma traição a Deus. Desejavam a expulsão dos romanos, pela força das armas, atuando politicamente neste sentido. A seita foi fundada por Judas de Gamalá, no ano seis da reforma do imposto ou durante o censo de Públio Sulpício Quirino, governador romano da Síria. Foram responsáveis pela rebelião que levou à destruição da cidade de Jerusalém e do Templo de Salomão, por Tito.

Naquele tempo existia uma pequena facção política denominada de Sicários, por usarem uma faca curva e curta, a sica, com que eliminavam os romanos e seus simpatizantes, sendo considerados zelotes extremistas. Treinavam para organizar tumultos e assassinatos inesperados, como o de Jônatas Macabeu. Assemelhavam-se ao grupo dos assassinos, que surgiria mil anos depois. Entre eles estavam Menahem Ben Jair, Eleazar Ben Yair, os defensores de Massada, Bar Abbas e possivelmente Judas Sicário ou Iscariotes.

Jerusalém destruída

O hasmoneu João Hircano (134 a 104 a.C.) conquistou Edom e forçou seus habitantes a adotarem o judaísmo, como religião, sendo integrados à Judeia. Mais tarde, nos tempos de Alexandre Janeu, um edomita chamado Antipas, foi apontado governador da Idumeia. Seu filho Antípatro ou Antipater foi o principal conselheiro de Hircano II e sempre procurou estabelecer boas relações com os romanos, que, em 63 a.C., comandados por Pompeu, conquistaram a Judéia.

Júlio César após derrotar Pompeu, nomeou Antípatro procurador de Roma, em 47 a.C., e este aos seus filhos Fasael e Herodes, como governadores de Jerusalém e da Galiléia.

Antípatro foi assassinado, em 43 a.C., mas seus filhos, com o apoio de Marco Antônio, tornaram-se tetrarcas, em 41 a.C..

Com a invasão dos partas, as províncias orientais romanas foram desorganizadas. Na Judeia os Hasmoneu conseguiram a restauração com Antígono II.

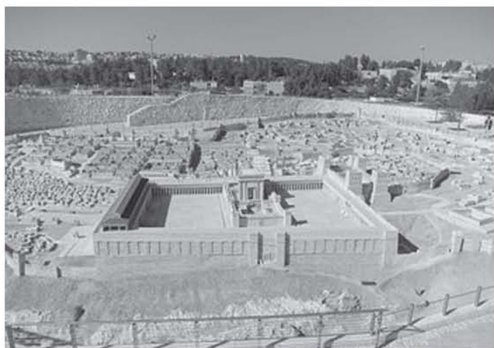
Herodes, o Grande, filho de Antipater e Cipros, uma princesa nabateana, nasceu em Jericó, em 74 a.C. Intrigas internas obrigaram-no a fugir para Roma, onde foi nomeado Rei dos Judeus, pelo Senado. Contudo, só conseguiria o reconhecimento total da população, por volta de 37 a.C., após a morte de Antígono II, governando a Judeia até 4 a.C. ou 1 a.C., quando morreu, em Jericó.

Foi um rei cruel, responsável pela morte de duas de suas dez esposas, de dois filhos e dos Santos Inocentes de Belém, porém tinha um lado positivo, o de construir gigantescas obras, que ficaram para posteridade.

Em sociedade com Cleópatra obteve o monopólio da extração do asfalto do Mar Morto, muito usado na calafetação

dos barcos de madeira, e ele próprio explorava as minas de cobre de Chipre, mediante autorização do imperador.

A partir do décimo oitavo ano do seu reinado, Herodes começou o embelezamento e a expansão do Segundo Templo, bem como a construção da colina e das muralhas em torno dele. Ali foram empregados mais de mil sacerdotes, entre eles pedreiros e carpinteiros, além de mais de 10.000 trabalhadores, ocupados na extração de pedras. Desse templo de Herodes só restaram as muralhas externas, entre as quais o Muro das Lamentações ou a Muralha do Oeste, após a destruição pelos romanos.



O TEMPLO DE HERODES

Além do templo, edificou a fortaleza de Massada, estabelecida em um platô de 550 metros de altura, onde se refugiaram os zelotes do grupo dos sicários, comandados por Eleazar ben Simon. Em 72, o governador romano da Judeia general Lucius Flavius Silva avançou contra a cidadela, com a Legião X Fretensis, mas para penetrar nela foi obrigado a edificar uma rampa, pronta no verão de 73, após dois ou três meses de

cerco. Os 960 habitantes da fortaleza suicidaram-se em massa, sem rendição, para evitar a escravidão.

Os acontecimentos de Massada foram registrados por Flávio Josefo, obtidos de duas mulheres, que se esconderam em uma cisterna, com cinco crianças, para fugir da dizimação.



A FORTALEZA DE MASSADA

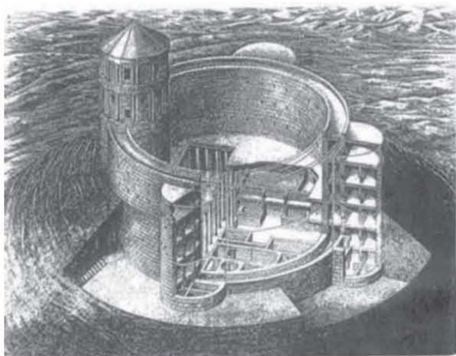
Uma vez que os judeus não aceitam o suicídio, foram sorteados os que matariam grupos, até sobrar apenas uma pessoa, que praticaria aquele horrendo pecado, mas não se entregariam. Para demonstrar que isto seria uma decisão a fim de evitar a escravidão, deixariam intactos os alimentos de reserva. Esta maneira de agir fora utilizada no cerco da cidade de Jotapata, de onde Flávio José escapou.

Outra grande obra de Herodes foi o Herodion, feito para ser uma fortaleza e o seu túmulo. Situava-se a doze quilômetros ao sul de Jerusalém, em uma colina semiartificial. Construído em torno do ano 20 a.C., foi conquistado e destruído pela Legio X Fretensis, comandada por Lucilius Bassus, em 71, quando ia para Massada, então substituído por Lucius Flavius Silva.



.O HERODION

O Herodion possuía uma grande piscina, com água trazida dos poços de Salomão, em Jerusalém, e no seu interior um palácio e a tumba de Herodes, no topo da colina, a guisa de uma cratera.



O INTERIOR DO HERODION

A Herodes deve-se ainda a construção de Cesareia Marítima, cidade que chegou a ter 125.000 habitantes, a futura capital da Província da Judeia, após a destruição de Jerusalém, até ser substituída por Ramla, a partir do oitavo século da nossa era.

Além do grande aqueduto do tipo romano, que trazia água do monte Carmelo, a cidade destacava-se pelo seu grandioso porto, durante muito tempo o maior ancoradouro artificial do mundo, com mais de cem mil metros quadrados, executado em duas etapas. A primeira, de 22 a 15 a.C., quando foram construídos os quebra mares, e a segunda, entre 10 e 9 a.C., a cidade e o porto, onde foram gastos 12.000 m3 de pedra calcária local e 12.000 m3 de pó calcário, misturados a 24.000 m3 de pozolana, uma terra vulcânica trazida de Puteoli, na Itália, formando um verdadeiro concreto. Existiam dois quebra-mares: o do sul, com 500 metros e o do norte, com 275. Este porto foi destruído no sexto século, por um maremoto, estando a cinco metros de profundidade, na atualidade.

Em uma das pedras do teatro de Cesareia, foi encontrada, em 1961, uma inscrição em latim incluindo o nome de Pôncio Pilatos, o único registro da existência de uma autoridade romana dos tempos de Cristo.

TIBERIEUM PONTIUS PILATUS PRAEFECTUS IUDAEAE

Outra construção herodiana foi o Santuário de Abraham ou a Mesquita de Ibrahim situado sobre a Caverna de Maquipelá, uma série delas compradas pelo patriarca para enterrar sua esposa Sara, situada em Hebrom. É o segundo local mais sagrado para os judeus, também venerado por cristãos e muçulmanos.



A TUMBA DOS PATRIARCAS EM HEBROM

Para o Judaísmo ali estão enterrados Adão e Eva, Abraham e Sara, Isaac e Rebeca, Jacó e Lia, a cabeça de Esaú e os doze filhos de Jacó. Fazem exceção Raquel, enterrada próximo a Belém, e José, em Siquém, hoje Nablus. A caverna seria uma das entradas para o Paraíso. A tradição judaica diz que se rezarmos na tumba de Sara, adquirimos uma boa esposa.

Os judeus acham que a caverna deveria ser deles, pois os árabes de hoje não são mais os descendentes de Ismael e que ele não teve a herança de Jacó. Os muçulmanos entendem que Abraham e Ismael construíram a Caaba, e depois da conquista do califa Omar, a tumba tornou-se do domínio do Islam, uma vez que os atuais judeus não são os mesmos dos tempos bíblicos. Existe alguma razão nessas palavras, pois na realidade pertencem à Humanidade.

Após a morte de Herodes, o Grande, foram soberanos herodianos:

Arquelau (etnarca) (4 a.C. – 6 d.C).

Filho de Herodes Magno, com a samaritana Maltace, herdou do pai a soberania sobre Samaria, Judeia e Idumeia, sendo

temido pela matança 3.000 pessoas em uma rebelião. Reclamações sobre a sua tirania levaram Roma a tirá-lo do poder e colocar procuradores romanos, no seu lugar. No ano 6, foi deportado para Viennes, na Gália.

Filipe (tetrarca) 4 a.C. – 34 d.C.

Também filho de Herodes Magno e de sua quinta mulher Cleópatra de Jerusalém, recebeu do pai o nordeste da Palestina, incluindo a Itureia, parte da Transjordânia, em torno de Cálcis, Gaulanitide, de onde vem o nome de Golan, Bataneia, Basan, Tracônites, com o sul de Damasco, e Auranites, da região de Hauran. Reconstruiu a antiga cidade de Panias e a renomeou Cesareia, depois chamada de Cesareia de Filipe, que Jesus visitou uma vez.

Herodes Antipas (tetrarca) 4 a.C. – 39 d.C.

Outro filho de Herodes Magno com Maltace, herdando do pai a soberania sobre Galileia e Pereia. Apaixonado por Herodias, a esposa de seu irmão Herodes Filipe (não Filipe o tetrarca), sua sobrinha neta, divorciou-se de Fasélis, filha do rei nabateu Aretas IV, e com ela se casou. Fasélis foi remetida para a fortaleza de Maqueronte, sendo entregue ao seu pai. Os dois países prepararam-se para a guerra, que estourou no ano 36, com uma grande vitória dos nabateus. Herodes pediu ajuda a Tibério, que lhe mandou duas legiões comandadas por Vitélio, derrotando e matando Aretas. Por ter João Batista condenado esse casamento como um ato imoral, Herodias arranjou a sua execução, em Maqueronte, a pedido de Salomé, filha de Herodias. Quando Pilatos mandou Jesus para Herodes Antipas, ele o tratou com desprezo e o devolveu ao procurador romano, alegando estar fora da sua jurisdição. Fundou Sefórias e Tibérias, cidades da Galileia. Foi exilado para a Espanha, no ano 39, por denúncia de Agripa I, pelo fato de conspirar contra Calígula.

Agripa I (rei) (37 – 44 d.C).

Neto de Herodes Magno. Fez acusações ao imperador contra Herodes Antipas, que foi então banido e suas terras dadas a ele. Em 41d.C., o novo imperador Cláudio lhe concedeu a Judeia e Samaria, com um domínio igual ao de Herodes Magno. Agripa I era perseguidor da igreja primitiva: "matou Tiago pela espada" e prendeu Pedro.

Agripa II (rei) (48 a 100 d.C.).

Filho de Agripa I tinha apenas dezessete anos quando seu pai faleceu. Por este motivo a Palestina foi administrada temporariamente por governadores romanos.

Eventualmente a ele foi concedida autoridade sobre o nordeste da Palestina (a região de Filipe); depois Nero deu-lhe a Galileia e a Pereia. Quando Paulo estava na prisão, em Cesareia, sob a custódia do procurador romano Pórcio Festo, Agripa II e sua irmã Berenice entrevistaram o apóstolo. Tentou, sem êxito, evitar a guerra entre os judeus e os romanos, que terminaria a dinastia herodiana.

Assim a Primeira Guerra Judaico-Romana (66-73), também chamada de Grande Revolta, começou por tensões religiosas entre judeus e gregos, e depois com protestos contra impostos e por ataques aos cidadãos romanos. Terminou com as legiões sob comando de Tito, destruindo Jerusalém e derrotando os remanescentes.

Maqueronte outra grande fortaleza do topo do planalto da Jordânia, foi construída por Herodes Antipas, para deter os nabateus. Ali esteve encarcerado João Batista antes de ser decapitado, pois servia de palácio e de prisão. Batista era considerado um santo, por Areta IV, pai de Fasélis, repudiada por Herodes Antipas. Daí a animosidade de João Batista e Fasélis contra Herodes.

Em 66, os judeus revoltaram-se e Gaius Cestius Gallus, legado da Síria, invadiu a Judeia, tomando Beit Shearim, hoje Bezeta, no vale de Jezrael, a sede do Sinédrio, mas não conseguiu conquistar o templo, retirando-se para a costa, onde foi derrotado na batalha do passo de Beth-Oron, ficando a Legião X Fulminata praticamente destruída. Com o resto da tropa, Gallus retornou a Antioquia, onde morreu, sendo substituído por Licinius Mucianus.



MAQUERONTE

O imperador Nero sentindo a gravidade da questão mandou Vespasiano esmagar a revolta. Porém Nero suicidou-se, em junho de 68, e o império entrou em guerra civil, neste ano chamado o dos quatro imperadores, quando Galba foi derrotado por Oto e este por Vitélio, que se tornou imperador, em 69.

A guerra contra os judeus começara no ano de 67, quando Vespasiano acampou perto da cidade de Jotapata, com as legiões V Macedônica e X Fretensis, logo reforçadas pela XV Apollinaris, de Tito, totalizando 60.000 homens.

Em janeiro de 69, Vespasiano foi aclamado imperador, pelas tropas do Oriente e, auxiliado por Muciano, derrotou Vitélio.

Tito tornou-se o comandante das tropas contra Jerusalém, tendo como lugar-tenente o general judeu Tibério Júlio Alexandre. A cidade foi cercada pelas Legiões V Macedônica, XII Fulminata e XV Apolinaris, pelo lado oeste, enquanto a X Fretensis, ficara no monte das Oliveiras, a leste, impedindo o abastecimento de gêneros e água, para os seus habitantes, e a entrada de peregrinos, para a Páscoa.

Em maio de 69, foi destruído o terceiro muro, rachado o segundo muro e tomada a Fortaleza Antônia, construída por Herodes, o Grande, ao norte do templo.

A guerra entrou em uma fase em que se lutava pela posse de rua por rua, de casa em casa, guerrilha urbana da qual participei com todo fervor. A cidade cercada deveria cair pelo desabastecimento.

Contra a vontade de Tito, os soldados conseguiram incendiar o templo, que desejava transformar em um Panteão dedicado ao imperador. Esse incêndio começou pelas cortinas, no dia 9 de Ab, correspondente a 30 de julho, daí para frente um dia aziago para os judeus. As chamas espalharam-se pela cidade. As legiões esmagaram as últimas resistências. Parte da população fugiu através de túneis e o restante foi para a cidade alta, tomada a 7 de setembro de 70.

Depois mais duas revoltas ocorreram na Judeia, a Guerra de Kitos (115-117) *e a Revolta de Bar Kosiba* (131 a 135).



ANO 70 – A DESTRUIÇÃO DE JERUSALÉM
DAVID ROBERTS – 1850

Este grande massacre da destruição e tomada de Jerusalém continua vivo, no Arco de Tito, em Roma, com seus relevos mostrando os judeus escravizados, carregando os utensílios sagrados perdidos na queda do templo, e nos rituais do dia 9 de Ab, envolvendo eventos transcendentais para o povo judeu: como o retorno dos doze espiões mandados por Moisés, para observar as terras e cidades de Canaã, trazendo notícias espantosas sobre a terra a ser conquistada; a destruição do primeiro templo de Salomão, por Nabucodonosor, em 586 a.C., o fim da rebelião de Bar Kokhba, com a tomada da fortaleza de Betar, em 135; a aração do local do templo, em 136, e a expulsão dos judeus da Inglaterra, em 1290. Nesse dia, em compensação, nascerá, em qualquer tempo, em qualquer lugar, o Menahem, o Messias.

Outro dia azíago é 17 de Tamuz, mês que vai de 21 de junho a 20 de julho, aquele em que o Behemot estronda nas montanhas e nos rios. Neste dia 8 de julho, em diversos tempos, aconteceram desastres para a História Judaica: Moisés ao descer do Sinai encontrou o povo adorando o bezerro de ouro; as oferendas foram suspensas no templo, pois não chegava mais gado, devido ao cerco dos romanos; os romanos romperam as paredes de Jerusalém, no ano 70; e os romanos colocaram um ídolo, no pátio do templo.

O triunfo de Tito

Em junho de 71, Tito regressou à Roma, após controlar a rebelião da Judeia, que resultara na captura ou morte de um milhão de judeus.

Por esta pacificação o Senado concedeu-lhe um triunfo, a maior honraria que um general poderia receber em vida, envolvendo uma parada militar, com as legiões participantes da guerra vitoriosa, entrando pelas portas da cidade, acompanhadas pelos líderes derrotados e os tesouros pilhados na campanha.

Tratava-se de uma tradição herdada dos etruscos, que durou mais de mil anos, iniciando-se com o triunfo de Rômulo e terminando com o do imperador Honório, em 403, uma característica cultural dos romanos.

No princípio só podiam ser assim homenageados os pretores, os cônsules e os ditadores, por serem os comandantes das tropas de maiores contingentes.

Quando havia uma autorização de um triunfo, pelo Senado, os templos de Roma eram abertos e decorados com guirlandas, os altares dos templos e as imagens, bem como os cemitérios e os túmulos, ornamentados com flores, e uma grande quantidade de incenso queimada, espalhando o seu perfume por toda a cidade.

O triunfo de Tito começou com o desfile do Senado, encabeçado pelos magistrados. Continuou com os trombeteiros tocando fortemente os seus instrumentos, anunciando a passagem do cortejo. Carros carregados com os despojos da guerra, o botim, o resultado das pilhagens, verdadeiras fortunas, aproximaram-se a seguir. Alguns dos objetos sagrados do Templo: o Menorá, o rico candelabro de sete braços e a mesa propiciatória

dos pães, ambos de ouro maciço, e as trombetas de prata anunciadoras do Ano Novo, vinham trazidos pelos vencedores.

Após esses troféus, mais músicos apareceram executando marchas guerreiras, seguidos por touros brancos e o gado para os sacrifícios de agradecimento aos deuses e animais e plantas do país conquistado, incluindo camelos.

Agora era a vez das insígnias, das armas dos vencidos e dos seus chefes prisioneiros. Seguiam-nos, em fila simples, os litores do Imperador com seus feixes adornados de ramos de loureiro.

Vespasiano e Tito vinham em um carro triunfal de forma circular, puxado por quatro belos cavalos. Seguia-os Domiciano, montado em um touro branco, o restante da família Flávia e os oficiais superiores.



TRIUNFO DE VESPASIANO E TITO
JÚLIO TOMANO – 1537

O imperador vestia um manto bordado a ouro e uma túnica florida. Portava um ramo de loureiro na mão direita, um cetro de ouro, na esquerda, e uma coroa de ouro sobre a cabeça.

Os corpos militares fechavam o desfile, com suas armas adornadas com ramos de loureiro.

O cortejo saíra do Campo de Marte, entrara pela Porta Triumphalis, usada somente para os triunfos, passara pelo Circo Flaminius, pelo Circo Maximus, pela Via-Sacra Capital e terminara no Templo de Júpiter Capitolino, onde foram imolados os touros brancos e o gado, em homenagem àquele Deus.

Naqueles dias de tristeza para o povo judeu também foram executados os principais prisioneiros rebeldes.

Outra forma de homenagear os vencedores era a Ovação, onde um grupo menor entrava a pé na cidade, usando mantos purpurinos. A cabeça era coroada de louros e um carneiro era sacrificado no lugar dos touros.

A fim de comemorar a vitória de Tito foi ordenada a construção do Arco de Tito, em 81, na entrada sudeste do Fórum, o ano da sua morte, por doença adquirida em campanha, sendo sucedido por seu irmão Domiciano.

Nele estão esculpidos em alto relevo os utensílios do templo, muitos dos prisioneiros e a carruagem do triunfo.

Dizem que os judeus levados como escravos para Roma foram divididos em dois grupos. O dos sacerdotes, levitas e nobres, dispersados na Ibéria, e o povo, nas margens do Reno, para lutar contra os povos germânicos. Eu estava entre os primeiros. Fui mandado para a Lusitânia.

O apocalipse

No ano 1 da sua era nasceu o Cordeiro, o filho de Deus, esperado há 4.000 anos, que iria ser imolado no lugar da Humanidade, para que ela de novo tivesse acesso ao Paraíso. Jesus Cristo foi uma grande luz, tão grande, que a transformou, tornando-a menos violenta e mais solidária, na sua pregação da Igualdade após a morte, da Esperança na Ressurreição e do Amor Fraternal entre os seres humanos. Foi a pedra cúbica que verteu sangue. A pedra mais perfeita, a pedra filosofal, capaz de ao seu menor contato modificar a personalidade do próximo, para o bem.

Falar de sua passagem pela terra exigiria um novo livro dentro deste, embora ele corresponda à pedra descida do monte, destruidora da grande estátua do sonho de Nabucodonosor e dos quatro Impérios, que sucessivamente dominaram a Terra, sendo o V império, aquele que ainda está por vir.

Os maçons têm sido os seus auxiliares, como pequenas pedras que somos, no seu desejo de difundir a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade, praticando as Virtudes, dentro dessa tentativa de regeneração do ser humano, até conseguirmos construir a base em que se instalará a Nova Jerusalém. E ela só descerá do céu, quando toda a humanidade estiver pronta, para receber o V Império Verdadeiro.

Este é o maior trabalho maçônico, o de construir os alicerces do Amor e da Liberdade, para a descida da Jerusalém Celeste, que unirá os homens, apoiando as Ciências e as Artes, e que está começando, embora há anos estejamos preparando o mundo, para essa Era de Redenção da Humanidade.

Todas as tentativas de instalação dessa nova época, antes do tempo certo, têm sido infrutíferas, como a que iremos

descrever, neste livro, por serem baseadas em motivações imperfeitas de cunho materialista.

O Apocalipse ou Revelação mantém a linha da História, dando continuidade e perpetuando o conteúdo básico do Sonho de Nabucodonosor, em que a pedra do V Império será a pedra da Esperança de melhores dias para todos, no futuro. É uma afirmação de que a História não caminha somente através das lutas de classes e dos interesses econômicos, das intrigas pelo poder e pelas guerras, existindo esse tênue fio, o do pensamento oculto, mantido sempre vivo na luta contra o obscurantismo e a manipulação das mentes humanas. Procuramos formar, em nossas escolas de Regeneração, indivíduos voltados para o bem, livres pensadores, fora do comando das ideias dominantes, dando uma falsa sensação de Liberdade, quando na realidade são totalitárias, exclusivistas, ortodoxas, enquanto nós seremos sempre heterodoxos.

O Apocalipse é o registro das visões de João Evangelista, o irmão ou o discípulo mais amado de Cristo, para um final cataclísmico do mundo, com a descida da Nova Jerusalém, a vinda do Messias e o Juízo Final. É o traço de união entre o Novo Testamento e os tempos de Joaquim de Fiore, em plena Idade Média.

Foi escrito entre 90 e 96 d.C, no contexto do cristianismo da Ásia Menor greco-romana e contém uma inspiração gnóstica.

Os dois Joões são comemorados na Maçonaria. João Batista, no solstício de Verão do hemisfério norte, sendo essa data selecionada para o dia da posse de todas as autoridades eleitas pela Maçonaria, e João Evangelista, com o grande banquete de encerramento do ano, em pleno solstício de Inverno, na comemoração cósmica, em que o sol da Primavera, o Pelicano Jesus Cristo, derrota o frio.

Talvez a destruição do Templo de Salomão, por Nabucodonosor, tenha inspirado o primeiro movimento apocalíptico,

aquele registrado na Bíblia, ao desejar o fim da Babilônia e do seu império, por terem arrasado Jerusalém. A base desse movimento seria o Livro de Daniel, ao decifrar o sonho dos cinco impérios sucessivos, que tivera aquele monarca.

O contexto desse segundo Apocalipse seria o desejo do fim do Império Romano, o Quarto Império.

Roma e Babilônia assemelhavam-se por terem conquistado imensos territórios, destruído Jerusalém e seu templo, adotado um modo de vida devasso e terem dispersado o povo judeu. Os apocalipses seriam vinganças sublimadas contra essas duas cidades impiedosas.

Dentro dessa nossa narrativa seria um elo mantendo esse ideal do castigo pela prática dos Vícios, através da História e, ao mesmo tempo a utopia do aparecimento de uma nova época de luz, esplendor e paz, de uma nova aliança entre Deus e a Humanidade.

Quando João escreveu esse livro, o cristianismo já estava dividido em quatro correntes: a judaica, a helenística, a primitiva e a apocalíptica.

O predomínio da chamada Igreja Primitiva estende-se do ano de 30 até o de 325, este último o do Primeiro Concílio de Niceia, quando os seus maiores centros estavam em Roma, Jerusalém, Antioquia, Alexandria e Constantinopla, depois as sedes dos cinco patriarcados.

O cristianismo judaico existia como seita messiânica, em Jerusalém, e continuava preso à Lei, fazendo oposição às ideias de Paulo. Após a Diáspora, convergiu para a seita dos ebionistas, os pobres. Achavam que Jesus não viera para abolir a Torá, pois judeus e convertidos deveriam seguir as suas diretrizes.

As informações sobre os ebionistas ficaram registradas nos escritos dos pais ou padres da igreja, teólogos e mestres dos primeiros séculos do cristianismo, responsáveis pela definição

das doutrinas cristãs, como as conhecemos hoje. Para eles o cristão deveria seguir os ensinamentos da Torá e fazer a circuncisão, e, embora Jesus Cristo fosse o Messias, não era Deus e nem nascera de uma virgem, sendo Paulo de Tarso, um apóstata. As escrituras compreenderiam apenas o Velho Testamento (Tanach) e o Evangelho de Mateus escrito em hebraico, e não em grego, daí a célebre frase talvez dita por Jesus: "Mateus! Primeiro os meus."

Paulo via que este tipo de cristianismo fechado, sem festas, étnico e usando a circuncisão acabaria retornando ao judaismo, daí a sua ideia de abrir a nova religião para todos.

O cristianismo apocalíptico ficou ligado às tradições proféticas de João e a das primeiras comunidades, afastando-se do judaico.

O helenístico, embora tivesse alguma identidade com o apocalíptico, convergiu para o gnosticismo.

O primitivo será de tendência ortodoxa, com os padres da Igreja Constantino e Eusébio de Cesareia, mas depois helenizado, e se acomodando ao Império Romano, que até então o condenara.

Os padres ou pais da Igreja foram os teólogos e mestres doutrinários dos primeiros séculos do cristianismo, responsáveis pela definição das doutrinas cristãs, como as conhecemos hoje. Eles dirigiram as igrejas gregas, principalmente as da Asia Menor.

A uniformização da Igreja ocorreu com o Primeiro Concílio de Niceia, o do tempo do imperador romano Constantino, que aderira ao cristianismo, em 325.

Niceia atualmente Iznik, era um local acessível para os bispos da Igreja Oriental, então majoritária. Daí comparecerem àquela reunião, no verão de 325, os bispos da Ásia, Síria, Palestina, Egipto, Grécia, Trácia e Egris, hoje Geórgia. Atanásio relatou a presença de 318 bispos e Eusébio, de 250, dos quais apenas

cinco eram do Ocidente, representando as províncias da Calábria, Cartago, Espanha, França e Danúbio.

Os pontos mais discutidos foram: a questão ariana, a celebração da Páscoa, o cisma de Milécio, o baptismo de heréticos e o estatuto dos prisioneiros da perseguição de Valério Licínio, coimperador romano, no período 308 a 324, cunhado de Constantino, que o condenou à morte.

Ainda neste Concílio foi adotada a oração do Credo, na forma latina.

A partir de então houve a mudança. O cristianismo transformou-se em religião oficial, criou uma hierarquia interna e recebeu influências das antigas religiões grega e romana, com as elites intelectuais vencendo as apostólicas, e o imperador comparado a Moisés e a David. Os antigos inimigos da igreja, os ricos, os opressores e o Estado Romano, passaram ser os amigos, enquanto os judeus e os pagãos transformaram-se em inimigos.

O Cristianismo Apocalíptico acabou derrotado pelo Cristianismo Imperial, e talvez por este motivo o livro de João tenha sido relegado a um plano secundário, por séculos.



CONSTANTINO E O CREDO

Muitos dizem que o Apocalipse não estaria centralizado na volta de Jesus, mas na sua manifestação gloriosa, a Parúsia ou Parusia, após a sua Ressurreição.

Outros acham que a Parúsia ainda vai acontecer, com a sua volta, para lutar contra as bestas. Isto, porém não seria um retorno, pois desde os tempos da Ressurreição ele estaria entre nós, sem se manifestar. É o que se denomina de Kayros e por isso pedimos que ele apareça: Maranatha Jesus, isto é, Vem Jesus.

A Parúsia na verdade abrange o tempo desde a sua Ressurreição até a sua Manifestação Gloriosa.

O cosmo novo

Após o Apocalipse haverá um cosmo novo, com o desaparecimento do primeiro céu e da antiga Terra. Não existirá mais o mar, que é o abismo ou caos, a morte, o pranto, o clamor, a dor, a maldição e a noite. A Vida triunfará sobre a Morte.

A Nova Jerusalém não será semelhante àquela que foi destruída, no ano 70, igualada à Sodoma e ao Egito, por João, e também à Roma, por que nela Cristo foi crucificado. Ela simboliza a comunidade cristã. Sua antítese é Babilônia, a prostituta, símbolo da idolatria ao dinheiro, que cavalga a Besta, o Império Romano. A Nova Jerusalém é a noiva e a esposa do Cordeiro. A Nova Jerusalém é o aparecimento de uma nova comunidade ou organização social. É uma cidade sem morte, dor, choro, trevas e opressão. Babel é a cidade que quer chegar ao céu. A Nova Jerusalém desce do céu.

A cidade é a nova morada de Deus, no centro de uma nova sociedade. Nela não existirá santuário. Cristo será a luz que a iluminará. As suas muralhas assentar-se-ão sobre doze pedras, os apóstolos, as suas doze portas têm os nomes das doze tribos, doze anjos estão sobre elas. Um rio da água da vida nasce do trono de Deus e do Cordeiro, e nas margens do rio existem árvores da vida, que dão doze qualidades de frutos, um em cada mês, e suas folhas servem para curar as nações. A cidade terá 12.000 estádios de largura.

A Nova Jerusalém será a morada de Deus e dos escolhidos. Nela não poderão entrar os de pouca fé, os incrédulos, os idólatras, os assassinos, os venais, os feiticeiros e os mentirosos. Na concepção maçônica são necessárias dezenas de qualidades, para que suas portas sejam abertas e se alcance a Liberdade e o Amor.

A utopia da Nova Jerusalém

Surgiu como uma esperança na reconstrução de Jerusalém, após a destruição de 586 a.C., na perspectiva de um retorno a Israel, após a Diáspora de Tito, no ano 70 d.C., e na necessidade de uma nova sociedade reconstruída, na forma como João desejava, sem um templo dominado por sacerdotes, pois ele estaria construído, nos corações dos cristãos.

Sem dúvidas, essa Nova Jerusalém, só poderá descer à Terra, quando a Maçonaria estender-se por todo planeta e corresponder ao verdadeiro Quinto Império sobre a terra.



NOVA JERUSALÉM E O CORDEIRO

A filosofia dessa Nova Jerusalém será a do Amor que o Cordeiro gera em seu coração. Nela estará a nascente dos cinco rios, cujas águas matarão a sede da Humanidade, para sempre.

Essas águas formarão os cinco rios dos amores Fraternal, Conjugal, Paternal, Filial e Social, que desaguando no lago da Filantropia, irão regar a Árvore da Liberdade ou da Vida. Dos frutos dessa árvore alimentar-se-ão os habitantes dessa cidade de Deus, pois somente a Liberdade e o Amor podem fazer progredir as Ciências e as Artes, entre as quais: o Teatro, a Oratória, a Estética, a Ginástica, a Gastronomia, o Ceticismo, o Simbolismo, a Cortesania, a Poesia, a Escultura, a Música e a Pintura.

O templo em Portugal

Após a conquista de Jerusalém e dos lugares de peregrinação foi fundada a Ordem dos Pobres Cavaleiros do Templo do Rei Salomão, sob a inspiração de cruzados borgonheses e de São Bernardo de Claraval. Foi a eles a quem Portugal deveu a sua independência do Reino de Leão.

A Ordem foi fundada, em 1118, em Jerusalém, por nove cavaleiros, durante a Primeira Cruzada, com a finalidade de proteger os peregrinos dos ladrões e dos ataques dos muçulmanos e de defender os feudos do Oriente. Esses fundadores foram Hugo de Payens, primeiro Grão-Mestre, Godofredo de Saint Omer, Godofredo de Bisol, Payens ou Nival de Mondidier, André de Montbard, tio de São Bernardo, Archambaud de Saint Aignan, Hugo Rigaud, Gondomar e Arnaldo ou Arnoldo de La Roche.

Os dois últimos seriam portugueses, o primeiro de nome visigótico, que poderia ser de qualquer local da Península Ibérica, e o outro, o Grão-Mestre Pedro Arnaldo, o terceiro de Portugal.

A Ordem do Templo, encarregada de manter os domínios cristãos, no Oriente, conter a invasão muçulmana da Ibéria e proteger os peregrinos aos lugares santos de Jerusalém, Roma e Santiago de Compostela, chegou muito cedo a Portugal, com uma província nele instalada, em 1125, antes da sua independência do reino de Leão e sete anos após a sua criação. E a Província Templária de Portugal ajudou na formação do país e na reconquista das terras aos mouros, mais e mais para o sul. Em 1126, a Ordem receberia Fonte Arcada e, em 1128, o castelo de Soure e terras, em Coimbra e Leiria, das mãos de dona Tereza, mãe de Afonso Henriques.

Em 1157, os templários ganharam especiais concessões de Afonso Henriques, como a inviolabilidade das suas propriedades e pessoas, isenção de tributos e de serviços, das portagens e dos pagamentos de dízimos.

Os Grãos-Mestres portugueses foram:

Guilherme Ricardo (1126-1139).

Hugo Martins (1139-1155)

Pedro Arnaldo (1155-1159)

Gualdim Paes, que dirigiu a Ordem por quase quarenta anos, de 1159 a 1194, talvez a maior figura do templarismo lusitano. Nasceu em Amaraes, em 1118 ou 1119, não se sabe precisar, sendo sagrado cavaleiro aos vinte e um anos de idade, por Afonso Henriques, após a batalha de Ourique, tendo participado da tomada de Santarém, em 1147. Depois foi para a Palestina, participando da Segunda Cruzada (1147-1149), formada por Conrado III, do Sacro Império e Luís VII, da França, tendo por pregador São Bernardo de Claraval, aquele que ditou as regras do templo. No Oriente, ficou por mais de cinco anos, onde ingressou no templo, tendo lutado no cerco de Gaza, em 1153, e talvez nas tomadas de Ascalon e de Sidon.



ASCALON

De volta à sua terra, trouxe como relíquia, uma das mãos de São Gregório Naziazeno, guardada em um estojo de prata.

Assumindo o grão–mestrado da Ordem, consolidou o domínio templário, na margem direita do Tejo e na bacia do Zêzere, com os núcleos de Pombal, Almourol, Idanha e

Montesanto, tendo por centro o Castelo de Tomar, cuja construção foi iniciada por ele, a partir de 1160.

Em 1169, estando Afonso Henriques, nas Caldas de Lafões, tratando-se de ferimentos de guerra, prometeu, ao templo, um terço de tudo o que ele conquistasse aos mouros, daí para frente.

Em 1184, os templários, sob a sua direção, ajudaram-no a defender Santarém, contra os ataques dos almoadas, que, em 1190, tentaram conquistar Tomar, cujas cercanias foram taladas. A cidade resistiu e o emir Yacub retirou-se com muitas vítimas.

Dom Gualdim morreu, a 13 de outubro de 1195, recebendo sepultura, na igreja de Santa Maria do Olival, onde está a seguinte inscrição, em caracteres góticos:

– *Era MCC · VIIII magister Galdinus nobili siquidem genere Bracara oriundus exctitit tempore autem Alfonsi illustrissimi Portugalis Regis. Hic secularem abnegans miliciam, in brevi ut Lucifer eminevit, nam Templi Miles. Gerosolimam peciit ibique per quinquenium non in hermen vitam, duxit cum Magistro enim suo cum Fratisbusque implerige preliis* contra *Egipti et Surie insurrexit regem. Cumque Ascalona caperetur, presto eum in Antiocam*

pergens sepe contra *Sidan decione dimicavit. Post quinquennium vero ad prefatum qui et eum educaverat et militem fecerat reversus est regem. Factus Domus Templi Portugalis Procurator hoc distruxit castrum Palumbar, Thomar, Ozezar et hoc quod dicitu Almoriol et Eidaniam et Montem Sanctum.*

A tradução para o português é a seguinte:

– Era de 1209. O Mestre Galdino, certamente de nobre geração, natural de Braga, existiu no tempo de Affonso, illustríssimo Rei de Portugal. Abandonando a milícia secular, em breve se elevou como um Astro, porquanto, soldado do Templo, dirigiu-se a Jerusalém, onde durante cinco annos levou vida trabalhosa. Com seu Mestre e seus Irmãos, entrou em muitas batalhas, movendo-se contra o Rei do Egypto e da Syria. Como fosse tomada Ascalona, partindo logo para Antiochia pelejou muitas vezes pela rendição de Sidon. Cinco annos passados voltou, então, para o Rei que o creára e o fizera cavalleiro. Feito Procurador da casa do Templo em Portugal, fundou, n'este, o castelo de Pombal, Thomar, Zezere e este que é chamado Almoriol, e Idanha e Monsanto.—



O CASTELO DE TOMAR

Após Gualdim Paes governaram a Ordem:

Lopo Fernandes (1194-1199) morto no cerco de Ciudad Rodrigo, contra Alfonso IX de Leão.

Fernando Dias (1202-1210), quando a fome e a peste assolaram a região de Tomar.

Gomes Ramires (1210-1212) Grão-Mestre das Províncias de Leão, Portugal e Castela. Tinha 20.000 maravedis da Coroa Portuguesa sob sua guarda, em Tomar. Participou da grande batalha de Navas de Tolosa (1212), mas faleceu dias após, em Ubeda, na luta contra os invasores almoadas.

Pedro de Alvito (1212-1223) também dirigiu o templo dos três países. Ganhou a cidade de Castelo Branco, para os templários. Tomou Alcácer do Sal, em 1217.

Pedro Anes (1223-1224)

Martim Sanches (1224-1229), também mestre dos três reinos.

Estevam de Belmonte (1229-1237) tomou Aljustrel, Jeromenha, Serpa e Arronches aos mouros.

Pedro Nunes (1237-1239)

Pedro Fulcon (1239-1242), mestre dos três reinos.

Martim Martins (1242-1247) foi o mais novo dos grãos-mestres, aos 25 anos de idade.

Pedro Gomes (1247-1250)

Paio Gomes (1250-1254) foi Grão-Mestre dos três reinos, reunindo um conclave, em Tomar, em 1251. Deixou o cargo quando da guerra contra Castela.

Martim Nunes (1254-1266) lutou na Andaluzia e intermediou a paz, pela posse do Algarves.

Gonçalo Martins (1266-1271)

Beltrão de Valverde (1271-1272)

Garcia Fernandes (1272-1277)

João Escriptor (1277-1283)

João Fernandes (1283-1289)
Afonso Paes (1289-1290)
Lourenço Martins (1290-1295)
Vasco Fernandes (1295)

Em Portugal mandava o rei Dom Diniz, espírito pensante, poeta, cavaleiro e trovador, que sem ligar muito para o papa de Avignon, nem para Felipe, o Belo, reformou o templo, transformando-o na Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, com um regimento similar ao da Ordem de Calatrava, a 15 de novembro de 1319, em Santarém. Os templários e seus bens passavam, sem maiores desavenças, a constituir a nova ordem permanecendo envoltos, no sudário de Cristo.

Foi primeiro grão-mestre da nova Ordem Gil Martins, dirigindo-a até 1321. A esses sucessores dos templários devemos os grandes descobrimentos marítimos portugueses e a eles o Brasil esteve ligado religiosamente, pois a nossa Igreja era sufragânea do bispado de Tomar.

Os Grãos-Mestres templários foram enterrados no subsolo da igreja de Santa Maria dos Olivais, mas suas ossadas foram retiradas a mando de D. Manuel I.



A IGREJA DE SANTA MARIA DOS OLIVAIS

Em 1455, uma bula do papa Calisto III tornou-a matriz de todas as igrejas dos territórios descobertos na Ásia, na África e na América, sendo-lhe conferida a honra de Sé Catedral. A este fato não foi estranha a intensa participação da Ordem de Cristo nas viagens de descoberta dos quatrocentos em diante.

Entre o Mondego e o Dão

Entre o Mondego e o Dão estende-se um alto divisor de águas onde estão pequenas aldeias de casas de pedra, ao estilo das romanas e celtas, uma herança ali deixada e que pode ser comprovada, em Povoa Dão, por onde passa uma Via Romana, com a sua ponte da mesma origem. Lá, entre essas povoações estabelecidas pelos nossos ancestrais destacam-se Canas de Senhorim, Aguieira, Carvalhal Redondo, Moreira, Santar, Pardieiros, Beijós e outras mais, todas muito próximas, que, quando vistas do alto da serra da Estrela, parecem as casas de um presépio.

Há mais de dois mil anos vivem nelas os mesmos troncos familiares, todos aparentados, constituindo um grupo homogêneo, que tiveram na sua constituição inicial os celtas lusos de Viriato, os romanos das legiões que vieram combatê-los, os mouros e os judeus.

Em um desses vilarejos está a capela de Santa Maria de Silgueiros do Dão, mandada construir por Daganel ou Dafnael de Loureiro e sua mulher Sancha Gonçalves, no ano de 1186, uma típica igreja-fortaleza, onde existem seteiras, para a sua defesa, além de uma pia batismal gótica. Nela está uma parte da certidão de nascimento dos Loureiros de Viseu, pois que os há também na Galícia, esses tendo por brasão um campo vermelho com cinco crescentes em prata e sobre o crescente central, uma estrela dourada de cinco pontas. Aos dos Loureiros desta região foram cedidos pelos Figueiredos, sendo também vermelho, em que os cinco crescente foram substituídos por cinco folhas verdes de figueira.

Foi para cá que eu vim depois da tomada de Jerusalém, como parte dos soldados romanos acantonados nessa região em

torno de Viseu, na Cova de Viriato, nas Cabanas de Viriato e na Aguieira, onde estavam fincadas as águias das legiões. Aqui ganhei terras, neste pequeno pedaço da Itália, encravado na Ibéria, rico em azeite e vinho.

Dizem que aquela capela foi a da conversão do casal e como isto se deu trezentos anos antes da instalação da Inquisição, em Portugal, os Loureiros foram sempre considerados cristãos velhos.



LOUREIRO DA GALÍCIA

É esta a nossa certidão ancestral:

Em nome de Deus. Amém. Eu Daganel e minha mulher Dona Sancha Gonçalves em honra de Nosso Senhor Jesus Cristo e da bem-aventurada Virgem Sua Mãe e para remédio de nossas almas e de nossos pais, edificamos, fundamos e fizemos a. Igreja de Santa Maria em uma nossa quinta que jaz no termo de Viseu, no lugar chamado Silgueiros do Dão, com seu cemitério, entradas e saídas e a dotamos de ambas as partes com lavoiras, pastos, árvores, águas e tudo mais, com o pacto e condição, a saber, que o Prelado ou Abade da mesma Igreja será sempre da nossa geração e se não houver clérigo idôneo da família, a Igreja será dada a

clérigo da vontade dos da nossa geração e doutra maneira não passará em tempo algum a estranhos; e a fazemos consagrar pelo reverendo padre Dom João pela graça Divina bispo de Viseu e lhe oferecemos, e damos pela consagração um casal da mesma Aldeia de Silgueiros. E se algum dos nossos, ou dos estranhos nalgum tempo quebrar ou violar de alguma sorte esta carta e doação, seja maldito, excomungado, condenado no Inferno como Judas traidor, e com tudo esta carta e nossa fundação ficará sempre em seu vigor, como nela se contém.

Foi feita no mês de setembro; Era MCCXXIV (que é o ano de Cristo 1186), reinando Dom Sancho, e sendo Alferes-Mor Pedro Afonso e Chanceler Dom Julião. Nós sobreditos, que esta Carta mandamos fazer perante os bons homens e firmamos com as nossas mãos: Foram presentes Mendo Gino Cavaleiro, Soeiro Lageosa Cavaleiro, Pedro testemunha, Pelágio testemunha , José testemunha, Antônio testemunha, Lourenço testemunha, Martinho testemunha, Egídio testemunha, Bartolomeu testemunha, Raimundo testemunha; Fernando a escreveu por mandado de Daganel e de sua mulher Dona Sancha Gonçalves.



IGREJA DE N.S. DOS SILGUEIROS DO DÃO

Mais velha é a estrada romana e a ponte sobre o rio Dão que, partindo de Viseu, atravessa Silgueiros e segue por Sangemil, na direção da Tábua.

O nome Daganel, Dagnel ou Dafnael tanto pode ser o de um chefe celta de Nelas, como pode estar relacionado com o nome Dafnael, composto de *dafna*, remotamente do grego, significando loureiro, e de *el*, senhor, deus, uma palavra sincrética greco-judaica de Alexandria ou da Ásia Menor. Aliás, no nome Loureiro há o sentido oculto de Rei Louro, o rei Davi, que possuía cabelos claros.

As ideias do V Império em Portugal

Muitos fatos especiais ligaram Portugal ao V Império. As ideias de um destino glorioso para aquele país originaram-se desde a sua fundação, quando Dom Afonso Henriques teve uma visão, no dia de Santiago, 25 de julho de 1139, na qual Jesus Cristo, cercado por anjos, garantiu-lhe a vitória sobre os almorávidas de Ali Ben Yusuf, na batalha de Ourique, que se travaria no decorrer daquele dia. Com o resultado dessa batalha, ele se considerou rei de Portugal, enfeudando-se ao papado de Roma, a partir de 1140, fato aceito por Afonso VI de Leão, após o tratado de Zamora, em 1143, e pelo papa, em 1179.

A teofania por ele vivida, nessa batalha, teve como paradigma a de Constantino, antes de enfrentar Maxêncio, na batalha de Mílvio, quando apareceu no ceu uma cruz e a célebre frase *In hoc signus vinces*.

A Crônica de Portugal de 1419, escrita apenas quatro anos depois da conquista de Ceuta, durante o reinado de Dom Duarte, apresenta-se como a grande compilação de todos os textos até então existentes, incluindos os anteriores à Crônica de 1344. Segundo Saraiva, essa crônica teria sido da autoria de Fernão Lopes. É nela que surge narrado o milagre do aparecimento de Cristo, em Ourique, relacionada a uma batalha na qual tomaram parte cinco reis mouros.

Contam as lendas que Afonso Henriques estava semiadormecido, quando lhe apareceu, como em um sonho, um ancião, que o benzeu com o sinal da cruz, chamando-o de escolhido por Deus e o alertou sobre a batalha. Nesse momento entrou na sua tenda um escudeiro, para dizer-lhe que lá fora estava um velho desejoso de falar-lhe urgentemente. Afonso Henriques

viu, diante dos olhos bem-despertos, o velho do sonho, falando-lhe:

– Tu, outra vez? Quem és afinal, ancião? O que me queres?

– Quem sou não interessa... Acalma-te e ouve o que venho dizer-te da parte de Jesus, Nosso Senhor. Daqui a instantes, quando ouvires tocar os sinos da ermida onde há já sessenta e seis anos vivo, deves sair do arraial só e sem testemunhas. É isto o que ele manda dizer-te!

Antes de o guerreiro falar, o velho desapareceu na noite, sem deixar rastro... Daí a instantes, soou o sino da ermida e Afonso Henriques pegou da espada e do escudo, e saiu da tenda embrenhando-se na noite, sem destino, só, como lhe fora recomendado.

Subitamente, um raio iluminou a noite e de dentro dele saiu uma cruz esplendorosa. Ao centro estava Jesus Cristo rodeado de anjos.

Afonso Henriques, ajoelhado, deixou-se ficar boquiaberto, sem saber o que dizer, sem se atrever a quebrar o silêncio, até que, dentro de si, ouviu Jesus dizer-lhe: *Não te apareci deste modo, para acrescentar a tua Fé, mas para fortalecer o teu coração nesta empresa, e fundar os princípios do teu reino em pedra firmíssima. Tem confiança, pois não só vencerás essa batalha, mas todas as mais que deres aos inimigos da Fé Católica. Tua gente acharás pronta para a guerra, e com grande ânimo pedir-te-á que com o título de rei comeces a batalha; não o duvides de o aceitar, mas concede livremente a petição, por que eu sou o fundador e o distribuidor dos impérios do Mundo, e em ti e em tua geração, quero fundar para mim um reino, por cuja indústria será o meu nome notificado a gentes estranhas. E porque teus descendentes conheçam de cuja mão recebem o reino, comporás as tuas armas do preço que comprei o gênero humano e daquele porque*

foi comprado dos judeus, e ficará este reino santificado, amado por mim, pela pureza da fé e excelência da piedade.

Apagou-se o céu e a visão celestial desapareceu, como viera. No dia seguinte, 25 de julho de 1139, dia de Santiago, deu-se a batalha.

Os mouros eram aos milhares e avançaram ferozmente contra os guerreiros de Afonso Henriques. Ao primeiro embate muitos homens caíram ao chão trespassados, pelas lanças. Puxou-se então das espadas e alfanges e a planície foi invadida por um tinir de ferros misturado com a gritaria da multidão e os relinchos dos cavalos feridos. Os guerreiros cristãos, porém, levaram a melhor. Os mouros sobreviventes fugiram pela planície afora, deixando os cadáveres naquele imenso chão. Do lado cristão também eram muitos os mortos e feridos, mas os sobreviventes proclamavam a vitória, gritando: Real! Real! Por Afonso, Rei de Portugal!

Diz a tradição que nesse momento e em memória do acontecimento, o rei pôs no seu pendão cinco escudos, representando os cinco reis mouros que derrotara. Pô-los em cruz, pela cruz de Nosso Senhor e dentro de cada um mandou bordar trinta dinheiros, que por tanto vendera Judas a Jesus Cristo.

Nesta batalha foi feito cavaleiro Dom Gualdim Paes, o mais ativo dos Grãos-Mestres do Templo, em Portugal.

Não esqueçamos ainda que Afonso Henrique foi filho de Henrique de Borgonha, que fizera parte de um grupo de cavaleiros dessa região francesa, também a terra de Bernardo de Claraval, de um dos nove fundadores da Ordem Templária, e o centro do culto de Maria Madalena.

Desde então a existência de Portugal fluiu através do caos das lutas constantes contra seus vizinhos da Espanha e do norte da África, dois núcleos populacionais várias vezes maiores do

que o seu, somente equilibrados pela determinação do povo lusitano, a ajuda de aliados importantes e a existência de uma nação unida e organizada, a primeira da Europa, além do milagre que tem acompanhado o país, como as vitórias sobre os almorávidas, em Ourique; a conquista de Santarém e de Lisboa, com a ajuda da Segunda Cruzada, pregada por Bernardo de Claraval; a dos Templários sobre os almoadas, em Tomar; a da batalha de Aljubarrota, sobre Castela e através dos oceanos, nas terras de além-mar.

Esse sentimento do milagre da sua existência foi sempre acompanhado de profecias e aparições, que se estenderam pelo tempo, através de Ourique, Nazaré, Fátima e outros eventos que iremos redescobrindo.

Um dos primeiros, que previram um futuro glorioso para Portugal foi São Bernardo de Claraval, abade cisterciense, santo e doutor da Igreja, nascido em Fontaines Lès Dijon, na Borgonha. A Ordem de Cister, que ele dirigiu, teve por origem remota a Ordem de São Bento, por meio da Ordem de Cluny, por ela reformada. Reforma que teve início, em 1098, com a fundação da abadia de Cister, onde Bernardo ingressou, em 1112. Os pais de Bernardo foram Tescelin, senhor de Fontaines, e Aleth de Montbard, ambos pertencentes à nobreza da Borgonha

Portanto, os cistercienses eram beneditinos reformados e criaram, por intermédio de Bernardo, a devoção à Virgem Maria e o Templarismo, uma das raízes da Maçonaria, quando, em 1128, no Concílio de Troyes, ele conseguiu legalizar a Ordem dos Pobres Cavaleiros do Templo do Rei Salomão. Aos cavaleiros ele fez então a seguinte consideração:

"Avancem em segurança, Cavaleiros, e com almas destemidas, partam em combate aos inimigos da cruz de Cristo, certos que nem a morte e nem a vida podem separá-los do amor

de Deus, que está em Jesus Cristo e repitam a si mesmos nos momentos de perigo: se nós vivermos ou morrermos somos do Senhor."

Combateu as posições de Abelardo, conseguindo a sua condenação, em 1140, e influiu na eleição de três papas, entre os quais, em 1145, a do cisterciense Eugênio III, que lhe pediu a pregação da Segunda Cruzada, em Vezelay, o local do culto de Maria Madalena. Combateu as ideias de uma igreja pobre de Arnaldo de Bréscia, que acabou enforcado, em Roma, e colocou-se contra o massacre dos judeus.

Em sua incansável atividade fundou mais de setenta mosteiros, na França, Espanha, Inglaterra, Irlanda, Flandres, Itália, Dinamarca, Suécia e Hungria. Antes da sua morte já existiam mais de quinhentas abadias cistercienses em toda Europa, espalhando o culto de Nossa Senhora, pelo mundo.

Também é sua esta frase em latim: *Experto crede: aliquid amplius invenies in silvis, quam in libris. Ligna et lapides docebunt te, quod a magistris audire non possis.* que em nossa língua significa: "Acredita em mim, aprenderás mais lições nos bosques, do que nos livros. As árvores e as pedras ensinar-te-ão aquilo que não poderás aprender dos mestres", o que seria um credo druida.

Faleceu, no mosteiro de Claraval, a 20 de agosto de 1153, que coincidentemente é considerado o Dia do Maçom, no Brasil.

Em Portugal, a primeira casa de Cister foi São Cristóvão de Lafões, fundada entre 1123 e 1138, pelos frades da regra dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, que aderiram, em 1163, à Ordem dos Cistercienses, anterior à fundação de Portugal, embora tenha sido totalmente reconstruída, no século XVII.



S. CRISTOVÃO DE LAFÕES

Seguiu-se o convento de São João da Tarouca, em 1140, 1143 ou 1152, o primeiro construído pelos cistercienses.

Anos depois, Alcobaça foi doada por Afonso Henriques, em 1153, a São Bernardo de Claraval, que se encontrava em Portugal, e, em 1156, receberia o mosteiro de Salzedas. A Ordem de Cister organizara-se a partir do século XI, na Borgonha, sendo uma renovação da regra de S. Bento. Os religiosos de Cister deviam viver do seu trabalho, não acumular riquezas, e os mosteiros seriam edificados em lugares ermos, sem qualquer decoração.



O MOSTEIRO DE ALCOBAÇA

Se compararmos a planta do Mosteiro de Alcobaça com a da segunda igreja de Claraval, verficaremos que basicamente é a mesma.



BERNARDO DE CLARAVAL

Estudos recentes dão como certo que São Bernardo estaria associado à independência de Portugal. Teria sido por sua mediação, ou pelo menos, pelas das suas abadias cisterciences, que o papa enviou um legado à Península Ibérica, para reconhecer a independência nacional portuguesa, ou o título de *dux* a Afonso Henriques, em 1179, enfeudando o país à Santa Sé, pelo pagamento de quatro onças de ouro anuais, quarenta anos após à Batalha de Ourique.

Em 1143, após Afonso VII de Castela e Afonso Henriques encontrarem-se, em Zamora, na presença do legado do papa Inocêncio II, é que lhe foi reconhecido o título de rei de Portugal. Durante o pontificado de Lúcio II houve um retrocesso, voltando a ser duque, posição logo alterada por Eugênio III e Alexandre III, até que em 1179 o país foi reconhecido como reino.

Bernardo também pregou a Segunda Cruzada, em Vezélay, cuja armada, passando a caminho da Terra Santa, ajudou na conquista de Lisboa.

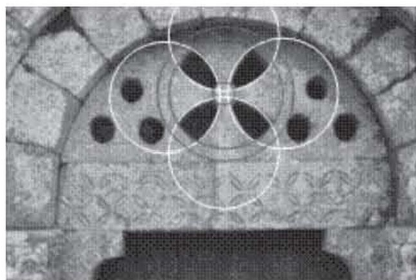
Afonso Henriques tornara-se amigo de Bernardo de Claraval, quando da sua passagem por Portugal, sendo ambos originários da Borgonha, como Hugues de Payens e Montbard, fundadores do templo. Por isso a onda templária chegou a Portugal, em 1126, dois anos antes da sua aprovação, pelo papa. Os Templários e os Cistercienses espalharam-se pelo país fazendo renascer por toda a parte os cultos às várias Nossas Senhoras, inclusive à Maria Madalena, cuja devoção estava centralizada na Igreja de Santa Maria Madalena, em Vezélay, na Borgonha. Neste tempo foram construídas várias capelas, em antigos locais sagrados dos pagãos, e renasceu o culto ao Espírito Santo.

Quando D. Afonso Henriques se preparava para travar a batalha de Santarém, São Bernardo teria dito a Gualdim Pais que a Virgem lhe revelara em sonhos a vitória do rei. Este ofereceu-lhe as terras e os subsídios necessários à construção de uma ampla abadia, se vencesse essa batalha decisiva. Com a vitória, o rei cumpriu sua promessa e São Bernardo dirigiu-se a Alcobaça, acompanhando os cinco monges arquitetos encarregados de delimitar os terrenos necessários à fundação do convento, com a primeira pedra lançada pelo monarca. Mas a implantação de um mosteiro em território avançado necessitava de uma proteção militar, sendo confiada esta missão aos Templários, que já possuíam alguns castelos na região. Afonso Henriques doou à Ordem do Templo todas as terras situadas entre Santarém e Tomar. Gualdim Pais ficou encarregado de construir uma cintura defensiva a envolver os bens de Claraval e ao mesmo tempo reforçar a proteção das fronteiras.

É temerário, mas Vitor Manuel Adrião, em seu livro "As Forças Secretas da Civilização – Portugal – Mitos e Deuse", da Editora Madras-2003, à página 135, cita o borgonhês Bernardo de Fontaine como parente, por parte de sua mãe Alette de Monbard, de Dom Henriques de Borgonha, pai de Afonso Henriques, daí esse seu envolvimernto com Portugal.

Podemos observar três épocas distintas para o templarismo: a das Cruzadas, que se estende até a perda de São João do Acre, ficando a Ordem restrita a Chipre; a Francesa, destruída, entre 1307 e 1314, com a morte do mártir Jacques de Molay, e a Portuguesa, onde sempre predominou a cruz orbicular, sob a proteção do rei Dom Diniz, diferentemente dos demais países, entre 1314 e 1319.

Dom Diniz reformou a Ordem Templária, substituída pela Ordem de Cristo, criada a 14 de março de 1319, herdeira de suas propriedades e privilégios. Admirava a literatura e a poesia de Provença, trazida para Portugal e Galiza pelos refugiados cátaros acolhidos, pela rainha Santa Isabel, em Carção, palavra originária de Carcassonne. Ela pertencia à Casa de Aragão, reino que perderia todos os seus feudos de origem visigótica, para a França, inclusive Tolosa, na chamada cruzada contra os albigenses, chefiada por Simão de Monfort.



CRUZ ORBICULAR E OS TRÊS PONTOS DO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DAS JÚNIAS - TRÁS OS MONTES

Antes de subir ao trono português, em 1279, Dom Diniz viajou pelo Sul de França, onde passou vários meses, especialmente em Gisors, local da futura prisão de Jacques de Mollay e

um dos esconderijos do tesouro templário. Diniz faleceu, em 1325, onze anos após a extinção do templo naquele país.



O CASTELO DE GISORS. PRISÃO DE JACQUES DE MOLAY E ONDE DOM DINIZ FOI SAGRADO CAVALEIRO

O culto á Maria Madalena

Um dos pontos de saída para a peregrinação de Santiago, partindo da França foi à cidade de Vézelay, na Borgonha, o centro do culto à Maria Madalena, que floresceu ali do século XI ao século XIII.

As tradições orientais dizem que Maria Madalena acompanhou João e a Virgem Maria a Éfeso, onde morreu e foi enterrada.

Outra lenda antiga, no Ocidente, relata que ela viajou para Provença, França, com Marta e Lázaro e outros, em um navio a deriva, para evangelizar a Gália. Estas fontes resgistram que ela passou 30 anos de sua vida na caverna de La Saint-Baume, nos Alpes Marítimos e foi milagrosamente transportada, pouco antes de sua morte, para a Capela de Saint-Maximin, onde recebeu seus últimos sacramentos e foi enterrada.

Suas relíquias são tidas como estando em vários locais, mas nenhuma foi devidamente autenticada. São Willibald diz que viu sua tumba em Éfeso, na Turquia, no século VIII. Em Vézelay, França, as suas relíquias ali estavam desde o século XI.

As primeiras missões evangélicas, à Grã-Bretanha, estão relacionadas ao apóstolo Felipe e a José de Arimateia, e sabemos disso graças às obras do clérigo Eusébio (260-340), bispo de Cesareia, de Santo Hilário de Poitiers (300-367), e do cronista Gildas III (516-570), autor do *De Excidio Britanniae,* afirmando que os preceitos do Cristianismo foram levados para ali, pouco antes da morte de Tibério César, em 37 d.C.

O arcebispo Isidoro de Sevilha (600-636) escreveu que *Felipe da cidade de Bethsaida, de onde também veio Pedro, pregou O Cristo aos galeses, e trouxe às nações bárbaras e seus vizinhos a Luz do Conhecimento*.

Freculfo, Bispo de Lisieux, no século IX informava que Felipe enviou uma missão da Gália a Inglaterra, para propagar o cristianismo nascente.

No livro *De Sancto Joseph ab Arimathea* há a afirmação de que, em 36 d.C., José de Arimatéia foi até Felipe, o apóstolo, que vivia entre os galeses. José de Arimateia teria construído a Capela de Glastonbury, a primeira acima do solo, pois, até então, os cristãos se reuniam escondidos em cavernas, túneis e construções subterrâneas.

Os *Annales Ecclesiasticae* escrito, em 1601, pelo cardeal Barônio, afirmam ter José de Arimateia chegado a Marselha, em 35 d.C., de onde seguiu com sua comitiva até a Inglaterra.

Há uma tradição, na região de Provença, sobre a chegada de Maria Madalena, acompanhada de seus irmãos Marta e Lázaro, de José de Arimateia e outras pessoas, além de uma menina de tez morena, todos vindos do Egito, chamada Sara Kali a princesa negra, talvez filha de Madalena. Tornou-se muito adorada pelos ciganos desde então, e seu culto sempre foi proibido e seus devotos perseguidos, pela Inquisição.

Suspeita-se, inclusive, que a imagem de Sarah Kali tenha chegado ao Brasil, correspondendo hoje ao culto de Nossa Senhora de Aparecida.

Da descendência de Maria Madalena na região do Languedoc (Provença) pouco se sabia até ser descoberto que os reis merovíngios eram tidos como reis santos. Seriam judeus, usavam cabelos e barbas compridos, ao estilo dos nazarenos e viviam em constante oração, praticando as virtudes e adotando como seus símbolos o Leão de Judá e a Flor de Lis.

Seu mais conhecido representante foi Dagoberto II, também chamado de São Dagoberto. Um de seus descendentes foi Godofredo de Bouillon o comandante da primeira cruzada para libertar Jerusalém dos muçulmanos, saindo-se vitorioso, e aclamado defensor da cidade, em 1099.

Isso marcou o início informal da Ordem dos Cavaleiros Templários, que teve sua fundação, por Hughes de Payens reconhecida, em 1118. Godofredo também fundou a Ordem do Sião, que mais tarde se chamaria Priorado do Sião e teve como seu primeiro grão-mestre Hughes de Payen, que também liderava os Templários.

A Segunda Cruzada à Terra Santa foi pregada por São Bernardo de Claraval, que conclamou uma multidão de cerca de 100.000 pessoas à Igreja de Vézelay, dedicada a Maria Madalena e exigia dos Cavaleiros Templários a "Obediência de Betânia", em alusão a Maria Madalena e sua irmã Marta.



SARA KALI
SAINTE MARIE DE LA MER

São Bernardo também traduziu, em 1128, a obra "Geometria Sagrada dos Pedreiros do Rei Salomão", sendo um ardoroso devoto de Maria Madalena, defensor dos Templários e Maçons e amigo dos descendentes dos reis Merovíngios, apesar da perseguição da Igreja contra tudo que estava ligado a essas coisas.

Haveria um interesse em não se revelar a existência de descendentes de Cristo. Entre os mantenedores do Grande Se-

gredo figuravam o Priorado do Sião, a Ordem Rosa-Cruz, a Maçonaria e os Templários.

No centro dessas ordens secretas ou irmandades estava guardada, como a Flor de Lis, a descendência do Sangue Real ou Sangraal, os reis merovíngios, a Linhagem Secreta de Jesus e Maria Madalena. Existem alguns pontos de convergência concretos que correlacionam todas essas ordens. Elas compartilhavam entre si a mesma liderança. Seus líderes eram os mesmos, denominados Grãos-mestres. Isso foi assim até 1180, quando houve uma ruptura na liderança entre os Templários e o Priorado do Sião, e cada ordem passou a ter seu Grão-Mestre próprio, embora o vínculo tenha permanecido entre todas elas.

Às vezes sou levado a acreditar na existência de uma trama bem urdida, por determinados grupos, a envolverem as Ordens, no seu anseio de comandarem o mundo, a partir do tal sangue real, criando um falso segredo a ser defendido pelas Ordens, trabalhando para esconderem fatos religiosos e se inserindo, na História, como herdeiros de Cristo. Grande parte dessa lenda está relacionada ao quadro A Última Ceia de Leonardo da Vinci, onde o local de João Batista estaria ocupado por Madalena.

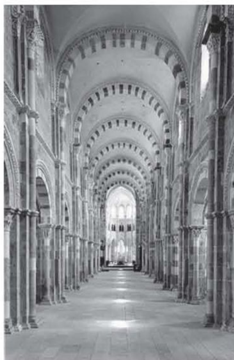
O culto a Maria Madalena espalhou-se do sul da França por toda a Europa, a partir do século VII. No século XI, o número de seus santuários já ascendia a 80. Foi quando apareceu a Abadia de Vézelay, onde Bernardo de Claraval pregou a Segunda Cruzada, a 31 de março de 1146, o local da reunião, em 1190, do rei da França Luís VII e de Ricardo Coração de Leão, herdeiro de Henrique II da Inglaterra, para definirem a Terceira Cruzada.

A abadia beneditina de Vézelay foi fundada no local de uma vila romana denominada Vercellus. O convento foi destruído por ataques dos mouros, no século VIII, e incendiado pelos normandos, no século IX.

Por volta de 1050, possuía umas relíquias de Maria Madalena, trazidas da Terra Santa, por São Badilo, seu abade

fundador. Um pouco mais tarde foram encontrados os restos de Maria Madalena, em uma cripta da igreja de São Máximino, em um sarcófago gravado com a unção da Betânia, sendo essas relíquias transferidas para Vezelay, que se transformou em um grande centro de peregrinação, até a sua destruição, pelos huguenotes, no século XVI.

Os monges de São Maximino dizem que essas relíquias nunca sairam do seu convento.



VÉZELAY
IGREJA DE MARIA MADALENA

Por outro lado ainda existe, em Lisboa, uma Igreja da Madalena. Originada da que foi mandada construir por Dom Afonso Henriques, entre 1150 e 1164, época de grande influência da Ordem de Cister, em Portugal, por meio de Bernardo de Claraval, mas já sem as suas características medievais.

Esta história representaria a Ordem Templária lutando pela instalação de uma Monarquia Universal e nada melhor do que ser borgonhesa, como o foram a primeira dinastia portuguesa e o próprio Bernardo de Claraval.

O beato Frei Gil de Vouzela

Outra personalidade, na gestação das ideias do V Império, ainda na Idade Média, foi São Frei Gil de Vouzela ou de Santarém (1185-1265), canonizado, em 1748.

Sua vida foi romantizada por Feliciano de Castilho, Camilo Castelo Branco, Almeida Garret e Eça de Queiróz, sendo considerado, pelo discutível pacto, o inspirador da lenda do Doutor Fausto, de Goethe. Foi nigromante e profeta.



BEATO GIL

Filho de um alcaide de Coimbra, mal acabara as primeiras letras já conseguira ler os trinta e três livros da biblioteca do mosteiro de Santa Cruz.

Como o reino necessitasse de médicos, o rei dom Sancho I destinou 400 morabitinos para os alunos do dito mosteiro, que quisessem doutorar-se, em Paris. E aproveitando esse momento Gil Rodrigues partiu com os seus criados, para aquela cidade.

No caminho, ao chegar próximo a Salamanca, apareceu-lhe um jovem cavaleiro, que lhe perguntou o motivo da sua viagem. Para ele a medicina não lhe daria um mau futuro, mas nas Covas ele poderia aprender mais, em um curso completo de Magia Negra.

Ele deixou-se convencer, pois não observara que o seu interlocutor tinha os pés de bode, e entrou na escola de nigromante, cujas aulas eram dadas em cavernas debaixo da terra.

Findo um ano, o chefe dos demônios chamou-o de lado, para dizer-lhe que dali para frente, se desejasse permanecer no curso, teria de assinar um documento escrito com o próprio sangue, pelo qual sujeitaria seu corpo e alma ao Inferno, renunciando a Deus, à Fé e ao batismo. Gil escreveu e assinou o documento, logo guardado por aquele a quem chamam de Mefistófeles.

Sete anos esteve Gil naquela universidade subterrânea de Salamanca, sem jamais comer ou beber, pois não sentia essa necessidade. Depois, já mestre nigromante, seguiu para Paris, onde foi bem sucedido.

Estudou em Paris e entrou na Ordem Dominicana, entre 1224 e 1225. Correram-lhe tão bem os estudos de Medicina que em breve ficou famoso, pelas suas extraordinárias curas, ajudadas pelas suas malas artes, embora dedicasse grande parte do seu tempo à libertinagem. Foi aí que, em certo dia, lhe apareceu uma visão pedindo que mudasse de vida, quando resolveu voltar para Portugal.

Ao passar por Palência, viu uns frades dominicanos erguendo, com as próprias mãos, um convento, e pressentiu que o seu lugar era naquela irmandade. A partir de então se penitenciava, flagelava-se, jejuava, e até um cinto de ferro colocou no corpo, deitando fora a chave, para não ceder às tentações da carne.

Findos os sete anos de provas, voltou para Portugal, entrando no convento de Santarém. Neste tempo já estava famoso pelas curas milagrosas e pelas visões e êxtases, que tinha. Também levitava como uma pena. Um dia em que estava mais absorto elevou-se até ao telhado, e por mais que os frades fizessem força, não conseguiram puxá-lo para o chão.

Gil tornara-se uma pessoa muito diferente do que fora, e já todos o consideravam santo. Ele não se sentia assim, pois sua alma estava presa a um contrato de sangue, e por isso pedia a Nossa Senhora do Rosário a sua intercessão. O maldito documento que rubricara atormentava-o, por estar nas mãos do demônio. Depois de muito rezar para Nossa Senhora ela ouviu-o e, certa manhã, quando de joelhos orava, viu descer esvoaçando o contrato maldito. Livre Frei Gil dedicou-se de corpo e alma a Deus e aos doentes do hospital lavando-os, dando-lhes de comer, rezando por eles e fazendo milagres.

Voltou uma segunda vez a Paris, agora para tirar o curso de Teologia, sendo nomeado segundo prior da Ordem dos Dominicanos, e por duas vezes, Provincial de Espanha.

Uma vez, ao dirigir-se às ilhas Baleares, para presidir a um capítulo, no cais, cheio de gente para embarcar, ouviu-se um espirro. Piores sinais não podiam os marinheiros ouvir, um aviso daqueles indicava tempestade e naufrágio. Não queriam soltar as amarras, mas Frei Gil convenceu-os, alegando que cristãos não deveriam acreditar em superstições. Convencidos partiram, e no mar alto, sobreveio aterradora tempestade. Frei Gil pediu a Nossa Senhora que os deixasse alcançar Palma de Maiorca, e a tempestade desfez-se em chuva.

Desembarcados sãos e salvos souberam que outro barco, com muitos dominicanos, para o capítulo, havia naufragado, morrendo todos.

Em certo momento, quando conversavam, trocou de bengala com o rei Afonso III, que se curou instantaneamente de uma gota severa que lhe acometia há anos.

Entre as suas profecias ficou famosa a seguinte: "Portugal por orfandade do sangue de seus reis, gemerá por muito tempo, mas Deus lhe será propício e não esperadamente, será remido por um não esperado". Assim lançou a ideia do Encoberto, o que de fato ocorreria quando da morte de Dom Sebastião, no Marrocos, resultando na anexação de Portugal à Espanha, por Felipe II, mais de duzentos anos depois.

Dizem que, no interior das Covas de Salamanca, o diabo ensinava magia negra aos estudantes da universidade ali existente. É possível que a vinculação das covas com o ensino da necromancia esteja relacionada com a existência de São Cipriano, o mago, antes de ser santo.

O visitante que chega hoje ao local, depois de descer antigas escadas, encontra a cripta de São cipriano, o Africano, que estaria ligada a subterrâneos embaixo da cidade, talvez antigas catacumbas. A confusão entre os dois Ciprianos criou a lenda. Consta que teriam sido construídas por Hércules.

A Cueva de Salamanca era um lugar onde, desde tempos remotos, praticava-se um culto necromântico, celebrado pelo demônio. O diabo ditava, desde o fundo da cripta, à luz de vela, tomando a forma de um bode negro ou de uma das mãos sobre uma cadeira, as suas lições de magia negra, adivinhações, astrologia jurídica e quiromancia, além de muitas outras ciências ocultas. Os estudantes escolhidos para as lições eram sete, durante sete anos seguidos. Como pagamento dos ensinamentos, um deles ficava para sempre em poder das forças do inferno. Como acontecia com a maioria dos viajantes que visitavam a cidade, a literatura, sobretudo a barroca, potenciou a lenda.

Miguel de Cervantes escreveu sobre ela o auto "A Cueva de Salamanca".

Ali existiu uma igreja da invocação de São Cipriano, o Africano, demolida no século XVI, e a cova foi incluída no *De Disquisitionum Magicarum*, o tratado mais completo sobre a demonologia espanhola, escrito em 1610 pelo jesuíta Martín Anton del Río, sendo ele formado em leis, em 1574, pela Universidade de Salamanca.

Esse livro foi usado no célebre julgamento das feiticeiras de Salém, sendo, após o *Malleus Maleficarum*, o mais consultado sobre o assunto.

As covas foram tapadas por ordem da rainha Isabel, a Católica.

As ideias do V Império permaneceram adormecidas por mil anos até que nascesse Joachino dei Fiore (1132-1202), na Itália, abade cisterciense, filósofo, místico, defensor do milenarismo e da idade do Espírito Santo.

Na sua interpretação dos textos sagrados, existiriam três idades na história religiosa. A primeira, a de Deus Pai, a mosaica, do poder absoluto, inspirando o temor sagrado. A segunda, a de Deus Filho, com a revelação do Novo Testamento e a fundação da Igreja de Cristo, indo do nascimento de Jesus à Idade Média. A terceira, a do advento do Império do Divino Espírito Santo, um tempo de amor e igualdade universais, em que as leis evangélicas seriam definitivamente compreendidas e aceitas. Nessa era não mais existirão Igrejas ditando leis e disciplinando a Fé, pois tudo será da inspiração divina.

Fiore achava que a segunda idade estava no fim, a ser marcado por um cataclisma. A História evoluiria por meio dessas idades até a apoteose do Juízo Final. Este tempo ainda por vir seria a fase final da História, com o aumento da espiritualidade no mundo. As igrejas seriam substituídas pelo corpo místico, contemplativo e igualitário, em que os pobres reinariam.

Algumas doutrinas de Fiore sobre a Santíssima Trindade foram condenadas, outras tiveram expansão entre os cistercienses florianos e os franciscanos joaquimitas, que nelas incluiram a ressurreição de São Francisco e a morte do anticristo Frederico II da Sicília. Como entre essas ideias estava a substituição dos Novo e Velho Testamentos pelo livro a Eterna Revelação, o papa Alexandre IV, em 1256, condenou todas as suas obras, também refutadas por Tomás de Aquino, na Summa Teológica.

Contudo, o joaquimismo continuou latente no Cristianismo, sendo suas ideias as introdutoras da noção de progresso, nas concepções religiosas.

Em Portugal, tiveram ampla difusão, apoiadas pela rainha Santa Izabel, esposa de Dom Diniz, mais tarde fundindo-se ao Sebastianismo e ao V Império do padre Antônio Vieira.

A personalidade marcante dessa época foi Frederico II da Sicília, o Estupor do Mundo, nascido em 1194, pertencente à família dos Hohenstaufen, um dos principais participantes da continua guerra entre os chamados guelfos, partidários do papa, e os Gibelinos, partidários do Sacro Império Romano Germânico.

Essas denominações apareceram após a morte do imperador Henrique V, sem deixar herdeiros diretos. Os guelfos e o Papa apoiavam a casa da Baviera e da Saxônia, representada pelos Welfens, de onde veio aquela denominação, e os gibelinos, a casa da Suábia, dos Hohenstaufen, senhores do castelo de Waiblingen, a origem do nome dessa facção.

A divisão avassalou as cidade italianas, e dentro de algum tempo as guerras civis estavam dentro delas, além de começarem a sua organizaçao, em ligas. Por isso, na segunda metade do século XIII, a cidade guelfa de Florença combateu a liga gibelina formada pelas cidades toscanas de Arezzo, Siena, Pistoia, Lucca e Pisa. Foi um longo conflito que só terminou com o fim da dinastia dos Hohenstaufen.

Frederico II lutou contra os Estados Pontifícios e, apesar de excomungado por duas ou três vezes, levantou a VI Cruzada (1229).

Teve por inimigos principais os papas Inocêncio III e Inocêncio IV, que o consideraram e ao rei Sancho II de Portugal, como reis inúteis, no I Concílio de Lyon realizado a 13 de Julho de 1245. O papa Gregório IX chegou a chamá-lo de anticristo e ao morrer foi disseminada a ideia de que voltaria, em mil anos.

Passou pouco tempo, na Alemanha, e, por essa razão, promulgou, em 1220, um célebre tratado com os príncipes da igreja, através do qual deu aos bispos alemães o poder secular, em troca do apoio à coroação de seu filho, assegurando assim o domínio daquela parte do império. Depois de coroado, passou seus dias na Sicília e nas cruzadas, até 1236, quando fez a sua última viagem à Alemanha.

Voltou à Itália, no ano seguinte, onde ficou até a sua morte, em 1250, governando seu filho Conrado a Alemanha.

Editou, em 1231, a Constituição de Melfi, também conhecida como *Liber Augustalis*, a base das leis Sicilianas até 1819. Durante o seu reinado foram construídos o Castel del Monte e, em 1224, a Universidade de Nápoles, o único *atheneum* do sul da Itália, durante séculos.

Frederico foi o organizador da Sexta Cruzada (1228-1229), por ele lançada, em 1227, pois pretendia reclamar direitos sobre Chipre e Jerusalém-Acre, por ser genro de João de Brienne, herdeiro do trono de Jerusalém. Depois que sua frota partiu, o imperador recebeu uma missão de paz do sultão do Egito, que retardou o seu avanço, e o papa Gregório IX excomungou-o por ter demorado a se engajar na luta.

No verão de 1228, depois de muita hesitação, partiu para o Oriente, buscando livrar-se da excomunhão que o papa lhe havia imposto, talvez por ser defensor do diálogo com o Islã, religião que o apaixonava sobremaneira, preferindo conversar em vez de combater.

Aproveitando-se das discórdias entre os sultões do Egito e Damasco, Frederico II conseguiu, por intermédio da diplomacia, um vantajoso tratado com o Egito de Malik el-Kamil, sobrinho de Saladino. Pelo tratado de Jafa (1229), ganhou Jerusalém, Belém, Nazaré e Sídon, um corredor para o mar, além de uma trégua de dez anos. Em contrapartida, os cristãos reconheceri-

am a liberdade de culto, para os muçulmanos. Por este motivo, o papa excomungou-o, pela segunda vez, mas ele acabou sendo coroado rei de Jerusalém.

Ao mesmo tempo, o papa proclamou outra Cruzada, desta vez contra Frederico, atacando as possessões do imperador, na Península Itálica. O minguado exército de Frederico II, auxiliado pelos cavaleiros teutônicos, foi diminuindo com as deserções e uma semi-hostilidade das forças cristãs devido à sua excomunhão pelo papa.

Atacado pelos exércitos do papa e das cidades guelfas, de 1231 até a sua morte, em 1250, guerreou e defendeu-se por todo este período, sendo de novo excomungado.

Ao contrário dos monarcas do seu tempo, muitas vezes analfabetos, Frederico II falava nove línguas e correspondia-se por escrito em sete. Era um dirigente moderno, patrono das ciências e das artes, tendo por conselheiro o famoso astrólogo Guido Bonatti de Forlì.

Possuía ideias avançadas sobre economia, abolindo monopólios estatais, tarifas internas e reformando os regulamentos de importação, dentro do império. O que estaria relacionado com o tempo passado na corte de Palermo, onde influências árabes, alemãs, latinas, bizantinas, normandas, provençais e judaicas se misturavam. Chegou inclusive a possuir um harém, como qualquer sultão oriental.

Foi mestre da Escola Siciliana de poesia, da qual emergiram, a partir de 1220, as primeiras formas literárias da língua siciliana, o que representou uma redução do uso da língua toscana, a lingua franca preferida na Península Itálica. Ficaria conhecido como *Stupor mundi* e escreveu o *De arte venandi cum avibus,* sobre falcoaria.

Todos esses assuntos relativos ao culto do Espírito Santo e Frederico II foram aqui citados pelas suas ligações com Santa Izabel e seu esposo Dom Diniz.

Santa Izabel era filha de Pedro III de Aragão e de Constança, filha de Manfredo da Sicília, filho de Frederico II, duas ou três vezes excomungado por ter disputado com o Papado, terras italianas, sendo portanto, sua bisneta.



FREDERICO II DA SICÍLIA

Seu marido D. Diniz (1261-1325) foi aclamado rei, em 1279, na época os Templários foram perseguidos por Felipe, o Belo, e pelo papa Clemente V de Avinhão. Quando subiu ao trono, Portugal estava em atrito com a Igreja Católica, normalizando-se a situação ao assinar um tratado, com o papa Nicolau III, de Roma, em oposição ao de Avinhão. Salvou os templários portugueses da perseguição originada, na França, e os incluiu na Ordem de Cristo.

A eles devemos ainda o chamado Projeto Áureo ou Império do Espírito Santo, com o qual Portugal abriu o mundo para os descobrimentos.

Em 1279, quando tinha dezoito anos de idade, Portugal já possuía o seu tamanho atual. Os cinco reis antecessores tinham expandido o reino do Norte para o Sul, mas ainda não havia a nação, que só passou a existir, a partir do seu reinado. Foi com o Projeto Áureo que se levantou o Portugal missionário, que propagou pelo mundo inteiro a fé cristã, devotada ao Espírito Santo, a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade.

O Projeto Áureo foi originado nas tradições do templarismo, do Evangelho de João, sobre o qual os templários juravam, do misticismo da Ordem de Cister, na doutrina das três idades do abade italiano Gioachino di Fiori, nos trabalhos de São Bernardo de Claraval, o fundador da Ordem de Cister, dos Pobres Cavaleiros do Templo do Rei Salomão e dos Cavaleiros Teutônicos, o autor religioso da independência de Portugal, e no franciscanismo, movimento criado por S. Francisco de Assis, todos tendo em comum a Esperança na vinda de uma Nova Idade, a do Espírito Santo.

Recebeu sua maior influência da Doutrina das Três Idades, enunciada pelo abade cisterciense Gioachino di Fiori (1131-1202) que renovou a crença, o pensamento, as artes e a ciência de sua época e dos tempos futuros, retirando o ser humano do medievalismo e inaugurando o Renascimento Europeu.

Os livros "Portugal Razão e Mistério", de Antônio Quadros e a Divina Comédia, de Dante, são os mais informativos dessas ideias de Gioachino di Fiori.

Quando D. Diniz subiu ao trono, setenta e sete anos após a morte de Gioachino di Fiori, as ideias do abade italiano haviam corrido a Europa e estavam muito vivas entre os templários, os cistercienses e os franciscanos, a quem o monarca e a rainha eram afeitos.

Dom Diniz foi cognominado de o rei lavrador por ter feito uma extemporânea reforma agrária, em Portugal, tendo fo-

mentando a agricultura e o plantio de florestas e pinhais, como os de Leiria, para a futura construção das embarcações dos Descobrimentos. Por este motivo, foi chamado também de "Plantador de Naus", por Fernando Pessoa.

Descendente direto de Afonso Henriques, fundador de Portugal, estava influenciado pela profecia daquele primeiro rei, recebida de Cristo, acerca da missão portuguesa de construir o Seu Reino, na Terra.

Isabel, a Rainha de Portugal, também recebera ensinamentos baseados nos ideais joaquimitas, transmitidos por Arnaldo Villanova, médico das cortes de Aragão, França, Nápoles e Sicília, bem como de muitos papas da época. A rainha tinha grande afeição pelos franciscanos, o que a levou a criar o mosteiro de Santa Clara, em Coimbra, objeto de sua predileção, pedindo em testamento que ali fosse a sua sepultura, onde efetivamente se encontra o seu corpo, até os dias de hoje, enquanto os restos do rei D. Diniz estão no mosteiro cisterciense de Odivelas, cidade da Grande Lisboa.

Os cinco pilares do Projeto Áureo, de acordo com Antônio Quadros, criado em 1296, eram:

1) A instauração do Culto Popular ou Festa da Coroação do Imperador do Espírito Santo, com um tipo de liturgia desvinculado da Igreja, um culto da história do futuro, uma saudação antecipada da Terceira Idade, que traria a plenitude divina.

2) A oficialização da Língua Portuguesa, a partir de então obrigatória em todos os documentos públicos e, imperativa, na Literatura, sendo Dom Diniz um excelente poeta, legando-nos uma grande produção de Cantigas de Amigo e Cantigas de Amor.

3) A criação, entre 1288 e 1290, do Estudo Geral ou Universidade Portuguesa, no bairro de Alfama, em Lisboa. A primeira universidade laica e uma das mais antigas da Europa, aberta a todos os que nela quisessem se inscrever, onde se ensinava

Teologia, Filosofia, Ética, Gramática, Lógica, Direito Civil, Direito Canônico e Medicina, com magistério ampliado ao mundo civil ou laico, pois antes o ensino estava restrito aos conventos e aos religiosos.

4) A proteção da Ordem dos Templários, adequando-a a um projeto nacional-universal pela sua transformação, em Ordem de Cristo, de cujo meio nasceu a política dos descobrimentos.

5) A plantação de pinhais, para a construção das futuras naus dos descobrimentos e formação incipiente de uma Armada, com a chamada do almirante Pessanha, de Gênova

A Festa do Divino Espírito Santo sempre esteve profundamente ligada à rainha Isabel, cabendo-lhe fundar, na cidade de Alenquer, que seria a capital da Terceira Idade, a primeira Confraria do Império Espírito Santo. Nessa ocasião realizou-se a primeira festa de coroação de um menino pobre, como Imperador do Espírito Santo.

Acerca da rainha canonizada conta-se que foi muito caridosa: pois, durante a fome do ano de 1333, esgotados seus recursos para acudir ao povo, vendeu parte de suas joias, para socorrer a população. Construiu um hospital para os pobres, em Coimbra, junto ao palácio, dedicando-se a visitá-los e confortá-los diretamente. Gastava bastante de suas rendas, na edificação de conventos, fundando e construindo muitos, desde os alicerces.

O mosteiro de Santa Clara, das irmãs da Ordem de S. Francisco, foi onde maiores somas despendeu e ali quis ser sepultada. Foi também ela quem propagou no reino o culto a Nossa Senhora da Conceição, hoje padroeira de Portugal.

Faleceu em Estremoz, a 4 de julho de 1336, tendo pouco mais de 66 anos de idade. Seu corpo foi transladado para Coimbra, para o Mosteiro de Santa Clara, em uma viagem que

durou sete dias, sob o sol intenso. Segundo se conta, ao invés da decomposição cadavérica e do mau cheiro temido pela comitiva, que acompanhou o enterro, saía do ataúde um suave perfume. O caixão foi colocado em um sepulcro de pedra e não mais mexido até duzentos e setenta anos depois, por ocasião da sua canonização. Exatamente no dia 26 de março de 1612, procedida à abertura do túmulo, descobriram que o seu corpo estava incorrupto e que do sepulcro saía um suave perfume. Em 1625, ela foi definitivamente canonizada.

O reinado de D. Diniz foi de reformas e melhoramentos fundamentais, que imprimiram um rumo totalmente novo à civilização portuguesa.

Uma das principais medidas que o rei tomou, foi a de ter protegido os templários, que estavam sendo perseguidos em toda a Europa cristã. Dom Diniz opôs-se a essa perseguição e, por meio de gestões diplomáticas, conseguiu reformular a Ordem do Templo, em Portugal, transformando-a na Ordem de Cristo, fundamental para os descobrimentos. Por isso negou-se a assistir ao concilio de Viena, que extinguiu a ordem, recordando a obra inestimável dos cavaleiros do Templo, na Península Ibérica.

Aliado ao rei de Castela e, mais tarde, ao soberano de Aragão, o rei-poeta português desencadeou uma ação diplomática sem precedentes perante a Santa Sé, que culminou com a bula de criação da nova Ordem da Milícia de Nosso Senhor Jesus Cristo, em 14 de março de 1319. Nela foram inscritos os antigos cavaleiros do templo, que, por recomendação do rei português e sob proteção deste, tinham se escondido até passar a onda de furor, que os perseguira em toda a Europa. A sua sede seria em Tomar, a mesma dos Templários.

A nova ordem acolheu, mais tarde, como seu administrador, ao Infante Dom Henrique, o príncipe dos descobrimentos, que, desde 1418 até a sua morte, em 1460, teria oportuni-

dade de transformar a vila de Tomar e o Convento de Cristo, em um centro de decisões de âmbito universal.

Quatro séculos antes da revolução francesa, D. Diniz restringiu os privilégios dos donos de terra, em Portugal, fazendo uma reforma agrária, distribuindo a terra entre os municípios e seus habitantes, em que a posse dela estava vinculada ao seu cultivo.

O que tornou o reinado de D. Diniz fundamental para a nação portuguesa e para o mundo, no entanto, foi o desenvolvimento da parte mais elevada de seu projeto, isto é, o tomar posse da Grande Ilha de Vera Cruz, local profético, onde se iria realizar a Jerusalém Terrestre do Apocalipse de João.

Não se pode esquecer de que tanto D. Diniz, quanto os demais reis Templários possuíam mapas de navegação, além das profecias detalhadas de Isaías e de outros profetas judaicos sobre essa nova terra, encontrados nos subterrâneos do antigo templo de Salomão (?) e necessários à descoberta desse paraíso utópico.

A festa do Divino Espírito Santo, realizada pela primeira vez em Alenquer, em 1296, foi levada, séculos depois, às diversas nações, mas no Brasil e nos Açores foi que ela se implantou de modo soberano.

A encenação pública em forma de festa, realizada diretamente pelo povo, foi o caminho escolhido pela rainha de Portugal, e pelo rei D. Diniz, poeta e dramaturgo, para passar a mensagem da Idade do Espírito Santo ao mundo.

Desse modo, a celebração, que acontecia nas ruas, uma vez por ano, durando muitos dias seguidos, tinha um caráter aristocrático e ao mesmo tempo popular. A Igreja estava excluída dessas festas, não havendo, nas encenações, qualquer participação de religiosa.

Assim o culto do Império do Divino Espirito Santo, representou um remanescente das doutrinas de Joaquim de Fiore, introduzidas, em Portugal, no tempo de Santa Izabel, trazidas do Aragão.

Os centros iniciais deste culto seriam Tomar, a capital templária de Portugal, e a cidade de Alenquer, que, para os espiritualistas franciscanos, seria a capital desse V Império, o do Espírito Santo.

A festa do Espírito Santo corresponderia à de Pentecostes, oriunda do Judaísmo e adotada pelo Cristianismo. Logo depois da Ascensão de Jesus, encontravam-se os apóstolos reunidos com a Mãe de Deus, sendo o dia da festa de Pentecostes. Os apóstolos tinham medo de sair para pregar. Repentinamente escutou-se um forte vento e línguas de fogo pousaram sobre cada um deles. Cheios do Espírito Santo, passaram a falar em línguas desconhecidas. Nesses dias estavam muitos estrangeiros em Jerusalém, que vinham de todas as partes do mundo para celebrar a festa judaica. Cada um ouvia os apóstolos falarem e compreendiam perfeitamente o que era transmitido. Todos eles, a partir desse dia, não tiveram mais medo e saíram a pregar pelo mundo os ensinamentos de Jesus. O Espírito Santo lhes concedera os seus sete dons para a grande missão de levar a Palavra a todas as nações e batizar todos os homens, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Esses dons eram: Sabedoria e Doçura, Entendimento e Bondade, Conselho e Humildade, Fortaleza e Mansidão, Temor a Deus e Longanimidade, Piedade e Paz, Ciência e Fé.

A coincidência da festa do Espírito Santo chegar a Portugal através de Tomar deve-se ao fato daquela cidade abrigar a maior fortaleza e a sede da Ordem Templária, naquele país. Através dela foi efetuada a conquista aos mouros das terras do Ribatejo e do Alentejo.

Tomar foi construída, em 1160, no quarto Grão-Mestre do Templo em Portugal, pelo o célebre Dom Gualdim Paes, eleito em 1157. A sede da Ordem ficava em Soure, desde 1128, pouquíssimos anos depois da sua fundação, em Jerusalém. O castelo de Tomar foi cercado, em 1195, pelos almoadas de Yusuf Yaqub al Mansur, mas Dom Gualdim conseguiu mantê-lo, apesar da inferioridade numérica, detendo a invasão.



TOMAR - VISTA AÉREA COM A IGREJA TEMPLÁRIA OCTOGONAL

A charola octogonal do seu templo foi talvez baseada na Mesquita de Omar, com belíssimas pinturas, ocupando uma das extremidades do conjunto da fortaleza, constituindo-se na igreja da Ordem. Contudo, os seus grãos-mestres foram enterrados na igreja de Santa Maria dos Olivais, na cidade de Tomar.



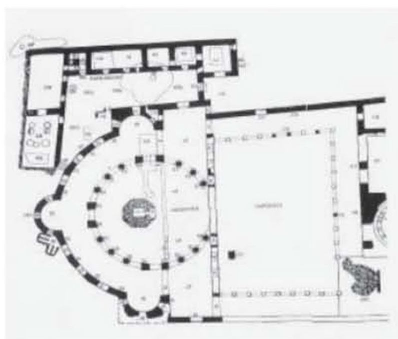
A CHAROLA

A planta baixa do conjunto religioso interno do convento templário de Tomar é semelhante à planta do Santo Sepulcro e na Capela Palatina de Carlos Magno, em Aix La Chapelle, em uma época em que os templos cristãos não seguiam o formato de uma cruz e sim, do sepulcro de Cristo.

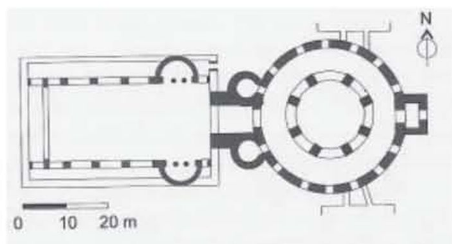


PLANTA DA IGREJA DO CONVENTO DE TOMAR, NA FORMA DE UM SARCÓFAGO

A seguir as plantas das Igrejas do Santo Sepulcro e da Capela Palatina de Aix.



PLANTA DO SANTO SEPULCRO



PLANTA DA CAPELA PALATINA DE AIX-LA CHAPELLE

As cruzadas do Ocidente

Em 1400, a Itália já mergulhara no Renascimento há quase cem anos, com Giotto, Fra Angélico e Donatello, na pintura. Dante, com a sua maravilhosa Divina Comédia, Petrarca e Bocaccio espalhando um novo tipo de Literatura por toda Europa, chegando essa nova era à França, Alemanha e Inglaterra. Porém, na Península Ibérica, a parte mais ocidental da Europa, o relógio da modernidade ainda não começara a trabalhar. Os árabes estavam encastelados em Granada, a Espanha continuava desunida e Portugal passara pela terrível Peste Negra, que reduzira a sua população a pouco mais da metade. Lisboa e o Porto eram as maiores cidades, mas nelas e no interior ainda se vivia nos padrões da Idade Média e se pensava como naquela época. Nas costas da Tunísia, da Argélia e do Marrocos, uma multidão de piratas impedia o livre comércio com o norte da África e a segurança dos navios que se dirigiam para a costa da Mina.

Durante 700 anos a península estivera em luta com os árabes e mouros, sendo considerados cruzados os cavaleiros que ali lutassem, pela expulsão daqueles dois povos.

No século XV a atual Espanha não estava unificada e os invasores ainda possuíam o reino de Granada, encravado ao sul, mas Portugal já conseguira chegar ao seu atual tamanho.

A ajuda das primeiras cruzadas orientais a Portugal

As esquadras dos cruzados orientais, destinadas à Palestina, saídas dos portos do mar do Norte, abarrotadas de ingleses, flamengos, alemães e normandos, contornavam a Península Ibérica, para entrar no Mediterrâneo, costeando Portugal, e algu-

mas apoiaram a expansão desse reino, rumo ao sul. Essas cruzadas, ao todo nove, destinavam-se a libertar os locais sagrados por onde Cristo pregara, os chamados pontos das peregrinações.

A primeira delas foi a Cruzada dos Mendigos, de 1096, pregada por Pedro, o Eremita, que acabou destroçada pelos búlgaros e pelos turcos.

Seguiu-se a Cruzada dos Nobres, de 1096 a 1099, a verdadeira Primeira Cruzada, pedida pelo papa Urbano II. Moveu-se por terra através da Ásia Menor onde os cruzados tomaram Niceia, entregue aos bizantinos, e venceram os turcos, em Dorileia, tomaram Antioquia, após longo cerco, e Jerusalém finalmente conquistada, em 1099, por Godofredo de Bulhões. Após essas vitórias foi organizado um estado feudal formado basicamente pelos condados de Edessa e de Trípoli, principado de Antioquia e reino de Jerusalém.

Com a queda do condado de Edessa, em 1144, e com todo o reino atacado pelos turcos, foi constituída a Segunda Cruzada, de 1147 a 1149, pregada por São Bernardo de Claraval, em Vézelay, o local do túmulo de Maria Madalena. O rei Luiz VII da França, e Conrado III, do Sacro Império Germano-Românico foram os principais participantes. Os cruzados flamengos e ingleses, que iam por mar, ajudaram a Afonso Henriques a tomar Lisboa, em 1147, com 200 navios e 13.000 homens, muitos dos quais ficaram, em Portugal.

Em 1152, outra frota de 15 navios e 2000 homens, saída de Bergen, na Noruega, comandada por Rognvaldo III das Órcades, participou da tentativa frustrada da tomada de Alcácer do Sal.

A necessidade de uma Terceira Cruzada (1189-1192) foi decorrente à tomada de Jerusalém, por Saladino. Denominou-se a Cruzada dos Reis, pois foi formada por Ricardo Coração de

Leão da Inglaterra, Felipe Augusto da França e Frederico Barba Roxa do Sacro Império, que não conseguiram unificar suas tropas. Nela destacou-se Ricardo, que conseguiu um acordo com Saladino, para que os peregrinos visitassem Jerusalém, além de tomar Chipre, Acre, Jafa e outras localidades. Essa Cruzada ajudou Sancho II, na tomada de Lagos e de Silves, embora essa última cidade tenha sido reconquistada, pelos mouros.

Veio a seguir, entre 1202 e 1204, a Quarta Cruzada, a Cruzada Comercial, desviada do seu destino pelo doge Enrico Dandolo, indo saquear Zara e Constantinopla.

Instalados no sul da França, os cátaros pregavam que a Igreja estava corrompida desde Constantino, e queriam o retorno ao cristianismo primitivo. Não aceitavam os sacramentos e consideravam o poder papal como uma forma de paganismo. Disso resultou a pregação de uma cruzada (1208-1209), pelo papa Inocêncio III, que resultou na tomada dos feudos visigóticos do reino de Aragão, que passaram para a França.

Em 1212, formou-se a Cruzada das Crianças, que com suas almas puras conquistariam facilmente Jerusalém. Mais de 50.000 embarcaram, em Marselha, sendo vendidas, como escravas, no Oriente e norte da África.

A Quinta Cruzada (1217-1221), organizada por André II da Hungria e Leopoldo VI da Áustria, desviou-se para o Egito, tomando Damieta, mas acabou com um acordo, em que a cidade era devolvida, em troco de suas vidas.

Em 1217, uma esquadra alemã de cem navios ajudou Portugal a tomar Alcácer do sal.

Frederico II do Sacro Império, apesar de excomungado, organizou a Sexta Cruzada (1228-1229), que conseguiu a entrega de Jerusalém e outras cidades, pela diplomacia, perdidas, em 1244, após a derrota de Gaza.

Luiz IX, rei da França preparou a Sétima Cruzada (1248-1250) com a qual tentou tomar o Egito, mas acabou por ser aprisionado, pagando um pesado resgate, pela sua libertação.

Em 1270, com a Oitava Cruzada, Luiz IX voltou ao espírito da cavalaria, tentando tomar Tunis, mas a peste assolou a sua tropa, e ali morreram o rei e seus filhos, em um total fracasso.

A Nona Cruzada (1271-1272) foi feita para proteger as últimas terras do Reino Latino, entre Sidon e Acre, sendo comandada pelo príncipe Eduardo, herdeiro da Inglaterra, para onde se retirou após a morte do pai.

Logo foram retomados os últimos baluartes cristãos. O sultão Calawun ocupou Trípoli, em 1289; depois foi a vez de São João do Acre, em 1291, cercada e tomada por mais de 200.000 muçulmanos. Os cristãos mudaram-se para Rodes e Chipre, nas mãos dos hospitalários e templários respectivamente.

Apesar de já ter terminado o Ciclo das Cruzadas do Oriente, totalizando nove ataques visando à abertura dos locais de peregrinação da Palestina, o Ciclo do Ocidente continuava vivo, contra os maometanos invasores, daí o espírito da cavalaria e das guerras pelo cristianismo estarem ainda presentes, na Península Ibérica, cem anos depois da última cruzada oriental.

A cruzada portuguesa contra ceuta

As intrigas da Corte acabaram por levar ao trono, João, o Mestre de Avis, bastardo do rei D. Pedro, que se casou com Filipa, em 1387, uma filha de João de Gaunt, duque de Lancaster, pretendente ao trono de Castela.

A batalha que selou a sua posição de rei e assegurou a independência definitiva de Portugal, perante os hispânicos, fora travada dois anos antes, contra Castela, em Aljubarrota, a 14 de agosto de 1385, quando 3.000 soldados portugueses e 500 ar-

queiros ingleses, apoiados por 3.000 milicianos, derrotaram um exército espanhol com o dobro do seu efetivo.

Depois do casamento, uma tropa de 1.500 ingleses e 9.000 portugueses invadiu Castela, mas João de Gaunt protelou a campanha, com justas de cavalaria, das quais participava. Em Salamanca, chegou a jantar com os inimigos, enquanto os portugueses passavam fome e frio, e sem o equipamento, para o assalto das amuralhadas cidades espanholas.

A rainha Filipa deu três filhos ao monarca: Duarte (1391), Pedro (1392) e Henrique (1394). A corte, por influência dos ingleses, transformara-se e todos procuravam viver um ambiente voltado para a cavalaria, seguindo a sua ética e fora do tempo. O contexto anacrônico de uma época ultrapassada ainda funcionava em Portugal e nos reinos hispânicos, em pleno século XV. E Felipa insuflava seus filhos a seguirem os gostos de seu avô, quanto aos torneios e a cavalaria.

Em 1400, Dom João foi investido na Ordem da Jarreteira, sendo o primeiro soberano estrangeiro a obtê-la. A ele devem-se os brasões, os motes, os escudos e os torneios similares aos ingleses, em Portugal. A rainha Felipa também apoiava esse sentimento e desejava que seus filhos fossem armados cavaleiros, após uma batalha. Para isso, nada melhor do que uma cruzada à África, contra os mouros, sendo escolhida a cidade de Ceuta, para o ataque inicial.

Os preparativos levaram dois anos e, pelo fato de começarem a incomodar os reinos vizinhos de Castela e Aragão, eles foram tranquilizados de que não eram os alvos escolhidos.

No seu leito de morte a rainha deu três espadas aos filhos e um pedaço do sagrado lenho para protegê-los.

O infante Dom Henrique desceu para o Tejo, com as tropas e 20 galeras do Porto, em julho de 1415. Apesar da morte da rainha, os preparativos continuaram, chegando a esquadra a so-

mar 240 navios, dos quais 140 de guerra e cem de suprimentos, com um total de 30.000 marinheiros e remadores e 20.000 soldados, entre os quais arqueiros ingleses, apesar da Guerra dos Cem Anos estar em pleno curso.

Essa imensa força saiu de Lisboa, a 23 de julho de 1415, ancorando em Lagos. Dali passaram para Tarifa e depois para Algeciras, de onde sairam, a 12 de agosto, mas um mau tempo dispersou os navios, que se reagruparam em frente de Ceuta, a 21 de agosto. O desembarque foi rápido, mas o governador Sala Bem Sala fechou as portas da cidade, somente tomada no dia seguinte, seguindo-se o saque, descrito por Gomes Eanes de Zurara, em 1450, na Crônica da Tomada de Ceuta: "davam com suas facas, nos sacos das especiarias e esfarrapavam-nos todos, de forma que tudo lançavam pelo chão. E bem era haver dor do estrago, que ali foi feito naquele dia. Que as especiarias eram muitas de grosso valor" e depois de machucadas pelas multidões dos pés dos contendores ainda davam grande odor.

Dom João I destacou Dom Pedro de Meneses, conde de Viana, governando a praça e o infante Dom Henrique ali se deixou ficar por vários meses.

Ceuta sofreu duas tentativas de retomada, em 1418 e 1419, sem maiores resultados. A sua posição foi reforçada pelas conquistas de Alcácer Seguer, em 1458, de Arzila e de Tanger, em 1471.

Zurara ainda anotou essas tristes lamentações dos mouros, pela perda da sua cidade:

Oh! Cidade de Ceuta, flor de todas as outras da terra de África!

Onde acharão teus moradores, daqui em diante, os que vinham da Etiópia e de Alexandria, e das Índias e de outras terras, cansados de tantas e tão ricas mercadorias.

Onde acharão eles outro lugar semelhante, onde possam lançar as suas âncoras?

Quais de nós acharão agora, quando se levantarem de suas casas, as bestas carregadas de seda que nos vinham da cidade de Damasco, ou as casas cheias de pedras preciosas de Veneza, ou os grandes sacos de especiarias que nos vinham dos desertos da Líbia?

Continuou reconhecida como cidade portuguesa pelos tratados de Alcaçovas (1479) e de Tordesilhas (1494), mas aderiu à Espanha, em 1640, durante a Restauração.

Após a tomada de Ceuta, o infante dom Henrique, já instalado em Sagres, mandou colonizar Porto Santo, no meio do oceano Atlântico, e descobrir a Madeira, em 1420. Daí seguiram-se as descobertas do cabo Bojador, em 1434, por Gil Eanes, dos Açores e outros pontos da costa da África. Iniciava-se a grande cruzada de expansão do cristianismo, pela América, África e Ásia.

As cruzadas contra Tanger

Os portugueses tentaram tomar Tanger, em 1437, apesar do desinteresse do rei Dom Duarte e do infante Pedro, o infante Henrique conseguiu a sua aprovação, nas cortes de Elvas, em abril de 1436. Segundo Rui de Pina, os portugueses juntaram apenas 6.000 homens, insuficientes para atacar uma praça tão poderosa.

A frota partiu de Belém, a 23 de agosto de 1437. Em setembro, o infante Fernando embarcou de Ceuta para Tanger, enquanto o infante Henrique ia por terra. Os mouros eram comandados por Sala ben Sala, o mesmo que fora derrotado em Ceuta.



FORTALEZAS E CIDADES PORTUGUESAS DO NORTE DA ÁFRICA

O primeiro ataque deu-se a 27 de setembro. A cidade resistiu e pediu reforços a Marraqueche, Fez e Beles. Quando menos se esperava as tropas europeias estavam cercadas por 700.000 homens, em uma estimativa exagerada da época, pois talvez fossem apenas uns 40.000. De qualquer maneira isto expressava a proporção de seis para um com relação aos portugueses.

O resultado foi o de ficaram cercados e, nos acordos feitos, liberados mediante a entrega do infante Fernando, como refém, a 16 de outubro, que só seria devolvido com a evacuação de Ceuta, o que jamais aconteceria. O Infante Santo faleceria, em Fez, em 1443, após torturas, fome e maus tratos, daí esse seu apelido. Era o primeiro príncipe perdido nessa luta contra o Marrocos, muito mais populoso que Portugal, que jamais seria conquistado, frustrando a ideia do V Império, na Europa e norte da África.

Em 1458, o rei Afonso V novamente juntou 220 navios e 25.000 homens, para a conquista de Alcácer Seguer, entre Ceuta e Tanger. Ancorou dois dias em frente a Tanger, mas não ousou atacá-la, indo para Alcácer, logo ocupada. Voltando para Portugal, essa cidade foi cercada pelo rei de Fez, com 30.000 soldados, que não conseguiu retomá-la.

Em 1468, Tanger foi de novo assediada através da saída dos seus esgotos, mas resistiu a três sucessivas investidas.

Mais tarde, Afonso V reuniu uma armada de 477 navios, com 30.000 homens embarcados, que, a 24 de agosto de 1471, tomaram a cidade de Arzila, próxima Tanger. Foi tal a carnificina ali ocorrida, que apavorados os habitantes de Tanger, resolveram abandoná-la sem luta. As relíquias de dom Fernando foram levadas para Portugal, sendo seus ossos depositados, no mosteiro de Batalha, na capela real.

Para Arzila e Tanger foram orientadas famílias judias expulsas da Espanha, após 1490, com a finalidade de povoamento.

Em 1661, Tanger foi entregue à Inglaterra, junto com Bombaim, como dote de casamento da princesa Catarina, filha de Dom João IV, com o rei Carlos II, sendo os ingleses dali expulsos, em 1684.

Arzila esteve sob domínio português de 1471 a 1550, e de 1577 a 1580. Um de seus governantes foi Luís de Loureiro (1549-1550).

Outros pontos do Marrocos

Entre outros pontos dominados pelos portugueses, em seu avanço para o sul do Marrocos citamos:

A fortaleza de Santa Cruz do Cabo Gué, no local da atual Agadir, foi fundada, em 1505, pelo comerciante Diogo Lopes de Sequeira e vendida ao rei Dom Manuel, em 1513. Conquistada

pelo xerife de Suz, em 1541. Foi o local de início do processo de desocupação do sul de Marrocos, seguida de Azamor e Safim, 1542; da praça forte de Fez, em 1549; de Alcácer Seguer, em 1549 e de Arzila, em 1550.

Azamor situava-se à margem direita do rio Morbeia, a dez quilômetros de Mazagão. Pediu proteção de Portugal, por volta de 1497. Para ali foram mandadas duas armadas. Uma de 1508, com 50 navios e 2.500 homens e outra, em 1513, de 500 navios, 13.000 soldados e 2.000 cavaleiros, que tomaram a cidade. Ficou sob domínio luso até 1541. Fernão de Magalhães participou da batalha de sua tomada.

Safim ou Asfi tornou-se tributária de Portugal, em 1488, sendo conquistada, em 1502, por Diogo de Azambuja. Em 1542, foi abandonada.

Mazagão foi fundada em 1513. Ao contrário das demais fortalezas, que estavam sendo abandonadas, ela foi reforçada e remodelada, em 1542. Resistiu ao cerco de 1562, feito por milhares de marroquinos, com apenas 2.600 homens. Em 1769, foi transferida com toda a sua população, para Nova Mazagão, no Amapá. Isto representou o fim da presença portuguesa no norte da África.

Para o forte de São João de Mamora situado na foz do rio ali foi mandada uma forte expedição, que saiu de Lisboa, a 13 de junho de 1515, composta de 200 embarcações e 3.000 homens, comandada por Antônio de Noronha, chegando, a 24 de junho, dia de São João. Ali ficaram até agosto, quando foram derrotados, deixando 1.500 mortos e perdendo cem navios.

As últimas cruzadas espanholas

Os árabes e os mouros permaneceram muito mais tempo, no território da Espanha, do que no de Portugal. Enquanto,

em 1415, os portugueses já possuíam possessões em pleno Marrocos, os espanhóis ainda não haviam conquistado Granada, último território muçulmano da península.

O Reino de Granada durou de 1232 até 1492, ao todo 260 anos, em constantes guerras com o reino de Castela e o de Aragão. A guerra final durou de 1482 a 1492, custando 1 bilhão de maravedis para a Coroa e outro tanto para os demais participantes: a Bula da Cruzada com 650 milhões; o décimo do clero, 160 milhões; as judiarias e comunidades mudejares, com mais 50 milhões; a venda dos escravos feitos em Málaga, mais 56 milhões, além de outras procedências. Destacaram-se nesse confronto Iñigo Lopez de Mendoza e Quiñones, conde de Tendilla, que recebeu o cargo hereditário de alcaide de Alhambra e de capitão general e vice-rei de Granada; Alonso de Cárdenas, Mestre de Santiago, responsável pelo ataque pelo Oeste, baseado em Écija; Pedro Manrique, duque de Nájera, pelo Norte, com base em Jáen; Pedro Fajardo, adelantado da Múrcia, com sede em Lorca, além de Gonzalo Fernandez de Córdoba e Hernan Peres de Pulgar, que tomou onze praças e em um golpe noturno gravou uma Ave Maria, na porta principal da mesquita maior de Granada. A guerra terminou, a 2 de janeiro de 1492, com a tomada de Granada e do Alhambra, o belíssimo palácio dos nasridas, a sua última dinastia reinante.

O rei Boabdil emigrou para o norte da África e muitas famílias converteram-se. Em 1502, foram obrigadas a escolher, entre o exílio ou o batismo. Finalmente a expulsão final deu-se, em 1609.

Após essa guerra, a Espanha alcançou a África do Norte, e por meio de Pedro Estopiñan, tomou Melilla, em 1497, ligada ao ducado de Medina-Sidônia e depois de 1556, à coroa espanhola. Antes, em 1302, a Espanha tomara uma ilhota em frente a Argel, denominada Penon. Em 1510, após ocuparem Oran e outras ci-

dades, o Penon foi fortificado. Mais tarde, em 1516, o emir de Argel pediu ajuda dos piratas Arouj e Cairedin, para expulsar os espanhóis, que se apossaram da cidade e retomaram Penon, em 1550. Carlos V atacou Argel, em 1541, com uma grande armada e 30.000 soldados, derrotados pelo paxá Hassan.



ALHAMBRA AO ENTARDECER

Os portugueses tentaram em vão capturar Orã, em julho de 1501, Quatro anos depois os espanhóis ocuparam Mers El Quibir e o conde Pedro Navarro, às ordens do cardeal Francisco Jimenez de Cisneros, conseguiu tomá-la, a 17 de maio de 1509. Em 1554, os turcos tomaram Argel e o conde de Alcaudete, governador de Orã aliou-se ao sultão de Marrocos, para defenderem-se. Mais tarde, em 1563, Álvaro de Bazan, Marquês de Santa Cruz, construiu o forte do seu nome. Pedro Garcerán de Borja, grão-mestre da Ordem de Montesa, era seu capitão, em 1568, quando João da Áustria apareceu com uma frota de 33 galeras, para conquistar a Algéria.

Também foram domínios espanhóis Bejaia (1510-1555), Tunis (1535-1579) e Tlemcem, contra a qual foi dirigida uma cruzada, em 1543.

Um Loureiro no Marrocos

Também estivemos presentes nessas cruzadas do Algarve de Além-Mar. Lá, um membro ilustre da família Luiz de Loureiro, combateu ao participar da tomada, manutenção e perda de diversas praças, tendo recebido um brasão por suas façanhas e o cargo de Adail Mor do Reino, uma espécie de porta estandarte real.

Ainda jovem foi para a África, na expedição de Nuno Fernandes de Ataíde contra Safi, onde teve importante atuação, pois logo Dom Manuel I o fez Adail daquela praça, devendo fazer incursões às terras inimigas. Esse era um cargo de suma responsabilidade, exigindo prudência, para guardar as suas hostes dos perigos, astúcia e ciladas, para surpreender o inimigo, e mais, coragem, valentia e amor ao rei e à sua linhagem.

A investidura do cargo estava prevista nas Ordenações Afonsinas, Livro I, título 65, § 10, na forma que se segue.

Alçar querendo nós alguü Adayl devemo-lo fazer e honrar por esta guisa: havemos de lhe dar que vista e hüa espada, e cavalo e armas de fuste, e de ferro, segundo o costume da terra, e devemos mandar a huü rico homem, senhor de cavaleiros, ou outra algüa honrada pessoa que lhe cinja a espada, pero pescoçada não lhe deve dar e depois ham de poer um escudo em terra chaão, o que é da parte de dentro contra cima e deve poer os pés em cima dele o que houver de ser Adayl, e devem tirar a espada da bainha e poer lha nua na mão; e devem então alçar o escudo o mais que puderem os doze que derem o testemunho por ele ou quaisquer outros, que Nós para ello ordenarmos; e tendolo elles assy alçado, devem no tornar de rosto contra ho Oriente, e há-de fazer com o braço duas maneiras de malhar alçando o braço ariba e tirando contra fundo, e a outra de travesso, em maneira de cruz, dizendo assi: eu fulano desafio em

nome de Deus os inimigos da Fé e de um Senhor El-Rey e de sua terra !- e esso mesmo deve fazer e dizer tornando-se as três partes do mundo; e depois disto há-de metter elle mesmo a espada na bainha; e nós lhe poremos uma signa na mão e então lhe diremos: outorgamoste que seja Adayl daqui em diante e se outrem o fezer em nosso nome diria Eu te outorgo em nome de El-Rei que sejas Adayl. E daí por diante pode ter armas e cavalo e signa e sentar-se com os cavaleiros a comer quando aqueecer, e quem o deshonrar ha-de haver pena como aquel que deshonra cavaleiro del Rey.

Em 1515, acompanhou a expedição comandada por Dom Antônio de Noronha para fundar um forte em Mamora, na foz do rio Subú, onde foram perdidos 4.000 homens, além das mulheres e crianças, a mais desastrosa empresa do tempo de Dom Manuel.

No ano seguinte, em abril, já estava em Arzila, com Dom Nuno Mascarenhas, no momento em que fora atacado por um formidável exército sarraceno, que desistiu do cerco, após dois meses de assédio.

Depois, em 1517, foi para a vila do Cabo de Aguer ou Gué, a atual Agadir, onde militou por diversos anos, até ser nomeado governador da praça, de onde saiu, em 1527 ou 1528, para governar Safi.

O rei de Marrocos, em 1534, com um gigantesco exército de mais de 100.000 homens e numerosa artilharia, onde se destacava o canhão Maimona, que atirava balas gigantescas, veio atacar Safi.

Esse Maimona, com um só tiro, derrubou grande extensão das muralhas, mas acabou por explodir por aquecimento, e a resistência portuguesa criou um muro tampando a brecha, feito de pipas cheias de terra.

As lutas nos subterrâneos das minas e contra minas foram terríveis até que os mouros desistissem.

Safi respirou por algum tempo, até 1539, quando, os inimigos voltaram, mas resistiu heroicamente com a ajuda das mulheres vestidas de soldado, simulando uma guarnição maior. A defesa foi tão valorosa que eles mais uma vez desistiram.

A derrocada das posições portuguesas continuava, com a queda da Vila Santa do Cabo de Gué, em 1541. Em 1542, Safi foi abandonada, o mesmo acontecendo a Azamor, recolhendo-se os seus habitantes em Mazagão, sendo Luiz de Loureiro nomeado seu governador.

Ali o arquiteto João de Castilho, a mando de João III, construirá gigantescas muralhas até hoje admiradas.

As fortalezas estavam sem assistência.

Muitos sustentavam que melhor seria manter duas ou três praças no Algarve de Além-Mar, pois as restantes eram um sorvedouro de vidas e cabedais.

Em 1544, o capitão de Arzila reclamava a Dom João III, que nela se perdia gente por fome. Luiz de Loureiro dizia o mesmo, em Mazagão, onde não havia pólvora de espingarda, nem morrões, nem dinheiro há mais de três meses. Os alimentos eram escassos, havendo fome. Para os cavalos chegava centeio podre. Em uma carta pedia, pelo amor de Nossa Senhora, que não se esquecessem da vila.

Em 1549, já como adail mor do reino, foi incumbido de evacuar Arzila, depois ao voltar para o reino, em 1551, recebeu um brasão de armas, pelos seus feitos.

Em 1552, retornou à África, para ser capitão de Tanger, onde morreria após uma sortida, a 13 de março de 1553.

Uma triste história marcou a vida de Luiz de Loureiro, na África. Do seu matrimônio com Guiomar Machado nasceu Luiz Anes de Loureiro, que, em 1547, aos quatorze anos, deveria receber o seu batismo de sangue, naquela guerra contra os mouros.

Estavam todos, em Mazagão, no dia 30 de março de 1547, em plena primavera, quando, no horizonte da campina, apareceu um forte grupo de inimigos.

Dentro da fortaleza aprestaram-se cento e vinte cavaleiros e trezentos infantes, ficando nela duzentos e cinquenta soldados, as mulheres, os velhos e as crianças.

A tropa encaminhou-se na direção dos inimigos, que iam recuando, até desaparecerem todos da vista dos que estavam nos altos da fortaleza de Mazagão.

As horas passaram-se e ninguém voltava. O desespero tomara conta de todos. Algum desastre acontecera.

Atraídos para uma cilada foram cercados por mais de seis mil cavaleiros marroquinos. Por mais que dizimassem os mouros às centenas, o seu número era insuficiente para sobrepor-se à avalanche de gente, que lhes atacavam, em proporção desigual, sem cessar. Aconselhado a recuar, Luiz de Loureiro, ao contrário, avançou ainda mais contra o inimigo, pois jamais desistira de uma luta.

Dos seus cavaleiros restavam apenas quarenta e cinco, em meio a uma multidão de cadáveres.

Então destacou vinte deles para levarem seu filho de volta, enquanto com vinte cinco manteria o inimigo ocupado. Logo estavam todos mortos, exceto ele e Lázaro Martins, com quem tentou romper o cerco, mas seu cavalo foi atingido por uma lança, no peito, morrendo.

Lázaro Martins apeou-se do seu animal e entregou-lhe as rédeas, em um grande gesto de desprendimento e coragem, sendo feito prisioneiro.

Luiz conseguiu desvencilhar-se e voltou a Mazagão, onde reorganizou as defesas e salvou a cidade.

A sorte de seu filho de quatorze anos foi outra.

Os vinte cavaleiros que o protegiam foram tombando um a um, até que restavam apenas cinco, quando os mouros conseguiram arrebatar a infeliz criança, logo degolada sem piedade.

Este foi o seu batismo de sangue, prenunciando a tragédia, que anos depois, sofreria Dom Sebastião.

Antes, em 1500, um descendente dos Loureiros da Beira- Alta, pela linha feminina, chamado Pedro Álvares Cabral, descobrira o Brasil.

A última cruzada ao Magreb

Dom Sebastião, rei de Portugal e Algarves, nasceu em Lisboa, a 20 de janeiro de 1554, e morreu, a 4 de agosto de 1578, aos vinte e quatro anos de idade, na batalha de Alcácer Quibir, no Marrocos, em uma aventura por muitos considerada desnecessária e temerária.

Seu pai, o príncipe João, morrera duas semanas antes do seu nascimento, e por ser o herdeiro tão almejado, para dar continuidade à dinastia de Aviz, ficou conhecido como o Esperado, o Encoberto ou o Adormecido, pela lenda referente ao seu regresso, em uma manhã de nevoeiro, para salvar a sua pátria.

Durante a sua menoridade a Regência foi assegurada, primeiro pela sua avó, a rainha Catarina da Áustria, viúva de D. João III, e depois pelo tio-avô, o cardeal Henrique de Évora. Neste período, a expansão portuguesa parara com as aquisições de Macau, em 1557, e de Damão, em 1559.



DOM SEBASTIÃO

No curto reinado de D. Sebastião e nas regências de dona Catarina e do cardeal dom Henrique, a Igreja aumentou o seu

poder, com a consolidação da Inquisição, estendida até Goa, a criação de novos bispados e a instalação da Universidade de Évora, entregue aos jesuítas.

Muito dinheiro foi aplicado na defesa militar, em navios de guerra para a proteção das frotas do Brasil e da Índia, contra os piratas, nas fortalezas costeiras e nas do norte da África, um sorvedouro de recursos, a troco apenas de honras, prestígio e tradição.

O jovem rei cresceu educado e influenciado, pelos jesuítas, com um grande fervor religioso, sonhando com batalhas, conquistas e a expansão da Fé, no norte da África, em uma cruzada, para combater os muçulmanos.

Os preparativos começaram, em 1576, após o mulei Maamed ter solicitado ajuda, para recuperar o trono do Marrocos, que o seu tio Abd Al-Malik havia tomado. Felipe II de Espanha, recusou a sua participação, tendo adiado o casamento de Sebastião, com uma de suas filhas.

As Cortes já haviam solicitado várias vezes a Dom Sebastião para fazer cessar o avanço da presença militar otomana, no Magrebe Africano, uma ameaça para a segurança das costas portuguesas e do comércio com a Guiné, Brasil e às Ilhas Atlânticas. Portugal havia construído o seu vasto império marítimo, do Brasil até às Índias Orientais, através de uma combinação de comércio, exploração marítima, domínio tecnológico e a conversão das populações dominadas, sendo este um dos objetivo, mas não o único, o que dom Sebastião tornou o principal de sua estratégia.

Em 1574, Dom Sebastião liderara uma bem-sucedida incursão em Tânger, o que o incentivou a um plano mais vasto. E, apesar das admoestações de sua mãe e do seu tio Filipe II de Espanha, resolveu apoiar o mulei Maammed, que como compensação lhe ofereceu Arzila, e procurou apoio de outros reis.

Sebastião empregou uma parte significativa da riqueza do Império Português para equipar uma grande frota e reunir um grande exército, incluindo voluntários de Castela, liderados por Alonso de Aguilar, mercenários vindos da Alemanha e de Flandres, comandados por Martim da Borgonha, bem como 2.000 italianos anteriormente recrutados, para ajudar em uma invasão da Irlanda, sob a liderança do inglês Thomas Stukley.

O exército português alcançou de 15.000 a 23.000 homens, sendo pouco disciplinado, mal-preparado, inexperiente e descoordenado. O seu núcleo principal compunha-se dos nobres portugueses veteranos das guerras de África e do Oriente, e dos mercenários estrangeiros, participantes das guerras do norte da Europa. A força expedicionária reunira uns 500 navios.

Partiram de Lisboa, a 25 de junho de 1578, passaram por Tânger, onde estava o aliado, o mulei Abdala Maamede Saadi II, da dinastia Saadi, seguiram para Arzila e daí para Larache, indo por terra a caminho de Alcácer Quibir, onde encontrariam o exército do mulei Moluco, o sultão Abd Al Malik, muito superior em número e apoiado pelos otomanos.

A 4 de agosto de 1578, com a tropa esgotada pela fome, pelo cansaço e pelo calor, deu-se a batalha. O exército marroquino avançou em um ampla frente, tentando cercar as fileiras de D. Sebastião, com os seus 10.000 cavaleiros e mais de 40.000 infantes, cujo centro estava formado por mouros vindos da Espanha, os quais guardavam especial ressentimento dos cristãos.

Apesar da sua doença, o sultão Abd Al Malik, deixou a liteira e liderou suas forças da cavalaria.

A primeira linha do exército português compunha-se dos nobres veteranos, comandados por Cristovão de Távora, e dos voluntários e mercenários estrangeiros. Na ala esquerda estava a cavalaria pesada dirigida pelo rei Dom Sebastião e na ala direita a cavalaria do duque de Aveiro. A segunda linha de infantaria

pertencia a Vasco da Silveira e a terceira linha, a retaguarda, a Francisco de Távora. A artilharia já se posicionara na primeira linha.

A batalha começou com ambos os exércitos trocando fogo de mosquetes e artilharia. Thomas Stukley comandando os voluntários italianos foi morto por uma bala de canhão, logo no seu começo. A cavalaria moura, em maior número, avançou, cercando o exército português, enquanto as forças principais se engajavam em um gigantesco combate de corpo a corpo.

No centro da vanguarda, a primeira linha do exército português, os experientes nobres de Cristovão de Távora avançaram com grande ímpeto provocando o recuo e a debandada da vanguarda moura. Para detê-la, o mulei Moluco, montou o seu cavalo pela última vez e morreu pelo esforço, momentos depois, mas a sua morte foi ocultada até ao final da batalha. Próximo do acampamento do líder mouro, o ataque português perdeu o ímpeto, após o comandante aperceber-se de que se tinham afastado do restante exército, correndo risco de isolamento, por isso começaram a recuar.

Vendo seus flancos comprometidos pelo ataque da cavalaria moura, Dom Sebastião ameaçado, com essa retirada do centro, perdeu as esperanças e foi subjugado lentamente. Diante da derrota inevitável, recusou o conselho dos nobres, para que se rendesse, dizendo "*Senhores, a liberdade real só há de se perder com a vida*". Assim, os nobres que o acompanhavam a cavalo conformaram-se em prosseguir o combate até ao fim.

A batalha terminou após quatro horas de combates intensos, com a completa derrota dos exércitos de Dom Sebastião e de Abu Abdallah Maammed II Saadi, resultando em 9.000 mortos e 16.000 prisioneiros, entre os quais se incluia grande parte da nobreza portuguesa.

Abu Abdallah Maammed II Saadi tentou fugir ao massacre em que a batalha se convertera, mas morreu afogado em um rio próximo. O sultão Abd Al-Malik (Mulei Maluco) também morrera logo no início, pelo esforço da batalha. Dom Sebastião por sua vez desaparecera liderando uma carga de cavalaria contra o inimigo e seu corpo jamais foi encontrado. Na época até duvidaram da sua morte.

No campo da batalha existem três obeliscos em memória de Dom Sebastião e dos outros dois reis marroquinos, daí o nome que lhe dão no Marrocos: a Batalha dos Três Reis.

As suas consequências foram catastróficas para Portugal. Dom Sebastião desaparecera, deixando como sucessor o cardeal Dom Henrique, seu tio-avô, que veio a falecer, sem descendência, dois anos depois, em 1580.

Instalou-se uma crise dinástica ameaçando a independência de Portugal face a Espanha, pois um dos candidatos à sucessão era Filipe II. Na disputa do trono estavam, entre outros pretendentes: Catarina de Médicis, rainha da França, que se dizia descendente de Dom Afonso III; Catarina, duquesa de Bragança, sobrinha do cardeal Dom Henrique; Manuel Felisberto, duque de Savoia e dom Antônio, Prior do Crato, ambos, sobrinhos do rei Alberto de Parma.

Felipe ascendeu ao trono ainda, em 1580. A maioria da nobreza portuguesa que participara da batalha de Alcácer, ou morrera, ou fora feita prisioneira. Para pagar os elevados resgates exigidos pelos marroquinos, o país ficou endividado. Em 1582, Filipe I de Portugal, mandou transladar para o Mosteiro dos Jerônimos, em Lisboa, um corpo que alegavam ser o do rei desaparecido, na esperança de acabar com o *Sebastianismo*, o que não aconteceu, nem se pôde comprovar também serem aqueles os restos mortais de Sebastião I.

O povo recitava a quadra:

Que o cardeal-rei Dom Henrique
Fique, no Inferno muitos anos,
Por ter deixado, em testamento,
Portugal aos castelhanos

O Sebastianismo foi um movimento místico ocorrido, em Portugal, na segunda metade do século XVI, como consequência da morte e do desaparecimento do rei dom Sebastião. na batalha de Alcácer-Quibir. Basicamente tratava-se de um messianismo, depois adaptado às condições lusas e à cultura nordestina do Brasil.

Tornou-se então em uma lenda portuguesa, a do grande patriota, o rei dormente, a do Messias que iria regressar para ajudar Portugal, nas suas horas mais sombrias, uma imagem semelhante àquela que o Rei Artur tem na Inglaterra, ou Frederico Barbarossa, na Alemanha.

Durante o domínio espanhol que se prolongou por sessenta anos, de 1580 a 1640, três pretendentes afirmaram ser o rei Dom Sebastião, sendo o um deles o italiano Marco Tullio Catizone, enforcado, em 1619.

Anos antes da batalha de Alcacerquibir, Antônio Gonçalves Annes Bandarra (1500-1556), um profeta popular, natural de Trancoso, sapateiro, fazia predições em versos, interpretando à sua maneira, o Antigo Testamento sendo por isso acusado de judaizante, pela Inquisição. As suas trovas foram incluídas, no Índex dos livros proibidos pela Igreja, por suscitarem o interesse dos cristão-novos. A Inquisição condenou-o a participar de um auto de fé, em 1541, e deu-lhe o castigo de nunca mais tentar interpretar a Bíblia. A sua obra "Paráfrase e Concordância de Algumas Profecias", chegou a ser editada. Continha profecias sobre o V Império, da ida e do regresso de um rei, interpretado posteriormente como o rei Dom Sebastião, e do destino de

Portugal, que muito influenciaram o padre Vieira e mais tarde a Fernando Pessoa.

Além de Daniel, do Apocalipse, de Bandarra, de frei Gil de Vouzela e do Sebastianismo, o padre Vieira encontrou apoio nos versículos 49.1 e 66.19, do livro de Isaías, referentes ao sinal divino a ser dado nas costas, nas ilhas e entre os povos longínquos, o que ele classificou como as terras do Brasil, e na carta de São Bernardo de Claraval a Afonso Henriques, onde foi profetizado o domínio de Portugal, por outro país, durante sessenta anos.

O Sebastianismo foi muito perseguido enquanto durou o domínio Filipino. Os padres Miguel do Santos e Estevão Caveira de Sampaio foram enforcados e esquartejados por esse motivo, respectivamente em 1595 e 1603.

Depois da Restauração aconteceria o contrário: quem duvidasse da volta era ameaçado com possíveis denúncias. Durante o ano de 1640, dizia-se que Dom Sebastião já teria saído das ilhas Encobertas, com 2.000 galeões cheios de gente, munições e ouro, acompanhado pelo rei Artur e por nove das dez tribos perdidas de Israel, para ajudar Portugal, na sua libertação da Espanha.

A santa Inquisição

Esta Instituição criada, em 1184, pela Igreja, para combater e suprimir as heresias, especialmente a dos cátaros ou albigenses, no Languedoc, teve como primeiro resultado a eliminação desses heréticos e a anexação, à Coroa Francesa, dos antigos feudos de origem visigótica do reino de Aragão. Mais tarde, em 1249, implantou-se definitivamente nesse reino, e depois, com a união de Aragão e Castela, transformou-se na Inquisição Espanhola, que durou de 1478 a 1821, sob controle direto da monarquia hispânica, estendendo a sua atuação à América.



INQUISIÇÃO SOB SÃO DOMINGOS DE BERRUGUETE

A Inquisição Espanhola, em algumas épocas foi extremamente radical. Em fevereiro de 1482, o papa autorizou a no-

meação de sete dominicanos como inquisidores, entre os quais Tomás de Torquemada, o Grande Inquisidor, entre 1483 e 1498, em Castela e Aragão, o confessor da rainha Izabel, a Católica.

Segundo o historiador Sebastião de Olmedo, Torquemada foi considerado o martelo dos hereges, a luz da Espanha, o salvador do país, pela sua campanha extremista contra os judeus e muçulmanos convertidos, na Espanha. O número de autos de fé, eventos de penitência pública, com a humilhação de todos, ou a punição aos cristãos-novos, durante o mandato desse inquisidor, subiram a 2.200.



TORQUEMADA

Os judeus teriam chegado à Ibéria em tempos anteriores a Cristo. Também com a Diáspora de Tito, teriam sido mandados alguns milhares da casta sacerdotal, onde adotaram o nome de sefaraditas, do hebraico Sefarad, equivalente à Espanha.

Os judeus conversos, os chamados cristãos novos, eram apanhados em suas malhas, por intrigas, denúncias e vestígios de prática mosaica, como a recusa de comer carne de porco, roupas mudadas e lavadas às sextas-feiras, frequência irregular à Igreja, ou uma palavra mal-colocada. A higiene em si era uma

causa de suspeita e tomar banho, uma prova de apostasia. A frase *o acusado era conhecido por tomar banho* foi comum nos registros da Inquisição, pois pessoas limpas de sangue não precisavam lavar-se.

Torquemada difundia que os judeus não eram confiáveis e que o país necessitava de *sangre limpia*, ou seja, de sangue cristão.

O objetivo da Inquisição era a erradicação da heresia, o que era sinônimo da eliminação dos marranos. Para estimular as delações, a Inquisição chegou a publicar um conjunto de orientações que ensinava aos católicos como vigiar seus vizinhos e reconhecer possíveis traços de judaísmo:

Se observares que teus vizinhos estão vestindo roupas limpas e coloridas no sábado, eles são judeus.

Se eles limpam suas casas na sexta-feira e acendem velas bem mais cedo do que o normal naquela noite, eles são judeus.

Se eles comem pão ázimo e iniciam sua refeição com aipo e alface durante a Semana Santa, eles são judeus.

Se eles recitam suas preces diante de um muro, inclinando-se para frente e para trás, eles são judeus.

A pena mais leve imposta aos marranos era o confisco de seus bens. Autores modernos, entre eles, Marc Ferro, têm considerado a Inquisição, como uma máquina de fazer judeus, para prender pessoas de ascendência judaica ricas, até a décima quarta geração, o que equivalia a ter parente judeu quatrocentos anos antes, fato difícil de não acontecer na Península Ibérica, com a finalidade da expropriação dos seus bens.

Os reis católicos Isabel e Fernando, os protetores da Igreja e defensores da Fé, precisavam de dinheiro, e a perseguição movida aos hereges, por Torquemada, era uma fonte de renda interessante para o Estado.

Na segunda vez que fossem denunciados era comumente obrigado a desfilar nos autos de Fé, pelas ruas, vestidos com um sambenito, um traje longo, uma camisa de onze varas, definindo a sua condição de hereges, sendo flagelados à porta das igrejas.

A etapa seguinte para os mais renitentes poderia ser a pena de morte, pela fogueira, após inomináveis e intermináveis torturas.

Pressionados pelo clima de crescente intolerância, em 31 de março de 1492, Fernando e Isabel publicaram seu Edito de Expulsão, em que decidiram a saída de todos os judeus da Espanha, sendo concedida uma tolerância até julho, quando os que ali permanecessem, seriam mortos ou batizados.

A maior parte fugiu para Portugal, Norte da África, Império Turco, França, Itália, Holanda e outros países, onde enfrentaram novas perseguições; mas alguns permaneceram na Espanha como "judeus ocultos". Inúmeros foram para as novas colônias ibéricas das Américas, Ásia e África.

A ação intolerante de Torquemada trouxe-lhe resistências, que chegaram ao papa Alexandre VI, tendo este, pelo Breve de 23 de junho de 1494, nomeado quatro adjuntos com iguais poderes, visando limitar os seus atos abusivos.

Após completar a sua perseguição aos judeus, Torquemada retirou-se para o convento de São Tomás, em Ávila, do qual fora o fundador, onde passou seus últimos anos convencido de que desejavam envenená-lo, o que o levava a manter um chifre de unicórnio, considerado um antídoto eficaz, sempre perto de si. Faleceu de morte natural, em 1498, mas em 1832, teve o seu túmulo violado, sendo os seus ossos roubados e incinerados.

O historiador Hernando del Pulgar deu-lhe uma ancestralidade judaica por parte do seu antepassado Alvar Fernández

de Torquemada casado, em uma primeira geração de judeus convertidos.

Em Portugal, a Inquisição foi pedida ao papa Clemente VII, por D. Manuel I, o Venturoso, para cumprir o acordo do seu casamento com Maria de Aragão, filha dos reis Fernando e Isabel, sendo atendido pela Bula *Cum ad nihil magis*, de 17 de dezembro de 1531. D. João III, sucessor de Maria de Aragão, renovou o pedido de seu pai ao papa Paulo III, que, a 26 de maio de 1536, a restabeleceu, com a primeira sede, em Évora, onde a população foi convidada a denunciar os casos de heresia do seu conhecimento.

No ano seguinte, o tribunal foi levado para Lisboa, e o cardeal Henrique, tornou-se Inquisidor Geral do Reino, depois assumindo o reino pela morte de Dom Sebastião, em Alcácer Quibir. Desde então a Inquisição transformou-se em uma entidade poderosa, a serviço do Estado e da Igreja, no combate à ascensão da burguesia e do luteranismo, na perseguição aos judeus, cristãos novos, mouros e maçons, encerrada apenas em 1821, após a Revolução Constitucionalista do Porto, apesar da fase de distensão da Época de Pombal.



O CARDEAl INQUISIDOR DOM HENRIQUE

Os tribunais da Inquisição não eram permanentes, sendo instalados quando surgia algum caso de heresia e depois desfeitos. Tribunais do mesmo tipo foram também intituídos em países protestantes, entre eles, a Inglaterra, Alemanha, para a perseguição de católicos e mesmo outras seitas evangélicas, quais os anabatistas, e neles perseguiam-se com mais rigor as bruxas.

O católico Tribunal do Santo Ofício não tinha a capacidade de executar penas, sendo os culpados entregues ao poder secular. Ele abrangia objetivos além do religioso, chegando ao ideológico, ao econômico e ao social.

Entre as penas usadas pela Inquisição figuravam o uso do fogo, pela queima do condenado em pessoa ou em efígie, se conseguisse fugir. Também queimavam-se livros indexados, em praças públicas. Em Portugal existiam setores da Inquisição que controlavam a edição de livros e examinavam a puridade de sangue, pois os cargos públicos só poderiam ser ocupados por pessoas que em sua ancestralidade não tivessem mancha de sangue mouro, árabe ou judeu até a décima quarta geração.

Ao chegarem a uma localidade os inquisidores proclamavam que todos seriam obrigados a assistir a uma missa especial, e ali ouvir o estabelecimento da Inquisição lido em público. No fim do sermão, o Inquisidor erguia um crucifixo e exigia-se que os presentes erguessem a mão direita e repetissem um juramento de apoio à inquisição e seus servidores. Após este procedimento lia-se o édito, que condenava várias heresias, além do Islão e do judaísmo, e mandava que se apresentassem os culpados de contaminação.



UM AUTO DE FÉ COM A QUEIMA DO CONDENADO

Se confessassem dentro de um certo período de graça poderiam ser aceitos de volta à Igreja, sem penitência, porém teriam de denunciar outras pessoas culpadas, que não tivessem se apresentado. Não bastava denunciar-se como herege para alcançar os benefícios do édito, deveriam denunciar os seus cúmplices. O ônus da justificação ficava com o acusado.

Esse tipo de denúncia foi usada por muitos, como vingança pessoal contra vizinhos e parentes, para eliminar rivais no comércio. A fim de se adiantarem a uma denúncia de outros, muitas pessoas prestavam falso testemunho contra si mesmas e denunciavam outras.

Em Castela, na década de 1480, mais de 1.500 vítimas foram queimadas na estaca, em consequência de falso testemunho, muitas delas sem identificar a origem da sua culpa.

Reservava-se a pena de morte, aplicada pelo braço secular, aos hereges não arrependidos, e para os que haviam recaído, após conversão nominal ao catolicismo.

Apesar de não estar instituída no Brasil, esta colônia subordinava-se ao Tribunal de Lisboa, que enviava um visitador

para investigar como se encontravam a Fé e o cumprimento dos dogmas católicos pela população. Desse modo, registraram-se três visitações às colônias brasileiras, à Capitania da Bahia, à Capitania de Pernambuco e ao Estado do Maranhão e Grão-Pará. Esta última, classificada como extemporânea pelos historiadores, ocorreu já ao final do século XVIII, no momento em que a instituição já se encontrava enfraquecida, atingindo luteranos, a bruxaria, os cultos africanos e os desvios sexuais, em Belém.

As ideias do Padre Vieira

Agora chegamos a um ponto crucial dessa nossa História de mais de dois mil anos. Neste momento passaremos a conhecer uma personalidade ímpar da História do Brasil e de Portugal: a do padre Antônio Vieira.

Nascido em Lisboa, a 6 de fevereiro de 1608, quando tinha de seis para sete anos de idade, veio para o Brasil, com o pai Cristóvão Vieira Ravasco, nomeado escrivão da relação, ou secretário do governo, na Bahia.

Fez os primeiros estudos no Colégio dos Jesuítas de Salvador, não sendo considerado um aluno inteligente até o dia em que uma intensa dor de cabeça, seguida de um forte estalo, quase o levou à morte. Depois desse chamado estalo de Vieira, passou a entender de tudo com maior facilidade e a ter um dom para as línguas, escrevendo durante a sua vida muitas gramáticas dos falares indígenas da Amazônia, algumas perdidas, além de saber expressar-se em diversas outras europeias e asiáticas. Dizem que com ele, o estalo, incorporara os dons do Espírito Santo, os mesmos adquiridos pelos apóstolos, em Pentecostes.

Sentiu vocação para a vida religiosa ao assistir, em março de 1623, um sermão do padre Manuel do Carmo, sobre o inferno. Os pais não aceitaram a ideia, até que, no dia 5 de maio de 1623, fugiu para o Colégio dos Jesuítas de Salvador. Aos dezessete anos foi encarregado de escrever, em latim, as notícias mandadas ao geral de Roma. No ano seguinte passou a lecionar no Colégio de Olinda, encarregado do ensino da retórica e depois da dialética. Aos vinte anos, quando estudava teologia, redigiu uma apostila sobre a matéria, tornando-se mestre. Passou para o terceiro grau da Companhia, o de pregador, e, em 1635, disse a sua primeira missa, logo revelando prodigio-

sos dotes de Oratória, ao pronunciar, em 1638, alguns de seus mais belos Sermões.

A 27 de fevereiro de 1641, partiu para Portugal, em uma embaixada mandada pelo marquês de Montalvão, para apoiar a separação de Portugal do reino de Castela e a subida de Dom João IV ao trono, constituída por Fernando de Mascarenhas, filho do marquês, Vieira e o padre Simão de Vasconcelos, cronista da Companhia.

Escaparam de uma violenta tempestade e, nos fins de abril, deram no porto de Peniche, onde foram mal-recebidos, pois a esposa e os outros filhos do marquês, haviam aderido ao partido de Castela.

A 1º de janeiro de 1642, pregou o seu primeiro sermão na Capela Real, que teve prodigioso efeito. E dai para frente tornou-se querido de todos, pelo estilo, pelos assuntos, ornatos e meneios oratórios, alguns até políticos, como o Sermão de Santo Antônio, pregado durante a reunião das Cortes, para conseguir a adesão dos Três Estados à proposta de impostos destinados a atender aos perigos por que a nação passava.

Daí para frente obteve as boas graças do rei, tendo entrada franca no Paço, acesso às conferências dos ministros, das secretarias e dos tribunais, em tudo dando parecer a Dom João IV. Foi nessa época que idealizou a criação da Companhia de Comércio do Brasil, que muito ajudou na expulsão dos holandeses, e, em 1643, estabeleceu a doutrina da tolerância para com os judeus e cristãos novos, visando o retorno da riqueza transferida, para a Holanda, o que lhe valeu forte oposição de Roma.

Em 1644, foi nomeado pregador régio e recebeu a incumbência de educar o príncipe Teodósio, mas a Ordem Jesuítica queria devolvê-lo ao Brasil. O rei interviu e cessaram temporariamente de persegui-lo, embora a Inquisição continuasse a observá-lo, pois possuía três sobrenomes de procedência ju-

daica discutíveis: Vieira, Azevedo e Ravasco, além de lutar pela reabilitação dos cristãos novos, o que o transformava em suspeito.

Em 1646, foi mandado em missão diplomática para França e Holanda, na busca de apoios contra Castela. Na França, Mazarino nada decidiu, e a Holanda acabara de fazer as pazes com Castela. Voltou a agir, em 1648, quando, pelo chamado Papel Forte, sugeriu que Portugal comprasse Pernambuco aos holandeses, pois não acreditava na capacidade de resistência dos brasileiros.

Foi nesse tempo que começou a pensar no livro que denominaria de V Império, baseado nas muitas profecias, mas principalmente nas palavras de Jesus a Afonso Henriques, na batalha de Ourique; "quero em ti e na tua geração criar um império para mim", e engendrou o plano de que o Encoberto seria Dom Teodósio, filho de Dom João IV, e a maneira de iniciar o império seria a de casá-lo com a filha de Felipe IV.

Foi mandado, em 1650, à Roma, para negociar com o papa e o embaixador espanhol esse casamento. Como levava ordens de apoiar os napolitanos contra a Espanha, foi ameaçado de morte e teve de sair às pressas da Itália.

Antes, em 1649, fora de novo denunciado pela Inquisição e perdera a confiança do rei ao comprovarem a sua influência, na incursão militar do príncipe Teodósio ao Alentejo.

Sem apoio, recebeu ordem de ir para o Estado do Maranhão, a 22 de novembro de 1652, onde seria criado o colégio de Santo Alexandre, em Belém, em 26 de janeiro de 1653.

Chegou a São Luís, no princípio de 1653, recebido com júbilo, mas logo teve de lutar contra governantes e colonos, pela liberdade dos índios.

Ali a Companhia expandia-se rapidamente com missões no Xingu, desde 1637, e a partir de 1650, no rio Pará, no Tapajós e no Médio Amazonas.

Um ano antes da sua chegada, a Carta Régia de 2 de fevereiro de 1652 extinguira o Estado do Maranhão, mas o último governador-geral Luíz de Magalhães ficaria, no poder, até novembro, quando o referido Estado foi dividido nas capitanias independentes do Maranhão e do Grão-Pará, governadas respectivamente por Baltazar de Souza Pereira e Inácio do Rego Barreto.

Esses dois capitães trouxeram novas leis sobre os índios, proibindo o resgate e os libertando do cativeiro. A população branca colocou-se contrariamente e elas não foram cumpridas. Uma nova Carta Régia de 17 de outubro de 1653 reformulou a anterior, e passou a liberar a escravidão indígena nos casos de oposição ao cristianismo, quando eles se aliassem a estrangeiros, por antropofagia, por roubo e por falta de auxílio, nas guerras justas.

Após pronunciar o sermão de Santo Antônio aos Peixes, em São Luís, Vieira embarcou às escondidas, para Portugal, a 17 de junho de 1654, para representar ao rei contra os excessos praticados, pelos colonos, no trato com os índios, no Maranhão e no Pará. Próximo aos Açores, o seu navio sofreu terrível borrasca e, ao sairem dela, foi atacado por piratas holandeses, sendo os passageiros e tripulantes abandonados nus, nas praias da ilha Graciosa.

Por isso só conseguiria chegar a Lisboa, em novembro, onde o rei queria que ficasse, mas os nobres desejavam a sua volta ao Brasil, pelos Sermões feitos contra eles.

Talvez sob sua influência tenha sido emitida a nova Carta Régia, a 9 de abril de 1655, que de novo libertava os índios e dava o seu controle aos jesuítas, em todo o novo Estado do Maranhão e do Grão-Pará, criado a 25 de agosto de 1654, e instalado a 11 de maio de 1655, tendo por primeiro governador geral André Vidal de Negreiros, herói da expulsão dos holandeses e

amigo de Vieira, agora o visitador e o superior de todas as missões jesuíticas da Amazônia.

Para dirigi-las sairia de Portugal, a 16 de abril, e chegaria ao Maranhão, em maio de 1655, voltando a ser pregador e criando missões em toda a região.

O governador-geral Negreiros mudou a sua capital para Belém, entre 8 de dezembro de 1655 e 16 de agosto de 1656, época em que a Companhia de Jesus já administrava 52 aldeias, sendo 28, no rio Amazonas; 11, no Maranhão; sete, no Tocantins, e seis, no Pará.

Após a morte de Dom João IV foram governadores gerais do Maranhão e Grão-Pará Agostinho Corrêa e Pedro de Melo, com os quais Vieira não teve boas relações, pioradas pelos seus sermões da Rosa Mística, abordando temas da escravatura indígena. Sob sua direção, os jesuítas estabeleceram a missão dos tarumãs (1657), iniciaram a conversão dos tapuiuçus do Tapajós (1661), missionaram os tupinambás, os aruaques, tupinambaranas, condorizes, jurunas, cariatós e ele próprio aldeiou os aruãs (1661).

Nesse último ano iniciou-se, no Maranhão, a rebelião dos colonos contra o domínio temporal dos jesuítas sobre os índios, que logo se alastrou para Belém. Ali, a 20 julho, inclusive o padre Vieira, encontrado escondido no forro da capela de São João, todos foram presos, no Colégio de Santo Alexandre. Alguns refugiaram-se na fortaleza de Gurupá, protegidos pelo comandante Paulo Martins Garro, mas logo o forte foi cercado por Pedro da Costa Favela e os padres entregaram-se. Ao todo trinta e dois missionários foram mandados para São Luís, e, dali remetidos para o Reino.

Ainda na Amazonia, após chegar de uma visita a cinco aldeias nheengaíbas, estando de repouso por doença, em Cametá, a missão mais importante do Tocantins, Vieira termina-

ria de escrever, em 1659, a obra "Esperanças de Portugal – V Império do Mundo", um de seus mais polêmicos livros, mais tarde acrescido de dois outros, considerados heréticos: a História do Futuro e a Chave dos Profetas.

Mas a vida de Vieira não terminaria com essa expulsão. Chegando a Lisboa, no final de 1661, foi acolhido pela regente Luísa de Gusmão, que o reintegrou na função de pregador régio, tornando-se o seu braço direito. Porém isto pouco durou, pela maioridade de Afonso VI, a quem admoestou durante a sua coroação, a pedido da rainha.

Vieira pensava em controlar o novo rei, mas foi vencido pelo conde de Castelo Melhor, sendo deportado para o Porto, em 1662, e no ano seguinte, para Coimbra, sob a custódia do Santo Ofício, pela sua obra "Esperanças de Portugal – O V Império".

Ali adoeceu gravemente ficando talvez tuberculoso. No cárcere escreveu a "História do Futuro", sendo continuamente interrogado.

A custódia do Santo Ofício estendeu-se de 1665 a 1667, quando foi privado da liberdade de pregar, pelas suas atividades junto aos cristãos novos, judeus e calvinistas da Holanda, e pelas ideias do V Império.

Vieira não escaparia da Inquisição e das suspeitas sobre as ideias contidas nos seus livros. O Santo Ofício condenou-o herege, pelo seu envolvimento com os judeus e pelas suas frustradas profecias, quanto à consolidação de Portugal, como o Império do Mundo Católico.

Com a morte da Rainha, em 1666, e o afastamento de Afonso VI, seguiu-se a anistia de Vieira, em 1668, sendo-lhe imposto silêncio sobre os assuntos cristãos novos, profecias, V Império e Inquisição.

O novo rei Pedro II pendia mais para os dominicanos e não o recebeu bem.

Em 1669, os jesuítas mandaram-no para Roma, a fim de tratar da canonização dos 40 mártires das Canárias. Fora também tentar a anulação total do seu processo inquisitorial. Ali pregou belos sermões que lhe deram grande notoriedade, na Corte Pontifícia, e na da rainha Cristina, tendo combatido a Inquisição e de novo defendido os cristãos novos. O papa isentou-o perpetuamente da jurisdição inquisitorial.

Ainda voltou a Portugal, em 1675, e, em 1679, editaria o primeiro volume dos "Sermões". Em 1681, retornou à Bahia, onde escondido e esquecido, nada mais lhe aconteceu, embora o papa Inocêncio XI, ao revogar a sua isenção, tenha favorecido a sua queima em efígie, na universitária cidade de Coimbra.

Ainda assim, em 1688, foi nomeado Visitador-Geral dos Jesuítas, mas renunciou, em 1691, pela idade e pela saúde, vindo a falecer, a 18 de julho de 1697, aos 89 anos.

Por que os jesuítas teriam lhe dado a sua total proteção?

O padre Vieira encantara-se com a Amazônia. Dizem que subiu o rio Amazonas até Itacoatiara, onde teria fundado a missão de Aibi, na ilha do Risco, em 1655.

A vastidão deste subcontinente teria fortalecido a sua ideia do V Império, em um livro escrito às margens do Tocantins.



O PADRE VIEIRA

O fato é que considerou a Amazonia uma Babel, pela quantidade de línguas aqui existentes e, como gramático, sistematizou muitas delas.

Passaram-se os anos, mas as Ordens Religiosas não ficaram alheias à vastidão da Amazônia e às ideias de Vieira.

Uma Carta Régia de 19 de março de 1693, enfeudaria os territórios da região, com os índios que neles habitavam, às or-

dens religiosas estabelecidas, em Portugal, o que significava o poder temporal sobre terras e gentes. Aliás a figura da encomenda e dos encomenderos não faziam parte da estrutura colonial portuguesa, sendo mais própria da espanhola, e, sendo adotada, neste momento, pela primeira vez, no Brasil.

As Ordens passavam a ter enclaves feudais, no território português da Amazônia. A Companhia de Jesus receberia todos os índios e as terras da margem direita do Amazonas e de ambas as margens do rio Negro e do Solimões. Os capuchos de Santo Antônio as terras e os índios do Cabo Norte até o Jari e o Paru. Os capuchos da Piedade, as regiões do Gurupá e da mesopotâmia entre o Urubu e o Trombetas. Dessa forma, os franciscanos passavam a ser os possuidores da margem esquerda do Amazonas entre o Amapá e o rio Urubu.

A 29 de novembro de 1694, uma nova Carta Régia atendendo reclamações, reformularia a anterior, cedendo o rio Negro e o Solimões aos carmelitas, e o rio Urubu aos mercedários, que haviam sido esquecidos.

Todas as ordens estabelecidas participariam da divisão de Marajó, onde possuíam fazendas.

Assim estava constituído o V Império Amazônico, sob o controle das Ordens Religiosas, uma das últimas tentativas do reestabelecimento de um Estado Religioso, no mundo, que duraria pouco mais de sessenta anos, até a expulsão de algumas dessas organizações e a suspensão de suas encomendas, durante o reinado de Dom José I.

A mesma coisa aconteceria com as missões guaraníticas do Paraguai.

O que seria o V Império religioso

Essas são as palavras de Vieira sobre ele. "Aproxima-se o V Império que durará mil anos. Não haverá um Messias a viver entre os homens. Haverá uma igreja governada pelo vigário de Cristo e coadjuvada pelos príncipes seculares. Haverá um só redil e um só pastor, que englobará judeus, cristãos velhos e novos, gentios e hereges. O Templo de Jerusalém será restaurado e permitidos os sacrifícios da Lei Antiga. A Igreja será vista na figura de uma mulher, a do Apocalipse, vestida de Sol, com a Lua aos pés e, na cabeça, uma coroa de doze estrelas. Todo mundo participará da sua luz. O conhecimento de Deus encherá toda a Terra, que será inundada pela água do batismo. O mundo será perfeito. Desaparecerão a maldade e a iniquidade. Habitará o lobo com o cordeiro e deitar-se-á o leopardo com os cabritos. Os homens viverão vida longa, muitos chegarão aos mil anos e assistirão à vinda do anticristo, que será vencido e aniquilado. Então será o fim do mundo e o reino dos bem aventurados, para sempre, de que o V Império é apenas o limiar. Isto só acontecerá quando a Fé invadir toda a Terra".

O V Império amazônico cresce

As ideias de Vieira de um V Império, somente poderiam ser concretizadas, na Amazônia, região de dimensões continentais, a maior extensão de terras do Império Colonial Português. Porém não se tratava de um Império leigo e sim, religioso, comandado pelas Ordens e pelos Estados Pontifícios.

Como dirigente dos jesuítas, Vieira palmilhara toda a região, rio Amazonas acima, até Itacoatiara.

As negociações entre o rei de Portugal e as Ordens Religiosas criaram a possibilidade desse gigantesco Império Religioso, quando Dom Pedro II, expediu as Cartas Régias de 19 de março de 1693, dividindo as terras e os índios da região entre os jesuítas e os franciscanos, seguida da de 29 de novembro de 1694, em que os carmelitas e mercedários entravam nessa divisão, estabelecendo o domínio religioso sobre a Amazônia. Vejamos o que aconteceu nesses vastos domínios eclesiásticos através dos anos, até a sua eliminação aqui e no Paraguai.

Os Jesuítas

Inácio Lopez, depois de Loyola, espanhol basco; Pedro Fabro, francês; Francisco Xavier, Alfonso Salmerón, Diego Laynez e Nicolau de Bobadilla, espanhóis, e Simão Rodrigues, português, todos estudantes da Universidade de Paris, a 15 de agosto de 1534, encontraram-se na capela dos Mártires, em Montmartre, e fundaram a Companhia de Jesus. Em 1537, foram à Itália buscar a regularização da nova ordem, tendo o papa Paulo III autorizado as suas ordenações, pelo bispo de Arbe.

Inácio, Fabro e Laynez de novo foram a Roma, em outubro de 1538, para pedir ao papa a aprovação da ordem. A congregação dos cardeais deu parecer positivo à constituição apresentada, e, a 27 de setembro de 1540, Paulo III confirmou a ordem através da Bula *Regimini militantis Ecclesiae*, que integrou a "Fórmula do Instituto", onde está contida a legislação básica da Ordem, cujo número de membros foi limitado a 60. Esta quantidade foi alterada pela bula *Injunctum nobis*, de 14 de março de 1543, sendo Inácio escolhido como primeiro superior geral, enviando os seus companheiros e missionários para vários países europeus, com o fim de criar escolas, liceus e seminários.



INÁCIO DE LOIOLA E PAULO III

Inácio escreveu as constituições jesuíticas adotadas, em 1554, originando uma ordem disciplinada, abnegada e obediente aos seus superiores e ao papa. O seu grande princípio tornou-se o lema dos jesuítas: *Ad maiorem Dei gloriam* ("para maior glória de Deus").

Corria o ano de 1615, quando, acompanhando a tropa de Alexandre de Moura, chegaram os jesuítas às terras do Maranhão, representados pelos padres Manuel Gomes e Diogo Nunes. A

seguir, a partir de São Luís, os padres Benedito Amador, Lopo do Couto e Luís Figueira evangelizaram o rio Monim.

Luís Figueira foi a maior figura da Ordem, nesses primeiros anos da sua existência, na Amazônia. Promoveu a catequização do Xingu, onde fundou a missão de Itacuruçu (Veiros), em 1637, e a de Sousel, em 1639.

A Ordem progredia, o que obrigou a vinda de mais religiosos, para ajudarem nos trabalhos. Em 1643, embarcaram, em Lisboa, quatorze jesuitas com destino à Amazônia, acompanhando o recém-nomeado governador Pedro de Albuquerque. A nau em que viajavam naufragou, nas costas da ilha de Marajó, tendo morrido nesse desastre onze missionários, entre os quais o padre Luís Figueira, uma grande perda para Companhia de Jesus, talvez comidos pelos índios aruãs.

A partir de 1650, os roupetas tomaram novo alento. Continuaram a evangelização do Xingu, chegaram ao Tapajós e ao Médio Amazonas, e estiveram em grande atividade, no rio Pará.

Em 1652, mais nove jesuítas, sob a direção de Francisco Veloso, vieram reforçar as suas ações, sendo fundado o Colégio de Santo Alexandre, em Belém, a 26 de janeiro de 1653, peça fundamental para a expansão da Ordem. Desta época foram as lutas desencadeadas entre a Companhia e os colonos, esses interessados na escravidão dos índios.

As primeiras instruções reais proibindo o resgate dos indígenas foram as de 1652. Com a revolta da população, tais instruções foram sustadas por meio da Carta Régia de 17 de outubro de 1653, que fazia algumas concessões aos colonos.

A 24 de novembro aportava ao Pará o padre Antônio Vieira, investido na autoridade de Superior das Missões. Graças à sua interferência foi redigida a Carta de 9 de abril de 1655, que de novo libertava os selvagens e entregava o poder temporal sobre eles à Companhia de Jesus. Durante seis anos houve paz

aparente, quebrada, em 1661, pelos próprios colonos ao efetuarem a primeira expulsão dos jesuítas do Estado, que somente retornariam por força da Carta Régia de 12 de setembro de 1663.

A luta pela emancipação dos índios ainda perduraria por muito tempo.

A Lei de 28 de abril de 1688 restabeleceria o cativeiro indígena, mas foi a seguir anulada, pela de 6 de dezembro de 1705.

No curto período de quarenta anos (1616-1655) a Ordem crescera e em todas as expedições então formadas para o reconhecimento do interior, havia a sua presença efetiva.

Fazendo-se acompanhar do sargento-mor João de Souza Soleima, os jesuítas João de Souto Maior e Salvador Melo foram aos Pacajás, enquanto Francisco Veloso e Manuel Pires, em 1657, fundavam uma missão no rio Tarumã, afluente do rio Negro, na região de Manaus.

Entre 1655 e 1660, o padre Manuel Nunes foi ao Tocantins, ao mesmo tempo em que Pedro Biscainho e o padre Manuel Veloso apoderavam-se de 1.200 tupinambás, trazendo-os para a ilha do Sol. Na companhia de Monteiro Pucu, os inacianos Manuel Pires e Manuel de Souza foram missionar os tupinambaranas, os aruaques e os condorizes; Manuel Nunes, os jurunas; Antônio Fonseca, os cariatós e, finalmente, em 1661, o padre Antônio Vieira pacificou os 40.000 aruãs da ilha de Marajó.

Após o seu regresso ao Estado, em 1663, a Companhia reencetou os seus avanços, agora em terras do atual Estado do Amazonas.

Em 1671, o padre Gersony desceu do Japurá missionou perto de 800 índios solimões, em 1687, o padre Iodoco Peres missionou os irurizes do Madeira e João Ângelo com José Barreiros evangelizaram o rio Aripuanã.

No Maranhão, a revolta de Beckman, em 1684, redundou na segunda expulsão dos jesuítas do Estado, se bem que restrita a uma parte do mesmo.

Finalmente veio a Carta Régia de 19 de março de 1693, seguida da de 29 de novembro de 1694, estabelecendo o domínio religioso sobre a Amazônia.

O movimento expansionista dos religiosos continuou principalmente o dos discípulos de Loyola. Em 1721, Manuel Mota foi ao Itacaiunas, o padre João Sampaio evangelizou o Madeira, fundando, em 1728, uma missão nas cachoeiras de Santo Antônio.

Apesar de todo esse trabalho desenvolvido, os jesuítas, implicados na tentativa de morte do rei Dom José I, foram expulsos do reino, a 3 de setembro de 1759. A nau Nossa Senhora de Arrábida, chegada a Belém, a 16 de julho de 1760, trouxe as forças militares necessárias para as prisões. O Colégio de Santo Alexandre foi cercado e dentro de pouco tempo os 150 padres existentes na região foram deportados para Lisboa.

Após 145 anos de trabalhos na Amazônia, a Companhia de Jesus fundara algumas dezenas de missões, origem das cidades existentes nesta região, entre as quais podemos apontar as constantes do quadro que se segue:

ano	missão	cidade	rio
1637	Itacuruçu	Veiros	Xingu
1639		Sousel	Xingu
1639	Piauori	Pombal	Xingu
1639	Maturá	Porto de Moz	Xingu
1653	Maracanã	Cintra	
1653	Mortiguara	Beja	Pará
1653	Araticu	Oeiras	Araticu
1653	Aruacará	Portel	Pacajá

ano	missão	cidade	rio
	Borari	Alter do Chão	Tapajós
	Santo Inácio	Boim	Tapajós
1661	Tapuiuçu	Santarém	Tapajós
	Taparajó Tapera	Aveiro	Tapajós
	Matapu	Pinhel	Tapajós
1655	Aibi	?	Amazonas
	Arapiuns	Vila Franca	Tapajós
	Uruitá	Vigia	Pará
	Aricuru	Melgaço	Pacajá
	Cumaru	Poiais	Negro
	Samauma		
1668	Santo Elias	Airão	Negro
1696	Abacaxis	Itacoatiara	Abacaxis
1728	Trocano	Borba	Madeira
1723	Santo Antônio	Santo Antônio	Içá
1728	Santo Antônio		Madeira
	São Francisco	Humaitá	Madeira

Enquanto os jesuítas portugueses faziam tais esforços, os seus colegas espanhóis animados do mesmo zelo e dedicação, em momento nenhum se descuidavam de suas obrigações catequéticas, e foi assim que o padre Samuel Fritz, natural da Boêmia, tornou-se o Apóstolo do Solimões.

Acompanhado do padre Richter, Fritz chegou ao Marañon e, em 1686, promoveu a catequese dos omaguas, aisuares, tarumãs, ibanonas, xabecos e cocamas, tendo fundado inúmeras missões no rio Solimões. Assim apareceram as localidades de Taracuateua (Nossa Senhora de Guadalupe de Fonte Boa), a de São Paulo dos Cambebas (São Paulo de Olivença), a de Santana de Coari (Coari), a de Amaturá ou São Cristóvão (Castro de Avelães)

e a de Santa Tereza de Tapé (Ega ou Tefé), todas no decorrer do ano de 1689.

Em 1689, Fritz foi preso, em Belém, como espião, sendo solto dois anos após e a seguir recambiado para o Peru, com uma escolta de 20 homens, sob o comando do capitão Antônio de Miranda Noronha. Em Lima, o vice-rei Melchior Portocarrero Lazo de La Vega, conde de Manchova, deu-lhe víveres e dinheiro, determinando-lhe a volta para o Solimões, onde, em 1704, foi substituído por João Batista de Sana.

Dando cumprimento à Carta Régia de 20 de março de 1708, que mandava proteger o Solimões, o governador Costa Freire mandou Inácio Correia de Oliveira, em 1709, expulsar os jesuítas espanhóis da região do Solimões, o que conseguiria temporariamente.

O padre Sana recebera ajuda do governador de Quito Dom Luís de Iturbide e retomara às missões recém-ocupadas, prendendo Inácio de Oliveira, um carmelita e cinco soldados portugueses. O sargento-mor José Antunes da Fonseca, com 130 soldados e 300 índios, derrotou-o, em 1710. Em 1749, os jesuítas espanhóis já haviam evacuado a região, pois a última aldeia da Missão dos Maynas era Santo Inácio de Pebas, onde as tropas de resgate de Manuel Coelho, em 1663, e de Francisco Lopes, em 1673/74, prearam muitos índios.

No Madeira, a expedição de Francisco de Melo Palheta, em 1723, bloqueou a penetração dos jesuítas espanhóis das Missões de Santa Cruz de La Serra ou Mojos, que já possuíam a aldeia de Santa Cruz de Cajuava, no Mamoré, logo abandonada. O rio Negro não sentiu essa ação, uma vez que os inacianos espanhóis não chegaram a ultrapassar o Cassiquiari, onde, em 1726, Francisco Xavier de Moraes, ao descobri-lo, encontrou o padre Manuel Romão.

Os Carmelitas

No século 12, na Europa, surgiu um movimento de leigos que buscavam viver um cristianismo mais autêntico, indo a peregrinação à Terra Santa. Ali, alguns se estabeleceram no monte Carmelo, o monte Horeb da Bíblia, perto da atual Haifa, local para onde se retirara o profeta Elias, seguindo uma vida eremítica de oração e de silêncio. Dentro desse ideário esses peregrinos estabeleceram a Ordem dos Irmãos da Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo, ou simplesmente Ordem do Carmo, sendo os seus membros denominados de carmelitas ou carmelitanos. Santo Elias passou a ser o seu santo maior.

Mais tarde, a Regra do Carmo foi sistematizada e proposta por Santo Alberto, patriarca de Jerusalém, e aprovada pelo papa Honório III, em 1226. Um pouco antes, entre os anos de 1206 e 1214, o papa Inocêncio IV aprovara o seu modo de vida, incluindo os três votos evangélicos de pobreza, castidade e obediência. No século XIII os seus componentes migraram para o Ocidente, fugindo das invasões sarracenas.

Já no século 16, na Espanha, houve uma renovação liderada por Santa Teresa de Ávila e São João da Cruz, famosos místicos da ordem, dando origem aos carmelitas descalços.

O espírito carmelita foi vivido ainda pelos leigos nas Ordens Terceiras, Confrarias e Fraternidades do Escapulário, Juventude Carmelitana Missionária, Infância Missionária Carmelitana e nas diversas congregações agregadas à Ordem do Carmo.

Ao longo da história, os carmelitas deram à Igreja muitos santos, beatos e mártires, entre os quais, citamos os mais populares: Santa Terezinha do Menino Jesus, padroeira das missões, São João da Cruz, Santa Teresa D'Ávila, Santa Edith Stein, os beatos Tito Brands e Hilário, mártires dos campos nazistas, São Si-

mão Stock, o santo do escapulário, beato Izidoro Bakanja, mártir africano, Santa Madalena de Pazzi, além de muitos outros.

As Ordens Terceiras foram associações de leigos católicos, vinculadas às tradicionais ordens religiosas medievais, em particular às dos franciscanos, carmelitas e dominicanos, reunidos em torno da devoção de um santo padroeiro. A dos carmelitas foi uma das mais importantes do Brasil, tendo capelas, hospitais e cemitérios próprios, em total apoio à Ordem a que estavam vinculados.

Os primeiros carmelitas da região amazônica foram frei Cosme da Anunciação e frei André da Natividade. Chegaram com as tropas de Alexandre de Moura, fundando logo um convento na ilha do Medo, no Maranhão. André da Natividade e Antônio de Santa Maria foram os primeiros carmelitas a se estabelecerem em Belém, em 1624, promovendo, em 1626, a fundação de um convento por ordem do vigário provincial frei Francisco da Purificação.

Embora esquecidos pela Carta de 19 de março de 1693, receberam, pela de 29 de novembro de 1694, o rio Negro e o Solimões.

O governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, o Moço, mandou o carmelita frei Manuel da Esperança ocupar as missões jesuíticas do Solimões, em poder dos espanhóis. O padre não conseguiu o seu objetivo, porém, coube-lhe ao menos a glória de ser o primeiro na descrição da utilização da borracha, já então usada pelos índios cambebas. As missões do rio Negro foram ocupadas pelo frei João Evangelista, que governou a missão de Santo Elias, transferida para a foz do Jaú, em 1732, e por frei José de Madalena, o apóstolo do rio Negro.

A missão de Nossa Senhora da Conceição de Mariuá, depois Barcelos, foi fundada por Frei Matias de Boaventura, em 1728.

Abaixo transcrevemos um quadro demonstrativo das missões dos Carmelitas:

Nome inicial	Nome português
Santo Alberto de Araçari	Carvoeiro
Santo Elias de Jaú	Airão
Santo Ângelo de Cumaru	Poiais
Nossa Senhora da Conceição de Mariuá	Barcelos
Santa Rita de Bararoá	Tomar
São José do Dari	Lamalonga
Nossa Senhora do Carmo das Dores	Boa Vista
Nossa Senhora do Carmo de Caboquena	Moreira
Santa Rita de Itarendaua	Moura
Nossa Senhora do Rosário de Manaus	
Caiçara	Alvarães
São Pedro dos Jucanas	
Santana de Coari	Alvelos
Santa Tereza de Tapé	Ega
São Paulo dos Cambebas	São Paulo de Olivença
Amaturá ou Envirateua	Castro de Avelães
N. S.de Guadalupe de Fonte Boa	Fonte Boa

Os mercedários

A Ordem Real e Militar de Nossa Senhora das Mercês da Redenção dos Cativos ou, mais simplesmente, Ordem de Nossa Senhora das Mercês foi uma ordem religiosa fundada por São Pedro Nolasco, em 1223, no reino de Aragão, na Espanha, para libertar os cristãos, que estavam cativos dos mouros. Para isto, ele teve um sonho com a Santíssima Virgem e contando-o ao rei Jaime e ao seu confessor Raimundo Penaforte, este o informou ter tido o mesmo sonho naquela noite. Sem demora, fez voto de pobreza, castidade e obediência, acrescentando o quarto, de

sacrificar os bens e a própria liberdade, se necessário fosse, pela redenção dos cativos. São Raimundo que organizou as constituições da nova ordem, nascera no castelo de Penaforte, na Catalunha, em 1175. De ascendência nobre, tinha parentesco com os reis de Aragão, e, desde a mais tenra idade revelava grande interesse pela oração e pelo estudo.

São santos mercedários Maria de Cervelló, Pedro Nolasco, Ramón Nonato, Raimundo Penaforte, Pedro Armengol, Pedro Pascoal e Serapio.

Com o regresso de Pedro Teixeira, do Peru, a Ordem chegou ao Estado. Integravam-na àquela época os padres Pedro de la Rua Cirne, Juan de la Merced, Alfonso Almejo e Juan de la Concepcion Cirne, que, em 1640, fundaram o primeiro convento mercedário, em Belém.

Decretada a Restauração, por ser ordem espanhola, os mercedários foram expulsos, somente conseguindo voltar ao Brasil, em 1646. Sua ação restringiu-se às bacias do Urubu, Uatumã e Anibá.

Em 1660, o padre Raimundo fundou a missão Saracá, que mais tarde passou a se chamar Silves, considerada a mais antiga povoação do Amazonas. Em 1663, fundaram as missões de São Pedro Nolasco e São Raimundo Nonato, no Urubu.

A bula Ingeniosa Reginarum Illustrium de 1787, expulsou-os do Brasil, mas só, em 1794, é que se retiraram do Pará.

O aviso de 24 de março daquele ano sequestrou-lhes as fazendas de Val de Cães, Santana, São Pedro e São Lourenço, sítios, retiros e o convento. Todas as suas propriedades estavam avaliadas em 232.598$770.

Os capuchinhos ou franciscanos

Na Amazônia esses religiosos subdividiam-se em três grupos, que chegaram à região em época diferentes.

Os primeiros foram os capuchos da Província de Santo Antônio, que vieram na expedição de Jerônimo de Albuquerque, para a conquista do Maranhão. Frei Cosme de São Domingos e frei Manuel da Piedade foram os participantes daquela conquista.

A Província de Santo Antônio, de religiosos franciscanos da "mais estreita observância", foi formada em obediência à bula *Sacrae religionis sinceritas*, de 8 de agosto de 1568, tendo a sua sede no convento de Santo Antônio dos Capuchos, em Lisboa. Formou-se a partir de um grupo de casas caracterizadas pelo rigor e o recolhimento, o afastamento do profano, razão pela qual os seus religiosos se chamavam *Recoletos*. Tendo constituído um ramo franciscano, na Itália, por iniciativa do Ministro Geral frei Francisco dos Anjos, em 1524. Estenderam-se a Portugal, onde formaram uma Custódia, em 1565. Dessa província derivou a Província da Conceição da Beira e do Minho, em Portugal.

No Pará, a 22 de julho de 1617 freis Cristóvão de São José, Sebastião do Rosário, Felipe de S. Boaventura e Antônio de Marciana, capuchinhos de Santo Antônio, fundaram o convento do Una, em Belém.

Após os capuchos de Santo Antônio chegaram os capuchos de Nossa Senhora da Piedade ou de São José, totalizando nove religiosos, vindos de Lisboa, que, em novembro de 1693, foram instalados em Gurupá. Por último, em 1706, chegaram a Belém os capuchos da Conceição da Beira e Minho, que instalaram o convento de São Boaventura.

Na divisão estipulada pela Carta Régia de 19 de março de 1693, os capuchos de Santo Antônio receberam a região do Cabo Norte até o Jari e o Paru, cabendo aos da Piedade as áreas do Gurupá e a do Trombetas ao Urubu, esta perdida para os mercedários, no ano seguinte.

Em 1708, os capuchos da Piedade fundaram no igarapé de Taracuera, afluente do Uatumã, uma missão destruída pelos

pariquis, que mataram os padres Antônio de Vila Viçosa e Pedro de Évora e lançaram o sino da missão no igarapé.

Abaixo enumeramos as missões de que eram possuidores os capuchinhos:

CAPUCHOS DE SANTO ANTÔNIO		CAPUCHOS DA CONCEIÇÃO	
Urubuquara	Prainha	Uaramacu	Arraiolos
Paru	Almerim	Mangabira	
Menino Jesus		Cajá	
Arajatuba		Conceição	
Bocas		Iari	
Acarapi		Tuari	

CAPUCHOS DE SÃO JOSÉ OU PIEDADE	
Surubiú	Alenquer
Jamundá	Faro
Matura	Porto de Moz
Cauiana	Vilarinho do Monte (1639)
Pauxis	Óbidos (1697)
Gurupatuba	Monte Alegre
Curuá	
Meneruá	
Arapijó	

Em 1758, foram afastados do Pará, pelo aviso de 5 de fevereiro, os Capuchos da Piedade e pelo de 12 de abril, os da Conceição. Os primeiros regressaram para Lisboa e os últimos, para São Luís.

Com o correr dos tempos as ordens religiosas passaram a dedicar-se à vida econômica, na Amazônia, despertando com isso grande cobiça e despeito entre os colonos, dada a prosperidade obtida, graças aos métodos de trabalho adaptados à psicologia indígena.

Tornaram-se os maiores criadores de gado bovino, na ilha do Marajó, onde os currais dos seculares eram todos pequenos em relação aos dos religiosos. O gado fora ali introduzido, em 1644, e a primeira ordem a ocupar-se de sua criação foi a dos Mercedários, estabelecida na ilha de Santana, na foz do Arari.

Em correspondência enviada pelo governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao seu irmão, o Marquês de Pombal, em 1751, calculava aquele governante em 60.000 a 100.000 cabeças o gado dos mercedários, que liquidavam 12.000 crias por ano; em 25.000 a 30.000, o dos jesuítas, e em 8.000 a 10.000, o dos carmelitas. Na mesma carta externava a seguinte opinião: "Eu não sei certamente a quantidade de gado que estas religiões têm naquela ilha, mas é certo e constante que é infinita e que só este dízimo poderá aumentar em muito as rendas atuais da Fazenda Real".

As fazendas foram incorporadas à Coroa, pelo aviso de 2 de agosto de 1757, e pela expulsão dos mercedários, em 1787, pedida pelo bispo Dom Caetano Brandão.

Em 1759, as Ordens possuíam os bens abaixo, discriminados:

	Aldeias	**Fazendas**	**Renda anual**
Jesuítas	20	22	164.600$000
Carmo	10	13	32.400$000
Mercês	3	17	
Piedade	8	2	

As aldeias e fazendas dos franciscanos, incluindo os de Santo Antônio, rendiam 24.000$000 anuais.

As ordens não se ocupavam apenas da criação; tinham também engenhos, salinas, bem como fazendas agrícolas. Para se ter uma ligeira ideia disso, basta citar que os jesuítas, de 1730 a1750, tiravam anualmente 2.000 arrobas de açúcar do engenho Mocajuba e 5.000 alqueires de sal, em Salinas. Em 1734, suas fazendas do Madeira produziram 2.500 arrobas de cacau, além de cravo e canela. Só um engenho do Maranhão produzia 2.000 canadas de aguardente. De suas 22 fazendas, sete eram agrícolas e 15, de criação, sendo nove, em Marajó e seis, no Maranhão.

Mendonça Furtado via nos jesuítas o perigo da penetração estrangeira, pois, em 1754, existiam os seguintes missionários de origens diversas, na Amazônia: Henrique Offmayer e Antônio Meisterbourg, no Abacaxis: Martinho Schwartz, em Melgaço e Anselmo Eckart, Antônio José e Roque de Hundertpfundf e Inácio Szentamartoni, em Borba.

Em carta de 10 de fevereiro de 1754, dirigida a Pombal, Mendonça Furtado dizia dos jesuítas: "Esta gente nem faz caso da religião, nem da caridade do próximo, nem do bem comum do Estado, porque primeiro que tudo para eles está qualquer leve conveniência".

Em outra missiva de 29 de junho do mesmo ano relatava: "Nesta terra há uma nova doutrina evangélica porque se governam estes missionário – Cristo Nosso Senhor ordenou que eles fossem pelo mundo a pregar, mas logo lhes mandou que nem sapatos, nem capuz, nem ao menos um bordão tivessem de seu, e estes que aqui pregam a doutrina evangélica se não estiveram carregados de ouro e com grandes tesouros a sua ordem, não podem fazer progresso algum". Mendonça Furtado foi um dos principais responsáveis pela expulsão dos jesuítas das terras portuguesas.

Na realidade, por trás da evangelização estava o utópico V Império das Ordens, a tentativa de um Estado religioso, dirigido pelos missionários, que procurava proteger os indígenas da escravização, pelos colonos europeus, em uma tentativa de organizá-los em comunidades autossuficientes, mas que acabou por facilitar a sua absorção. No seu afã de catequese, as Ordens destruiram as tradições ancestrais masculinas, o seu núcleo étnico-religioso; substituiram as habitações coletivas, o núcleo do grupo guerreiro, pelas casas individuais; quebraram a ideia da nação indígena; estabeleceram línguas gerais; amansaram a índole indígena; em suma, criaram as condições de ab-

sorção cultural, transformando os índios, de povos livres em "cabôcos", os tirados do mato, prontos para a absorção final, também o objetivo do Estado laico português.

A Maçonaria em Portugal (1727-1810)

A origem da Maçonaria Brasileira tem muito de comum com a da Maçonaria Portuguesa, que por sua vez sofreu enorme influência das Maçonarias Francesa e Inglesa. Daí ser importante conhecermos a raiz maçônica lusitana, para melhor compreendermos a nossa. Para mim foi interessante descobrir que ao menos dois governadores da Amazônia Colonial, foram maçons, durante o período pombalino. Por hora resta-nos esclarecer que seguimos de um modo geral, nessas anotações, os dados da "História da Maçonaria em Portugal", da autoria de A. H. de Oliveira Marques, publicada em Lisboa, Portugal, pelo Editorial Presença e do irmão José Castellani, na História do Grande Oriente do Brasil.

As duas primeiras lojas em Portugal

Em 1717, a feitoria britânica de Lisboa contava com 90 comerciantes, que, em 1755, cresceram para mais de 150, a indicar uma forte colônia inglesa, em Portugal. Desde aquele primeiro ano citado, a Maçonaria Inglesa estruturara-se sob a forma da Grande Loja Unida da Inglaterra (Ugle), iniciando a sua expansão mundial, com a fundação da sua primeira Loja, no exterior, a n.º 50, em Madri, no ano de 1728.

Seguiram-se as Lojas:

51	Gibraltar
72	Calcutá
90	Paris
124	Hamburgo
126	Boston

127	Valenciennes
131	Haia
133	Aubigny, na França.
139	Savanah, USA

Essas eram as regulares, embora muitas outras tenham sido criadas sem a chancela da Ugle, despreocupadas com reconhecimentos, inglesas ou não. O fato é que, em 1725, apareceu a Grande Loja da Irlanda, em Dublin, e, em 1736, a da Escócia, em Edimburgo.

Geralmente considera-se 1727, como o ano da introdução da Maçonaria, em terras portuguesas, relacionada ora com a França, ora com a Inglaterra, sendo a data de 1728, citada por Coustos, um mártir da Maçonaria Portuguesa, perseguido pela Inquisição, informando ter ela sido fundada pelo inglês William Dugood, que já fora venerável em sua terra. A Loja tomou força e vigor, quando foi reconhecida pela Ugle, a 17 de abril de 1735, sendo regularizada por George Gordon, matemático e escritor, no mesmo ano, com a presença dos lordes George Graham e Forrester, o apoio da feitoria e da frota inglesa surta no porto de Lisboa, para apoiar Portugal contra a Espanha.

A Loja tomou o n.º 135, e mais tarde 120, sendo criada pelo grão-mestre o conde de Weymouth. Logo apelidada de Loja dos Hereges Mercantes, pois era exclusivamente frequentada por protestantes, foi abatida, pela Ugle, em 1755. Havia uma outra Loja de católicos irlandeses e ingleses, fundada, em 1735, chamada de Casa Real dos Pedreiros Livres da Lusitânia, que durou até 1738. Destacava-se nessa Loja o arquiteto Carlos Mardel, húngaro de nascimento, um dos ancestrais de frei José do Santos Inocentes, um missionário do vale do rio Negro, do início do século XIX.

Em 1738, a Maçonaria expandira-se e possuía 270 oficinas, em todo o mundo, sendo, a seguinte, a sua distribuição::

Inglaterra	149
Irlanda	35
Escócia	33
França	15
Colônias Americanas da Inglaterra, Toscana e Veneza	4 cada
Holanda Saxônia, Paises Baixos Austríacos, Turquia e Sardenha	3 cada
Portugal e Índia Inglesa	2 cada
Espanha, Gibraltar, Hamburgo, Prússia, Suíça, Milão, Estados da Igreja, Nápoles, Dinamarca, Suécia, Polônia e Rússia	1 cada

A bula *in Eminenti Apostolatus Specula*

Nessa época a Maçonaria foi condenada, em muitos países, por que dentro dela confraternizavam-se as religiões e se disseminavam ideias contra o absolutismo. Por esses motivos foram fechadas as lojas de Amsterdã, em 1735, da Suécia e de Hamburgo, em 1738, e se registraram perseguições, na França.

A Santa Sé agiu, pela primeira vez, em 28 de abril de 1738, pelos motivos já acima citados, através da bula *In Eminenti Apostolatus Specula,* da autoria do papa Clemente XII.

Assim a Maçonaria passou a ser considerada contrária à segurança dos estados absolutistas e à puridade religiosa de seus componentes. A bula condenava a entrada de católicos nas Lojas, com a pena de excomunhão e determinava aos bispos e inquisidores de todos os países, que identificassem os maçons e procedessem às penalidades, pelo braço secular.

A bula foi conhecida, em Lisboa, a partir 24 de junho de 1738, mas só foi divulgada a 28 de setembro, do mesmo ano,

por edital, em cujo texto admoestava e dava o prazo de trinta dias, para que todos denunciassem os maçons e as lojas que conhecessem, sendo publicada nas portas de todas as igrejas do país e comunicada individualmente ao clero português. Em outros países ela foi esquecida e até mesmo, em Portugal, Dom João V, que estivera em atrito com a Santa Sé, não a incluiu na legislação do Estado Português, fato que muitas vezes serviu de proteção para os maçōes. A bula criou mais um crime sujeito à Inquisição, a de se praticar a Maçonaria, embora dubiamente não proibisse as iniciações, apenas a frequência às Lojas.

O fechamento da Loja Católica Irlandesa

O seu resultado imediato foi o fechamento da Loja Irlandesa de Lisboa, de formação católica.

A 18 de julho de 1738, depuseram junto à Inquisição o padre Charles O'Kelly, que não sendo maçom, contou o que sabia, logo secundado pelo sargento-mor do exército Maurício Luís Magno. A 1.º de agosto prestaram declarações o tenente de cavalaria Denis Hogan e o coronel de infantaria Hugh O'Kelly, venerável da Loja Casa Real dos Pedreiros Livres da Lusitânia, além de mais cinco integrantes. Suas declarações foram aceitas e, a 30 de setembro, o cardeal inquisidor declarava que nada ali se praticara contra a Fé. No acórdão final de 18 de outubro, todos os inquisidores contentaram-se com o fechamento da referida Loja. A Loja protestante inglesa continuaria a funcionar, e assim permaneceria o Oriente de Lisboa até 1741.

A Loja francesa

Neste tempo começou uma migração, para Portugal, de profissionais franceses: relojoeiros, ourives, alfaiates, livreiros,

cabeleireiros e entre eles muitos maçons, entre eles Jean Coustos, suíço de origem francesa, mas que se criara na Inglaterra, de nacionalidade britânica, lapidador de diamantes. Coustos anteriormente fundara e fora venerável de uma Loja, em Paris, e depois, em 1741, de outra, em Lisboa, com 30 obreiros, dos quais 75% franceses. O padre João Evangelista fez campanha contra essa Loja, conseguindo difamá-la como seita herética, por meio de dois livros de sua autoria.

Em outubro de 1742, a Loja foi denunciada ao Santo Ofício. Entre março e abril de 1743 foram presos Jean Coustos e numerosos irmãos. Os processos arrastaram-se, sendo os indiciados interrogados e torturados, até a realização do auto de fé de domingo, dia 21 de junho de 1744. Coustos foi condenado a quatro anos de galés e cinco anos de degredo, e os demais deixados em paz.

Por instâncias do embaixador inglês, em setembro de 1744, junto aos cardeais Mota e Nuno da Cunha, o inquisidor, Coustos foi liberado, e viajou para a Inglaterra, onde escreveu um livro sobre o que passou nas garras da Inquisição, um dos poucos escritos sobre essa terrível instituição.

A bula *Providas Romanorum*

Em 1751, o papa Benedito XIV emitiu a bula *Providas Romanorum*, com um novo texto muito semelhante à bula de Clemente XII. Mesmo não tendo o beneplácito real, para a perseguição, foi um forte motivo para que não se iniciassem muitos católicos.

Logo tudo iria mudar com a escolha de Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e marquês de Pombal, para o cargo de primeiro ministro do Reino.

Discute-se até hoje se Pombal foi ou não maçom, embora ele jamais tenha deixado que a Inquisição perseguisse qualquer maçom. Este fato poderia ser motivado: por não aceitar a ingerência de outros poderes, que não os do Estado, na liberdade e segurança de seus súditos; por ter ele e seus colaboradores observado que a Maçonaria não perturbava o Estado, mercê do juramento de fidelidade ao soberano. Por outro lado muitos afirmam que ele poderia ter sido iniciado na Inglaterra, entre 1738 e 1744, ou na Áustria, entre 1745 e 1749, além de vários de seus parentes, descendentes e colaboradores terem sido maçons declarados.

No quadro "Concordia Fratrum" do teto do seu palácio, em Oeiras, dizem estar uma prova de sua qualidade de maçom.

A época pombalina e o conde de Lippe

O certo é que a Maçonaria desenvolveu-se em sua administração, graças à ação do conde reinante Friedrich Wilhelm Ernst, do condado de Schaumburg-Lippe, contratado para reorganizar o Exército Português, chegado a Portugal, 3 de julho de 1762, a convite de Pombal, ali residindo até 20 de setembro de 1764 e, de 16 de setembro de 1767 a 1.º de março de 1768.



CONCORDIA FRATRUM
(PAULO, SEBASTIÃO JOSÉ E FRANCISCO XAVIER).

O conde de Lippe foi maçom, a exemplo de seu pai Albert Wolfgang que também o fora, iniciado na Alemanha. Rodeou-se de oficiais maçons e os trouxe para Portugal.



O CONDE DE LIPPE

Entre eles figuravam o duque de Mecklemburg Strelitz, o barão Ruxleben e os oficiais James Ferrier, Simon Fraser, Michael Kinselach e outros. Esses mercenários fundaram lojas em Lisboa, Valença e Funchal e outras em Coimbra, Almeida, Elvas, Olivença e Estremós. O nome de Lippe ainda era lembrado em pleno século XIX, como o do grande incentivador da Maçonaria em terras lusitanas.

A Maçonaria desse tempo era diferente da dos tempos anteriores, quando se compunha de pequenos comerciantes e artesãos; agora estava formada por oficiais militares pensantes. A primeira, a joanina não possuía muita importância social, a josefina era norteada pelas questões filosóficas e religiosas, mas ainda não era liberal.

Um dos últimos atos do consulado pombalino foi o Regulamento da Inquisição, de 14 de agosto de 1774, onde se

omitiu qualquer referência à Maçonaria e aos maçons, na lista de crimes sob a alçada do Santo Ofício, ficando neutralizadas as duas bulas papais até aqui citadas, por ferirem a autoridade do Estado e do príncipe.

A viradeira

A queda do marquês de Pombal, com a morte de Dom José I, a 24 de fevereiro de 1777, ensejou uma nova perseguição à Maçonaria agora pela perspectiva de ser uma seita libertina, de maus costumes e de más ideias. Logo foram abertos inquéritos na Loja militar de Valença, de onde saíram condenados, no auto de fé de 11 de outubro de 1778, perto de dez maçons. Apenas três ou quatro Lojas funcionavam no país, sendo duas, na Madeira.

Em 1779, fundava-se a primeira organização paramaçônica, com estatutos de 24 de dezembro, a Academia Real das Ciências.

Em 1789, com a Revolução Francesa, as suspeitas contra a Maçonaria cresceram. O intendente geral de polícia de Lisboa Pina Manique, que combatia os pedreiros desde os anos anteriores, em maio de 1787, desejou prender Giuseppe Balsamo, o conde Cagliostro, oculto pelo nome conde Stefen, mas foi impedido pelo seu largo prestígio na sociedade em geral.

Os anos seguintes foram de florescimento para a Maçonaria, com a chegada dos emigrados franceses, entre os quais o duque de Luxemburgo, marechal de campo e maçom ilustre.

A perseguição de Pina Manique (1791-92)

Pina Manique e sua polícia preocupavam-se com o desenvolvimento das chamadas ideias libertinas, subversivas e revolucionárias vindas da França. Em Lisboa, entre outubro de 1791

e julho de 1792 foram presas algumas dezenas de pessoas da plebe e da pequena burguesia, e entre elas alguns maçons, embora houvesse denúncias contra Martinho de Melo e Castro, secretário da Marinha e Ultramar, 2.º marquês de Pombal, e Dom José de Noronha, juiz da Mina e da Índia.

Como sempre, policiais e inquisidores nada de mais encontraram contra a autoridade do príncipe e a pureza da Fé, no que se recusavam a acreditar, como interpretava o Edital do Santo Ofício de 12 de fevereiro de 1792, solicitando aos fiéis a denunciarem os maçons.

Em Lisboa, as denúncias foram poucas, mas na ilha da Madeira subiram a 126, envolvendo 133 pedreiros-livres dos mais variados grupos sociais, incluindo o governador da ilha Dom Diogo Pereira Forjaz Coutinho.

Na verdade ninguém foi preso, com o Santo Ofício registrando apenas as pessoas e as mantendo sob vigilância.

Mas disso não sabiam os maçons madeirenses.

Na noite de 18 para 19 de abril de 1792, saiu de Funchal, o bergantim Dois Amigos, pertencente a dois maçons, içando uma bandeira branca com os dizeres *Asylum querimus*, que aportou a Nova Iorque, onde foram recebidos pelos irmãos americanos. Seriam ao todo onze maçons e suas famílias, muitos dos quais retornaram cessadas as denúncias.

A Madeira era então um grande centro maçônico, tendo duas Lojas portuguesas e uma inglesa, com mais de 200 obreiros. Apesar de as perseguições do bispo D. José da Costa Torres, os maçons continuaram as reuniões em suas casas e sítios.

Em 1797, entrou no Tejo, uma esquadra de 39 navios e 6.000 homens, para apoiar Portugal na guerra contra Napoleão. No fim de 1800, esta tropa reduzira-se a três regimentos de emigrados franceses e um regimento de cavalaria inglês, que tiveram uma grande influência nas mudanças da Maçonaria Portuguesa, principalmente os franceses.

O grande oriente lusitano

Em 1801, reuniu-se, no palácio de Gomes Freire de Andrade, uma assembleia de mais de 200 maçons, presidida pelo venerável da Loja Concórdia José Joaquim Monteiro de Carvalho e Oliveira, para constituir uma Grande Loja. Em janeiro de 1802, a comissão responsável formada por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, o padre José Joaquim Monteiro de Carvalho e Oliveira e o prior José Ferrão de Mendonça e Souza estiveram com o ministro Rodrigo de Souza Coutinho, maçom, de quem obtiveram a promessa de que a Maçonaria não seria perseguida. Hipólito partiu para Londres, em abril de 1802, para negociar com a Ugle, o reconhecimento de uma Grande Loja Portuguesa e já em maio os registros britânicos informavam a existência de quatro lojas estruturadas em um Grande Oriente Lusitano. Após este acordo foi assinado, a 25 de abril de 1804, o tratado com o Grande Oriente da França. Antes fora eleito primeiro Grão-Mestre da Maçonaria Portuguesa o desembargador Sebastião de Sampaio.

Foi nessa época que começaram a ser fundadas as primeiras Lojas, no Brasil.

A Maçonaria Portuguesa estava em franco crescimento. Contava, em suas colunas com membros da alta nobreza, entre os quais, os duques de Lafões e do Cadaval, os marqueses de Alegrete, Alvito, Anjeja, Lavradio, Loulé, Minas, Nisa, Ponte do Lima e Sabugosa, dos condes de Almada, Castro Marim, Mafra, Redinha, Resende, Rio Maior, Sabugal e São Miguel, viscondes de Asseca, Bahia e Balsemão e o barão de Manique. Dela participava uma parte do clero, ao ponto de se dizer que a sede do Grande Oriente estava no mosteiro de São Vicente de Fora, com os cônegos regrantes de Santo Agostinho, além da fidalguia menor, das letras e das ciências. Apesar desse fato uma nova perseguição iniciou-

se, em maio de 1806. Com o andar das investigações, porém, logo pararam, quando verificaram que a Maçonaria tinha gente de peso. No Brasil, o conde dos Arcos fez violenta perseguição, naquele ano, ao ponto de cessarem as atividades maçônicas.

Neste ano de 1806, a Maçonaria Lusitana possuía oito Lojas em Lisboa (União, Regeneração, Virtude, Fortaleza, Amizade, Concórdia, Amor da Razão e Beneficência), três no Brasil (Virtude e Razão, na Bahia, e a Constância e a Filantropia, no Rio), uma em Tomar (Fidelidade), uma no Porto, uma em Coimbra, uma em Setúbal e uma em Funchal na Madeira, com mais de 500 obreiros. Essas Lojas estavam voltadas para as duas tendências maçônicas de então: a francesa e a inglesa. Essas diretrizes se chocaram, em 1803, quando da rixa entre a Real Guarda de Polícia de Lisboa, comandada pelo maçom francês conde de Novion e o 4.º Regimento de Infantaria, comandado pelo general Gomes Freire de Andrade, auxiliado pela Legião de Alorna, de tendências britânicas. Dom João ficou ao lado dos franceses e transferiu o Regimento para Cascais, prendendo Gomes Freire. Isso iria repercutir alguns anos depois. Ainda em 1806, foi aprovada a primeira Constituição Maçônica Portuguesa.

A maçonaria francófila

No dia 30 de novembro de 1807, o general Andoche Junot e suas tropas entraram em Lisboa, que ficou em suas mãos até 15 de setembro de 1808, iniciando uma longa ocupação até maio de 1811.

A maior parte dos maçons simpatizava com o ideário e os objetivos da Revolução Francesa, além dos invasores dizerem que vinham como protetores e amigos.

As ações do exército franco-espanhol, porém eram outras, destruindo, aprisionando, matando e vigiando a Maçonaria.

Junot pretendeu assumir o Grande Oriente Lusitano, em 1808, mas a grande maioria dos obreiros rejeitou a sua pretensão e todos os trabalhos maçônicos foram suspensos.

As invasões francesas comandadas por Junot, Soult e Massena não trouxeram benefícios à Maçonaria, pois ela ficou dividida em patriotas e francófilos, e mesmo depois da derrota dos franceses o povo considerava indistintamente os maçons como traidores e colaboracionistas. Entre os francófilos chegou a ser formada a Legião Portuguesa, para combater ao lado da França, que teve uma loja, a Cavaleiros da Cruz, em Grenoble, dirigida pelo venerável Gomes Freire de Andrade.

O resultado dessa situação foram as perseguições de 1809. Os maçons indiscriminadamente ou foram presos nas masmorras do Santo Ofício, do Limoeiro e do Castelo, ou desterrados, muitos perderam os seus empregos, e alguns morreram naquelas prisões.

A maior ação foi a da Quinta-Feira Santa, 30 de março de 1809, quando, por denúncia de Maurício José Moreira, um maçom mais fraco, a polícia fez buscas e apreensões em residências, e apreendeu os arquivos do Grande Oriente Lusitano. Foram presos 17 pedreiros-livres, sendo o delator solto, os civis, com prisão domiciliar fixa e os militares, entre eles Felipe Alberto Patroni, oficial da Marinha, natural do Pará, continuaram encarcerados por mais algum tempo. Patroni, deputado pela Capitania do Pará, em 1820, lutaria pela aprovação da Constituição Portuguesa.

As perseguições de 1810 foram ainda mais graves. Entre 10 e 13 de setembro daquele ano, na chamada Setembrizada foram presos uns 50 maçons, sendo todos deportados para a ilha Terceira e depois distribuídos pelo arquipélago dos Açores. Entre eles estavam alguns dos prisioneiros de 1809, inclusive o nosso amazônico Felipe Patroni.

Por muito tempo a Maçonaria permaneceu latente. Pelo fato de o Grão-Mestre Sebastião de Sampaio ter sido deportado para os Açores e depois mandado para a Inglaterra, pelos maçons ingleses, foi substituído pelo tenente-coronel de Infantaria, Fernando Romão da Costa de Ataíde e Teive de Souza Coutinho. Ataíde e Teive era filhos de Fernando da Costa de Ataíde e Teive de Souza Coutinho, ex-governador do Estado do Grão Pará e do Rio Negro e Comandante de Armas do Alentejo, no tempo de Pombal.

Com a presença das forças militares inglesas, nas lutas pela manutenção de Portugal, fora do domínio de Napoleão, a Maçonaria do tipo inglês voltou a ter prestígio.

A volta da Maçonaria inglesa

Estando a Família Real no Brasil, desde 1808, Portugal ficou sob a proteção das forças armadas inglesas. E logo a Maçonaria cresceu sob a sua égide. Fato inusitado foi o desfile de 27 de dezembro de 1809, feito pela Loja Militar do 2.º Batalhão do 58.º Regimento de Infantaria, ligado a Loja Two Parallel, de Jersey. Os maçons paramentados passearam, em procissão, pelas ruas de Lisboa, entre o Castelo de São Jorge até à casa da Nação Britânica, com estandarte, painel e insígnias, o que foi considerado um insulto aos portugueses. Daí para frente o general Wellington proibiu os referidos passeios e reuniões dentro do Exército sob seu comando.

Os prisioneiros franceses chegaram a formar uma loja, na cidadela de Cascais, preocupando a Polícia.

Em 1810, Hipólito José da Costa fundou a Loja Lusitana, em Londres, e a Maçonaria Brasileira cresceu bastante, sendo formadas novas Lojas.

Contra tudo o que estava previsto na Maçonaria, a viscondessa de Juromenha, tida por amante do Lorde Beresford, o

regente inglês, foi iniciada, para saber das intimidades do general e das suas intenções quanto à Maçonaria.

A conspiração de Lisboa de 1817

A partir de 1814 e 1815, começaram a retornar os exilados que haviam ficado do lado francês e os participantes da Legião Portuguesa. O grão-Mestre Sebastião de Sampaio voltara da Inglaterra, com Gomes Freire de Andrade, eleito grão-Mestre, no final de 1815. Foi então a Maçonaria reorganizada, novas Lojas criadas. Dizia-se que existiam de 3.000 a 4.000 maçons, em Portugal, e uns 6.000, no Brasil, onde talvez nem ultrapassassem os 600.

Em maio de 1817, a polícia invadiu uma casa onde funcionara uma Loja. Foi apreendido o mobiliário: colunas J e B, balaustrada, panos pretos, triângulos, etc.

A movimentação política agitou-se nesse ano. A 6 de março eclodiu a revolta republicana de Pernambuco, o maior centro maçônico do Brasil, onde após 74 dias de lutas, muitos foram presos, e treze condenados à morte. A rebelião fora apoiada pelo grão-mestre do Grande Oriente Brasileiro Antonio Carlos Ribeiro de Andrada e outros mações.



GOMES FREIRE

Quase ao mesmo tempo, o descontentamento contra a Regência e as tropas inglesas tomou vulto, com os maçons conspirando, em Lisboa. Em maio, três irmãos traidores, atemorizados com os acontecimentos de Pernambuco, denunciaram uma conjura, no centro do Grande Oriente Lusitano, visando à derrubada da Regência. A polícia atuou rapidamente com muitas prisões, inclusive a do grão-mestre Gomes Freire de Andrade.

Gomes Freire de Andrade foi um soldado de valor participando da campanha russa de 1788-1789, comandado pelo príncipe Potemkim, quando ganhou a comenda de São Jorge e a patente de coronel do Exército russo, da batalha naval de Schwensk e talvez tenha recebido a simpatia e entusiasmo da czarina Catarina, aparentemente confirmado pelas desinteligências dele com o príncipe de Potemkin, um favorito conhecido.

Voltando a Portugal, em 1793, foi nomeado coronel do regimento do marquês das Minas, com destino à Catalunha, para auxiliar a Espanha contra a República Francesa.

Segundo Latino Coelho, Gomes Freire era indisciplinado, irrequieto, e de *ânimo altivo, avesso, a toda a sujeição.*

Ao regressar a Portugal, agora sob domínio francês, integrou a "Legião Portuguesa" criada por ordem de Napoleão a Junot, datada de 12 de novembro de 1807, e organizada em fevereiro de 1808. Esta legião partiu para Salamanca, em abril de 1808 e depois de um longo périplo pela Espanha e França participou nas campanhas napoleônicas da Alemanha, Áustria e Rússia. Com a derrota final francesa, foi extinta, a 5 de maio de 1814, tendo regressado a Portugal apenas mil, dos mais de 30.000 soldados que dela participaram.

Libertado Portugal da ocupação das tropas francesas, e após a derrota definitiva de Napoleão Bonaparte, em 1815, formou-se em Lisboa o "Supremo Conselho Regenerador de Portugal e do Algarve", integrado por oficiais do Exército e Maçons,

com o objetivo de expulsar os britânicos do controle militar de Portugal, promovendo a "salvação da independência" da pátria. O movimento estava liderado pelo general Gomes Freire de Andrade, grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, de tendências liberais e republicanas.

Denunciado em maio de 1817, a sua repressão conduziu à prisão de muitos suspeitos, entre os quais o general Gomes Freire, acusado de líder da conspiração contra a monarquia de João VI, representada pela Regência, então sob controle do militar britânico de William Carr Beresford. Em outubro de 1817, o tribunal considerou-os culpados de traição à pátria e sentenciou à morte, por enforcamento, doze dos acusados.

As execuções de José Ribeiro Pinto, do major José da Fonseca Neves, de Maximiano Dias Ribeiro (todos maçons), e de José Joaquim Pinto da Silva, do major José Campello de Miranda, do coronel Manuel Monteiro de Carvalho, de Henrique José Garcia de Moraes, de Antônio Cabral Calheiros Furtado de Lemos, de Manuel Inácio de Figueiredo e Pedro Ricardo de Figueiró (possívelmente maçons), tiveram lugar no dia 18, no Campo de Santana, hoje Campo dos Mártires da Pátria. Enquanto Gomes Freire de Andrade era executado, na mesma data, no Forte de São Julião da Barra. Após o julgamento e execução dos acusados, o general Beresford deslocou-se ao Brasil para pedir ao soberano mais recursos e poderes para a repressão do "jacobinismo". Em sua ausência, eclodiria a Revolução do Porto (1820) de modo que, quando do seu regresso do Brasil, naquele ano, onde conseguira do soberano maiores poderes, foi impedido de desembarcar em Lisboa.

Na prisão Gomes Freire foi sempre apoiado pelos maçons ingleses, ao ponto de a polícia ter acusado o comandante da fortaleza de São João o maçom marechal Archibald

Campbell, e o tenente-coronel do regimento 19.º Robert Haddock, de tentarem obstruir a Justiça.

Antecipando-se ao que poderia acontecer, após as prisões de numerosos obreiros, a Ordem mandou suspender todos os trabalhos, as reuniões passaram a ser informais e foi criada a Loja Segurança, como centro comum, tudo isto em maio de 1817.

A 30 de março de 1818, foi promulgado, no Brasil, o primeiro Alvará Antimaçônico. O Inquisidor Geral Dom José Maria de Melo regozijou-se e convocou a todos para uma caçada às feras maçônicas inimigas do Altar e do Trono. E completava dizendo que todos os maçons deveriam ser excluídos dos serviços públicos e eclesiásticos, como já fora feito com judeus, mouros e mulatos. A partir de então pertencer à Maçonaria significava perder os seus bens e seus livros, símbolos, estampas, selos, medalhas, catecismos (rituais) e impressos maçônicos, incorrer no crime de lesa-majestade, podendo ser considerado traidor e condenado à morte cruel.

De 1817 a 1820, a Maçonaria ficou quase inativa, em Portugal, embora continuasse a existir medrosamente a Loja Segurança Regeneradora, centralizando toda a atividade maçônica. Apesar disto surgiram as Lojas Sapiência, de Coimbra, e a Liberalidade, loja militar de Elvas. A Loja Regeneração levantou colunas.

O Sinédrio

Foi constituído no Porto, em 22 de janeiro de 1818, com quatro membros, todos maçons e foi crescendo até se tornar um capítulo maçônico. Foi ele que organizou a Revolução de 24 de agosto de 1820, no Porto, logo secundada em Lisboa. Foi um movimento liberal, que levou muitos maçons ao poder e transformou a Monarquia Absolutista Portuguesa, em Constitucional.

O terremoto de 1755, em Lisboa

No dia de Todos Os Santos, 1.º de novembro de 1755, entre 9h30 e 9h40, atingindo a magnitude 9, na escala Richter, um grande terremoto quase destruiu a cidade de Lisboa, além de atingir o litoral, em grande extensão. Os abalos foram seguidos de um maremoto de mais de 20 metros de altura, com múltiplos incêndios, tendo feito milhares de mortos.

O epicentro, segundo a maior parte dos sismólogos, ficou de 150 a 500 quilômetros da cidade, não sendo conhecido com exatidão, havendo diversos que propuseram locais como o banco de Gorringe. Os abalos duraram de seis minutos a duas horas, conforme o local, abrindo enormes rachaduras em todo o solo lisboeta.

Além de Lisboa, todas as cidades do Algarve sofreram destruição, que se estendeu por Fez, Meknés, Safim e Agadir, no Marrocos. Os abalos atravessaram o Atlântico chegando aos Açores, Madeira, Antigua, Martinica, Barbados e à costa americana. De uma população de 275 mil habitantes, em Lisboa, crê-se que de 40 a 90 mil morreram, além de outras 10 mil, no Marrocos. Cerca de 85% das construções de Lisboa foram destruídas, incluindo bibliotecas, palácios, conventos, hospitais e igrejas, sendo a maior parte pelo fogo das velas, lareiras e ataques de saqueadores. No Palácio Real situado à beira do rio foram perdidos os 70.000 volumes da sua biblioteca e pinturas de autores entre os quais Rubens, Ticiano e Correggio.

A família real escapou ilesa à catástrofe. Após assistirem missa foram para Santa Maria de Belém. Graças a esse terremoto, Dom José I adquiriu claustrofobia, vivendo o resto da sua vida

em luxuosas tendas, na chamada Real Barraca do Alto da Ajuda, em Lisboa.

Também o marquês de Pombal salvou-se e como secretário de Estado dos Negócios do Estrangeiro e da Guerra agiu rapidamente, tornando-se a figura política proeminente do pós terremoto.

Perguntado pelo rei sobre o que fazer naquele momento de espanto e de dor, respondeu-lhe pragmaticamente: *enterrar os mortos e cuidar dos vivos.* O Exército ocupou Lisboa contendo as desordens e os saques; grupos de bombeiros apagaram os incêndios; milhares de cadáveres foram enterrados e os entulhos dos prédios derrubados, devidamente retirados. Em menos de um ano a capital estava limpa e a reconstrução começara.



O TERREMOTO E O MAREMOTO DE LISBOA

Os planos arquitetônicos e do novo traçado de Lisboa ficaram a cargo do arquiteto Eugênio dos Santos e dos engenheiros Manuel da Maia e Carlos Mardel, maçons. Sendo Pombal inquirido sobre aquelas grandes praças e largas avenidas, respondeu: *um dia hão de achá-las estreitas...*

Assim nasceu a nova Lisboa Pombalina, com o seu urbanismo causando admiração ao mundo inteiro. Ruas largas, com um traçado geométrico e passeios calcetados. Casas construídas todas da mesma altura, com quatro ou cinco pisos, fachadas padronizadas, alicerces para resistir aos possíveis novos sismos, assentadas sobre estacas de madeira, e, entre os edifícios, muros corta-fogos, para evitar a propagação das chamas. Construiu-se uma rede geral de esgotos, acabando com o velho hábito de jogar despejos e líquidos fecais, pelas janelas, acompanhados pelo grito de *água vai.*



BAIXADA POMBALINA
RUA AUGUSTA

No terreiro do Paço surgiu a Praça do Comércio, homenagem que o marquês de Pombal quis fazer aos comerciantes que, com o seu dinheiro, ajudaram a reconstruir Lisboa.

Acontecendo em uma nação católica, que espalhara a Fé, o terremoto de Lisboa abalou não só a cidade, mas todo o mundo. Como a capital de um país com uma grande tradição de evangelização tinha sofrido tal castigo? Isto levantou problemas religiosos em toda Europa, pois para muitos fora uma manifestação da cólera divina de difícil explicação, que o marquês contestou por métodos científicos.

O novo centro, hoje conhecido por Baixa Pombalina, é uma das zonas nobres da cidade. Ali estão os primeiros edifícios do mundo construídos com proteção antissísmica. Esse centro era uma antiga área de porto, mercado, salga de peixe e de produção de garum ou liquamen, uma pasta muito usada, na Antiguidade romana, feita de sangue, vísceras e outras partes do atum ou da cala, misturadas com peixes pequenos, crustáceos e moluscos esmagados, deixados ao sol e em salmoura por dois meses, ou aquecidos artificialmente. Este produto era exportado para várias partes do Mediterrâneo. Há notícias de exportação de *garum* para Atenas, no século V a.C. A existência de numerosos vestígios de fábricas detetados no litoral mediterrânico da península Ibérica, provam um nítido crescimento dessa indústria de conservas. Em Roma, foi um produto de luxo.

Na política, o terremoto foi também devastador, resultando no fortalecimento do Absolutismo esclarecido. O ministro marquês do Pombal embora apoiado pelo rei, não era querido pela nobreza, que com ele competia, levando-a a um total descontentamento, às confabulações e inconfidências, até à tentativa de regicídio, da qual os jesuítas participaram.

Dom José I de Portugal

Seu nome completo foi José Francisco Antônio Inácio Norberto Agostinho de Bragança nascido, a 6 de junho de 1714, rei, em 1750, e falecido, a 24 de fevereiro de 1777.



DOM JOSÉ I - RETRATO DE MIGUEL ANTÔNIO DO AMARAL

O reinado de José I caracterizou-se pela ação do seu primeiro-ministro o marquês de Pombal, que deu novas diretrizes para o povo português, vencendo a estagnação e modernizando o país.

A 1.º de novembro de 1755, a família real sobreviveu ao grande terremoto, por estar passeando, em Belém. A partir dessa data, o rei passou a residir nas tendas do Alto da Ajuda, com medo de um novo cataclisma.

Também foi o objeto de uma tentativa de assassinato, a 3 de setembro de 1758, em cuja trama estavam envolvidos os jesuítas e a alta nobreza, no caso os marqueses de Távora, o duque de Aveiro e seus familiares.

Quando assumiu o reinado o país estava defasado em suas estruturas administrativas, jurídicas, políticas e econômicas, oriundas do fim do reinado de Dom João V.

Entre os seus ministros, começaram a se destacar, na primeira fase do seu reinado: Diogo de Mendonça, Corte Real, Pedro da Mota e Silva e Sebastião José de Carvalho e Melo, que passaram a ser as personalidades em evidência, acompanhando nesses cinco primeiros anos a consolidação do poder central.

De 1756 a 1764, a segunda fase, caracterizou-se pela guerra com a Espanha e a França, pelo esmagamento da oposição interna, a expulsão dos Jesuítas, a reforma da Inquisição, a execução de alguns nobres acusados de atentarem contra a vida do rei, e pela criação de grandes companhias monopolistas, como a do Grão-Pará.

Uma terceira fase, até 1772, foi marcada por uma grande crise econômica e, até o final do reinado, assistiu-se à política de fomento industrial e ultramarino e à queda econômica das companhias monopolistas brasileiras.

Todo o seu reinado foi caracterizado pela formação de instituições atuantes no campo econômico e educativo, adaptando o país às grandes transformações que se iam operando, no mundo. Fundou a Real Junta do Comércio, o Erário Régio, a Real Mesa Censória; reformou o ensino superior, criou o ensino secundário (Colégio dos Nobres, Aula do Comércio) e o primário (mestres régios); reorganizou o Exército. Na política externa, conservou a política de neutralidade adotada por seu pai, mas cortou relações com a a Santa Sé, por dez anos.

Está enterrado no Panteão dos Braganças, em São Vicente de Fora, em Lisboa.

Primeiro conde de Oeiras e marquês de Pombal, nasceu em Lisboa, a 13 de maio de 1699 e faleceu em Pombal, a 8 de maio de 1782.

Foi secretário de Estado do Reino, o equivalente a primeiro ministro de Dom José I, por 27 anos, de 1750 a 1777, sendo uma das mais controversas, discutidas, temidas, admiradas e importantes personalidades da História de Portugal. Simbolizou o despotismo esclarecido, em Portugal, tentando modernizar o país. Iniciou com esse intuito várias reformas administrativas, econômicas e sociais. Acabou com os autos de fé em Portugal e com a discriminação contra os cristãos novos, apesar de não ter extinguido oficialmente a Inquisição portuguesa, em vigor até 1821. Expulsou os jesuítas de Portugal e de suas colônias.



O MARQUÊS DE POMBAL E A RECONSTRUÇÃO DE LISBOA
LOUIS-MICHEL VAN LOOO E CLAUDE-JOSEPH VERNET

Teve a sua administração marcada por dois eventos: o do terremoto de 1755, após o qual reconstruiu Lisboa, e o massacre dos Távoras.

Filho de Manuel de Carvalho e Ataíde, fidalgo da província, com propriedade na região de Leiria, e de sua mulher Teresa Luísa de Mendonça e Melo, descendente de fidalgos estabelecidos no Brasil, estudou Direito, na Universidade de Coimbra, e serviu no Exército por um curto período. A sua primeira mulher foi Teresa de Mendonça e Almada (1689-1737), sobrinha do conde de Arcos, com quem casou por arranjo da família, depois de um rapto consentido.

Em 1738, já viúvo, foi nomeado para o seu primeiro cargo público, o de embaixador, em Londres, e depois, em 1745, em Viena, com a filha do marechal austríaco Daun, a Condessa Maria Leonor Ernestina Daun. Alí teria aderido à Maçonaria, o que não seria verdadeiro, pois a primeira Loja maçônica de Viena, mas precisamente à Drei Kanonem, fora aberta, em 1742, e, após uns seis meses de funcionamento, apesar de ser dirigida pelo futuro imperador Francisco I, foi fechada por sua esposa. Maria Tereza. O Império Austro-Húngaro era católico e obedecera a bula "In Eminenti", o que não impediria a abertura de numerosas lojas, em Viena, a partir de 1745, daí se acreditar que tenha sido em outra Loja, ainda não definida, a sua iniciação.

O rei Dom João V mandou-o regressar a Portugal, em 1749. No ano seguinte, por morte do rei e por indicação da rainha-mãe, foi nomeado ministro das Relações Exteriores do primeiro gabinete do rei Dom José I.

Em 1755, Sebastião de Melo, já como primeiro-ministro do reino, governava autoritariamente legislando sobre assuntos diversos. Impressionado com o progresso e o sucesso econômico inglês, procurou adotar as mesmas medidas usadas por aquele país.

Pela primeira vez foi demarcada a melhor região de produção de vinho do Porto, para assegurar a procedência e a qualidade do produto. Aboliu também a escravatura, na Índia portuguesa, reorganizou o Exército e a Marinha, e reestruturou a Universidade de Coimbra, dando o seu acesso aos cristãos-novos, até então discriminados.

Suas mais importantes atuações foram na economia e nas finanças, com a criação de companhias e associações corporativas, que regulavam a atividade comercial, assim como a reforma do sistema fiscal.

Embora reformasse e racionalizasse a administração, reforçou o poder real, adotando ideias iluministas, mas manteve o absolutismo e o mercantilismo econômico.

De destaque foi a sua rápida ação após o terremoto. Cuidou dos vivos e enterrou os mortos. Reconstruiu a cidade de Lisboa em bases modernas, sendo redesenhada por arquitetos e ajudou a iniciar a ciência da Sismologia. Com o terremoto, os seus poderes aumentaram na mesma proporção do ódio de seus inimigos. Em 1758, abafou brutalmente a tentativa de regicídio combinada entre a alta nobreza e os jesuítas, sendo esses expulsos do Reino, a 3 de setembro de 1759, e aqueles executados, após julgamentos sumários.

A rainha Dona Maria I, a Louca, filha de Dom José, não admirava Pombal. Ao assumir o trono determinou que o marquês deveria estar sempre a uma distância de 20 milhas dela, porém não lhe deu a pena de morte, que muitos desejavam. Morreu, a 15 de maio de 1782, tendo vivido os seus últimos dias em seu palácio de Pombal e na quinta da Gamela, propriedade herdada de seu tio o arcipreste Paulo de Carvalho e Ataíde. Está enterrado na Igreja das Mercês, à rua Formosa, em Lisboa.

O seu epitáfio foi proibido de ser registrado na sua sepultura e era o seguinte o seu teor: Aqui jaz Sebastião José de Carvalho e Melllo, marquês de Pombal, ministro e secretário de Dom José I, rei de Portugal, o qual reedificou Lisboa. Animou a agricultura. Estabeleceu fábricas. Restaurou as Ciências. Restabeleceu as Leis. Reprimiu o vício. Recompensou a Virtude. Desmascarou a Hipocrisia. Desterrou o fanatismo.Regulou o Tesouro Real. Fez respeitada a Soberana Autoridade. Cheio de Glória. Coroado de Louros. Oprimido pela calúnia. Louvado pelas nações estrangeiras. Sublime em projetos. Grande na Prosperidade. Superior na Adversidade. Como Filósofo, como herói, como Cristão, passou à Eternidade, no ano de 1782, aos 83 de sua idade.

Sebastião de Melo fez reformas efetivas nas estruturas sociais e econômicas do seu país. Buscou aumentar a produção nacional, desenvolver o comércio com as colônias e estabeleceu indústrias. Impôs alguns monopólios como a Companhia de Comércio da Ásia Portuguesa (1753), a Companhia para a Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756), à qual concedeu isenção de impostos, no comércio e nas exportações, estabelecendo a primeira região demarcada de produção vinícola, no mundo, a Companhia Geral das Reais Pescarias do Reino do Algarve (1773), destinada a controlar a pesca no Algarve. Ao mesmo tempo criou leis incentivando a instalação de indústrias voltadas ao consumo local. Fundou o Banco Real (1751) e estabeleceu uma nova estrutura, para administrar a cobrança dos impostos, centralizada na Real Fazenda.



POMBAL POR JOANA DE SALITRE

A ação reformadora de Pombal estendeu-se ao âmbito da política religiosa, com o fortalecimento do absolutismo régio e o combate às instituições que poderiam enfraquecê-lo. Assim, 3 de setembro de 1759, os jesuítas foram expulsos de Portugal, sendo os seus bens confiscados, pois agiam autonomamente dentro do território português. O Tribunal do Santo Ofício foi subordinado ao Estado, a partir de 1.º de outubro de 1774, quando os seus vereditos passaram a depender da sanção real; o que implicava na suspensão dos autos de Fé, em Portugal. A 25 de maio de 1773, extinguiu a legislação que estabelecia diferenças entre cristãos-novos e cristãos-velhos, em que os discriminadores receberiam chibatadas e a condenação de exilio para Angola, além da perda de títulos, pensões e condecoraçõs, com a deportação inclusive dos padres que fizessem essa discriminação.

A educação em Portugal, que fora dominada pelos jesuítas e outras ordens, pela reforma de 1759, perderam essa

prevalência. Foi criado o cargo de diretor geral dos Estudos, que tinha a função de vigiar o progresso dos estudos e elaborar um relatório anual sobre a situação do ensino. A censura esteve em ação com a destruição e proibição de livros de autores entre eles, Diderot, Rousseau, Voltaire, La Fontaine, considerados contrários à religião, à moral e ofensivos a paz pública. O mesmo aconteceu ao ensino superior, passando do controle da Igreja, para o do Estado e modernizado a Universidade de Évora, pertencente aos jesuítas foi extinta, e a Universidade de Coimbra que sofreu profunda reforma, atualizando-se.

Pombal mostrou grande interesse pela Amazônia, embora a sua visão fosse a de que as colônias deveriam criar recursos, para a metrópole. O regime do monopólio comercial continuou. Em 1755 e 1759, foram criadas respectivamente a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, empresas monopolistas destinadas a dinamizar as atividades econômicas, no Norte e Nordeste do Brasil. Em Minas Gerais, instituiu a derrama, em 1765, com a finalidade de obrigar os mineradores a pagarem os impostos atrasados.

As maiores alterações, porém, ocorreram na esfera político-administrativa e na educação. Em 1759, o regime de capitanias hereditárias foi definitivamente extinto, com a sua incorporação aos domínios da Coroa portuguesa. Em 1763, a sede do governo-geral da colônia foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, cujo crescimento sinalizava o deslocamento do eixo econômico do Nordeste para a região Centro-Sul do Brasil.

Por outro lado criou, em 1751, o Estado do Grão-Pará e Maranhão, depois dividido em dois novos: o do Grão-Pará e Rio Negro, com a capital em Belém, e Maranhão e Piauí, com a sede em São Luís, em 1772, pela dificuldade de se administrar essas duas regiões a partir do Rio de Janeiro.

Com a expulsão dos jesuítas do império português, o marquês determinou que a educação, nas colônias, fosse efetuada por leigos, nas chamadas *Aulas Régias*. Até então, o ensino formal estivera a cargo da Igreja.

O ministro regulamentou ainda o funcionamento das missões, afastando os padres de sua administração, e criou, em 1757, o Diretório, órgão composto por homens de confiança do governo, cuja função era gerir os antigos aldeamentos indígenas da Amazônia. Complementando essas medidas, o marquês procurou dar maior uniformidade cultural à colônia, proibindo a utilização do nheengatu ou língua geral, tornando obrigatório o uso do idioma português. Alguns estudiosos da história afirmam que por essa medida que o Brasil deixou o rumo de ser um País indígena.

A tentativa de regicídio

Certo dia de setembro, em Lisboa, no ano de 1758, deu-se um atentado assombroso e raro. Dom José I, o rei de Portugal, vindo de um encontro amoroso clandestino, sofrera um ataque a tiros, que o deixara ferido.

Embora sem muita gravidade, o incidente foi usado, pelo marquês de Pombal, como pretexto para desencadear uma implacável perseguição contra os inimigos principais do seu governo: a alta aristocracia e os jesuítas.

Ao visitar a amante, a bela Teresa de Távora, o rei Dom José I tomava certas precauções. Para evitar desconfianças, pois ia aos encontros recorrendo à caleche do fâmulo Pedro Teixeira, que lhe servia de confidente, pois o rei era casado e com filhos, e a amante também, pertencente à orgulhosa família dos Távora, gente de sangue azul, distintíssima em Portugal.

Todos sabiam do caso, tanto na corte, e também entre o povo, mas fingiam desconhecimento total.

Tudo ia bem para o rei Dom José I, quando, na madrugada do dia 3 de setembro de 1758, vindo ele e seu boleeiro da visita noturna habitual à marquesa, já de retorno ao palácio, aproveitando-se da escuridão e das ruas vazias de uma Lisboa ainda não recuperada do terremoto, foram emboscados por três homens a cavalo. Um deles disparou a pistola bem de perto, quase que da janela do coche. Pedro escapou ileso, mas a bala atingiu o soberano. Sangrando, o rei foi conduzido a um cirurgião de confiança. Ninguém queria nem Dom José, nem os seus amigos próximos, que no Palácio Real soubessem do que ocorrera. Afinal, não era muito honroso para um soberano ser baleado em plena rua, em razão de amores clandestinos.

Sabedor quase que de imediato do acontecido, o marquês de Pombal logo tomou duas medidas: colocou seus espias em alerta, levantando suspeitas ou provas, ao mesmo tempo em que espalhava o boato de que o rei se acidentara. Nada havia de grave, mas o suficiente para que Dom José ficasse convalescendo por uns tempos.

Pairava no ar a possibilidade de uma conspiração da nobreza, em conluio com as ordens religiosas expropriadas.

Enquanto o rei convalescia dos seus ferimentos, Pombal transformou esse lavar de honra familiar, em uma questão nacional de lesa-majestade. Na verdade os interesses dos Távora, nesta vingança, misturaram-se com os ressentimentos dos jesuítas, por terem sido alijados da posição de confessores do rei e de serem expropriados de seus extensos territórios, na Amazônia.

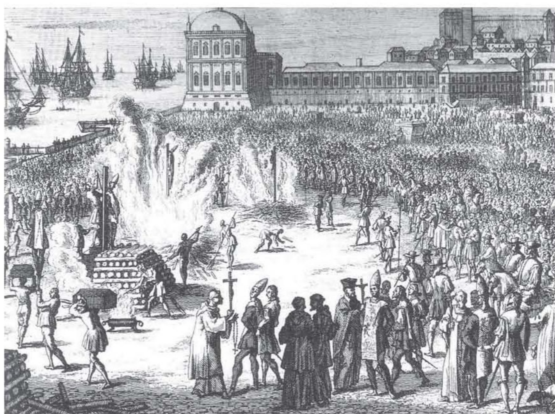
A 13 de dezembro de 1758, houve a detenção dos primeiros suspeitos acusados de lesa-majestade, traição e rebelião. Prenderam o duque de Aveiro, o marquês de Távora e seus familiares mais próximos, entre eles uma das suas noras. Perfaziam ao todo nove adultos da mais pura casta lusitana. Dom José Mascarenhas, o duque de Aveiro, poderosíssimo, um senhor da suprema corte; o marquês de Távora, um general que fôra vice-rei da Índia; o conde de Autoguia, o chefe da guarda pretoriana do palácio real e Luís Bernardo de Távora, o filho mais velho do marquês, o infeliz marido traído, com um destino três vezes inglório: traído, torturado e executado pelo rei, que o desonrara.

Não tardou para que os detidos ultrapassassem a mil, inclusive 12 jesuítas, entre os quais um velho inaciano, meio iluminado, chamado padre Gabriel Malagrida, que foi mais tarde queimado na fogueira, por volta de 1761.

O interessante é que durante o processo, os juízes da inconfidência dos Távora desconsideraram toda justificativa, que mencionasse a questão da honra ofendida.

Em qualquer corte da Europa, diziam, quando um caso igual ocorria, isto é, o interesse do rei por uma mulher casada de um vassalo, só cabia ao marido, como bom súdito, o sacrifício de um profundo silêncio, ou, no máximo, a dissimulação de um prudente e decoroso afastamento. Afinal, ser traído por um rei era um privilégio para um vassalo.

Talvez Pombal se espelhasse em fato idêntico ao ocorrido, na França, no ano anterior, quando certo Damiens sofreu um indescritível ritual de torturas de todos os tipos.



AUTO DE FÉ EM LISBOA, ANTES DO TERREMOTO

Pela sentença de 12 de janeiro de 1759, o duque de Aveiro e os Távora, previamente atormentados na roda e no polé, aparelho em que a vítima era içada pelos pulsos, por meio de uma roldana presa ao teto, com pesos amarrados nos pés, sendo levantada lentamente e depois subitamente solta, deslocando braços e pernas, foram levados ao patíbulo no dia seguinte. Das 6 horas da manhã às 4 horas da tarde, os verdugos trabalharam

sobre as suas carnes e seus ossos, a tudo macerando, talhando, cortando, garroteando, e, finalmente, reduzindo-os às cinzas, espalhadas no rio Tejo.

O escritor Camilo Castelo Branco, que não era um admirador de Pombal, descreveu, em 1882, o fim desses Inconfidentes:

A aurora do dia 13 de janeiro de 1759 alvorejava numa luz azulada do eclipse daquele dia, por entre castelos pardacentos de nuvens esfumaradas que, a espaços, saraivavam bátegas de aguaceiros glaciais. O cadafalso construído durante a noite estava úmido. As rodas e as aspas dos tormentos gotejavam sobre o pavimento de pinho. Às vezes rajadas de vento do mar zuniam por entre as cruzes das aspas e sacudiam ligeiramente os postes. Uns homens que bebiam aguardente e tiritavam, cobriam com encerados uma falua carregada de lenha e barricas de alcatrão, atracada no cais defronte do tablado.

As 6 horas e 42 minutos ainda mal se entrevia a faixa escura com umas cintilações de espadas nuas, que se avizinhava do cadafalso. Era um esquadrão de dragões. O patear cadente dos cavalos fazia um ruído cavo na terra empapada pela chuva. Atrás do esquadrão seguiam os ministros criminais, a cavalo, uns com as togas, outros de capa e volta, e o corregedor da corte com grande majestade pavorosa. Depois, uma caixa negra que se movia vagarosamente entre dois padres. Era a cadeirinha da marquesa de Távora, Dona Leonor. Alas de tropas ladeavam o préstito, e à volta do tablado postaram-se os juízes do crime, aconchegando a capa das faces varejadas pelas cordas da chuva. Do lado da barra reboava o mugido das vagas, que rolavam e vinham chorar espumas no parapeito do cais. Havia uma escada que subia para o patíbulo.

A marquesa apeou da cadeirinha, dispensando o amparo dos padres. Ajoelhou no primeiro degrau da escada, e confessou-

se por um espaço de 50 minutos. Entretanto, martelava-se no cadafalso. Aperfeiçoavam-se as aspas, cravavam-se os pregos necessários à segurança dos postes, aparafusavam-se as roscas das rodas. Recebida a absolvição, a padecente subiu entre dois padres, a escada, na sua natural atitude altiva, direita com os olhos fitos no espetáculo dos tormentos.

Trajava cetim escuro, fitas nas madeixas grisalhas, diamantes nas orelhas e num laço dos cabelos, envolta em capa de alvadia roçagante. Assim tinha sido presa, um mês antes. Nunca lhe tinham consentido que mudasse camisa nem lenço do pescoço. Receberam-na três algozes no topo da escada, e mandaram-na fazer um giro no cadafalso para ser bem-vista e reconhecida.

Depois, mostraram-lhe um por um os instrumentos das execuções, explicaram-lhe por miúdo como haviam de morrer seu marido, seus filhos, e o genro. Mostraram-lhe o maço de ferro que devia matar-lhe o esposo à pancadas, na arca do peito, as tesouras ou aspas. que se lhe haviam de quebrar os ossos das pernas e dos braços e lhe mostraram como era que as rodas operavam no garrote, cuja corda lhe mostrava, o modo como ela repuxava e estrangulava ao desandar do arrocho. A marquesa então sucumbiu, chorou muito ansiada, e pediu que a matassem depressa.

O algoz tirou-lhe a capa, e mandou-a sentar num banco de pinho, no centro do cadafalso, sobre a capa que dobrou devagar, horrendamente devagar. Ela sentou-se. Tinha as mãos amarradas, e não podia ajustar o vestido que caíra mal. Ergueu-se, e com um movimento do pé consertou a orla da saia. O algoz vendou-a; e ao pôr-lhe a mão no lenço que lhe cobria o pescoço. Não me descomponhas, disse ela, e inclinou a cabeça, que lhe foi decepada pela nuca, de um só golpe.

Este processo de carniçaria, naquela manhã de nevoeiro, debaixo de um céu de chumbo, impassível como a lâmina que degolou Leonor de Távora, há-de sempre lembrar com horror e

piedade. Porém, que nome execrado, que verdugo responsável escreveremos na página da História? "Sebastião José, o marquês do Pombal, esse não tinha nada que ver com os adultérios de seu real amo e senhor".

E tudo estava consumado.

O triste fim do padre Malagrida

O padre Gabriel Malagrida nasceu na Itália, na vila de Managio, a 18 de setembro de 1689. Desde a infância deu provas de suas tendências para o gênio e o misticismo. Depois de completar seus estudos entrou para a Companhia de Jesus, em 1711.

Em 1721, foi de Gênova para a Amazônia, primeiro ao Maranhão, e depois nomeado pregador do Colégio de Santo Alexandre, em Belém, a 11 de outubro de 1723. Não cessava, contudo de missionar na cidade e nas aldeias circunvizinhas, até lhe ordenarem a volta, para o Maranhão, sendo escolhido para reitor da missão dos tabajaras.

De 1724 a 1727, demorou-se entre aqueles indígenas, missionando, correndo perigos, mas dando sempre provas de um misticismo extravagante, que lhe haveria de ser fatal. Na narrativa das suas missões falava de vozes misteriosas que o avisavam sobre acontecimentos. Malagrida julgava-se favorito do céu, capaz de conhecer o futuro e a população o reconhecia, neste mister. Em 1727, por ordem dos superiores, retornou ao Maranhão, e logo, em 1728, voltou a catequizar os índios.

Em 1735, começou a missionar entre os colonos, seguindo do Maranhão para a Bahia, e dali a Pernambuco, voltando enfim ao Maranhão. Durante 14 anos, até 1749, permaneceu nestas missões granjeando a fama de taumaturgo, e a denominação de *apóstolo do Brasil*.

Em 1749, viajou para a Europa, com a fama de santo, a fim de conseguir dotações, para os vários conventos e seminários que fundara. Em Lisboa, foi acolhido como um iluminado, e a imagem de Santo Antão, que trazia consigo foi conduzida, em procissão, para a igreja do colégio daquele santo.

Dom João V, nessa época, estava muito doente, e acolheu de braços abertos o santo jesuíta, fazendo-lhe todas as concessões que desejava, e o chamou, para junto de si, sendo assistido por ele em seus últimos momentos.

Em 1751, voltou ao Brasil, mas não foi bem-recebido, no Pará, onde governava Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do marquês de Pombal.

Retornou a Portugal por ter sido chamado pela rainha, Dona Maria Ana de Áustria, viúva de Dom João V, mas encontrou no poder o marquês de Pombal, que com ele não simpatizava, impedindo-o de ser o confessor da rainha.



O PADRE MALAGRIDA

Então sobreveio o terremoto de 1755.

A catástrofe causara um terror imenso, na população da capital, e o marquês de Pombal procurou melhorar a situação mandando publicar um folheto, explicando as causas naturais dos terremotos, esvaziando a crença de que tudo fora um castigo de Deus, e de que eram indispensáveis as penitências.

O padre Malagrida não se conteve e também escreveu um folheto intitulado: *Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a corte de Lisboa no 1. º de Novembro de 1755.*

Nesses escritos combatia as causas científicas divulgadas em um libreto de Pombal, estabelecendo o terremoto como um castigo de Deus, citando profecias de freiras, condenando severamente os que levantaram abrigos nos campos, os que trabalhavam em reconstruir a cidade, recomendando procissões, penitências, e, sobretudo, o recolhimento e a meditação de seis dias, nos exercícios de Santo Inácio de Loyola.

O marquês de Pombal não aceitou as suas ideias, mandando queimar o opúsculo, e desterrou Malagrida, para Setúbal, de onde ele escreveu uma carta, que depois do atentado dos Távora, passou a ter outro sentido, e onde recebia alguns dos futuros conspiradores da tentativa de regicídio.

Por este motivo foi preso, a 11 de dezembro de 1758, transferido para o colégio de Lisboa, condenado, a 11 de janeiro de 1759, como réu de lesa-majestade e transferido para as prisões do Estado, onde recebeu a pena do garrote e da fogueira, realizando-se o suplício, no auto de fé de 21 de setembro de 1761.

Assim a Inquisição passava a ser usada contra a própria Igreja, pelas mãos de Pombal.

O Estado do Grão-Pará e do Maranhão

A região de Belém desenvolvera-se mais do que a de São Luís; por este motivo e por outros estratégicos, a capital desse novo Estado, redenominação do anterior, foi definitivamente transferida para Belém.

As datas referentes a esta divisão administrativa foram:

Criação	31.7.1751
Extinção Legal	20.8.1772
Extinção real	21.11.1772

Esse Estado estava quase que totalmente enfeudado a particulares, por meio das capitanias hereditárias doadas, no século anterior, e às Ordens Religiosas, que receberam terras e índios, em 1693 e 1694, ficando a Coroa Portuguesa praticamente restrita ao governo da Capitania do Pará, com Belém e suas circunvizinhanças.

Coube a Pombal a efetiva ocupação da Amazônia, como propriedade definitiva do Reino, o que ocorreu com a compra das capitanias e a expulsão de algumas das Ordens aqui estabelecidas, com seus gigantescos feudos religiosos.

Os governantes desse imenso território, diretamente ligados à Lisboa foram:

1 – FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO

Nomeação	17.4.1751
Posse	24.9.1751
Término	2.3.1759

Durante a existência da União Ibérica, criada por Felipe II, a fronteira portuguesa adiantara-se sobre alguns domínios espanhóis, principalmente na Amazônia, onde o meridiano de Tordesilhas fora arqueado ao máximo, pela ação colonizadora luso-brasileira.

Com a restauração, inúmeros pontos de atrito começaram a surgir no Uruguai, Filipinas, Japão, Molucas e Amazônia. A guerra da Sucessão Espanhola, terminada com a vitória dos aliados, levou os países beligerantes à assinatura dos dois Tratados de Utrecht. Pelo primeiro, celebrado em 1713, a França cedeu a Portugal o Cabo Norte, o atual Amapá, enquanto pelo segundo, de 1715, a Espanha entregava a Colônia do Sacramento.

As fronteiras entre Portugal e Espanha não estavam definidas, principalmente na Amazônia.

O Tratado de Madri, assinado, a 13 de janeiro de 1750, ainda no reinado de Dom João V, foi uma vitória da diplomacia lusitana.

Firmado pelos plenipotenciários Dom José de Carvajal Y Lencastre e Tomás da Silva Teles, alterava profundamente os limites entre os dois reinos. Em troca da Colônia do Sacramento, das Filipinas e da margem esquerda do Solimões, acima do Japurá, Portugal recebia da Espanha o território das Missões e lhe era reconhecida a posse definitiva das terras além da linha de Tordesilhas.

Visando o cumprimento daquele tratado, foi criado o Estado do Grão-Pará e do Maranhão, já no tempo de Pombal, a 31 de julho de 1751, com sede em Belém, uma nova denominação do já existente Estado do Maranhão e do Grão-Pará.

Para tratarem dos preparativos das demarcações previstas foram designados os governadores e capitães-generais Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Gomes Freire de Andrade,

o primeiro para governar o Estado recém-criado, e o segundo, para o Estado do Brasil.

Mendonça Furtado, irmão do marquês de Pombal, logo embarcou para ocupar o seu cargo, porém, foi pouco feliz na viagem, tendo naufragado nas costas do Maranhão, chegando a Belém, por terra, a 24 de setembro de 1751.

No ano seguinte, a 30 de abril, juntamente com o espanhol Dom José de Iturriaga, foi escolhido para demarcar as fronteiras do Javari, Japurá, Negro e Madeira, cujas instruções lhe foram conferidas pelo Tratado de Aranjuez de 24 de junho de 1752.

Nesse mesmo ano chegaram a Belém, vindos dos Açores, 430 pessoas conduzidas por um navio de casais. Esses imigrantes foram encaminhados para Ourem, Bragança e Macapá.

Com o objetivo de dar cumprimento às determinações do Tratado de Aranjuez, o capitão-general mandou executar uma derrama de farinha, a 9 de agosto de 1754, destinada ao sustento da expedição em apresto, para o rio Negro. A derrama não foi acatada pelos missionários, detentores do poder temporal das aldeias indígenas, que com isto iniciaram a sua luta para dificultar o trabalho das demarcações.

O governador não desanimou e, no dia 2 de outubro de 1754, após ouvir missa na Igreja de Nossa Senhora das Mercês, em Belém, partiu ao encontro de Dom José de Iturriaga, com quem deveria manter contatos, no rio Negro, deixando o governo nas mãos do bispo Dom Miguel de Bulhões, que permaneceria no cargo até a sua volta, a 22 de dezembro de 1756.

A expedição era uma das maiores até então formadas, na Amazônia, desde a de Pedro Teixeira. Compunha-se de vinte e três canoas, das quais a maior, tipo iate, possuía uma câmara forrada de damasco e vinte e seis remeiros, pertencia ao Comando. Além delas, existiam outras menores encarregadas do abastecimento diário, utilizadas na pesca.

Ao todo viajavam 1.025 pessoas, sendo 411 índios, 205 soldados, 24 pilotos e 62 criados. Durante a viagem 165 dos índios remeiros desertaram, pelo trabalho excessivo do remo.

Entre as pessoas importantes da comitiva destacavam-se:

• Os ajudantes de ordens, João Pereira Caldas e João Batista de Oliveira;

• O secretário do Estado, João Antônio Pinto da Silva;

• O confessor, padre José da Gama;

• O físico-mor, doutor Pascoal Pires;

• Os cirurgiões, Antônio de Matos, André Panelli, Domingos de Souza e Daniel Grunfeld;

• Os ajudantes de engenharia, Felipe Sturn e Adão Leopoldo de Breuning;

• Os astrônomos, João Brunnelli e Miguel Antônio Ciera;

• O ajudante, Henrique Antônio Galluzi;

• O desenhista Antônio José Landi;

• Os tenentes, João Wilkens e Manuel Gotz;

• O jesuíta, Inácio Szentamartony;

• O tesoureiro, Lourenço de Anvers Pacheco.

No percurso verificou-se a decadência da região fustigada pela grande epidemia de varíola de 1743/50, que, só em Belém, matara 7.600 pessoas e, nas fazendas das Ordens, mais de 10.000, calculando-se acima de 40.000 em todo o Estado. As missões religiosas e, em particular, as dos jesuítas, negavam remeiros e mantimentos. Embora possuíssem mais de 50.000 habitantes eram encontradas desertas.

Alcançando o rio Negro a tropa deveria esperar Iturriaga, que viria pelo Orenoco. Para sede das negociações escolhera-se a aldeia Mariuá, onde, por iniciativa de Felipe Sturn, foram abertas ruas, erguidos prédios e construídas pontes.

Entre as obras executadas, mereciam destaque a residência do embaixador espanhol, o palácio das demarcações e a casa da espera. Nela instalado, Mendonça Furtado esperou aquele embaixador, por quase dois anos, até 1756.

Entre os atos governamentais expedidos de Mariuá, figura a instrução de 27 de maio de 1754, que ordenava ao tenente Antônio de Castro e Menezes estabelecer uma guarnição, em Trocano, a fim de bloquear o contrabando de ouro de Mato Grosso. Naquele local haviam sido presos os jesuítas Antônio José e Roque de Hundertpfund, acusados de auxiliarem esse tráfico e de possuirem um canhão.

A 1.º de janeiro de 1756, a aldeia de Trocano foi elevada à categoria de vila, a primeira do Amazonas, com o nome de Borba, a Nova, recebendo todo o apoio governamental. Era a primeira localidade do interior da Amazônia a ser organizada como uma vila portuguesa.

Ainda de Mariuá foram destacadas comissões para o reconhecimento e estudo das regiões contestadas do Guaporé, Japurá, Negro, Javari, Juruá e Purus.

No Guaporé os espanhóis tinham de novo estabelecido posições com as missões de São Simão, no rio das Pedras, a cargo do padre Raimundo Laines; a de São Miguel nas margens do Guaporé, sob o curato de João Roiz e Francisco Xavier Pozzo e Santa Rosa, do padre Nicolau Medenilla. Após pequenas refregas, toda a margem direita do Guaporé foi evacuada e entregue aos portugueses, em 1756, que ali erigiram o forte Príncipe da Beira.

Dom José de Iturriaga, saído de Cadiz, a 15 de fevereiro de 1754, somente chegou ao rio Negro, em 1759, quando Mendonça Furtado já se encontrava em Portugal. Tentando apoderar-se do Alto Rio Negro, foi expulso pelo capitão José da Silva Delgado, com o estabelecimento de fortificações acima de São Gabriel.

Durante a permanência de Mendonça Furtado no rio Negro, na sua primeira viagem, que durou de 2 de outubro de 1754 a 22 de dezembro de 1756, inúmeras leis beneficiando a Amazônia foram expedidas pelo consulado pombalino.

Como uma forma de confirmar o interesse da Coroa, pela região foi primeiro criada a Capitania de São José do rio Negro, a 3 de março de 1755, cuja sede seria a vila de São Francisco Xavier do Javari, depois Vila Nova de São José, a ser fundada na foz do rio Javari, depois transferida para Mariuá, pelo Alvará de 18 de junho de 1757.

Deu-se conhecimento da legislação que promovia a integração racial entre portugueses e índios, assinada a 4 de abril de 1755. O casamento com os indígenas deixava de ser desabonador para os brancos e seus descendentes não seriam discriminados. E, já em outubro de 1756, perto de 20 casais mistos foram mandados para Borba, vila recém-instalada. Esses casais foram contemplados com fardas, camisa de panico, saias de aniagem, machados, enxadas, foices, serras, enxós, martelos e meio alqueire de sal.

A criação do Diretório, estabelecido a 3 de maio do ano de 1755, determinou que as aldeias passassem a ser governadas por um diretor nomeado, ou por um chefe indígena, que desde então puderam ser vereadores e juízes.

As leis 6 e 7 de junho de 1755, foram outros tremendos golpes contra o poderio jesuíta, vez que concediam liberdade aos índios, cassavam os poderes temporais dos sacerdotes e determinavam a promoção de povoados e aldeias em todo o vale. O bispo Bulhões julgou acertado promulgá-las somente após o regresso do governador. A sua publicação foi a 28 de janeiro de 1757, juntamente com o Breve de Benedito IV, de 20 de dezembro de 1741, que proibia a escravidão indígena, sob a pena de excomunhão.

Os Estatutos de 6 e o Alvará de 7 de junho de 1755, criavam a Companhia de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, um dos marcos da filosofia mercantilista de Pombal. Organizada por José Francisco da Cruz, com um capital de 1.200.000 cruzados, instalada e dirigida em Belém, pelo capitão José Vieira da Silva, detinha o monopólio do comércio exterior de exportação e de importação, do tráfico negreiro e da navegação em toda a Amazônia.

Durante a sua existência introduziu 25.365 escravos na região, sendo 9.229 de Bissau, 8.362 de Cacheu e 7.774 de Angola. A sua extinção verificou-se, a 25 de fevereiro de 1778, porém só entrou em liquidação no ano de 1914. É bom lembrar que de 1778 a 1792 mais 7.606 escravos foram introduzidos no Estado.

Os jesuítas, prejudicados com a criação da Companhia, puseram-se contra ela e o padre Manuel Balester chegou a dizer "quem entrar nesta Companhia, não entrará na de Cristo". O padre foi por isto desterrado, como incurso em crime de lesa-majestade.

Em sua luta contra a Companhia, os jesuítas chegaram ao extremo de relacionar o terremoto de Lisboa com a sua criação, com o padre Malagrida, que tinha a fama de santo e vivido muitos anos no Pará, estabelecido este fato no livro "Juízo da Verdadeira Causa do Terremoto", que lhe valeu a morte pela fogueira, num dos últimos atos do Santo Ofício.

O terremoto de Lisboa, ocorrido no dia 1.º de novembro de 1755, mataria mais de 40.000 pessoas e destruiria a maior parte da cidade, cuja reconstrução levou em torno quinze anos, custando ao Brasil mais de 200 milhões de cruzados, arrancados por meio de impostos.

A 1.º de março de 1757, a guarnição deixada em Mariuá rebelou-se pelo atraso do pagamento de seus soldos. O coman-

dante Gabriel de Souza Filgueiras foi feito refém. Ao movimento aderiu o destacamento de Manaus e os 120 revoltosos, temendo represálias, subiram o Içá e internaram-se nas Missões de Maynas, no Peru.

Ainda em 1757, o índio Domingos, da povoação Dari, tendo sido separado de sua amante pelo carmelita frei Raimundo Barbosa, aliciou os chefes João Damasceno, Ambrósio e Manuel para uma revolta, ocupando a 1.º de junho do mesmo ano aquela povoação. A seguir tomaram Caboquena e, a 26 de setembro, Bararoá, que apesar de defendida por 20 soldados, não lhes resistiu. Prosseguindo, invadiram o Lugar da Barra de onde roubaram os vasos sagrados da igreja e a imagem do Senhor Crucificado. Dispunham-se atacar Mariuá, quando o capitão Miguel de Siqueira os derrotou. Os três chefes implicados foram enforcados em 1758, após a realização de uma devassa.

A 15 de janeiro de 1758, Mendonça Furtado iniciou uma nova viagem ao rio Negro, deixando o governo nas mãos do bispo Miguel de Bulhões. No dia seguinte zarpou de Belém, iniciando o cumprimento das instruções de 6 e 7 de junho de 1755, que determinavam a elevação de categoria das povoações do Estado. Essas passavam a receber denominações portuguesas, costume que continuou por toda a administração pombalina. Na realidade essa ação correspondia a transformação de antigas missões, em poder dos religiosos, em núcleos leigos, agora ligados ao Estado Português, e a obrigatoriedade da língua portuguesa na Amazônia, tanto no nome das localidades, quanto na linguagem diária, afastando a língua geral.

Assim, podemos relacionar as seguintes alterações sofridas, na nomenclatura das localidades amazônicas.

Nome	Data	Novo nome
Piauri	1757	Vila de Pombal
Araticu	20.1.1758	Vila de Oeiras
Guaricuru	23.1.1758	Vila de Melgaço
Arucará	24.1.1758	Vila de Portel
Arapijó	-	Carrazedo
	1.º.2.1758	Vila S.José de Macapá
	14.2.1758	Santana do Portilho
Guarimucu	20.2.1758	Vila de Arraiolos
Tauré	21.2.1758	Vila de Esposende
Paru	22.2.1758	Almerim
Urubuquara	24.2.1758	Lugar do Outeiro ou Prainha
Gurupatuba	27.2.1758	Vila de Monte Alegre
Cauiana	1758	Vilarinho do Monte
Sacaca	1758	Salvaterra
Surubiú	1758	Vila de Alenquer
Maracanã	1758	Cintra
Mortiguara	1758	Beja
Maturu	1758	Vila do Porto de Moz
Itacuruçá	1758	Vila de Veiros
Caia	1758	Monsarás
Mojuquara	1758	Barcarena
Curuçá	1758	Vila Nova del Rei
Borari	06.3.1758	Vila de Alter do Chão
Santo Inácio	10.3.1758	Vila de Pinhel
Tapajós	14.3.1758	Vila de Santarém
Camará	17.3.1758	Vila Franca
Pauxis	24.3.1758	Vila de Óbidos
Trocano	01.1.1758	Vila de Borba
Mariuá	06.5.1758	Vila de Barcelos
Jari		Fragoso
Peié	1760	Rebordelos
Jamundá	21.12.1758	Faro

Nome	Data	Novo nome
Bararoá	1758	Lugar de Tomar
Itarendaua	20.11.1758	Lugar de Moura
Dari	1758	Lugar de Lamalonga
Cumaru	1758	Lugar de Poiais
Aricari	1759	Lugar de Carvoeiro
Tefé	1759	Vila de Ega
Santo Elias do Jaú	1759	Lugar de Airão
Taracuateua	1759	Lugar de Fonte Boa
Coari	1759	Lugar de Alvelos
Caboquena	1759	Lugar de Moreira
Itacoatiara	1.º.1.1759	Vila de Serpa
Saracá	7.3.1759	Vila de Silves
Amaturá	1759	Lugar Castro de Avelães
Parauari	1759	Lugar de Nogueira
Caiçara	1759	Lugar de Alvarães
S.P.dos Cambebas	1759	Vila S.P. de Olivença
Taparajó Tapera	1771	Aveiro

A maior parte dessas localidades mantiveram a denominação portuguesa, embora muitas outras tenham retomado à sua primitiva nomenclatura.

Nessa segunda viagem, Mendonça Furtado chegou a Mariuá, a 4 de maio de 1758. O seu deslocamento ainda se relacionava com o Tratado de Madri, pois Dom José de Iturriaga chegara a São Fernando. Ao seu encontro foi o sargento-mor Gabriel de Souza Filgueiras e o general Manuel Bernardo de Melo e Castro. Iturriaga, numa tentativa evidente de apossar-se do Alto Rio Negro, consoante instruções que recebera e que se confirmariam, em 1759, protelava as demarcações. Sem se ter comunicado com o representante espanhol, que se esquivara, Mendonça Furtado voltou para Belém, chegando a 1.º de

abril de 1759, viajando a seguir para Lisboa, onde chegou a 28 de maio, sendo a 19 de julho do mesmo ano nomeado ministro da Marinha e do Ultramar. Devemos ressaltar que desde 2 de março desse ano o bispo Bulhões havia entregado o governo ao general Bernardo de Melo e Castro.

Antes, no Reino, dera-se, a 3 de setembro de 1758, o atentado contra a pessoa do rei Dom José I, que foi ferido à bala no ombro, no peito e no braço direito. A culpa da tentativa do regicídio fracassado foi de imediato imputada aos nobres e aos jesuítas. No mesmo dia foram presos o Duque de Aveiro, os Távora, os Atouguia, sendo os conventos dos jesuítas cercados e fechados pelas tropas. O processo contra os implicados foi instaurado, a 9 de dezembro, tendo sido presos Encerrabodes, Costa Freire, o cônego Paulo Anunciação, os filhos bastardos de Dom João V e mais de mil pessoas. A 3 de setembro de 1759, um ano após os trágicos acontecimentos, os jesuítas seriam expulsos do Reino, por ordem de Pombal.

2 – DOM MIGUEL DE BULHÕES, substituto, em Belém, nos períodos de:

2.10.1754 a 22.12.1754
15.1.1758 a 2.3.1759

3 – MANUEL BERNARDO DE MELO E CASTRO

Início 2.3.1759
Término 14.9.1763

Durante o seu governo consumou-se a expulsão da Companhia Jesus do Estado do Grão-Pará e do Maranhão. A nau Nossa Senhora de Arrábida, trazendo forças militares, chegou a Belém, a 16 de julho de 1760. Operado o desembarque, de imediato cercaram o colégio dos inacianos. E, na manhã seguinte, o Juiz de Fora lia o decreto da expulsão.

Do Maranhão chegaram 86 padres que fizeram companhia aos do Pará, embarcados naquela nau.

Para Southey o número de jesuítas expulsos do Brasil chegou a um total de 616, sendo 150 do Grão-Pará e Maranhão, 153 do Ceará, Pernambuco e Paraíba; 168 da Bahia e 145 do Rio de Janeiro.

A 7 de julho de 1760, Portugal rompeu relações diplomáticas com o papado, deportando para a Itália 255 jesuítas. Seguindo-lhes o exemplo a Espanha expulsou de seu território aproximadamente 5.500 dos seguidores de Loyola.

As medidas anticlericais prosseguiram com o fechamento de 23 colégios e 17 conventos, em Portugal e 25 conventos, 17 colégios e 35 missões, nas Colônias. Secularizou-se a Inquisição, entregue a um outro irmão de Pombal, o cardeal Paulo de Carvalho Mendonça.

A 20 de setembro de 1761, dava-se o último ato do Santo Ofício, que constou da condenação de cinquenta pessoas, incluindo o padre Malagrida, a quem nós já nos referimos anteriormente.

No Pará, Melo e Castro mandou, ainda naquele ano, que o capitão de granadeiros José da Silva Delgado detivesse o avanço dos espanhóis no Alto Rio Negro. Ocuparam-se as povoações castelhanas e foi fundado o forte de São Gabriel.

A Carta Régia de 19 de junho de 1761 criou a Capitania de São José do Piauí com sede em vila Mocha, depois Oeiras, sendo o seu primeiro capitão João Pereira Caldas.

4 – GENERAL FERNANDO DA COSTA DE ATAÍDE TEIVE SOUSA COUTINHO

Início 14.9.1763
Término 21.11.1772

Durante a sua gestão deu-se a chegada de 340 famílias, totalizando 1.022 pessoas, oriundas da cidade de Mazagão, na África, tomada pelos mouros, a 10 de março de 1769. Dessas

famílias, 123 foram destinadas ao reduto fundado por Francisco Portilho, em 1752, com índios preados no rio Negro, que passou a chamar-se Nova Mazagão. As restantes foram distribuídas por Belém, Macapá e Vila Viçosa de Madre de Deus. A 23 de janeiro de 1770, Nova Mazagão tornou-se uma vila, tendo sido reconstruída com base num traçado de Morais Sarmento, sob as ordens do engenheiro Domingos Sambucetti.

Em 1769, um ano antes, rebelou-se a guarnição de Marabitanas sob o comando de Barnabé Pereira Malheiros, sem qualquer repercussão para o resto do Estado.

Ataíde de Teive foi o último governador do Estado do Grão- Pará e do Maranhão. Dele guardou-se honrosa memória, pois dispendeu de seus ordenados e rendas a importância de 180.000 cruzados, na manutenção do Estado, importância essa que somente lhe foi reembolsada no ano de 1807. Também mandou fundar o fortim de São Francisco, no rio Içá.

O Estado do Grão Pará e do Maranhão era constituído pelas Capitanias do Pará, Maranhão, Rio Negro e Piauí.

Aqui cabem algumas considerações sobre a personalidade do maior governante do Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que pelo seu caráter inflexível, diziam possuir cabelos no coração.

Nas "Recordações" de Jacome Ratón, publicadas em Londres, datadas do ano de 1813, encontramos dados sobre a sua morte, ocorrida em Vila Viçosa, na ocasião em que acompanhava a Corte numa viagem, desgostoso ante a ocorrência que transcrevemos: "recolhendo-se el-Rei da coutada para o Palácio, um rústico lhe atirou uma paulada, que roçando pelas costas do monarca, se foi descarregar na anca do cavalo e metendo alguém da comitiva a espingarda à cara para matar o rústico, gritou el-Rei com sua grande presença de espírito – tenham mão! Não matem este homem que é doudo! Bastará pô-lo em segu-

rança para que não faça outra, o que com efeito se executou, e não se ouviu falar mais em tal acontecimento. Divulgou-se que este homem tinha uma pretensão para decidir, havia tempos, e que naquela manhã, ou na véspera, tinha falado descomedidamente a Francisco Xavier no seu negócio, que lhe respondera – " Que queres tu que eu faça? A decisão não depende de mim, mas sim do del-Rei. Ele não ta despacha, vai lhe dar com um pau". O conselho foi seguido à risca, e, desgostoso por isso, morreu Mendonça Furtado.

Essa luta entre Pombal de um lado, e os jesuítas do outro, prende-se ao fim do V Império, idealizado pelo padre Vieira. Setenta anos depois da sua instalação sob a forma de territórios e índios para as ordens, o esquema missionário era destruído, não só na Amazônia, mas também no Paraguai e em outras regiões da América.

Nesta luta contra o Estado Religioso, preparando-se para enfrentar Portugal, infiltrado de missionários estrangeiros, como acontecera, no Paraguai, figuraram três famílias maçônicas tradicionais: a de Pombal, os Athayde Teive de Souza Coutinho e os Melo e Castro.

Estado do grão-pará e do rio Negro

A Carta Régia de 29 de agosto de 1772, dividiu o Estado do Grão-Pará e Maranhão em dois novos Estados independentes: o do Grão-Pará e Rio Negro, com sede em Belém, e o do Maranhão e Piauí, com sede em São Luís.

Era mais um ato do marquês de Pombal em benefício da Amazônia, cuja inspiração deveu-se a seu irmão Mendonça Furtado.

Criação: 20.8.1772
Término: 18.8.1823

O Estado do Maranhão e Piauí teve como primeiro governador a Joaquim de Mello e Póvoas, que, anteriormente, já fora capitão do Rio Negro. Em 10 de dezembro de 1811 este Estado foi novamente desmembrado, surgindo o Estado do Piauí, com sede em Oeiras.

No Estado do Grão-Pará e Rio Negro governaram durante o período pombalino:

1. JOÃO PEREIRA DE CALDAS

Início	21.11.1772
Término	4.3.1780

O primeiro capitão-general e governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro foi João Pereira de Caldas, natural de Monção, onde nascera, em 1736. Era detentor dos títulos de Governador de Caminha e Senhor da Casa de Cede, e fôra o primeiro Capitão do Piauí. O seu falecimento foi, a 7 de outubro de 1794. Em 1780, deixando o governo, tornou-se plenipotenciário português junto às demarcações decorrentes do Tratado de Santo Idelfonso, nas fronteiras da Capitania do Rio Negro, onde exerceu poderes semelhantes aos de capitão-mor, por ser a maior autoridade lusitana presente na capitania, então governada por Juntas.

O Tratado de Santo Idelfonso, era uma decorrência da invasão do Rio Grande e Santa Catarina pelo vice-rei do rio da Prata, Pedro de Cevallos que, a partir de 1776 até 1777, conquistara aquelas regiões. Por esse tratado, Portugal recuperava Santa Catarina e o Rio Grande, mas cedia as Missões, a Colônia do Sacramento e algumas possessões da África e Oceania.

2. JOSÉ NÁPOLES TELLO DE MENEZES

Início	4.3.1780
Término	25.10.1783

No Governo de José Nápoles Tello de Menezes, a 8 de maio de 1782, deu-se o falecimento de Pombal, um dos maiores incentivadores do progresso e colonização da Amazônia, encerrando-se a era Pombalina, na Amazônia. Por isso não detalharemos os demais governos deste Estado, somente extinto com a Independência do Brasil.

Capitania de São José do Rio Negro

Em 1751, o território do atual Estado do Amazonas possuía 46 aldeias, 30.000 fogos e 100.000 habitantes. O governador Mendonça Furtado, entusiasta da região, propos à Corte a criação de uma capitania que protegesse os confins ocidentais do Grão-Pará. A 3 de março de 1755, o Rei Dom José I atendendo suas ponderações emitiu uma Carta Régia criando a Capitania de São José do Rio Negro, e determinando que a sua capital fosse instalada na foz do rio Javari, na Vila Nova de São José.

Para favorecer os habitantes da vila, a Carta Régia davalhes os seguintes privilégios:

• Primazia na ocupação de cargos públicos.

• As mesmas prerrogativas dos oficiais da Câmara de Belém.

• Isenção de fintas, talhas, pedidos e tributos por doze anos.

• Perdão das dívidas que tivessem contraído fora da vila, por três anos.

A vila teria dois juízes ordinários, dois vereadores, um procurador com as funções de tesoureiro, um escrivão da Câmara com a atividade de almotacé e um escrivão público judicial e de notas. A Carta Régia determinava a Mendonça Furtado o estabelecimento das futuras fronteiras da capitania, conforme entendesse.

O Alvará de 18 de junho de 1757 mudou a sede da Capitania para a aldeia de Mariuá, no Rio Negro, ficando a Vila Nova de São José relegada ao abandono. Para instalar a capitania o governador Mendonça Furtado deslocou-se, pela segunda vez, para o rio Negro, saindo de Belém, a 16 de janeiro de 1758, promovendo de categoria inúmeras aldeias. Em carta dirigida de Barcelos ao ministro Thomé Joaquim Castro Corte Real, datada de 4 de julho de 1758, descreveu as peripécias desse roteiro que, nas partes relativas ao Amazonas, abaixo transcrevemos as mais importantes:

A 26 (março de 1758) sahi e navegando pela mesma costa setentrional do Amazonas, atravessei para a austral e entrando pelo rio Tupinambaranas, para passar ao Madeira, cujas barras examinei, feitas pelo Maués, Abacaxis e Canumã, e sahi ao rio Madeira, a 14 de abril, cheguei à vila de Borba, a Nova.

Ai demorei-me dois dias, vindo buscar a aldeia dos Abacaxis que era da administração dos padres da Companhia, com a resolução de a erigir em vila com o nome de Serpa; porém os seus moradores me requerem instantemente que se queriam tirar daquele sítio, por que nele não logravam uma hora de saúde, e que se conservaram ali violentados pelos padres que os administraram.

A aldeia foi mudada para o local Itacoatiara, onde até hoje se encontra.

Dai (Itacoatiara) saí, a 19 de abril, e vim buscar este rio onde entrei, no dia 23, e, a 4 de maio, cheguei a esta povoação.

No dia 6 de maio erigi esta aldeia, que se chamava Mariuá, em vila com o nome de Barcelos e os seus moradores não estão descontentes.

Após a elevação de Mariuá à categoria de vila de Barcelos, a 6 de maio, ali foi instalada a Capitania de São José do Rio Negro, no dia 7 de maio 1758, assumindo o seu governo o coronel Joaquim de Melo e Póvoas.

Foram governantes pombalinos dessa Capitania:
Criação: 3.3.1755

JOAQUIM DE MELO E PÓVOAS	
Nomeação:	18.7.1757
Posse:	7.05.1758
Término:	25.12.1760
GABRIEL DE SOUZA FILGUEIRAS	
Nomeação:	12.4.1760
Posse:	25.12.1760
Término:	7.9.1761
NUNO DA CUNHA ATAÍDE VERONA	
Início:	7.9.1761
Término:	24.12.1761
VALÉRIO CORREIA BOTELHO DE ANDRADE	
Início:	24.12.1761
Término:	16.10.1763
JOAQUIM TINOCO	
Nomeação:	8.06.1763
Posse:	16.10.1763
Término:	23.8.1779

O primeiro governador da capitania deveria ter sido João Egas de Bulhões, irmão do bispo do Pará, que sairia de Lisboa, a 22 de março de 1755, conforme carta de 18 de março, do marquês de Pombal ao seu irmão. Por motivos desconhecidos, não assumiu a capitania, sendo substituído por Joaquim de Melo e Póvoas, sobrinho do marquês e de Mendonça Furtado, por quem fora indicado para o posto, sendo nomeado pela Carta Régia de 18 de julho de 1757, do seguinte teor:

Fui servido crear de novo o Governo de São José do Javari subordinado ao Governo do Pará, e atento às qualidades, mereci-

mentos e serviços que concorrem na pessoa de Joaquim de Melo e Póvoas, hei por bem nomeá-lo para Governador da mesma Capitania, com a referida subordinação; por tempo de três anos, e o mais que eu for servido e enquanto lhe não mandar sucessor; o qual exercitará com a patente de coronel, vencendo de soldo dois contos de reis em cada ano, na mesma forma que vencem os Governadores da Nova Colônia do Sacramento e ilha de Santa Catarina.

A 6 de maio de 1758, Mendonça Furtado preencheu os cargos públicos da Vila de Barcelos, nomeando João Nobre da Silva e Manuel de Vasconcelos, juízes; Xavier da Silva Oliveira, Estevão Cardoso de Ataíde e Francisco Xavier de Morais, vereadores; Augustinho Cabral de Souza, procurador da Câmara e Francisco Xavier de Andrade, tabelião público judicial e de notas, escrivão da Câmara e almotacel.

A 10 de maio de 1758, o governador general estabeleceu os limites da capitania com o Grão-Pará da forma seguinte:

Pela parte do oriente devem servir de balizas, pela setentrional do rio das Amazonas, o rio Nhamundá, ficando a sua margem oriental pertencendo à Capitania do Grão-Pará e a ocidental, à Capitania de São José do Rio Negro. Pela parte austral do mesmo rio das Amazonas, devem partir as duas Capitanias pelo outeiro chamado Maracá Açu, pertencendo a dita Capitania de São José do Rio Negro tudo o que vai dele para o ocidente; e ao Grão Pará todo o território que fica para o Oriente.

Pela banda do sul fica pertencendo a esta uma Capitania, todo o território que se estende até chegar aos limites do Governo das Minas de Mato Grosso, do qual conforme as ordens de sua Majestade, se divide pelo rio Madeira, pela grande cachoeira de São João ou Araguai.

Anos mais tarde estes limites seriam objeto de acirrada disputa com o Pará e Mato Grosso.

Empossado em seu cargo, Melo e Póvoas nele permaneceu até 25 de dezembro de 1760, quando viajou para o Maranhão, pois fora nomeado Governador-Geral do Estado do Maranhão e Piauí, recém-criado. Antes, elevou à categoria de vila as povoações de São José do Javari, São Paulo de Olivença, Ega, Serpa, Silves e Moura que, com Barcelos e Borba, eram as principais localidades da capitania. Transformou em lugar as povoações de Airão, Carvoeiro, Alvarães, Poiais, Castro de Avelãs, Nogueira, Fonte Boa e Moreira.

Lourenço Pereira da Costa, a 30 de junho de 1760, foi nomeado primeiro ouvidor da Capitania. Para substituí-lo, em 1767, seria nomeado o segundo ouvidor Antônio Pestana da Silva, e depois o terceiro, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio.

O segundo capitão foi o coronel Gabriel de Souza Filgueiras, falecido em Barcelos, no exercício do governo, sendo enterrado na igreja matriz daquela cidade. Interinamente foi sucedido pelo coronel Nuno da Cunha Ataíde Verona e este, por sua vez, entregou o governo ao coronel Valério Correia Botelho de Andrade.

Valério de Andrade preocupou-se com as incursões feitas por Dom José de Iturriaga, embaixador espanhol para as demarcações do Tratado de Madri, no Alto Rio Negro, onde fundara inúmeras povoações. Por isso, ordenou ao capitão José da Silva Delgado, que para ali se dirigisse a fim de repelir a invasão. Delgado montou a Casa Forte de São Gabriel e estabeleceu, em 1761, sete aldeias, além de ocupar as povoações criadas pelos espanhóis.

O coronel Joaquim Tinoco Valente, quinto capitão-mor, também teve sua atenção voltada para os problemas de fronteira. Para proteger o Solimões, entre 1764 e 1768, mandou fundar as povoações de São Joaquim do Macapiri, São Matias e Santo Antônio do Mapiri, todas no Japurá. Nesta última povoação,

em 1775, deu-se a pacificação os muras, por iniciativa do diretor Matias Fernandes. Um ano antes, em 1774, o ouvidor Sampaio refundara Tonantins.

Ainda, em 1775, João Marcos Zapata, por ordem de Dom Manuel Centurion, que substituira a Dom José de Iturriaga no governo da Guiana Espanhola, chegou ao rio Uraricuera, comandando uma tropa de dez soldados e 12 índios. Dirigida pelo cabo Isidoro Rendon, seguiu-o outra tropa formada de dez soldados e 15 índios. Embora o pretexto dessa invasão fosse a procura da Lagoa Dourada, os espanhóis estabeleceram as aldeias de Santa Rosa, no Uraricuera e a de São João Batista, no Tacutu. Um novo destacamento do alferes Antônio Lopes reforçou os dois primeiros.

Foi quando Tinoco Valente destacou Felipe Sturn para expulsá-los, à frente de cem índios, com duas peças de artilharia. Sturn tomou São João Batista, onde estabeleceu o forte de São Joaquim, determinando que o alferes José Augustinho Diniz, com 25 homens, capturasse Santa Rosa. Os invasores foram presos e o coronel José Linhares, substituto de Centurion, tentou levantar tropas em Caracas e Cumaná para o revide. Entretanto, o Tratado de Santo Idelfonso invalidou os seus preparativos. A Felipe Sturn deve-se a construção do forte de São Gabriel, em 1775.

Valente, a 5 de maio de 1768, proibiu o uso da aguardente de cana na capitania, confirmando o ato de Mendonça Furtado de 15 de agosto de 1755. Os infratores pagavam multa de 30$000, além de seis meses de prisão na fortaleza da Barra.

Após a sua morte, a 23 de agosto de 1779, o Rio Negro foi governado, até 3 de outubro de 1786, por sete Juntas governativas provisórias, com a ingerência do marechal João Pereira de Caldas, que deixara o governo do Estado do Grão-Pará e Rio Negro para servir como plenipotenciário português, nos

trabalhos das demarcações de fronteiras estatuídas pelo Tratado de Santo Idelfonso, assinado, a 1ª de outubro de 1777, do Alto Rio Negro até o Jauru, afluente do Paraguai.

Integrando a comissão de Pereira Caldas vieram Antônio Pires da Silva Pontes e Ricardo Franco de Almeida Serra, encarregados da exploração e mapeamento do Rio Branco e do Mamoré; Francisco José de Lacerda e Almeida, do Alto Rio Negro e Uaupés e de Teodoro Constantino de Chermont, Eusébio Antônio Ribeiro e Henrique João Wilkens.

A delegação espanhola incumbida de entender-se com a comissão portuguesa era chefiada por Dom Ramon Garcia de Leon y Pizarro, substituído, posteriormente, por Dom Francisco de Requeña y Herrera. Requeña, que desejava a posse para a Espanha da região do Solimões-Japurá, tendo estabelecido o seu quartel general em Tefé, onde foi ter Pereira Caldas, solicitando a sua retirada.

Pereira Caldas introduziu no Rio Negro o cultivo do cânhamo, do café, do arroz e do anil. Estabeleceu uma fábrica de panos de algodão e uma olaria, em Barcelos, onde construiu um palácio e uma ponte. Facilitou a entrada de escravos negros na capitania, dando-se, em sua época, a introdução da maior parte deles, no periodo colonial.

A alimentação da Vila de Barcelos era precária, por isso eram mantidos pesqueiros reais, um na região de Manacapuru e outro, no Lago do Rei, no Careiro, de onde eram remetidos tartarugas e peixe seco. Entre 1780 e 1785, entraram nos currais de Barcelos, segundo estatística da época, 53.068 quelônios, dos quais morreram 17.461. Era a carne que mais se consumia naqueles tempos.

Os trabalhos de demarcações efetuados no Alto Rio Negro e no rio Branco foram considerados insuficientes pelo Governo Português, que por esse motivo destacou para reencetá-

los o brigadeiro Manuel da Gama Lobo D'Almada, sob as ordens de Pereira Caldas.

Lobo D'Almada foi uma das mais expressivas figuras da História Colonial da Amazônia. A 12 de janeiro de 1770, prestou menagem pelo comando da fortaleza de Macapá, para a qual fora nomeado, a 13 de setembro de 1769. E, a partir de 13 de outubro de 1771, dirigiu os trabalhos da colônia de Nova Mazagão, estabelecida com refugiados da cidade de Mazagão, no Marrocos, conquistada pelos árabes. A 13 de março de 1773, regressou ao comando da fortaleza de Macapá, sendo destacado, a seguir, para servir no Amazonas.

As capitanias da Amazônia

Após a conquista do Maranhão aos franceses foram criadas as capitanias de Cumã, Pará e Maranhão. Com o passar dos tempos, outras apareceram, reais ou particulares, estas doadas às pessoas que se haviam destacado nas lutas contra os gauleses e na conquista das novas terras.

Aqui citaremos uma relação de capitanias de 1639, no tempo do rei Felipe III de Portugal, quando o Estado do Maranhão estava dividido nos seguintes lotes:

- Maranhão, com cinquenta léguas da costa, estendendo-se do Parnaíba à ponta de Tapuitapera e separada da de Cumã pelo rio Mearim.
- Pará, com trinta léguas, entre o rio Quatipuru e o primeiro salto do Tocantins.
- Caeté, do rio Turiaçu ao Caeté, com quarenta a quarenta e cinco léguas.
- Cabo Norte, com trinta a quarenta léguas, até o Oiapoque.
- Cametá, com quarenta léguas, à margem esquerda do Tocantins.
- Cumã, na boca do Mearim, com cinquenta léguas de costa.

Segundo o testemunho do padre João Felipe Bettendorf, existiam no Estado do Maranhão, em 1661, as seguintes capitanias: Tapuitapera ou Cumã, Itapecuru, Icatu, Ucari, Gurupi, Vigia, Joanes, Cametá, Gurupá e Norte, além das capitanias do Pará e Maranhão.

Subordinadas à Capitania Real do Maranhão surgiram em diferentes épocas as seguintes capitanias:

Ceará

A sua criação é anterior à do Estado do Maranhão, pois, em 1611, fora doada a Martim Soares Moreno, como recompensa pelos seus trabalhos de pacificação dos índios do Jaguaribe. A referida doação foi feita pelo governador Diogo de Menezes e Siqueira, estendendo-se a sua área desde o Jaguaribe até ao Mondaituba.

A 20 de janeiro de 1612, Moreno fundou o Forte de São Sebastião, sob a proteção de Nossa Senhora do Amparo. No tempo em que o donatário se encontrava no Maranhão, na luta com os franceses, foram comandantes do forte: Estevam de Campos (1613), Manoel de Brito Freire (1614) e Domingos Lopes Lobo.

A 26 de março de 1619, ele foi de novo confirmada para Martim Soares Moreno, que a governou até 1631, quando saiu para combater os holandeses, em Pernambuco. A partir daquele ano e até 1637, dela esteve encarregado Domingos da Veiga Cabral.

Quando o Forte de São Sebastião foi tomado pelos holandeses, a 25 de outubro de 1637, quem o comandava era o capitão Bartolomeu de Brito. Durante esse primeiro domínio holandês, no Ceará, entre 1637 e 1644, foram capitães rebeldes: Francisco Pereira da Cunha, em 1641, e André Rodrigues, em 1643.

Com a reconquista desta capitania, em 1644, a partir do Maranhão, foi seu dirigente o capitão Diogo Coelho de Albuquerque.

Os holandeses a retomaram, em 1649, ali permanecendo até 20 de maio de 1654, quando voltou ao domínio português, sendo dirigida por Álvaro de Azevedo Barreto.

Em 1656, desligou-se do Estado do Maranhão, subordinando-se a Pernambuco.

Itapicuru

Capitania real localizada entre o Periaçu e a ponta de Tapuitapera, tendo por sede a Vila de São Jacó, originada de um forte fundado, em 1620, por Bento Maciel Parente.

Mearim

Foi uma Capitania Real

Icatu

Também Capitania Real instalada, em 1691, tendo por sede a Vila de São Jacó, erigida em homenagem a de igual nome, sede da Capitania de Itapicuru, que já se encontrava em ruinas.

Cumã ou Tapuitapera

Foi primeiramente doada a Martim Soares Moreno.

Mais tarde, a 19 de março de 1624, Antônio Coelho de Carvalho, desembargador da Casa da Suplicação de Lisboa e do Paço, e juiz das Contadas do Reino, requereu-a. A Provisão de 12 de junho de 1626, do rei Felipe III, autorizou-lhe a doação de um trecho de terra, o que foi feito, em 1633. A carta Régia de 15 de março de 1639, confirmou-lhe a doação.

A primitiva capitania estendia-se do rio Cumã ao Caeté, porém, a dos Coelho de Carvalho ia do Mearim ao Turiaçu, incluindo a região de Tapuitapera, ocupada, em 1640, por Bento Maciel Parente. Essa ocupação fora preconizada por Jácome Raimundo de Noronha, numa carta de 29 de maio de 1637, levando em conta que a Capitania do Maranhão, estendendo-se do Parnaíba a Tapuitapera, era imprestável, pelos extensos manguezais e areais existentes, na sua costa.

A confirmação de 15 de março de 1639, cedia, para sempre, a Antônio Coelho de Carvalho e aos seus sucessores a Capitania, por juro e herdade. Os donatários teriam o posto de capitão-general e governador, com jurisdição cível, podendo nomear juízes, escrivães, tabeliães, meirinhos e ouvidores. Podiam, também, condenar os habitantes da Capitania a até dez anos de degredo e cem cruzados de multa. A Justiça Real não dispunha de poderes para entrar nos seus domínios. O donatário tinha por fôro a Justiça Real e, se afastado da donataria, a seu herdeiro cabia a sucessão. Era tamanha a sua autonomia que podiam erigir vilas, construir engenhos e salinas, receber dízimos do pescado, e mandar trinta e nove escravos anualmente para o Reino, livres de direitos. Na Carta de Confirmação, a capitania possuía 16 léguas de frente e outras tantas de fundos.

Por morte do donatário, herdavam a capitania, por ordem, os filhos legítimos de qualquer sexo, os filhos bastardos de qualquer sexo e, a seguir, os parentes transversais, em primeiro lugar os do sexo masculino, não podendo a capitania, em qualquer hipótese, ser repartida ou alienada. Os donatários deveriam ter sempre o sobrenome Coelho de Carvalho e usar as armas da família.

Morto o primeiro donatário, a capitania não passou para seu filho mais velho, Francisco Coelho de Carvalho, o Sardo, por ser ilegítimo, mas para sua filha Inês Maria Francisca de Góis do Rego Barreto Coelho de Carvalho. Segundo Barata, este direito lhe foi confirmado pela Carta de 6 de outubro de 1648, ao que se opôs César Augusto Marques, citando uma Carta de 15 de abril de 1644.

Inês Coelho de Carvalho casou-se com o seu primo, homônimo de seu pai, Antônio Coelho de Carvalho que, em 1649, administrava a Capitania.

A partir de 25 de fevereiro de 1650, foi anexada a esses domínios a Capitania de Cametá, herdada de seu irmão bastar-

do Feliciano Coelho de Carvalho, ambos filhos de Francisco Coelho de Carvalho, o primeiro governador-geral do Estado do Maranhão.

A 24 de julho de 1662, Antônio Coelho de Carvalho foi confirmado na posse das duas capitanias.

O quarto donatário foi Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, filho do capitão anterior, que faleceu, em 1720, em Lorvão, sem que houvesse deixado herdeiros.

Com a sua morte, a capitania ficou para seu irmão Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho e, foi confirmado, a 2 de novembro de 1722, um grande administrador do Brasil Colonial, tendo governado a Capitania do Pará, de 1685 a 1690; o Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 1690 a 1701; o Rio de Janeiro, em 1709, Minas Gerais, onde instalou inúmeras vilas e elevou São Paulo à categoria de cidade, em 1712 e, finalmente Angola, de 1722 a 1725.

O sexto donatário foi Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, filho mais velho do anterior, confirmado pela Carta de 24 de março de 1735, que vendeu Cumã e Cametá ao rei D. José I, por 3.000 cruzados anuais, a 1.º de junho de 1754.

Além dos donatários, dirigiram a capitania como prepostos Luís do Rego Barros, que dela tomou posse, em 1640, em nome do primeiro donatário de quem era primo; Manuel Rodrigues Catanhede, a partir de março de 1645; Jacinto de Araújo Pestana, de 1661 a 1679, preposto do 3.º donatário; Henrique Lopes da Gama, no tempo do último donatário, e Brás Baltasar da Silveira, na época do 4.º donatário.

Gurupi ou Caeté

A 9 de fevereiro, ou 25 de maio de 1622, Felipe III concedeu a Gaspar de Souza, governador-geral do Brasil, o direito de escolher uma capitania, no Maranhão.

O governador faleceu antes de realizar o seu intento.

Quase ao mesmo tempo, Francisco Coelho de Carvalho, 1.º Governador do Maranhão, visitando a povoação de Vera Cruz, hoje Viseu, fundada por seu filho bastardo Feliciano Coelho de Carvalho, doou-lhe aquelas terras , em 15 de abril de 1627.

Aproveitando-se das prerrogativas concedidas a Gaspar de Souza, seu filho Álvaro de Souza escolheu para si a região entre os rios Gurupi e Quatipuru, onde Feliciano se instalara, sendo-lhe a posse reafirmada pelas Cartas de 10 outubro de 1633 e de 13 de fevereiro de 1634.

Feliciano Coelho de Carvalho muito lutou para reaver essas terras, o que não conseguiu, tendo, no entanto, recebido como compensação a Capitania de Cametá.

Álvaro de Souza fundou em sua capitania, no ano de 1644, a Vila de Souza, hoje Bragança. Por essa época a capitania começou a ser mais conhecida pelo nome de Caeté.

O próximo donatário conhecido foi Dom Manuel de Melo, Prior de Crato. Em 1730, a donataria pertencia a José de Souza e Melo, que, alegando ruína, solicitou permissão para introduzir duzentos casais de índios administrados. Este donatário foi porteiro-mor do Reino, falecendo em Lisboa, no ano de 1750.

Caeté voltou para o domínio da Coroa pela Carta Régia de 14 de julho de 1753, sendo o seu último donatário Manuel Antônio de Souza e Melo, que a trocou pelo senhorio da Vila de Anciães e por 600$000 anuais, dispensada três vezes a lei mental.

Vigia

Doada a Jorge Gomes Alemó ou d'Alamo, foi por ele colonizada entre 1645 e 1654. Da aldeia indígena Urutiá surgiria a Vila de Vigia.

Esta Capitania voltou para a Coroa, em 1685.

Subordinadas à Capitania do Pará, com o tempo, foram aparecendo as seguintes capitanias:

Gurupá

Capitania real criada pela Carta Régia de 13 de abril de 1633, situava-se entre os rios Areias e Xingu.

De seus capitães-mores nomeados conhecemos os que seguem:

João de Melo Gusmão, o primeiro, que a dirigiu até 1637.

João Pereira de Cáceres, até 1642.

João Velho do Vale, em 1642.

Paulo Martins Garro, de 10.5.1658 a 26.3.1662

Cabo norte

Estendia-se do rio Surubiú até o Oiapoque.

Foi doada pelo rei Felipe III a Bento Maciel Parente, por meio de diversas Cartas, entre as quais citaremos as de 18 de maio de 1634, de 14 de julho do mesmo ano, de 13 de agosto de 1636 e de 16 de junho de 1637. Além dessa Capitania, Maciel Parente recebeu o foro de fidalgo e 2$000 anuais, contanto que permanecesse em Recife, por três anos. A capitania tinha por sede a vila de Iauacuara, hoje Almerim, fundada a 27 de janeiro de 1638.

O segundo donatário interino foi João Velho do Vale, seguido de Bento Maciel Parente, filho do primeiro donatário, que assumiu mediante a Carta Patente de 9 de julho de 1645, oriunda de Dom João IV.

Com a morte do quarto donatário Vidal Maciel Parente, irmão do anterior, a capitania reverteu à Coroa.

Em 1680, era seu preposto Domingos Barbosa da Silva.

Xingu

Doada a Gaspar de Souza de Freitas, em 1681, com 20 léguas de extensão, à margem direita do rio do mesmo nome. Reverteu à Coroa, por abandono.

Ilha Grande de Joanes ou Marajó

Foi doada, por Afonso VI, a Antônio de Souza Macedo, a 23 de dezembro de 1665, que recebeu o título de Capitão-Governador da Ilha Grande de Joanes. Macedo destacara-se nas lutas diplomáticas da Restauração, como embaixador na Inglaterra.

Afonso Pena Júnior considerou-o o autor da "Arte de Furtar", libelo contra a corrupção reinante na Índia. Foi desembargador do Paço e da Casa da Suplicação, conselheiro do conde de Castelo Melhor e impediu que o Nordeste fosse entregue à Holanda.

Mandou fundar as vilas de Santo Antônio, hoje Chaves, e de Monforte ou Joanes.

O segundo donatário foi seu filho Luís Gonçalo de Souza Macedo, que ganhou o titulo de Barão da Ilha Grande de Joanes, a 27 de setembro de 1666. Donatário a 1.º de novembro ou 1.º de dezembro de 1685.

O terceiro donatário foi Antônio de Souza Macedo, no período de 10 de agosto de 1727 a 30 de novembro de 1738.

O seu último donatário Luís de Souza Macedo Aragão Vidal cedeu-a, pelo Decreto de 29 de abril de 1754, ao rei D. José I, por 3.000 cruzados anuais e o título de Barão de Mesquitela, recebido a 1.º de maio daquele mesmo ano.

Na carta inicial de doação desta capitania, o rei concedia ao donatário o direito de vida e de morte sobre os índios, escravos, peões e homens livres, e a autorização para remeter 48 escravos anuais, para o Reino.

Camutá ou Cametá

Esta capitania, situada à margem esquerda do Tocantins, recebeu-a Feliciano Coelho de Carvalho pelos seus trabalhos, na expulsão dos estrangeiros da foz do rio Amazonas. A data da sua concessão ainda não está definida. Para alguns, foi o Alvará de 19 de março de 1624, confirmado pela Carta Régia de 14 de maio de 1633; para outros, a 14 de dezembro daquele ano, como compensação pela perda da Capitania de Gurupi, com a confirmação de 26 de outubro de 1637.

Visando ao povoamento de sua capitania, Feliciano Coelho de Carvalho fundou a povoação de Santa Cruz do Camutá, depois Vila Viçosa de Camutá, a 24 de dezembro de 1635.

Por morte do donatário, passou para as mãos de seu irmão Antônio Coelho de Carvalho, a 25 de fevereiro de 1650, unindo-se daí em diante à de Cumã, e depois vendida à Coroa, em 1754.

Extintas as Capitanias Hereditárias do território do Estado do Grão-Pará e Maranhão, ficaram existindo apenas as capitanias Reais do Pará, Maranhão, Piauí e Rio Negro.

A expulsão das Ordens

O Absolutismo Pombalino acabou intervindo na Igreja Portuguesa, filtrando a ação do Papado sobre ela. O Beneplácito Régio, o crivo real, por onde deveriam passar, a partir de então, todas as determinações relativas à Igreja, foi usado com todo rigor, com relação aos tribunais e instituições papais, cujos documentos, bulas, breves e nomeações, passaram a ser submetidos à apreciação do poder civil, para a respectiva execução, além da secularização da Amazônia, grande fonte de recursos para as Ordens. Acresça-se o bom relacionamento de Pombal com a Maçonaria, outra entidade então poderosa, a contrabalançar as forças da intolerância, da ignorância e do fanatismo religioso.

É a luz dessas manifestações, na política religiosa, que ocorreu a perseguição e expulsão dos Jesuítas, congregação religiosa de grande prestígio em todos os níveis, após a restauração de 1640. A companhia pelo ensino, pelas missões, pela cultura de seus membros, despertou as animosidades dos governantes e as rivalidades com as outras ordens e o clero secular, além da sua possível participação, no atentado contra Dom José I.

No Brasil, havia uma luta constante entre os missionários e os colonos, pela posse da mão de obra indígena, até a constituição da Companhia de Comércio e Navegação do Grão-Pará e Maranhão, que monopolizando o comércio exterior inviabilizou o comércio dos missionários e o trabalho indígena das missões. Acresçam-se as intervenções do padre Malagrida, os motins contra a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto D'ouro, no Porto, em 1757, a libertação dos índios do Brasil, agora sujeitos ao Estado. Os jesuítas, tentando explicar a situação em que ficavam no Brasil, foram expulsos da Corte, em 1757.

Neste ano iniciou-se a campanha antijesuítica, em Roma, acusando os padres da companhia de praticarem o comércio ilegal, no Brasil, e incitarem as populações contra o governo. Averiguando a situação relatada pelo marquês de Pombal, a Santa Sé recebeu informações sobre a veracidade das acusações feitas à Companhia de Jesus. Os jesuítas foram suspensos de confessar e pregar, em Lisboa, mas o informante o cardeal Saldanha, foi recompensado com a cadeira patriarcal, em 1758. Em 1759, foram confiscados os bens da Companhia, detidos muitos dos seus membros e urdida uma campanha popular contra eles. O marquês, ainda em 1759, enviou um relatório oficial a Roma acerca dos ferimentos de Dom José, mas este acabou por ter poucas repercussões, pelo lado papal.

Voltaire, na França, considerou a condenação do padre Malagrida como "um excesso ridículo e absurdo junto ao excesso de horror". O fervor antijesuítico do marquês nunca o abandonou, levando-o mesmo a escrever acerca do que pensava daqueles religiosos, na sua Dedução Cronológica, assinada por José Seabra da Silva, onde dizia que todos os males de Portugal se deviam aos jesuítas, ideia que foi acolhida na Europa, por outros adversários da companhia. A França, Espanha e Nápoles imitaram Portugal, iniciando-se uma pressão contra eles, tão grande, na Europa, que o papa Clemente XIV, no breve "Dominus ac Redemptor", de 21 de Julho de 1773, suprimiu a companhia, somente restaurada, em 1814, a partir da Rússia, ainda que Portugal não consentisse na sua readmissão.

No Decreto de expulsão dos jesuítas, de 3 de setembro de 1759, eles foram citados pelo rei Dom José I, como portadores de abomináveis, inveterados e incorrigíveis vícios, rebeldes, traidores, adversários e agressores contra a paz pública do seu reino e domínios.

A nau Nossa Senhora de Arrábida, chegada a Belém, a 16 de julho de 1760, trouxe as forças militares necessárias para as prisões. O Colégio de Santo Alexandre foi cercado e dentro de pouco tempo os 150 padres existentes na região amazônica foram deportados para Lisboa.

Antes, os capuchos da Piedade já haviam perdido o seu feudo amazônico, a 5 de fevereiro de 1758, seguidos dos da Conceição, a 12 de abril de 1758 e dos jesuítas, a 3 de setembro de 1759, e mais tarde, os mercedários, em 1787. Os capuchos da Piedade estavam relacionados com a família Távora, daí talvez a sua rápida expulsão.

Nada sofreriam os capuchos de Santo Antônio e os carmelitas, talvez por serem ordens exclusivamente portuguesas.

O V Império do Paraguai terminaria com uma grande guerra, graças à resistência oferecida pelos índios, contra as tropas portuguesas e espanholas. Na Amazônia o seu fim representaria a anexação definitiva da região à Coroa de Portugal, sem intermediários.

Hoje a Amazônia é a maior extensão territorial de língua portuguesa do mundo, totalizando mais de 5.500.000 de quilômetros quadrados.

O fim do V Império amazônico

Em 1754, o domínio de Portugal, na Amazônia, restringia-se ao território das capitanias reais do Pará e de Gurupá e das capitanias particulares do Cabo Norte e Vigia, que haviam revertido à Coroa, no século anterior. Todo o restante dela estava organizado em feudos particulares ou religiosos. Entre os particulares estavam as capitanias da Ilha Grande de Joanes (Marajó), Caeté e Cametá. Os religiosos, as gigantescas extensões de terras, onde estava incluido o domínio temporal sobre os índios habitantes dessas terras, sob a forma espanhola das encomendas. Neste segundo caso, estabelecia-se, na Amazônia, um sistema espanhol de colonização, pelo qual os índios eram os encomendados, para serem bem-tratados e, ao mesmo tempo, usados como trabalhadores e catecúmenos, sendo os padres e as Ordens, os encomendeiros das terras e das gentes, criando todos os componentes de um Estado religioso, dentro do Estado leigo.

Entre 1753 e 1754, as últimas capitanias particulares ainda existentes foram reincorporadas ao Reino de Portugal, crescendo assim o domínio territorial do Estado português. A capitania do Caeté ou Gurupi voltava, para domínio da Coroa, pela Carta Régia de 14 de julho de 1753, trocada pelo Senhorio da Vila de Anciães e por 600$000 anuais, dispensada três vezes a lei mental, pelo seu último donatário Manuel Antônio de Souza e Melo. A Capitania da Ilha Grande Joanes foi vendida por Luís de Souza Macedo Aragão Vidal, a 29 de abril de 1754, por 3.000 cruzados anuais e pelo título de Barão de Mesquitela, recebido a 1.º de maio daquele mesmo ano, embora estivesse invadida pelas Ordens Religiosas, que ali possuíam grandes fazendas de criar. Finalmente Francisco de Albuquerque Coelho de Carva-

lho, restituiui as Capitanias de Cumã, no Maranhão, e Cametá, no Tocantins, também por 3.000 cruzados anuais, a 1.º de junho de 1754.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, governador e capitão general do Estado do Grão Pará e Maranhão (1751-1759) foi quem finalizou a incorporação do território da Amazônia à Coroa Portuguesa, com a anexação dos feudos religiosos, para o que foram tomadas numerosas medidas prévias.

Na sua primeira viagem ao interior da Amazônia, para tratar das demarcações do Tratado de Madri, referentes ao Rio Negro, que durou de 2 de outubro de 1754 a 22 de dezembro de 1756, foram expedidadas e implementadas algumas importantes decisões portuguesas.

Estabelecido na aldeia de Mariuá, no Médio Rio Negro, construiu ali uma nova vila, nos moldes portugueses, destinada a ser a capital da Capitania do Rio Negro, criada a 3 de março de 1755, cuja sede inicial ficaria na foz do rio Javari, mas para ali transferida por ato de 18 de junho de 1757.

Enquanto isto surgiam as leis secularizando a Amazônia. A primeira, a de 4 de abril de 1755, autorizava e incentivava os casamentos interraciais, seguida da de 3 de maio do mesmo ano, criando o Diretório, um novo estatuto, pelo qual as aldeias religiosas passavam a ser governadas por diretores ou pelos próprios indígenas, e, finalmente pelas de 6 e 7 de junho de 1755 dando total liberdade aos índios, cassando o poderes temporais dos padres, sobre eles, e reorganizando a estrutura urbana da região, nos moldes lusitanos, dando a categoria de vila e de lugares às antigas aldeias, rebatizadas com os nomes de localidades portuguesas.

Nessa duas últimas datas citadas foi também criada a Companhia de Navegação e Comércio do Grão-Pará e Maranhão,

com a exclusividade para a importação de gêneros e a exportação de produtos regionais, tornando inviável o modelo missionário, acabando com as atividades econômicas efetuadas, pelos feudos das Ordens, condenando-as à falência, ao ponto do padre Ballester ter manifestado a sua inquietude na frase: "quem entrar para essa companhia, não entrará na de Jesus", iniciando a luta contra Pombal, e anatematizando os sócios desse empreendimento mercantilista.

O terremoto de 1.º de novembro de 1755, com a destruição de Lisboa, foi aproveitado politicamente pelas Ordens, tendo o padre Malagrida descrito o fenômeno como um castigo divino, originado nas atitudes de Pombal. Esse governante demonstrou que tudo se tratava de um fenômeno natural, criando sem o querer, nas providências tomadas, a Sismologia Moderna.

O ato inicial da derrocada desse V Império Missionário foi a transformação da aldeia de Trocano, no rio Madeira, a 1.º de janeiro de 1756, na Vila de Borba, a Nova, a primeira do interior da Amazônia a ser organizada, nos moldes portugueses, onde havia um canhão, o motivo da prisão de alguns padres estrangeiros, entre os quais, Antônio José e Roque Hundertpfund.

Em uma segunda viagem de Mendonça Furtado à Barcelos, iniciada a 15 de janeiro de 1758 e terminada a 1.º de abril de 1759, deu-se o episódio final da secularização do V Império, quando todas as aldeias e povoados da região foram transformados em lugares e vilas, dentro da estrutura administrativa lusitana, conforme previam as leis de 1755. A Vila de Barcelos foi instalada, a 6 de maio de 1758, e o primeiro governante Joaquim de Mello e Póvoas, sobrinho de Pombal, assumiu, a 7 de maio, a direção da Capitania do Rio Negro.

A represalia das Ordens em conjunto com a alta nobreza desmoralizada não demorou. A 3 de setembro de 1758, dava-se

a famosa tentativa de regicídio, seguida das expulsões das Ordens da Amazônia.

Acabava não o V Império do Sonho de Nabucodonosor, ou o do Apocalipse, esses representando o futuro governo de Cristo sobre a Terra, mas o V Império materialista das Ordens, fundado para estabelecer um Estado religioso anacrônico, aqui e no Paraguai.

O verdadeiro V Império ainda está por ser instalado, mas virá um dia, com a descida da Jerusalém Celeste..

Biografia do autor



ANTÔNIO JOSÉ SOUTO LOUREIRO

Nascido em Manaus, em 6/6/1940.

Estudou nos grupos escolares Euclides da Cunha e Princesa Isabel. O secundário, no Instituto de Educação do Amazonas. O Científico, no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

Formou-se em Medicina, pela Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Tem cursos de especialização em Tisiologia, Medicina do Trabalho e Administração Hospitalar.

Foi médico do INSS e da Portobrás. Teve o seu contrato de professor da FUA injustamente suspenso, por perseguições políticas, na Instituição, na década de 1970. Foi convidado para voltar a lecionar por diversos reitores, mas não mais se interessou por isso, diante das decepções sofridas.

Dedicou-se a partir de então ao atendimento de seus pacientes, à Maçonaria e ao estudo da História do Amazonas, não mais se interessando por qualquer cargo ou negócio público, pois se considera uma ING (indivíduo não governamental).

Seu melhor galhardão na Medicina foi ter dado o seu nome a uma das enfermarias da

Sociedade Portuguesa Beneficiente, da qual é médico honorário.
Tem sido um dos dirigentes da Maçonaria do Amazonas nos últimos vinte anos, onde foi eleito Grão-Mestre por três vezes.
É Grão-Mestre Honorário de Portugal.
Pertence à Academia Amazonense de Letras,ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, à Academia Amazonense de Medicina e à Academia Amazonense Maçônica de Letras.
É um dos cinco amazonenses que conseguiu entrar para a Academia Nacional de Medicina neste mais de século e meio de sua existência.
Tem vários livros publicados e a publicar sobre Historia Regional e Maçonaria.
Tem 4 filhos e 5 netos.
Orgulha-se de ser amazonense e defende a região do neocolonialismo interno e externo.

Publicadas

SÍNTESE DA HISTÓRIA DO AMAZONAS – 1978
AMAZÔNIA 10.000 ANOS – 1972
A GAZETA DO PURUS – 1981
A GRANDE CRISE – 1986
O AMAZONAS NA ÉPOCA IMPERIAL – 1989
TEMPOS DE ESPERANÇA – 1994
DADOS PARA UMA HISTÓRIA DO GOEAM – 1999
HISTÓRIA DA MEDICINA E DAS DOENÇAS NO AMAZONAS – 2004
O BRAZIL ACREANO – 2004
O TOQUE DO SHOFAR I – 2005
HISTÓRIA DA NAVEGAÇÃO NO AMAZONAS – 2007
O TOQUE DO SHOFAR II – 2008

UM PASSEIO PELAS PRAÇAS DE MANAUS - 2009
A AMAZÔNIA E O V IMPÉRIO – 2011

A publicar

Prontos
O TOQUE DO SHOFAR III (2003-2004) – A PARÚSIA
O TOQUE DO SHOFAR IV (2004) – A SINARQUIA
O TOQUE DO SHOFAR V (2005-2006) – A REGENERAÇÃO
O TOQUE DO SHOFAR VI (2006-2008) – O FAROL UNIVERSAL
O TOQUE DO SHOFAR VII (2009) – AS UTOPIAS
O TOQUE DO SHOFAR VIII (2010-2011) – A AURORA

Em produção

OS QUATRO COSTADOS





AVISO



Secretaria de
Estado de Cultura

